



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 105 - TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
---	--	---

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Congressistas que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se hoje, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2006, que *“Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências”*.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2006

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 3 de abril de 2002, que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 656, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 32, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 141, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 107, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 59, de 4 de fevereiro, de 2005, que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 211, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 412, de 12 de novembro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2006

Aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Popgoiaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 83, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação POPGOIABA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2006**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 77, de 14 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2006**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.794, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lapa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2006**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 676, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2006**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 369, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 236, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187, de 21 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 237, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.950, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 623, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2006

Aprova o ato que autoriza o Clube de Mäes e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 72, de 4 de fevereiro de 2005, que autoriza o Clube de Mäes e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2006

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005, que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 405, de 10 de novembro de 2004, que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 183, de 21 de fevereiro de 2005, que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 89^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 41, de 2006 (MSF 163/2006), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América.....

21532

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006 (nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Clube de Mäes e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.....

21532

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006 (nº 2.038/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. ...

21532

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006 (nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.....

21532

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006 (nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de

Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.....

21532

Término do prazo, sexta-feira última com apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 (nº 3.248/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.....

21532

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 169, de 2006 (nº 473/2006, na origem), solicitando a retirada da tramitação do Projeto de Lei nº 47, de 2005 (nº 2.354/00, na Câmara dos Deputados), que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

21533

1.2.3 – Pareceres

Nº 766, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.....

21536

Nº 767, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.

21566

Nº 768, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá, no Estado do Amapá.....

21572

Nº 769, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe

sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros.....	21575	Nº 59/2006, de 16 de maio último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, em reunião realizada naquela data.....	21602
Nº 770, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).....	21578	Nº 77/2006, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, em reunião realizada naquela data.	21602
Nº 771, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sergio Guerra, que denomina “Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco.....	21584	Nº 78/2006, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, em reunião realizada naquela data.	21602
Nº 772, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a <i>Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo”</i> a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.....	21588	Nº 83/2006, de 20 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 224, 225, 279 e 324, de 2006, em reunião realizada naquela data.	21602
Nº 773, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2006 (nº 2.047, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a <i>Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM</i> a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais. ..	21591	1.2.5 – Comunicações da Presidência Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2005, 3, 23, 31, 49 e 96, de 2006, sejam apreciados pelo Plenário.....	21602
Nº 774, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006 (nº 1.880, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a <i>Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales</i> a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.	21594	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativos nºs 224, 225, 279 e 324, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.	21602
Nº 775, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006 (nº 2.054, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à <i>Fundação Educativa “João Henrique Dantas”</i> para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.....	21597	1.2.6 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta alínea I ao art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para possibilitar o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).....	21603
1.2.4 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação		Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, que acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes.....	21604
Nº 48/2006, de 25 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, em reunião realizada naquela data.....	21601	1.2.7 – Discursos do Expediente SENADOR PAULO PAIM – Perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social, defendendo a sua extinção. Apelo no sentido do apoio à empresa aérea Varig.....	21606
Nº 53/2006, de 9 de maio último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, em reunião realizada naquela data.....	21601	SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre as instituições nacionais e as suas crenças.....	21612
Nº 54/2006, de 9 de maio último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, em reunião realizada naquela data.....	21602	SENADOR RAMEZ TEBET – Alerta aos eleitores sobre a necessidade de rejeitar, através do voto, os candidatos envolvidos em corrupção e atos lesivos aos cofres públicos.	21613

SENADOR MARCO MACIEL – Justificação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante.

21618

Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

21648

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 706, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora.....

21619

Recebimento do Ofício nº 133, de 19 do corrente, do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, encaminhando as deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.....

21648

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Elogios e reconhecimento ao êxito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

21619

SENADOR MARCOS GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Conselho recomenda cassação de Janene*”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 14 do corrente.....

21648

SENADOR VALDIR RAUPP – Relato e preocupação com a sabotagem contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia, no Quartel da Polícia Militar da cidade de Rolim de Moura.....

21625

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Terrorismo biológico*”, publicada na revista **Veja**, edição de 21 do corrente.....

21649

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Reforço ao apelo no sentido de que a Polícia Federal participe das investigações sobre o suposto atentado cometido contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia. Considerações sobre o PLC 37/2006, que trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

21626

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial intitulado “*Um ano depois*”, do jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 6 do corrente.....

21652

SENADORA HELOÍSA HELENA – Registro da passagem, na data de hoje, do Dia Mundial de Combate à Tortura, ressaltando a realidade do sistema prisional brasileiro.....

21635

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “*Já ganhou’ toma conta de Lula*”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 14 do corrente...

21653

SENADOR SIBÁ MACHADO – Comentários sobre a Convenção Nacional do PT, que homologou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e de José Alencar à Vice-Presidente. Registro de várias conquistas do Governo Lula.

21637

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “*Vídeo mostra que invasão do MST foi premeditada*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente.

21655

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Apelo no sentido da necessidade da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, na próxima semana.

21641

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “*Quem sabe disso é a CIA*”, publicado na revista **Veja**, edição de 7 do corrente.

21657

SENADOR LEONEL PAVAN – Preocupação com relação à liberação das emendas individuais dos parlamentares e ao anseio de diversos prefeitos com referência ao prazo para a assinatura de convênios.....

21645

SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o artigo intitulado “*A gangrena é maior do que parecia*”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 6 do corrente. Comentários sobre a matéria intitulada “*Família denuncia ameaças do MST e abandona fazenda*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 31 de maio último.....

21658

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Esclarecimentos sobre a posição do PFL com relação à candidatura ao Governo do Distrito Federal.

21647

SENADOR ROMERO JUCÁ – Cumprimentos à administração da Bolsa de Valores de São Paulo pelo trabalho que vem desenvolvendo e pelo Relatório Anual, relativo a 2005.

21660

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475/2006, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do

1.3 – ENCERRAMENTO
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 26-6-2006

3 – PARECER (Publicado em suplemento ao presente diário)

Nº 31, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2006-CN (Mensagem nº 32, de 2006-CN), que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2007 e dá outras providências (LDO – 2007).....

21661

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 143, de 2006. 21662

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.117 a 1.140, de 2006. 21662

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****7 – SECRETARIA DE COMISSÕES****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 89^a Sessão não Deliberativa, em 26 de junho de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Marco Maciel, Ramez Tebet,
da Sra. Heloísa Helena, e do Sr. Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para a apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 41, de 2006** (MSF 163/2006), que autoriza o *Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto o recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006**

(nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006**

(nº 2.038/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006**

(nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na

cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006**

(nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006** (nº 3.248/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que *dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.*

Ao Projeto foi apresentada uma emenda.

A matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame da emenda.

É a seguinte a Emenda apresentada:

EMENDA Nº 7 – PLEN

Apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Acrescente-se ao art. 2º do projeto o seguinte inciso VIII:

“Art. 2º.....
.....
VIII – os Juízes de Paz.”

Justificação

A emenda que ora apresentamos ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 18, de 2006, tem por finalidade dar cumprimento ao disposto no art. 98, inciso II, da Constituição Federal, que atribui aos Juízes de Paz competência para verificar o processo de habilitação e celebrar casamentos e para exercer atribuições conciliatórias.

O PLC nº 18, de 2006, embora dedique todo um capítulo aos Juízes de Paz (Capítulo IX, do Título III, art. 49), não os menciona no art. 2º como integrantes da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o que denota incoerência interna e ofensa ao texto constitucional.

Pelas razões expendidas, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente emenda a projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 169, DE 2006 (Nº 473/2006, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a exposição de motivos da Senhora Ministra de Estado Meio Ambiente, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 47, de 2005 (nº 2.354/00 na Câmara dos Deputados), que “exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 114, de 2000.

Brasília, 22 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente.

EM Nº 46/MMA/2006

Brasília, 13 de junho de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, matéria que consta do parecer técnico conjunto elaborado pelas Secretarias de Biodiversidade e Florestas, de Coordenação da Amazônia, ambas do Ministério do Meio Ambiente e o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais-CNPT, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o qual motivou a decisão desse ministério de propor a retirada

do Projeto de Lei nº 2.354-A, de 2000 (Senado PLC nº 47, de 2005), de autoria do Poder Executivo, que “exclui uma fração da área da Reserva Extrativista de Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova do Mamoré, no Estado de Rondônia”.

2. O referido projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, foi baseado na Exposição de Motivos nº 226 de 13 de dezembro de 1999 do Ministério do Meio Ambiente e, em seguida, pelo Aviso nº 140 de 24 de janeiro de 2000 da Casa Civil da Presidência da República.

3. Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.354-A, de 2000 foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Política Rural em agosto de 2000, tendo como Relator o Deputado Confúcio Moura; e pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias em novembro de 2000, tendo como Relator o Deputado Expedito Junior, ambos da bancada ruralista de Rondônia. O Projeto de Lei foi enviado ao Senado Federal em 23 de maio de 2005, onde foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Atualmente, o PLC nº 47, de 2005, que encontrava-se em Plenário do Senado Federal, com voto pela sua aprovação, por força de requerimento apresentado pelo Senador Sibá Machado foi redistribuído para a Comissão de Assuntos Econômicos, na qual foi designado Relator da matéria o Senador Romero Jucá.

4. A RESEX do Rio Ouro Preto foi criada pelo Decreto nº 99.166 de 13 de março de 1990 e abrange uma área total de 204.583 hectares no extremo oeste do Estado de Rondônia, nos Municípios de Guajará-Mirim e Novo Mamoré. Segundo dados do CNPT/IBAMA, a população da RESEX é de aproximadamente 700 pessoas. Os principais produtos extrativistas incluem a borracha e a castanha. A população tradicional também desenvolve outras atividades extrativistas em menor escala (copaíba, açaí, bacaba, patauá, etc.), agricultura em pequena escala e atividades de pesca e caça.

5. A área proposta para exclusão (31.489 hectares) corresponde a cerca de 15% da área total da reserva. A atual problemática é resultado, em grande medida, de um loteamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no início dos anos 1980, objetivando a distribuição de terras a “soldados da borracha” da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, foram demarcados 613 lotes (com cerca de 240 hectares cada) abrangendo 146.731 hectares dentro do perímetro da atual Reserva Extrativista. Desse total, 521 lotes, abrangendo 126.391,1 hectares, foram titulados pelo INCRA na área da atual Reserva Extrativista.

6. Em geral, os lotes demarcados pelo INCRA para “soldados da borracha” foram localizados em áreas isoladas, com baixa aptidão agrícola, sem estradas e outra infra-estrutura. Evidentemente, os antigos seringueiros, como pessoas humildes com poucos recursos financeiros, dificilmente se tornariam agricultores ou pecuaristas. Assim, a grande maioria dos lotes foi vendida a preços irrisórios para especuladores de terra em Guajará-Mirim. Os loteamentos para os “soldados da borracha” foram plotados, em sua maioria, em áreas ocupadas por seringueiros ativos, que eventualmente seriam expulsos, se não fosse a criação da RESEX do Rio Ouro Preto. Tais loteamentos dificultaram enormemente o processo de regularização fundiária da reserva.

7. Segundo dados do CNPT/IBAMA, a área proposta pelo projeto de lei para exclusão da RESEX, localizada ao norte do Rio Ouro Preto, apresentou a seguinte situação fundiária em 1997: 188 lotes titulados a soldados da borracha; 14 lotes titulados a seringueiros, seringalistas, agricultores e pecuaristas; 41 lotes não titulados, em fase de regularização; 40 lotes com simples ocupação; e 20 lotes vagos (CNPT 1999:29). Na época da criação da RESEX (1990), tratava-se de uma área com processo incipiente de ocupação por atividades agropecuárias, relacionadas, sobretudo, a loteamentos promovidos pelo INCRA.

8. A proposta de redução da RESEX do Rio Ouro Preto foi definida inicialmente numa reunião realizada em janeiro de 1992, em que participaram representantes da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim – ASGM, Associação dos Criadores do Vale do Mamoré – ACRIVALE, Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, Grupo de Policiamento Florestal de Guajará-Mirim – PM/RO e a ONG Instituto de Defesa da Identidade Amazônica – INDIA e o CNPT/IBAMA. O referido acordo foi firmado sem consulta adequada os membros da comunidade tradicional, permanecendo dúvidas sobre até que ponto a população beneficiária da RESEX tem sido envolvida na tomada de decisões sobre a redução de sua área. Segundo o Ministério Público Federal, “permanece a lacuna sobre o que pensa a população extrativista beneficiária da RESEX do Rio Ouro Preto (e suas entidades representativas) sobre o que está, de fato, acontecendo na porção norte da referida unidade e quais seriam as formas de solução” (fl. 144). Ademais, não foi realizado nenhum estudo técnico que: **a)** justificasse a necessidade da exclusão, do ponto de vista da demanda social, **b)** definisse precisamente a área que deveria ser excluída da RESEX, e **c)** identificasse as necessidades de mitigação de impactos ambientais negativos decorrentes da exclusão.

9. No momento do ajuizamento de ações expropriatórias da RESEX Rio Ouro Preto pelo IBAMA em 1992, a área proposta para exclusão não foi contemplada, por interpretação do CNPT sobre os impactos futuros do referido acordo informal sobre a alteração dos limites da reserva.

10. Em resposta a uma recomendação da revisão de meio termo e da missão de supervisão do Projeto RESEX do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 em 1997, o CNPT/IBAMA encomendou a elaboração de um laudo técnico sobre a proposta de exclusão da RESEX do Rio Ouro Preto. O referido estudo, realizado por técnicos do CNPT/IBAMA, INCRA, Universidade de Rondônia e do governo estadual (SEDAM, ITERON) foi finalizado em 1999. O laudo técnico apresenta uma série de observações relevantes, conforme discutido a seguir.

11. A Exposição de Motivos do Ministério do Meio Ambiente de nº 226 de 13 de dezembro de 1999 incluiu a seguinte justificação para a redução da RESEX do Rio Ouro Preto: devido a então conjuntura política, os limites foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita, pois englobou uma fração de terras, com aproximadamente 31.489,49 hectares, totalmente antropizada, que vem sendo utilizada na exploração da atividade agropecuária.... A inclusão indevida da referida porção de terras, no bojo da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, vem causando um enorme desconforto aos extrativistas e, ao mesmo tempo, tem causado inúmeros prejuízos aos produtores rurais ali instalados, que se encontram tolhidos de desenvolver suas atividades legalmente, além de estarem cercados de obter créditos rurais, fomentos e outras formas de incentivo à produção agropecuária, gerando um significativo descompasso no desenvolvimento sócio-econômico da região”.

12. Após o seu encaminhamento ao Congresso pelo Poder Executivo, o referido projeto de lei foi objeto de pareceres técnicos favoráveis do Ministério do Meio Ambiente e do CNPT/IBAMA, nos anos de 2001 a 2003. Em contraste, o projeto de lei foi objeto de análise e parecer do Ministério Público Federal, que se manifestou contrário à sua aprovação por motivos a serem explicitados a seguir.

13. No processo em questão, há fortes evidências de que assuntos relativos à justificação, análise de impactos e definição de medidas preventivas e mitigadoras não foram devidamente considerados em pareceres do Congresso Nacional e do próprio Ministério do Meio Ambiente/IBAMA. Nesse sentido, cabe observar inicialmente as seguintes afirmações contidas no processo:

– “no anexo à Exposição de Motivos do Ministério do Meio Ambiente nº 226 de 1999, afirma-se: “A exclusão de porção de terras da RESEX Rio Ouro Preto não terá nenhum impacto sobre o meio ambiente, uma vez que a área a ser excluída já se encontrava completamente antropizada antes mesmo da criação da reserva”.

– no relatório da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, o Relator Deputado Expedito Junior afirma “...tendo em vista o fato de que a vegetação nativa foi já completamente suprimida, sua manutenção dentro da reserva não oferece nenhum benefício às populações extrativistas”.

– em nota elaborada por técnicos da Diretoria de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas em 16 de fevereiro de 2001, repete-se a afirmação da Exposição de Motivos de 1999 de que “a exclusão da fração de terras desta RESEX não terá nenhum impacto sobre o meio ambiente, uma vez que a área a ser excluída já se encontrava completamente antropizada, mesmo antes de sua criação”.

14. Sobre o grau de descaracterização da vegetação nativa, o laudo técnico encomendado pelo CNPT/IBAMA concluiu (em contraste com as afirmações acima) que somente 15,99% da área proposta para exclusão da RESEX foram descaracterizados até 1997, sendo 8,41% até 1992, 2,79% entre 1992 e 1994, e 4,79% entre 1994 e 1997 (CNPT, 1999:42). Conforme o relatório do Ministério Público Federal, “até que ponto o extrativismo não está tendo espaço na porção norte da RESEX é algo ainda por ser avaliado” (fl. 142). Outra questão destacada no estudo do CNPT/IBAMA, bem como no documento do Ministério Público Federal (2003) é a relevância da área proposta para exclusão da RESEX para a manutenção de recursos hídricos, uma vez que abriga importantes afluentes do Rio Ouro Preto. Entretanto, a questão não é abordada em discussões e pareceres posteriores, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA e comissões do Congresso Nacional.

15. O laudo técnico do CNPT/IBAMA e o documento do Ministério Público Federal chamam atenção para uma questão preocupante na área proposta para exclusão da RESEX: a predominância de um mercado informal de terras, associado a tendências de especulação e concentração fundiária. É importante observar que a maioria dos Títulos de Propriedade concedidos a “soldados da borracha” no início dos anos oitenta na área proposta para exclusão da RESEX foi transferida irregularmente a terceiros, sem o cumprimento das condições resolutivas com o INCRA, tornando-os nulos e passíveis de reincorporação ao patrimônio público. Em locais como o setor Serra Grande, foram

observadas “imensas propriedades com implantação de pastagem, como é o caso da Senhora Tuná” (CNPT 1999:17). Em alguns casos, foi observado que os fenômenos de especulação e concentração fundiária envolviam funcionários públicos, a exemplo do “Chicão da EMATER” que adquiriu 07 (sete) lotes, totalizando 1.750 hectares (op.cit, p. 30).

16. O laudo técnico do CNPT/IBAMA observa que “a grande maioria dos atuais ocupantes está, há pouco tempo na área alvo de correção de limites da RESEX e são terceiros adquirentes das posses que ocupam, quase todos desconhecendo quem era o ocupante primitivo do lote à época da criação da RESEX”. (p.29). O documento conclui que “está ocorrendo uma invasão orientada ... por especuladores rurais que arregimentam famílias pobres e as instalam no lote, incentivando o desmatamento e plantio de pequenas lavouras brancas para assegurar a posse da terra, e posteriormente as desaloja para efetuar a venda do lote” (CNPT 1999:44).

17. O laudo do CNPT/IBAMA alertou para o fato de que “o avanço sobre a floresta é flagrante” na área proposta para exclusão da RESEX, e que a maior parte dos desmatamentos tem ocorrido em grandes imóveis, a exemplo de uma grande derrubada observada na área ocupada pelo Sr. Chicão da EMATER. Conforme constatado em imagens de satélite e observações de campo, grande parte dos desmatamentos ilegais está ocorrendo em Áreas de Preservação Permanente – APPs ao longo de cursos d’água (a maioria afluentes do Rio Ouro Preto) e nas encostas de serras da formação Pacas Novos. Outra questão relevante levantada no laudo do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT é o baixo potencial agrícola de grande parte dos solos da área proposta para exclusão da RESEX, conforme demonstrado em mapas de solos e observações de campo.

18. Não obstante os esforços do CNPT/IBAMA, tem persistido uma série de entraves na implantação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto em termos de regularização fundiária, elaboração de plano de manejo (conforme as novas normas da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), concessão real de uso com associações de moradores, sinalização, monitoramento e vigilância, entre outros.

19. O precário nível de implementação da RESEX, em combinação com a situação caótica de ocupação da área proposta para exclusão, contribuiu para um grave caso de invasões no setor Serra Grande do interior da reserva em 2001 (área adjacente à área proposta para exclusão). Como de praxe, tal invasão envolveu a manipulação de pessoas humildes por agentes envolvidos em grilagem, especulação fundiária e exploração ilegal de produtos florestais.

20. O projeto de lei apenas exclui uma porção da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Não propõe qualquer medida de ordenamento fundiário e gestão ambiental na área a ser excluída. No Projeto de Lei e nos pareceres do Congresso Nacional, tampouco há qualquer recomendação ou encaminhamento referente à necessidade de garantir a integridade do remanescente da RESEX do Rio Ouro Preto e de áreas protegidas vizinhas (especialmente a TI Lage, o Parque Estadual de Guajará-Mirim e a TI Uru-eu-wau-wau) em conformidade com a Lei do SNUC e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 13, de 6 de dezembro de 1990.

21. Cabe salientar que a exclusão de parte da RESEX do Rio Ouro Preto, conforme preconizado no PLC nº 47, de 2005 geraria uma incompatibilidade com a lei estadual de zoneamento sócio-econômico-ecológico de Rondônia (Lei Complementar nº 233, de 2000) que define essa unidade de conservação federal como parte da Zona 3 (áreas institucionais de proteção da natureza). Considerando o longo processo de negociação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo de Rondônia, desde meados de 2000, para tornar o zoneamento estadual compatível com o Código Florestal, especialmente em relação aos percentuais mínimos de reserva legal em propriedade rural, bem como a problemática histórica de mudanças no zoneamento estadual sem critérios consistentes e transparentes, pode-se concluir que a redução dos limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, nos moldes propostos pelo referido projeto de lei, torna-se ainda mais questionável.

22. Conforme assinalado na Exposição de Motivos do Ministério do Meio Ambiente nº 226, de 1999, "...devido a então conjuntura política, os limites (da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto) foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita. "Por outro lado, o processo de exclusão de fração da RESEX tem demonstrado uma série de fragilidades, no que se refere a: **a)** critérios para justificar a alteração dos limites da UC, em termos de interesse social; e **b)** análise de riscos de impactos sócio-ambientais decorrentes da exclusão de porção da reserva, bem como medidas necessárias para a prevenção e mitigação dos mesmos.

23. No atual contexto, concluímos que a simples redução da RESEX do Rio Ouro Preto, conforme preconizado no atual projeto de lei, poderá causar sérios danos à área remanescente da reserva e a sua população beneficiária. Além disso, poderá criar um precedente extremamente perigoso para a redução (sem critérios transparentes e consistentes) de outras unidades de conservação que têm sido o alvo de grilagem, exploração predatória de madeira e pressões político-eleitorais,

a exemplo da FLONA de Bom Futuro/RO, a Reserva Extrativista Estadual do Jaci-Paraná/RO e outras.

24. Recomenda-se que a tramitação do PLC nº 47, de 2005, de autoria do Poder Executivo, seja suspenso até o esclarecimento de questões relativas a:

I – a justificação da exclusão de porção da RESEX em termos de demandas sociais, com a clara definição dos ocupantes passíveis de regularização fundiária, como também dos casos de ocupação irregular em que as terras devem ser reincorporadas ao patrimônio público;

II – a relevância da área em questão para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais do Rio Ouro Preto;

III – a avaliação dos impactos sociais e ambientais da proposta de exclusão de porção de RESEX do Rio Ouro Preto, a partir de estudos técnicos e consultas à população beneficiária dessa unidade de conservação de uso sustentável;

IV – na hipótese de uma eventual exclusão de porção da RESEX do Rio Ouro Preto, a identificação das medidas necessárias para prevenir, mitigar e compensar impactos negativos sobre a área remanescente dessa unidade de conservação e áreas protegidas vizinhas, como a Terra Indígena Lage, bem como as medidas de regularização fundiária e ambiental a serem implementadas na área de exclusão.

25. Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a retirada do Projeto de Lei nº 2.354-A, de 2000.

Respeitosamente, – **Marina Silva.**

Aviso nº 666 – C.Civil.

Brasília, 22 de junho de 2006

Assunto: Retirada de tramitação de projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 47, de 2005 (nº 2.354/00 na Câmara dos Deputados).

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado – Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – A Mensagem que acaba de ser lida será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 766, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005,

de autoria do Senador Pedro Simom que Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**
Relatora **ad hoc**: Senadora **Iris de Araújo**

I – Relatório

Chega ao exame da Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que propõe, em seu art. 1º, a instituição “da Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero a seis anos para a formação de um cidadão mais apto a convivência social e à cultura da paz”.

O parágrafo único do referido art. 1º, determina que “na Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância serão desenvolvidas atividades pelos setores públicos, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções”.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

No âmbito da prevenção e punição da violência contra menores de idade, destacamos a Lei nº 8.069, de 1990, o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus-tratos. É importante observar que o referido documento legal determina penalidades não apenas para aqueles que praticam o ato violento, mas também pune aqueles que não o denunciam.

Destacamos sobremaneira o art. 5º do referido estatuto, que determina: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Entretanto, a existência de legislação específica não implica por si mesma na solução de um problema social. De acordo com as notificações dos pólos de prevenção instalados em diversos bairros paulistanos, pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em cada dez crianças brasileiras, três sofreram algum tipo de violência dentro da própria casa. Só no ano de 2004, foram notificados 19.552 casos de violência domiciliar (física, sexual, psicológica, fatal e decorrente de negligência). Com os dados coletados, foi possível estabelecer de forma clara o aumento da violência, ten-

do o número de casos notificados passado de 1.100, em 1996, para quase 20 mil/ano em 2004.

Levantamento realizado pela Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina – entre 1995 e 1998, no Hospital Vila Maria, revelou que mais de 60% dos casos de maus-tratos identificados em internações de menores na instituição envolviam crianças com menos de um ano e que cerca de 30% das crianças menores de dois anos, que apresentam lesões como fraturas e queimaduras, sofreram maus-tratos, na maioria das vezes causados pelos pais ou responsáveis.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2002, as violências e acidentes juntos constituem a segunda causa de óbito no quadro de mortalidade geral brasileira e atingem toda infância e adolescência, uma vez que, nas idades de um a nove anos, 25% das mortes são devidas a estas causas, e, de cinco a dezenove anos, é a primeira causa entre todas as mortes ocorridas nesta faixa etária.

Um dado alarmante é que os pais, vítimas de violência doméstica quando crianças, reproduzem nos filhos o mesmo quadro vitimizador. Para quebrar esse círculo vicioso é necessária uma atuação vigorosa do governo e da sociedade, tanto no tratamento dos agressores quanto na prevenção e cuidados médicos às vitimas, considerando não apenas os traumatismos físicos, mas também as seqüelas psicológicas decorrentes da violência.

III – Voto

O Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, apresenta inegável mérito e, embora atenda aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e, para aperfeiçoar a técnica legislativa, recomendamos sua aprovação, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao Parágrafo único do art. 1º do PLS nº 340, de 2005 e seguinte redação:

“Art. 1º

.....

Parágrafo único. Na Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, serão desenvolvidas atividades pelo setor público, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 340/05 NA REUNIÃO DE 06/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Aelton (Senador Roberto Saturnino)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÉNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES RELATORA
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 340 / 2005

Junho de 2006

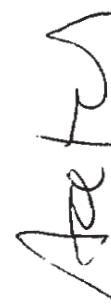
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 27 21539

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL, PPSDB)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DA MINORIA (PFL, PPSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X					ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN	X					JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE	X					CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES	X					CRISTOVAM BUARQUE	X				
EDISON LOBÃO	X					MARCO MACIEL	X				
MARCELO CRIVELLA	X					ROMEO TUMA	X				
MARCOS GUERRA	X					EDUARDO AZEREDO	X				
JUVENTÍCIO DA FONSECA						SÉRGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN						LÚCIA VÂNIA	X				
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA	X				
TITULARES - PMDB		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						AMIR LANDO					
GILVAM BORGES						GARIBOLDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP	X					VAGO					
IRIS DE ARAUJO	X					GERALDO MESQUITA					
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA					
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTAVIO					
NEY SUASSUNA						ROMERO JUCA					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS						VAGO					
PAULO PAIM						ALOIZIO MERCADANTE					
FATIMA CLEIDE						FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS	X					ANTONIO JOÃO					
IDELE SALVATTI	X					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				
ROBERTO SATURNINO						MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIAIS						JOÃO RIBEIRO					
TITULAR - PDT		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO					

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: Q1

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/06/2006



 SENADOR ROBERTO SATURNINO
 Presidente Eventual da CE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

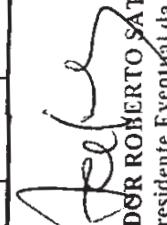
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 340/2005 EMENDA

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
DEMÓSTENES TORRES																	
JORGE BORNHAUSEN	X																
JOSE JORGE	X																
MARIA DO CARMO ALVES	X																
EDISON LOBÃO	X																
MARCELO CRIVELLA	X																
MARCOS GUERRA	X																
JUVÉNCIO DA FONSECA																	
LEONEL PAYAN																	
VAGO																	
TITULARES - PMDB		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA																	
GILVAM BORGES																	
VALDIR RAUPP	X																
IRIS DE ARAÚJO	X																
SÉRGIO CABRAL																	
JOSÉ MARANHÃO																	
NEY SUASSUNA																	
GILBERTO MESTRINHO																	
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
AELTON FREITAS																	
PAULO PAIM																	
FATIMA CLEIDE																	
FLAVIO ARNS	X																
IDELE SALVATTI	X																
ROBERTO SATURNINO																	
MOZARILDO CAVALCANTI																	
SÉRGIO ZAMBIAI																	
TITULAR - PDT																	
AUGUSTO BOTELHO																	

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/06/2006


 SENADOR ROBERTO SATURNINO
 Presidente Eventual da CE

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2005****Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre 0 e 6 anos para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e à cultura da paz.

Parágrafo único. Na semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, serão desenvolvidas atividades pelo setor público, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora. – Relator **ad hoc**: Senadora **Íris de Araújo**.

Of. nº CE/78/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senador Pedro Simon que, “institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na

forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA.**

REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2006

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Há número legal. Dou por aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação em conjunto com a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Reunião de hoje está destinada a uma Audiência Pública. Requerimento da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da ilustre Senadora Fátima Cleide, para análise do Projeto de autoria do Senador Pedro Simon. Instruir o Projeto do Senador Pedro Simon de nº 340 de 2005, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência da Primeira Infância.

Os convidados para essa Audiência Pública são: O Dr. Laurista Corrêa filho, Pediatra e Neonatologista com o tema “Importância da Perinatalidade na Prevenção da Violência”.

Dois. Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema: “Apego, resiliência e prevenção da violência”.

Três. Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília, tema: “Prevenção da violência”.

Antes de conceder a palavra a cada um dos palestrantes, eu gostaria de agradecer a presença entre nós do Deputado Osmar Terra do PMDB do Rio Grande do Sul, da Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba. E também a representante da Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Srª Ana Paula Gonçalves. Nós agradecemos a presença de todos os senhores.

O Projeto de autoria do Senador Pedro Simon que está chegando a nossa reunião, é que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias

12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero e seis anos, para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e a cultura da paz.

Antes de nós passarmos ainda a palavra aos convidados, nós gostaríamos de justificar, não justificar, mas que estariam presentes aqui hoje, nesta reunião, a escritora novelista Glória Peres e a atriz Marisa Orth. Justificaram que não puderam estar presentes, e inclusive a atriz Marisa Orth nos encaminhou uma justificativa onde ela se expressa em pequeno trecho da seguinte maneira. "Como se pode ver no Projeto de Lei não se trata só de mais uma seqüela da nossa má distribuição de renda e consequentes mazelas da educação que nos levam um quadro por vezes catastrófico e muitas vezes irreversível na formação dos nossos futuros representantes. Mesmo nas camadas ditas mais favorecidas e supostamente mais informadas, encontram-se inúmeros casos de violência à integridade dos menores". E ainda queremos dar ciência que amanhã teremos também uma Audiência Pública, o tema é "A música no contexto nacional". Autoria do Requerimento Senador Sérgio Cabral. Onde serão ouvidos, Fernanda Abreu, cantora e compositora, Egeu Lau Simas(F), Coordenador da Rede Social da Música, Sidnei Bonfim de Jesus, Presidente dos Sindicatos dos Músicos da Bahia, Alexandre Rés de Negreiro, Mestre em Etnomusicologia e Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, Ricardo Bren, compositor e arranjador.

Amanhã Audiência Pública aqui na Comissão. Confirmar as presenças para assistir a Audiência Pública, os cantores Gabriel o pensador, Cláudio Nucy, Fernanda Abreu, expositora, Leni Andrade, Léia Pinheiro, Alaíde Costa e Celso Viáfora e o cantor Ivan Lins.

Com a palavra, inicialmente do nosso convidado Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista com o tema, "A importância da perinatalidade na prevenção da violência". Nós teremos um prazo Dr. Laurista de 20 minutos para que possamos ter tempo de ouvir os demais palestrantes. Com a palavra Dr. Laurista.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Bom-dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite e participar dessa importante reunião, e relembrar um pouco do que para nós, há uma certa confusão, as pessoas que lêem, é a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis que para nós já não é mais de zero a seis, porque a vida começa um pouco antes como a gente vai ver e que todos sabem.

Então, é a importância desse período da vida na prevenção da violência.

Então, nos últimos 20, 25 anos, o que nós vimos? Uma profusão de publicações e se a gente fosse co-

locar aqui, nós íamos passar o dia todo vendo essas publicações que se referem às pesquisas que foram efetuadas.

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Dr. Laurista, eu avisei no início que o Presidente é Virginiano. Detalhista. [risos]

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Mas o microfone é baiano. Vamos repetir porque estão gravando.

Então, nós falávamos que o importante é saber a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis e que para nós e para a maioria das pessoas que estão nesse campo estudando é antes do zero. O zero, porque primeiro na gramática o zero não existe. E para nós também a vida começa antes do nascimento.

Então, nós dizíamos que a importância dessa fase da vida na prevenção da violência. E não a violência que muitos confundem a violência nessa faixa etária.

Então, uma vez esclarecido isso, nós então falávamos de a profusão que houve no final do Século 20 das publicações que eram frutos das pesquisas. Como vocês sabem, as pesquisas são realizadas e demoram muito tempo. Esse é um dos livros mais importantes sobre a vida fetal, o desenvolvimento fetal é um grupo da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos que fala, praticamente, tudo que acontece antes do nascimento.

Então, essas pesquisas, quando são passíveis de serem feitas em humanos, são feitas em humanos como todos sabem, e as que não são, são nos outros mamíferos que são os nossos outros irmãos.

Então, houve essa profusão no final do século XX e veio nos esclarecer.

Bom, o artista, ele vai sempre, ter a maior sensibilidade, ele vai sempre na frente às vezes do cientista. Esse quadro é um quadro de um artista de Brasília, que é a ,Juliana, e que ela está, todo mundo pode ver, você tem o homem que comeu um pedacinho da maçã passou ao pominho de Adão e a mulher. E os dois já estão pensando em uma energia muito importante que é um bebê. Aqui ela simbolizou como o tal, a energia, o símbolo do tal.

Então, a vida começa aí, antes mesmo da concepção. Já está na cabeça das pessoas ou não. Normalmente, esse é o esquema, quando se fala de mortalidade, sobretudo, na infância.

Então, é o esquema que é dividido, que é aceito pela Organização Mundial da Saúde a respeito da divisão.

Então, você tem a mortalidade fetal, depois a perinatal, que nos interessa, essa fase da vida, oficialmente, é um período que vai da 22ª semana até os primeiros sete dias de vida. Quando se fala nesses aspectos psicoafetivos e que se fala na primeira infância,

essa parte do perinatal já não é bem nesse esquema. Considera-se e as pessoas que tem maior estudo, o Prof. Philip Maze(F) da França que escreveu o livro "Psiquiatria Perinatal" com outros colaboradores, ele disse que vai da concepção até os 18 meses.

Então, essa é a faixa da perinatalidade.

A tecnologia vem nos ajudar. Então, além dos artistas que nós vamos ver aqui muitos participam nessa nossa evolução a ultra-sonografia. Que isso aqui ainda é uma ultra-sonografia fetal e um pouco antiga. Mas que a gente já pode ver.

Então, nós começamos a visualizar este ser, este bebê humano já na sua evolução. Aí, vocês viram, da última semana a **Veja**, o fotógrafo Lennart Nilson que fotografou o feto dentro do útero e toda a evolução desde o espermatózóide, o óvulo, com a tecnologia ajudando um pouco mais a gente compreender.

Bom, o que é muito importante que a gente saiba nessas pesquisas é que o cérebro humano, nós vamos ver todos, bebê humano em qualquer lugar do mundo, ele nasce com cem bilhões de neurônios que são produzidos na maior parte, antes da 20ª semana de gestação. Para relembrar a gestação tem em torno de 40 semanas. Então, na metade da gestão o cérebro já está, nós temos uns cem bilhões. Estão achando que é um pouquinho mais, que o homem talvez tenha um pouquinho mais, por isso que ele é mais neurótico, mas quase todos os neurônios já concluíram a sua migração antes do nascimento.

Então, esse é o preparo do bebê para a grande jornada que ele vai ter. Porque ele migra, ele está num patamar que ele vai ter que subir para o córtex. Uma vez nos locais definitivos, especializam-se. Freqüentemente se associam a outros neurônios parecidos para formar uma rede, isso é muito importante. Esses circuitos têm um papel crucial que vai permitir e contornar esses possessos cognitivos e as diversas funções.

Bom, então essa construção, ela tem início na quinta semana de gestação. Para vocês lembrarem, quatro semanas, um mês, então o bebê está menor, o embrião ainda está menor do que uma unha. E nós já temos o início essa gestação. A produção de neurônios atinge seu máximo entre 12ª e 16ª semana, ou seja, quatro meses. Quando a mamãe já está percebendo os movimentos, esse bebê já está atingindo o máximo da produção de neurônios. O ritmo de produção de neurônios é em torno de cinco mil por segundo. Tudo isso para a gente vê, para a gente perceber um pouco mais a importância desse período da vida. O peso do cérebro do recém-nascido de termo, que chegou no seu termo, tem em média 330 gramas. Então o cérebro do bebê humano, ele nasce pronto, mas inacabado. Quem vai acabar esse cérebro é toda a carga genéti-

ca que ele tem e esse ambiente que ele vai encontrar. No adulto, 1.400 gramas, ou seja, o aumento de quatro vezes, porque vão ter as comunicações entre os neurônios, são as sinapses que todos vocês sabem. Elas vão se conectar.

Então, situam-se entre as três causas principais de debilidade mental e distúrbios do desenvolvimento. As grávidas que consomem cocaína, o feto não consegue eliminá-la, acumula mais do que a mãe. No feto normal, o local de migração final, é cuidadosamente programado geneticamente para formar camadas sucessivas do córtex. Há uma perturbação nessa programação devido a cocaína e muitos neurônios drogados, eles se enganam de camada. Invés de ele chegar aquele ponto que ele deveria chegar, ele não chega. No Brasil, não há estudos sobre o fato. Nos Estados Unidos, nas grandes cidades, 15% das mulheres grávidas utilizam cocaína. O alcoolismo fetal universalmente, então que ocorre em todo o mundo, não é um fenômeno raro, isso nós sabemos. Programa de detecção precoce no pré-natal, rede social de apoio, prevenção para gestações posteriores evitar a culpabilidade excessiva da mãe. Essa rede que teria que funcionar.

De 20 a 40 semanas, de vida intra-uterina, a maior parte dos neurônios é formada e já está no local apropriado.

Então, até a metade da gestação essa é a formação. E a partir da 20ª semana, até o termo, ele já está todo prontinho. O desenvolvimento, crescimento e diferenciação ocorrem após o nascimento. A minha dinização, que seria assim, a capa que vem... A célula nervosa que vai encapar, digamos assim, ela começa antes do nascimento, sobretudo, ao nível do sistema estato-acústico e as raízes motoras.

Cada neurônio, ele recebe de mil a dez mil sinapses, vai se conectar com outros neurônios. Quer dizer, em um centímetro de córtex, nós temos cem mil neurônios e um bilhão de sinapses para vocês verem o que isso vai acontecer. E o que sabia-se das pesquisas anteriores, o que o pessoal sabia até antes dessa reunião que originou esse livro que é o "Repensando o cérebro", o que se sabia? Como um cérebro se desenvolve, depende dos genes com os quais se nasce, esse era o pensamento antigo. O pensamento novo, como um cérebro desenvolve depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nascem e as experiências que se tem. Vamos ver a importância disso, onde vai gerar, onde estão as raízes da violência. As experiências que se tem, antes dos três anos de idade, exerce um impacto limitado no desenvolvimento posterior do cérebro. Não, o novo. As experiências iniciais ajudam a formar a arquitetura

cerebral e na natureza, e extensão das capacidades adultas. Uma relação segura, com um cuidado principal, cria um contexto favorável para o desenvolvimento e aprendizado iniciais. O pensamento novo, as interações iniciais não apenas criam um contexto, elas afetam diretamente a forma como o cérebro se desenvolve. O desenvolvimento cerebral é linear, a capacidade do cérebro aprender, a mudar aumenta de modo regular a medida que um bebê progride em direção a idade adulta. O desenvolvimento cerebral não é linear. Há períodos preciosos que são chamados janelas para adquirir diferentes tipos de conhecimentos e habilidades que é justamente nessa formação do cérebro de zero a seis anos.

E mais ainda, esses 152 cientistas que se reuniram em Chicago 1996 puderam fazer o [inauditável] e a densidade da sinapse ao nascer, veja, pouquíssimas sinapses. Seis anos de idade, a quantidade de sinapses. Depois chega com dez anos, há uma poda. Esses são os circuitos neuronais que se formam. Que se tiverem um bom início, esses primeiros seis anos, sem falar já na vida uterina, nós vamos ter uma pessoa que está se desenvolvendo normalmente, um cérebro sadio.

Então, 20 semanas de gestação, nós estamos na metade, o cérebro está pronto. Peso do cérebro: 100 gramas. Ao nascimento 400 gramas, 330, 400 gramas, em torno disso. Veja, 18 meses, um ano e meio, 800 gramas. Já tem o dobro do nascimento devido aquelas sinapses, aquelas conexões que nós tivemos. Com três anos, 1.100 gramas, depois de três anos até a fase adulta apenas 300 gramas. E para ver o quê? A importância desse período.

Então, a organização do cérebro ela é única e pessoal, o resultado reflete as alterações constantes após a concepção entre herança genética e ambiente. Há a possibilidade de ser beneficiado ou vítima.

Então, vai ser uma pessoa sadia e vai transmitir coisas boas ou vai ser um marginal. A competência dos bebês. O bebê tem seis minutos de vida, ele está pronto já para interagir. Ele nasce pronto para interagir, porque ele tem um treinamento intra-uterino. O bebê, tem um pouco de luz, mas dá para ver o olhar o bebê logo após o nascimento já está mamando no seio e ele olhando esse olhar sedutor que permitiu que os bebês nosso morressem mais, que o ser humano deixasse de morrer, porque era comido ou pelos próprios pais ou a tribo que estivesse ao lado. Esse olhar é o olhar, não é olhar visão, porque ele vê pouco, mas é o olhar sortilégio, é o olhar que seduz é o olhar que permitiu o ser humano não morrer mais.

Aqui, então, ele é capaz, ele é competente, ele está olhando e está imitando, ele imita. Agora, temos

que apagar um pouco a luz. Nessa mesma reunião de Chicago, então, foram apresentadas...

SR. PRESIDENTE JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS): Doutor, nós temos um probleminha de iluminação para a Câmara.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Para o pessoal acreditar, mas dá para ver alguma coisa ai. Essa é uma tomografia, uma Emissão de Pósitron, é a PET. O Comitê Internacional tem a permissão de fazer as pesquisas em órfãos num orfanato da Romênia.

Então, olha o cérebro que ele pode ver com a Tomografia com a Emissão de Pósitron. Aqui é um cérebro normal e aqui nós vemos. O que está em vermelho e amarelo, tem ótima atividade. A gente sabe que os globos frontais e temporais têm muito a ver com as nossas emoções.

Então, a gente vê no cérebro normal muito vermelho e amarelo. E olha aqui um cérebro de uma criança que não tem interação que foi privada dessa interação ou foi malfeita.

Então, nós vimos o buraco, é praticamente um buraco negro, é isso que nós vemos o desenvolvimento anormal.

Bom, aqui para citar, num estudo finlandês, 11 mil mulheres grávidas em 1966, no sexto ou sétimo mês de gravidez. Se a gravidez era desejada, fora de área ou mal desejada ou indesejada. O risco de aparecimento, 11 mil mulheres. E o aparecimento de esquizofrenia, significava um índice mais alto entre bebês nascidos das mães do grupo de gravidez indesejada. A esquizofrenia, como sabem, é um dano na capacidade de amar. A personalidade está separada do seu ambiente. Esse outro estudo de Jacob e Bitchman(F) os cuidados obstétrico e predisposição da prole ao suicídio em adultos. Estudo do registro de parto de 412 casos forenses vítimas de suicídio. Comparação com 2.901 controles, que é muito, né? Mais de sete vezes. Suicídios que envolviam asfixia, fortemente associado com asfixia no parto. Suicídios através de meios violentos, associados com parte difíceis do ponto de vista mecânico. Antecedentes de 200 viciados em opiáceos nascidos em Estocolmo entre 45 e 1966, e não viciados como controles. Se a mãe recebeu determinados analgésicos durante o trabalho de parto, a criança com maiores riscos de se tornar viciada em drogas na adolescência. Lee Salquin(F) em 85, Universidade de Nova Iorque, antecedentes de 52 vítimas de suicídios em adolescentes, antes de completarem os 20 anos. Comparados com 104 controles, um dos principais fatores de risco para se cometer suicídio na adolescência, criança que teve que ser resuscitada ao nascimento. Mais estudo, da universidade de Los Angeles, 4.629 sujeitos masculinos nascidos

no mesmo hospital, em **Copenhagen**, principal fator de risco para se tornar um criminoso violento aos 18 anos, associação de complicações no parto e, o mais importante, separação precoce ou rejeição pela mãe. Separação e a rejeição precoce, isso sozinho, por si só, não era um fator de risco. Joufre(F) estudou muito esse tipo de acontecimento, relação entre ligação fraca. Ligação fraca é o vínculo, esse apego que se faz no início da vida, nesses primeiros seis anos, para não falar no vínculo pré-natal.

Então, ligação fraca e violência. Cuidadores principais estavam emocionalmente indisponíveis nos primeiros anos de vida. Mais problemas de conduta na infância e da adolescência. Em todas as culturas, onde a ligação foi estudada, a ligação bloqueadora da ansiedade que resulta persistente falta de responsabilidade da falta do cuidador principal, pode efetivamente tornar uma criança propensa à violência. Experiências precoces de trauma ou abuso no útero ou após o nascimento, podemos interferir no desenvolvimento das áreas subcortical e límbicas do cérebro, é onde está a informação que vai ser tratada, extrema ansiedade e depressão de estabelecer ligações saudáveis com os outros.

O fato de uma criança estabelecer ligações seguras depende da qualidade de cuidado que recebe. Crianças que sofrem abuso ou negligencia provavelmente não desenvolverão uma ligação segura com os seus cuidadores. Tanto a qualidade do cuidador quanto a segurança da ligação vai exercer uma influência na posterior capacidade da criança para a empatia e o controle emocional e comportamental. Ashley Montagu escreveu o livro "Tocar. E um calhamizo. Ele falou, "A necessidade primordial do recém-nascido é a necessidade de amar, não apenas ser amado, mas de ser capaz de amar.

Esse gráfico é modificado pelo Prof. Vital Udonê(F) que é um educador, e que foi modificado. A Maria Helena que trabalhou nessa área de educação da primeira infância, mostra o IBGE de 2000, exatamente, o que acontece a essa disparidade no atendimento. O atendimento quando, ao nascimento, a parte de saúde é quase que 100%, um pouquinho mais de 90%, porque os partos são institucionalizados, e a educação é zero. Eles só vão se encontrar lá pelo quinto, para o sexto ano a educação e a saúde. O que nos leva o quê? A chamar de oportunidade perdida, as oportunidades que foram perdidas em todos aqui da reunião entre a educação e a saúde, que poderia trazer uma parceria muito grande para a gente trabalhar com os jovens, com os jovens na escola para que isso não acontecesse.

Para citar figuras contemporâneas, Dalai Lama, que muito interessado no desenvolvimento também da humanidade, ele falou, "Mesmo nossa estrutura corporal parece projetada não para a luta, mas para o abraço, olhemos para as nossas mãos, se fossem destinadas para golpear parece-me que seriam duras como cascos e o que é mais importante, [soa a campanha] de acordo com a ciência médica, as semanas imediatamente posteriores ao nosso nascimento – talvez ele tenha feito o curso – são cruciais para o nosso desenvolvimento, porque o cérebro cresce com muita rapidez e durante esse período o contato físico com a nossa mãe ou outra pessoa é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento saudável do cérebro. Isso demonstra que, mesmo em termos físicos, somos beneficiados pelo afeto dos outros".

Então, ele deu uma aula de tudo isso que nós falamos, ele já tinha sacado. Essa é a imagem que vocês conhecem da **internet**, é abandono, essa é uma criança que está na fase que nós estamos dizendo. E aqui eu não preciso falar mais nada.

Essa experiência das duas irmãs que foram criadas, as meninas, por lobos e a amá-la e [inaudível], uma prova do desamparo do bebê quando a experiência adequada falha. Não houve experiência de cuidados, então, depois que elas foram para a civilização, por religiosos, elas vieram a morrer.

Então, uma grande parte a sentido da nossa luta para assegurar qualidade do desenvolvimento de todos é a prevenção. E isso que nós não estamos vendo, é a prevenção. Esse investimento. E para lembrar o [inaudível], antes deixar este mundo, devemos estar certo de havermos tentado de melhorá-lo. E para lembrar a Gabriela Mistral, poetisa chilena, que foi o prêmio Nobel de literatura de 45. "Nós cometemos muitos erros e muitas faltas, mas o nosso pior crime é abandonar as crianças, negligenciando a fonte da vida. Muita das coisas de que necessitamos podem esperar. A criança não pode. A cada instante, seus ossos estão sendo formados, seu sangue está sendo produzido, seus sentidos desenvolvidos, a ela não podemos responder, amanhã, seu nome é hoje".

Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA

(PSDB – MS) – Gostaria de registrar a presença do autor do Projeto, ilustre Senador Pedro Simon entre nós. O Projeto importante, eu vi por esse primeiro tema que foi desenvolvido, que nós não tínhamos muita noção sobre isso, não é Pedro?

Com a palavra o Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema:

"Apego, resiliência e prevenção da violência". Os 20 minutos, o tema é... Eu vi que o Dr. Laurista foi rápido, foi uma máquina para falar. E é tão importante esse tema que a Mesa, com toda a tranquilidade, disse que teremos tolerância até para fazer um fecho mais tranquilo, mais próprio se desejar o palestrante.

DR. SALVADOR CÉLIA – Muito bom-dia. Estou muito honrado de estar aqui nessa Casa hoje, acompanhando um Projeto de um político que eu preso muito, Senador Pedro Simon, meu amigo, e que me deu a chance, durante o Governo dele, acompanhá-lo num Projeto social, chamado Projeto Vida, do qual ele foi o seu grande idealizador político, enquanto a gente colaborou num atendimento, vamos dizer, da parte mais dos estudos em que a gente conhece do ponto de vista de psiquiatria da infância e da adolescência e de bebês, e ser Professor que muito me honra da Universidade Luterana do Brasil em Canoas, do curso de medicina desses que se fundou em 1996.

Agradeço a todos aqui nessa Comissão. Nossa amiga Lisli, Laurista, todos aqui de Brasília que com seus cursos aqui em Brasília também colaboraram muito para a minha formação que iniciou, vamos dizer, há algum tempo e há 20 anos que eu venho nesse trabalho com a parte da primeira infância.

Bom, o Laurista me introduziu muito dos temas que iremos falar aqui, que seria o apego, depois eu vou falar em resiliência, vou falar em empatia e vou falar da violência. Na verdade, a violência para mim é um problema de saúde pública. Ela deixou de ser endêmica, ele é epidêmica, e cheia de focos, e nós temos que atender os focos. Tal como, Simon, fizemos lá na zona norte em Porto Alegre no nosso Projeto Vida, revitalizando a fábrica Cerâmica Cordeiro arrebentada que começava no bebê e terminava no idoso.

Então, nós temos que atacar esses focos da violência. E quero lembrar aqui que o Laurista citou, e eu vou citar alguns autores, gente, como Rods(F), estudando pessoas criminosas e depois aquele pessoal também em Lewis(F) que estudou aqueles meninos lá em Columbine, que mataram seus colegas e tudo, todos referem em seus estudos, na sua infância, maus tratos. Referem negligências, referem violências físicas, emocionais, abusos sexuais com a tendência de se perpetuar, esse é o nosso grande problema. Quem foi violentado tem 80% de chances de repetir o que se levou na vida.

Então, eu me filio a todos que pensam na Teoria do Apego que eu vou tentar explicitar mais para vocês que é a Teoria dos Vínculos. Eu entendo como muitos que é quem vai para a violência vai por aquilo que aprendeu ou por aquilo que lhe faltou. Alguma coisa que me roubaram, que me tiraram, eu, criança,

eu vou em busca de alguma coisa, atendo muito por ai essas minhas carências que são as teorias, principalmente do apego. E para entender apego, nós temos que pensar em interação, como disse o Laurista, uma interação recíproca entre a parte do gene e a parte do meio ambiente. Na verdade, pelos estudos que se vê de adotados, enfim, os mais variados estudos, se vê que muito depende da cultura, e ai está a importância dessa Casa porque tudo disse, como disse Nelson Mandela, "Precisa-se de uma comunidade para se educar uma criança", e melhor que vocês, ninguém. E vou citar exemplos para vocês, porque há anos atrás quando eu apresentei isso num Congresso de Psiquiatria aqui em Brasília, colocava que bebês, estudados em Chicago, e estudado nos Estados Unidos, em áreas de muito risco, de muita violência, medidos o cortisol, que é o hormônio do estresse, as mães apavoradas transmitiu para os seus bebês, porque corria bala naqueles lugares, se media o cortisol medindo as gotículas de saliva dos bebês. O que se viu? Se viu que o cortisol era muito alto. Quando tiveram Prefeitos, como em Nova Iorque, como Prefeitos de Chicago que mudaram esses bairros medindo o cortisol desses bebês, o que foi visto? Diminuiu o estresse e diminuindo o estresse facilita que os neurônios que se falou, que as sinapses ocorram. E tem a ver com vocês quando eu dei aqui em Brasília, na psiquiatria aqui, numa jornada comunitária riram, tenham fé nos políticos, pois é, nós precisamos ter fé em vocês. Essa que é a grande verdade, porque ai nós vamos falar do que eu quero falar, da resiliência.

Então, o gene que, às vezes, vem pré-determinado, ele pode mudar, reparem bem, ele muda porque ele vem com uma força, o genótipo, mas a fenótipo muda por causa da cultura, da ação cultural que nós exercemos. Aqui está a nossa responsabilidade como cidadãos.

Então, essa interação é muito importante, ela é recíproca não só de um lado, é dos dois lados, entre o gene, a biologia e entre o que nós estamos vivendo. O que é que cuida da gente? Quem cuida da gente? Pois essa interação, gente, é algo fundamental e se viu por um grande pesquisador chamado John Bowlby, um Psicanalista que modificou muito as teorias analíticas que ele tinha, que ele aprendeu com Freud, esse grande pensador, e ele veio com a idéia buscando nos animais, viu Simon? Foi buscar lá nos gansos, foi buscar lá com a Halow(F) quando estudou os macacos. Ele viu que Lorans(F) olhavam os gansos saindo da mamãe ganso e que ele viu que o grunhar deles, ele começou a imitar a mãe e caminhar que nem ela e os gansos saíam correndo, não atrás da mãe, mas atrás dele. E ele viu que muita das coisas desses vínculos

que a gente vem biologicamente programado para uma figura, se vem programado para a busca de uma figura, ele foi buscar nos animais, isso nos mamíferos. E ele notou, então, que a gente vem programado para se comunicar. E a gente, para se comunicar, vai depender de quem está do outro lado da linha, quem é o meu cuidador.

Então, a gente vem até para defender a espécie, meio que, está meio que preparado para isso. Eu vou buscar um relacionamento. Isso é extintivo, é biológico e eu tenho que encontrar no ambiente esse cuidador. Aí está a mágica de tudo, nós temos que pensar nos cuidadores.

Bom, nesse cuidado dessa interação do cuidador com o bebê, o bebê fotografa o que está ocorrendo, o bebê põe para dentro do cérebro dele esse tipo de interação que é internalizado para dentro dele, tipo fotografias e funciona tipo um modelo biocibernético, como eu estou falando para vocês a minha pressão arterial está aqui, o meu pulso, meus movimentos respiratórios estão ocorrendo sem eu ter cuidado, a mesma coisa é essa interação da mãe com o bebê, e o bebê com a mãe, ou do cuidador, já a gente diz a mãe, vai ser muito importante porque eu vou fotografar e vou colocar para dentro de mim, vai ser as minhas referências. Nada melhor do que um cuidador sensível, nada melhor do que uma mãe que tenha sensibilidade, nada melhor que uma mãe que saiba segurar o bebê, que saiba tocar o bebê, que saiba pegar o bebê, que toque é fantástico. A gente vai a Índia que é parecido com o Brasil, e aqueles bebês desnutridos não estão tão maus como os do Brasil, porque tem a **shantala** lá, e nós vamos começar num Município que eu adoro, que é Canela, um trabalho com as escolas públicas de Canela, usando **shantala** em todas as creches. Lá, os bebês da Índia são massageados com óleo mesmo com todas as dificuldades e os bebês conseguem assim mesmo se desenvolver melhor.

Então, eu vou internalizar as minhas imagens e vão ser modelos operantes internos do meu cérebro. Porque com oito meses a minha memória está desenvolvida. E eu vou poder saber quem é o meu cuidador, quem não é o meu cuidador. E aquelas experiências que eu tive, vou me preparar para ser autônomo ou ser independente, porque eu não posso ser simbiontico toda a vida da minha mãe. Eu não posso ter um País também simbiontizado, parasitário que tudo o Governo me dá. Eu tenho que ter autonomia, me depedizar, que nem os bebês precisam se depedizar. Mas isso só ocorre se tiver no cuidador essa figura emocional, essa figura que vai me colocar para dentro de mim, ela vai todas essas imagens. Essa mãe, a sensibilidade materna é fundamental, a sensibilidade do cuidador.

Olha que importância da cuidadora da babá, olha que importância da cuidadora da creche, porque aí que eu vou levar para o resto da vida como eu vou me referendar. Se eu vou ser seguro ou vou ser inseguro. E aí se vendo isso, se viu que a mãe contingente é a mãe que decodifica os sinais do bebê, ela sabe quando o bebê chora por fome, ela sabe quando o bebê chora por manhã, ela sabe quando o bebê chora também por dor. Ela, enfim, sabe quando o bebê sorri e isso é muito importante, porque, quando eu bebê noto que a minha mãe me entendeu e a minha mãe também me entende, e ela me entendendo eu vou fazer nascer em mim a coisa que os criminosos não tem, falta de empatia. Eles não têm empatia, eles precisam de empatia, porque eu só vou me sentir no outro se o outro olhar para mim. "O espelho da mãe é o rosto do bebê", disse Winnicott. Quem é essa mãe? E se ela está deprimida, como é que esse bebê, e aí está outro problema de saúde pública, que na carta de Canela, que nós trabalhamos lá na Semana do Bebê, já na nossa sétima, colocamos com a Deputada Maria do Rosário, grande incentivadora desse encontro Parlamentar, que a depressão pós-parto é algo muito grave, que eu vou conversar depois, que é um problema que leva também a vários problemas, inclusive, demais uso nas crianças, de Ritalina, estimulantes cerebrais que são usados demais no Brasil e em outros Países, porque o bebê está procurando uma mãe, uma pele psíquico-social, e ele fica então agitado porque nunca olharam direito para ele, e ele também poderá então ser opositor, poderá ficar violento e desenvolver a violência em função dessa depressão pós-parto. Se essa mãe foi então foi contingente, se essa mãe me entendeu, faz nascer em mim, bebê, uma função reflexiva. Isso diz Peter [inaudível] que trabalha na Teoria do Apego. O que é que é essa função reflexiva? Nasce da interação profunda com a minha mãe e antes eu dizia, Simon, eu penso, logo existo, não é assim. Eu só existo se eu penso, que a minha mãe pensa que eu penso.

Então, eu penso, logo existo, não é assim. Eu penso que tu pensas, eu penso que a minha mãe pensa que eu penso. Então, eu sou um ser pensante, eu existo. Eu só posso existir se o outro acredita em mim. Tem que haver uma interação se não eu sou um egocêntrico, eu sou egoísta, não saio disso. E aí então eu aprofundo a empatia e isso faltou para essas pessoas que sofreram todas as negligências, todos os abandonos. Essa função reflexiva, essa teoria de eu poder ler a mente dos outros, de eu me meter nos outros e sentir o que os outros estão sentindo. E esse ao nosso problema, é melhorar essas condições de vida para se diminuir, então, essa violência.

Então, essa empatia que nos criminosos que muitas pessoas não têm, nós precisamos cada vez mais prepará-lo e isso nasce da interação mãe bebê, ou cuidador bebê.

Descobriu-se que algumas pessoas, por maiores dificuldades que tiveram, isso é muito importante para nós todos porque traz uma mensagem de esperança, conseguem, e aí está um trabalho feito por Emilie Wener(F) no Havai, que ela teve uma satisfação que eu gostaria da ter tido na vida, seguir uma cultura de 700 pessoas, 44 anos já, e ela conseguiu ver com a equipe da universidade acompanhar essas famílias, o que aconteceu com esses bebês, 44 anos depois já casados, adultos, pessoas que estão na vida afora? E viu que dessas 700 famílias, 200 pessoas viviam em níveis muito desestruturados, tinham tudo, famílias desestruturadas, negligência, alcoolismo, pobreza com todas suas coisas se circundam a pobreza, e viu que 88 pessoas viviam muito bem, mas não eram super heróis, nem super **girls**. Eram pessoas bem adaptadas na vida.

Não era saúde mental ainda, mas eram pessoas bem adaptadas, que conseguiram vencer o estresse da vida. Quer dizer, eu tenho um problema que nem uma gincana, eu passo a etapa, em vez de cair eu vou para frente. E aí ela cunhou o termo junto com o Prof. Hater (F) lá na Inglaterra, resiliência, resiliência vem de resíliir, vão lá no Aurélio. Quando eu tenho uma bola de borracha, uma bola tênis, eu aperto essa bola de borracha o estresse é forte. Quando eu solto, ela volta ao normal, ela tem flexibilidade. Cuidem. Metaforicamente falando dos seres humanos, algumas pessoas têm a possibilidade de apesar de passar todos esses estresses, de se adaptarem à vida. Quem são esses resilientes? Aí é que está a história. Aí que vem a função nossa de cidadãos e vocês que nos dirigem no Governo, porque isso depende de muita política.

Temos de favorecer a resiliência, isso vocês têm de saber. Não é só resistir, é ter condições de adaptabilidade. São pessoas que poderiam ter e tiveram até pais separados, mas tiveram um vínculo com um deles. O vínculo. São pessoas que tiveram pelo menos um avô talvez, um cuidador muito bom, que tiveram escolas, que sabiam oferecer. Escolas abertas que nós precisamos abrir. O centro vida, Simon, que tu fizestes, aquilo precisa abrir sábado e domingo, Simon. Esse pessoal ainda não entendeu. Parece que, às vezes, não abre. Porque ali as pessoas vão buscar visibilidade como disse o Jimmy Stein(F), vão buscar pertinência a alguma coisa da arte, da cultura, do esporte, da cidadania, vão ter um grupo. Os resilientes gostam de estar em grupo, gente, gosta de viver em grupos. E vou ter também auto-estima.

Então, os resilientes têm uma outra coisa importante além de estar em grupo. Eles têm fé. Os resilientes acreditam em religião, os resilientes acreditam em políticos, olha a responsabilidade de vocês, porque a gente tem ter fé em alguma coisa e tem esperança. Não dá para nascer com lesão cerebral grave para ser resiliente, tem que nascer mais ou menos predisposto, mas temos que encontrar o ambiente. E aí, a resiliência não é mágica, depende de como nós organizamos essa cultura.

Então, eu me refiro a gente desenvolver essa cultura do apego, porque essa cultura do apego que é a cultura do vínculo, quando eu tenho boas relações, boas interações com os meus cuidadores, na hora dos riscos, na hora do perigo eu vou me lembrar que ela vai estar do meu lado, eu vou me lembrar do que eu recebi e se eu não recebi talvez eu vou ter uma psicopatologia no futuro que vai depender muito do meu problema de saúde mental, muito das minhas dificuldades no futuro, pelas carências que me deram.

Então, muito vai se jogar no início da vida, não só pelas sinapses para eu ser inteligente ou não, mas se eu vou ser um cidadão de bem ou um cidadão de mal, ou se eu vou ser um sofredor ou vou ser um cidadão melhor. Quando eu coloco para dentro essas boas relações, isso me prepara para enfrentar a vida. Eu tenho um apego seguro. Pois não é que os resilientes, por terem tido essas, encontrar no meio ambiente ceras considerações e cedas qualidades tenham um apego seguro.

Então, nós temos uma relação muito forte entre o apego, que eu costumo dizer, metaforicamente falando, que é uma vacina porque é a criação de um anticorpo não rejeitante, porque entrou para dentro de mim as relações da vida e eu me sinto mais forte, me sinto mais empático, eu me sinto com capacidade de enfrentar a vida. E esse apego me leva para a vida e, provavelmente, me leva também para eu não ter o problema de doença mental.

Muito da minha personalidade, gente, vai depender de como eu formei nos meus três primeiros anos. E aí um problema é transmitido, Senador Paim, que é lá da minha terra. E transmitido de geração em geração. Muitas vezes eu estou fazendo o que o meu pai me fez ou que o meu avô me fez. 80% das pessoas transmitem esse tal de apego, que é fundamental, mas 20% nós podemos mudar isso. E isso são culturas. E aí a gente começou, então, a trabalhar muito de como mudar essa coisa e formar uma sociedade de maiores vínculos. Não parasitários, vínculos que levam autonomia, porque diz o Prof. Brasido que quantas vezes esteve entre nós: "A meta do apego é o desapego, é a autonomia e independência para a gente não ser

um parasita". E isso serve para o Governo, isso serve para a gente não ser só monitorado pelo Governo, nós temos de ser pessoas criativas.

A partir daí me preocupei, desde os anos 80, em levar para as políticas públicas. Esses conhecimentos que foram passados para a gente, os franceses, os americanos, os ingleses, passar para as políticas públicas isso, porque estão ali as coisas para mudar a sociedade, até porque me interessa, porque eu vivo nessa sociedade. E dentro das coisas mais importantes que eu penso que consegui fazer, foram a capacitação das pessoas.

Comecei lá no Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1980 fazendo um Projeto que foi chamado o Grupo do Perfume, o grupo da perfumaria. Reparem só, viu Deputado Osmar, o Senhor que tem um belo Projeto, lá. Iam 30 psicológicos, pediatras e tudo, para discutir comigo o que nós íamos fazer nos postos de saúde de Porto Alegre, na grande Porto Alegre para atender mães e bebês, o pessoal dizia: "Olha aí ele é um psiquiatra sério, mas as mulheres lá não querem trabalhar no posto de saúde, estão fugindo para fazer essas frescurinhas de trabalhar mães e bebês". Quem sabe não tem mais esse problema do grupo do perfume. E aí começamos em 1983 a trabalhar isso e publicar os primeiros trabalhos e fomos adiante. E tivemos a oportunidade, então, de trabalhar com pediatras, o que me dei conta, como Laurista, o Prof. Márcio Lisboa, essas referências nacionais, que o pediatra é o primeiro agente de saúde mental, eu pensava isso. E aí comecei a trabalhar o pediatra. Mas o que é que tinha com o pediatra? Por exemplo, *British Medical Journal* é uma revista muito importante na nossa área, e ele traz um editorial sobre depressão pós-parto, 300 mães e seus bebês, no Reino Unido, foram consultar os pediatras [soa a campainha], 300 mães e bebês foram fazer suas consultas naturais, pois foram visto que 88 delas tinham depressão materna com grandes problemas para os bebês. Sabe quantos foram diagnosticados? 39, Osmar, só 39 pediatras mataram essa. Porque não foi ensinado para eles. Me dei conta que não adiantava só trabalhar pediatra e a Ulbra me ofereceu a oportunidade de no curso de medicina, em vez ver o cadáver, começar ao lado, lá na sua cidade, Paim, em Canoas, lá na Vila União nós estamos trabalhando, comecei lá na Vila Ipê em Porto Alegre. Nós fomos para lá e começamos a fazer visita domiciliar com os estudantes de Medicina, que logo ao entrar na maternidade, eles recebem uma mãe e um bebê. E levam um choque. Eles dizem para mim: "Salvador, nós estamos indo de aevental branco por causa dos traficantes, por causa

de todos os problemas". É verdade, mas na verdade o que assusta o estudante é que eles se encontram com o bebê, e o bebê que eles foram. Passa o filme, que bebê que eles foram quando pequenos?

Então, precisa muita supervisão. Imediatamente são Agentes de Saúde, fazem visita domiciliar semanal. Além de ajudarem a comunidade, sabe o que é que aconteceu? O bebê, o nosso grande professor da faculdade de Medicina, humanizou os médicos, ele é o professor da empatia, o bebê. Não dá para passar por um bebê sem passar todas essas emoções, todos esse conflitos. O bebê é fantástico.

Então, ele ajuda os estudantes de Medicina. E aí fomos adiante seguindo a Senadora Hillary Clinton, nós vimos então que numa das conferências da Casa Branca, o Prof. Brasido lançou a idéia de que porque não o dia da vacina fazer um Projeto de olhar mães e bebês? Tomei meus estudantes de Medicina junto com o Prof. Odon Cavalcanti, grande colaborador, fomos para Canela que nascem 700 bebês nessa cidade da 38 mil pessoas por ano e começamos a fazer um teste, que hoje a Unicef, breve vai lançar, para cuidadores, para pais, para professores, para educadores, para ver como está a interação mãe e bebê. Pedimos cinco minutos para ver a mãe e o bebê na hora da vacina. Porque no dia da vacina o pessoal lá na vai por doença, vai para buscar vida. E aí nós olhamos como é que a mãe se relaciona com o bebê, como ela fala com bebê, como ela segura o bebê. E damos um xerox. "Se você, mamãe, não cantava com o bebê, cante. Se não massageava, massageie, se você não falava, fale". E quando o bebê tem alguma tendência, na interação mãe bebê, custa dez centavos esse xerox, elas põem junto com a carteira da criança no dia da vacina. O que é que acontece? Elas seguem isso e muitos dos pequenos problemas de falta de estimulação dos bebês, as mães não tinham informação. Elas começam a fazer isso.

Fruto disso nasce então a idéia... Porque Canela, Simon me conheceu lá trabalhando em Festival de Teatro Comunitário e viu que eu trabalhava no Governo dele, junto com o Prof. Apel(F) da Secretaria de Cultura e criamos lá o Festival de Teatro de Canela, que melhorou muito a auto-estima da cidade, porque Gramado, essa bela cidade, tem o Festival de Cinema. Canela tem o seu Festival de Teatro, Festival de Boneco, e ele me levou para o Governo dele parar trabalhar um Projeto do Bebê ao Velho, talvez porque tinha filhos adolescentes, na época.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) [pronunciamento fora do microfone] ... A vila, com o pessoal da vila fazendo teatro.

DR. SALVADOR CÉLIA – Exatamente. Vimos que na vila, então tinham 16 grupos de Canela nas vilas lá fazendo teatro, então ele me levou para lá e deu o Projeto para a gente desenvolver o Projeto na vila.

Bom, aí nos demos conta que em Canela tínhamos um jeito de trabalhar. Levarmos esses bebês para os Agentes de Saúde quando havia tendências nos problemas de interação, e foi crescendo a idéia. E aí junto com o Governo Municipal de Canela, junto com a Rádio Clube de Canela, a rádio é fundamental no interior, gente. Junto com o **Jornal de Canela**, junto com Lions, Rotary, associações comunitárias. Criamos um Projeto para sensibilizar a comunidade como disse nosso Mandela, “Necessita de uma comunidade para criar uma criança”, e criamos a Semana do Bebê.

A Semana do Bebê de Canela é um ato para sensibilizar a comunidade, informar pais, trabalhar a comunidade durante uma semana para se sensibilizar aos primeiros cuidados. O bebê que nasce sempre no terceiro fim de semana, terceiro domingo depois do dia das mães, à meia noite começa a Semana do Bebê. O primeiro bebê que nasce, ele é o Prefeito da cidade, e recebe a chave da cidade como um modelo, porque os Prefeitos são bem tratados, então o bebê tem que ter mordomia para mostrar que todos os bebês de Canela precisam ter esse trabalho. Pelo trabalho lá dos Pediatras, de todo o pessoal dos Agentes de Saúde, a mortalidade infantil baixou bem, está em nove agora, baixou bem. Lá se trabalha muito bem lá naquela cidade, tanto em educação e creche. E lá nós trabalhamos então as fotos dos bebês, quando não tem possibilidade de ter uma foto o bebê, os fotógrafos profissionais, junto os Agentes de Saúde mandam uma cartinha, eles tiram a foto e colocam nas vitrines. Se faz a escolha das melhores redações e a Câmara Legislativa dá o troféu Semana do Bebê. Fazemos oficinas, levamos outras Faculdades da Ulbra a trabalhar em Canela, nos bairros, nas igrejas e com a população que trabalha em Canela com isso. E, no momento, há dois anos, junto com a Deputada Maria do Rosário, criamos lá o encontro Parlamentar, onde fizemos a carta de Canela, que já se encontra aqui, onde colocamos lá a necessidade de se prevenir muito bem a depressão pós-parto e melhorar muito a creche.

Bom, se faz um cenário internacional que muito meu amigo Laurista, com meus colegas franceses que ele sempre traz, tem ido lá, e colegas que mostram os seus trabalhos e concluímos com a Semana do Bebê.

Eu queria passar as fotos desse ano para mostrar para vocês o que nós fizemos. Simon, convidamos o pai do Zezé di Camargo e Luciano. Sr. Francisco e a D. Helena. A Dª Helena adoeceu. O filme “Os Dois Filhos

de Francisco” é maravilhoso. Exemplo de fé de um pai, de uma mãe que segurou a barra, de resiliência. Ali o nosso diretor Luciano Moreira da faculdade de medicina, Semana do Bebê, família com amor onde tudo começa. Simon, o filme passou em todos os colégios de Canela e foram discutidos. Levaram cinema humanista para discutir, isso é saúde mental também bem integrado. Foram feito mais de três mil redações que os professores do Rotary Clube cuidaram. O Lions cuida das fotos, e se escolheram as melhores redações.

Sr. Francisco que chegou lá com um bebê. Ele é um exemplo, quem conhece esse filme, o filme mais visto no Brasil até hoje, de resiliência e de fé.

Então, se debateu muito o filme, lá. Aqui o Seminário Internacional, ele dando depoimento, dizendo assim, dizia para o filho: ou a bola ou a viola, não tem outro jeito. Quer dizer, realmente ele tinha fé nos filhos, e ele saía a telefonar, põe aí “É o amor”. Você se lembra do filme, esse filme é maravilhoso. A nossa Vice-Prefeita, a passeata dos bebês com ele puxando o carrinho. Estava frio no domingo. E aqui uma estátua da nossa querida escultora Arminda Lopes. Um ponto para solidificar, para simbolizar aquilo que nós queremos dizer assim: “Como é que vamos proteger a violência?”. Vamos tirar a violência pelo direito à infância. As pessoas, os bebês têm que ter o direito à infância, precisam ter uma mãe com o pré-natal, não como está só ali quatro vezes por semana. Tem que ter seis vezes. Não é isso, que tipo de pré-natal nós estamos fazendo com essas mulheres? Será que essas mulheres conseguem falar com seus pré-natalistas? Nós temos que ter o parto mais humanizado, a presença do pai, as doula que acompanham as mães, O aleitamento materno é muito necessário. Claro que é. Mas não pode ser intrusivo. Os avós, nós temos muito ainda, os avós japoneses, alemães, italiano, portugueses, cada vez a família está mais desestruturada, mas nós temos que buscar o papel dos avós e nós temos que então fazer creches de bom nível, como disse a Sociedade Americana de Pediatria, no máximo para um três ou quatro bebês, com bom educadores para que sejam internalizado lá dentro dos bebês. Certamente nós vamos diminuir algo que a Brooke Shields nesse livro maravilhoso, “Depois do parto, a dor” diz: “A depressão pós-parto... – que diz – eu achava que não ia ter isso”. A depressão pós-parto leva os bebês a terem problemas de hiperatividade, déficit de atenção, problemas agressivos e, às vezes, os bebês são escolhidos pelas mães para serem antidepressivos. Isso é muita coisa para um bebê. Eu diria que, se nós estudarmos a capacitação das pessoas, mobilizarmos a comunidade, reforçar as competências familiares, com faz a Unicef, mínimas coisas que os pais fazem, temos

que reforçar, informar a comunidade. E cabe então a vocês os políticos fazer esse grande mutirão, porque as políticas públicas dependem muito de vocês, para a gente pelo menos tornar a violência endêmica e não tão epidêmica. E na cultura do apego, é na cultura do vínculo que a gente forma um cidadão mais saudável ou menos saudável. Muito obrigado.

(Palmas.)

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA

(PSDB – MS) – Obrigado Dr. Salvador pela brilhante palestra. Eu ainda registro a presença da D^a Regina Orth, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê e também da D^a Ivete Simon, esposa do nosso Senador Pedro Simon.

Eu gostaria também de ainda dizer sobre a Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba, de que ela tem um Projeto já, realmente foi votado e aprovado lá na Assembléia de Prevenção da Violência com Investimento na Primeira Infância, já sancionado pelo Governador.

Passamos a palavra a ilustre palestrante Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatria e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília. Tema: "Prevenção da violência".

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e dizer a vocês que há 20 anos eu esperava falar num seminário desse tipo. E aconteceu uma coisa muito interessante, porque eu fui convidado para vir aqui hoje e, no dia 9, eu vou coordenar um Fórum sobre este tema que está sendo tratado, onde nós teremos dez conferencistas, inclusive juiz, advogados, assistentes sociais discutindo prevenção à violência.

A primeira vez que me despertou um interesse pela violência foi lendo um livro que foi do meu pai que era médico e lá falava sobre a proteção na infância. Eu comecei a ler o livro que tinha PH, Y, dois LL e era muito atual. E uma das frases que tinha nesse livro era assim: "Por que é que será que as autoridades, os governantes, os políticos que sabem que a criança abandonada de hoje será o malfeitor de amanhã, não fazem nada para prevenir e existência da delinquência?" Eu fui ler a data, 1914, Franco Vaz. E ele diz nesse livro isso que vocês ouviram, não atualizado assim, ele escrevia isso nesse trabalho em 1914. E o que é que fizeram? Não fizeram nada, nada do que ele recomendava, nada. Para não dizer que não foi feito nada, fizeram ao contrário do que ele dizia. Porque ele dizia naquela época nesse artigo, "Não prendam as crianças, porque prender crianças é a forma de formar demônios que são soltos nas ruas". Se ele escreveria naquela época. E eu como pediatra há 55 anos, nunca entendi resolver problema com punição.

Punição, prisão que existe é para afastar os criminosos para que nós tenhamos tranquilidade. Não é resolver nada. No dia 9, vou lançar o livro que eu queria lançar hoje, mas há um atraso que é a "Prevenção à primeira infância e às raízes da violência". Porque aí é que nós temos de atuar.

Eu quero projetar o primeiro. E eu tenho uma... Eu acho que violência é prevenível. Agora existe uma confusão muito grande do Governo entre combate e prevenção. Combater a violência é um problema do Judiciário e dos órgãos de segurança. Prevenção de violência é um problema pediátrico, tem de ter pediatra, assistente social, educador, psicólogo, não é um problema...

Orador Não Identificado – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – psiquiatra da infância também, lógico. Não é problema de justiça, não é problema nada, é problema nosso. E o que mais me angustia nesses 20 anos depois que eu fiz esse trabalho, é que todo os seminários que são feitos sobre "prevenção", entre aspas, de violência, nenhum desses que previne a violência é convidado. Sempre tem juiz, juizado da infância, assistente social, mas nós que sabemos como é que vamos resolver o problema nunca somos ouvidos. E eu vou mostrar a vocês, por quê?

Então, é o seguinte, como sabe, agora está na onda o celular, é o celular tem que fechar. Não sabe prevenção. Então o que está sendo feito é o seguinte. Chegou até dizer o seguinte. Programa de combate à violência, iluminação está lá dentro. Tem tudo, vocês vêem o que já está sendo feito as coisas. Delegacia da Mulher, Delegacia da Criança, Conselho Titular não sei de quê, Conselho Titular do outro. E vem escritório de Defensoria, Conselhos Municipais de Prevenção da Violência, conscientização da população que já está absolutamente conscientizado, todo mundo está apaixonado com a violência. Não preciso dizer que mais a violência é um problema, é uma epidemia, é um negócio horrível, porque todo mundo sente isso, todo mundo já teve um parente, um amigo que foi assaltado, que foi morto.

Então, vem isso tudo. A polícia, aumento do efetivo. Quer dizer, uma das coisas que a gente vê mais é o seguinte, mesmo a sociedade acha, tem que por polícia na rija. Você pode por quantos vocês quiserem, quantos. Pode por polícia que quiser, porque polícia não resolve, porque nós estamos fabricando delinqüentes. E vocês vão ver a fábrica de delinqüente que tem de acabar. Nós estamos fabricando bandido, nós estamos fabricando indivíduo sem moral, é indivíduo sem princípios, sem valores. E aí então vem a polícia, vem e põe e reequipa, não, sai o programa de

combate... 1.500 ambulâncias, têm essas últimas ambulâncias já estão dando problema. Vem ambulância e vem carro da polícia, motocicleta e põe cachorro. Combater pobreza e desigualdade como se o pobre fosse também a causa de banditismo. O pobre é o que mais sofre, porque se o pobre não fosse honesto, descia a Rocinha na Barra na Tijuca, e acabava com a Barra da Tijuca. Eles não descem, porque eles são honestos e eles sofrem muito mais do que a gente.

Desigualdade social ser causa de violência? Nunca. Não é causa de violência. É o fator predisponente, não determinante. Não é um fator determinante. Pobreza não é determinante. E existe uma confusão entre fator determinante e predisponente. Determinante é aquele principal, é o quê? É o vírus da pólio que existia, é o determinante. Predisponente aí vem tudo, quem é que encontrou com outra pessoa com pólio e tal. Inventaram a vacina, acabou a pólio há 10 anos no Brasil.

O seguinte, destruir brinquedos parciais, Meu Deus! Eu matei um número grande de meninos, matei índio quando era criança, tinha dois revolveres de espoleta, tinha metralhadoras, todos os meus amigos andavam armados até os dentes, nenhum virou bandido. Eu não conheço nenhum que virou ladrão, nem bandido e nem nada. Brinquedo não tem nada. O que tem... O problema não é o brinquedo. E quem está com a mão no revólver. Esse que é o perigoso.

Então, diz o seguinte, o Senador Pedro Simon perguntaria, o Senhor teria mais medo de uma bomba atômica na mão do São Francisco ou de uma navalha na mão de um bandido? Não é? Porque o São Francisco não vai jogar a bomba, o bandido com a navalha ele faz um estrago muito grande. O problema não é do revólver, o problema é de quem tem o revólver.

Então, tira o revolver todo e diz: "Pelo menos, as crianças não morrem de acidente em casa". E, mas a criança morre muito mais de beber remédio do pai e da mãe do que de revólver em casa, por exemplo. Desarmar a população, combater a impunidade que é dificílimo. Por quê? Porque os corruptos estão aumentando em progressão geométrica e nós estamos tentando resolver esse problema com mecanismo e progressão aritmética.

Então, cada vez mais tem corrupto. O jornal de hoje e de ontem, toda a página tem um corrupto, tem um corrupto ali dentro. Combater o narcotráfico, já hoje, essa reunião nossa da semana que vem, quase faliu, porque eu queria fazer uma reunião para prevenir a violência e lá o nosso, eu sou da Academia Brasileira de Pediatria, e lá o Presidente disse o seguinte: 'Lisboa, isso aí não adianta nada, acabamos com o narcotráfico que acabou com o problema da violência no País'. Meu Deus, nós estamos conversando hoje aqui

e vamos conversar dia 9, não é acabar o narcotráfico é acabar com pessoas que traficam drogas, é acabar com pessoas que se drogam. É isso que se trata essa reunião aqui e a reunião da semana que vem. E vai lá contrabando de armas, distribuir cartilhas e aí vem uma coisa... Eu sou da época que foi criado o SAN no Rio de Janeiro em 1948. Eu passava pelo SAN para dar plantão, aquilo lá em 48 era uma fábrica de criminosos. Todo mundo dizia que o egresso do SAN é o grande bandido, naquela época. Aí vem Funabem, Feberm, Caje e aquele negócio todo, e sempre enchendo mais e sem lugar. Depois vem construir penitenciária de segurança máxima.

Quer dizer, nós temos que resolver o problema o seguinte: Os criminosos estão aumentando, mais cadeia. Porque é que pára de fabricar criminoso? Porque eu não consigo entender isso. Agora, o problema, meus amigos, que as causas que deram a violência são conhecidas. Elas são conhecidas pelos Pediatras, pelos Psicológicos, vocês viram aqui dois conferencistas falando sobre isso. A gente conhece, porque é que a gente não tem a oportunidade de dizer como é que nós vamos parar de fabricar em vez de fazer penitenciária à vontade? Os planos de combate à violência, coisa interessante, devia chamar, planos de promoção da violência. Porque existe uma relação direta em cada plano que sai, aumenta a violência, outro plano... "Pôxa, vai sair um novo?".

Então, nós estamos perdidos, vai sair um plano novo que vai acabar tudo. No outro dia a violência dobrou. É só vocês conferirem. Aqui em Brasília, nós tivemos três ou quatro. A violência hoje está muito pior do que antes do primeiro.

Então, o resultado disso, vocês estão vendo. As pessoas estão em pânico, inseguras, impotentes, acuadas, aprendendo a usar armas ou recebendo lição de defesa pessoal. A mídia relata um crescente episódio de violência. Nas capitais mais de metade da população já foi vítima de algum tipo de violência. A polícia instrui a população a se defender. Cartilhas à vontade. Quando você entrar no carro, como você se faz. Quando você entrar no banheiro público, como é que se faz. Quando você chegou no caixa eletrônico, o que você faz. Tudo assim, como se nós fossemos responsáveis. Quer dizer, hoje, eu sou responsável pela minha segurança, porque ninguém pode resolver o meu problema. Fazendas são invadidas, mata o fazendeiro, mata operário, e o futebol, mata uma porção de gente, a torcida mata, cresce o número de empresas de segurança, aumenta a violência doméstica, aumenta a corrupção, roubo, assalto, seqüestro, homicídio... Isto com todos os planos que fizeram de combate à violência nesse País. Está tudo muito pior.

A polícia temida pela população, principalmente pelos pobres, aumenta o número de corruptos, inclusive entre parlamentares, governantes e magistrados e policiais. As pessoas se defendem construindo quartéis em casa, grades, muros, contratam segurança, instalam equipamento eletrônicos, usa o carro blindado, helicóptero, os presídios e centros de recuperação estão superlotados, fuga todo o dia e rebelião todos os dias.

Embora paradoxal, quanto mais Plano de Combate à Violência implantado mais o problema piora. Por quê? Os Pianos de Combate à Violência não visam prevenir os desvios de conduta da personalidade, do caráter responsável pelo menos do número de delinquentes, e sim combater os crimes, usando para isso medidas punitivas e restritivas, enchendo os presídios e tentando "recuperar, entre aspas, portadores de grave distúrbio de conduta, boa parte recuperáveis.

Então, aí vocês têm no centro, o errado é o do centro, é o camarada que está ali. No dia que vocês apertarem muito e protegerem muito os bancos, eles vão roubar carro forte. No dia que o carro forte ficar difícil, eles vão ser traficantes. No dia que vocês... Vão roubar vocês. No dia que a coisa apertar mais... Porque o que está errado é o do meio, é aquele ali, aquele é que mata, aquele é que estupra, aquele que é narcotraficante e aqui ele está mal formado, aqui ele está doente e nisso nós não nos preocupamos.

Fatores determinantes, causa do comportamento anti-social, gestação não desejada, isso já foi falado aqui. Na França tem um serviço só para entender gestantes que não querem os filhos. Eu sou pediatra há 55 anos. Quando nasce uma criança que a família não quer, pobre ou rico, vai começar a vida mal. A criança que nasce, já foi falado aqui antes, o bebê que não é querido, não é amado começou uma história, começou o primeiro passo para a violência. Ambiente familiar, os pais e mãe, o exemplo do pai, exemplo da mãe, se o pai é violento aí perpetua a violência. Pai violento, filho violento, neto violento, vocês perpetuam o ciclo da violência.

Lar desestruturado, falta de limites, disciplina e valores. Falta de valores é uma coisa importantíssima, eu estava até comentando que, quando eu fiz o meu curso primário, eu primeiro, os valores são dados em casa depois na escola. Quando eu fiz o meu curso primário, tinha um livrinho que chamava-se "Compêndio de Civilidade", que todo mundo tinha que aprender. Como é que trata o seu professor, como é que trata a sua pátria, a bandeira desse País. Bandeira hoje tem gente que põe até para fazer cueca. Isso aí é um absurdo. E uma coisa que não poderia acontecer nunca. Nós cantávamos o Hino Nacional todo o início do es-

tudo pela manhã. Quer dizer, e tínhamos esse ensino de valores nas escolas. Hoje eu me pergunto, será que creche e escola maternal está ensinando valores para a criança? E valores não se aprendem. Ser honesto é ensinado, tem forma de ensinar, tem forma. Quando nós falamos com um filho da gente que trouxe o troco errado e ficou feliz. Meu filho, isso está errado, isso é desonesto, você tem que devolver o dinheiro. Quando nós estamos fazendo isso, nós estamos ensinando valores. Valores têm de ser ensinado na escola, princípios têm de ser ensinado na escola. Porque se não o que a gente vê hoje, o aluno chega mete o pé em cima da mesa para falar com o professor. Como é que é isso? Os professores têm medo de ir para a aula? Agora estão pondo equipamento para identificar se o aluno entra de revólver, igual aeroporto. Já tem escola que faz isso e tem escola que os professores recusam a ir com medo de apanhar dos alunos.

A baixa auto-estima é outra coisa, também. Isso de falar para o filho você é incapaz, você é burro, você... Tem que dizer a família que isso aí prejudica demais a auto-estima e que grande parte dos delinquentes tem a sua auto-estima baixa.

Privação materna. Bowlby acha que como causa isolada, a privação materna é a mais importante nos genes da delinquência, privação materna. Falta de mãe. Porque foi dito aqui antes, porque tem um vínculo, o apego, a criança que não tem apego com a mãe, com a família, não tem apego com ninguém.

Então, quando você vê um criminoso aí falar na televisão assim: vocês viram a insensibilidade dele, chegou lá e disse: "Matei mesmo. Matei meu pai, podia matar a minha mãe, é porque vocês chegaram na hora e não matei. E fica assim todo mundo. "Como? Matou o pai?" Aquele não era pai dele, não. Aquele gerou. Aquele era um cara que tinha na casa dele que nunca teve vínculo de amor, nem nada.

Então, o vínculo é uma coisa importantíssima. O apego é importantíssimo, a mãe é importantíssima. E nós estamos separando muito a mãe da criança, inclusive com o ir a creche muito precoce.

Então, falam assim: "Ah, mas não pode... A mãe trabalha". Eu sei, mas nós temos que mudar as creches. As creches têm que saber que a importância do bebê para a sociedade não sabe que o período mais crítico de formação do ser humano vai da concepção aos seis anos. E seis anos, vocês todos nesta sala, a sua personalidade todos aqui foi formado até os seis anos. Vocês são hoje o que eram com seis anos.

Então, ou as providências são tomadas antes de seis anos ou o corrupto está formado com seis anos. E aí vem os fatores predisponentes. Aí miséria, desigualdade social, tráfico, armas e aí são coisas predis-

ponente. Se ele já tem a semente da violência dentro da cabeça, se ele já tem a violência, aí é só deixar entrar os predisponentes que ele vai virar um bandidinho. Agora, se ele não tem, por exemplo, a televisão, "Ah, mas a televisão. Ontem mesmo me perguntaram: "O senhor não acha que a televisão é um fator que aumenta a violência?". "Não". Determinante, não, porque o sujeito mal formado, a criança bem formada, estruturada pode ver a violência que quiser na televisão, ele não faz nada. Agora, esse que tem a semente da violência, que foi... Mas quando você tem a semente da violência que foi uma criança que foi maltratada, não tem apego e não tem nada, a televisão é extremamente perigosa, porque esses são os suscetíveis aos programas de televisão. Fatores entediantes: Drogas, álcool, arma, emoções, raiva e prazer. A semente da violência é implantada na criança antes dos seis anos. Último, acho que é o último. Não podia também dizer como é que nós devíamos atuar. Que dizer isso tudo e não dar a nossa idéia de como a gente prevenir, primeira coisa paternidade responsável. Vocês vêem que não está escrito nem planejamento familiar, nem controle de natalidade. Paternidade responsável é se você quer o filho e se não quiser o filho, tem que ter algum organismo, alguma coisa que convença as mães da importância dessa criança ser amada quando ela nascer. Assistência pré-natal para que no pré-natal isso tudo que a gente falou de apegos, tudo que foi falado aqui, a importância da mãe coçar a barriguinha e dizer meu filho e não sei o quê... E o pezinho dele aqui, o pezinho... Isso é extremamente importante, tem que ser falado no pré-natal. Agora, chega lá mede a barriga, a senhora está com a pressão normal. Não é só isso. Nós temos que, no pré-natal [soa a campanha] também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Não se incomoda com o tempo, não, até onde o Senhor achar...

Dr. Antônio Márcio Lisboa – Tá. [risos] Mas eu já estou acabando. [risos] Amamentação por quê? Eu custumo dizer, a amamentação se não tivesse nenhum valor, tem um que é fazer com que mãe e filho fiquem juntos. É o apego. Quer dizer, aí não tem jeito. Ela pode mandar outra pessoa dar a mamadeira, a mamadeira é outra pessoa. Aí não, nessa hora ela tem que ficar junto com o filho. Esse nesse junto, olha o menino, o menino olha ela, a troca de olhar e aí vocês têm a instalação do apego essencial para que esse indivíduo tenha sensibilidade, tenha amigos, tenha relação com os outros. Porque sem apego ele vai se relacionar mal com todo mundo.

Prevenção da separação mãe e filho, isso aí é importantíssimo. Agora, aí vocês vêem a doação que

vem lá baixo, o lar substituto, mas aí é a adoção. Vocês vêem que os Pediatras, as crianças ficavam junto com as mães, depois passaram a ficar no berçário e a mamar de três em três horas. Os Pediatras chegaram a conclusão que essa separação pequeninha das mães, era nocivo para o desenvolvimento emocional de algumas crianças, não eram todas.

Então, o que aconteceu? Aí voltamos todos a mandar a mãe... Nasce e fica com a mãe. Por que nocivo? Como é que nós podemos aceitar a criança no local esperando a doação três meses, quatro meses, se nós sabemos que a formação do vínculo disso tudo, é importante no sentido de nós não termos a delinquência? Como é que é isso? Não pode. A doação tem que ser feito o seguinte. No outro dia tem que ter mãe, tem que ter família. Agora, "Ah, mas vai vender o rim, vai vender o cérebro, vai vender o pescoço". "Adotou, mas nós vamos visitar a senhora todo o dia. Vai levar, mas a senhora não vai ficar livre da gente". Tem que haver uma observância, uma vigilância, uma supervisão dos meninos que foram adotados. E outras, às vezes, falo assim: O filho adotado tem uma coisa que... Dentro desse livro que eu escrevo, que a coisa que eu acho mais estranha é que tem pais adotivos que gostam tanto dos filhos que eles ficam parecidos com as crianças. Eu tenho unia porção de criança adotada que fica igual o pai, a menina fica igual a mãe.

Então, eu custumo dizer: "Será que o amor faz até mudar a fisionomia do outro?" Porque fica parecido.

Lar substituto é outro ponto importante. Lar substituto, violência doméstica, a criança não pode ficar na família. Aqui tem um capítulo nesse livro, só sobre violência doméstica o que faz com as crianças. Tem que tirar, tem que dar uma família para essa criança. São os lares substitutos, onde ele tem que ficar e levar uma vida de família, ele não pode ficar apanhando. Porque senão ele vai ser um violento amanhã.

Pais: O exemplo dos pais. A atenção, o amor, segurança... Isso aí foi falado aqui também. Os médicos, desde Descartes, Descartes decapitou a pessoa. Para ele, daqui para acima, são outros médicos, são os psiquiatras, psicólogos, daqui para baixo é o Médico.

Então, o que está acontecendo? É que a saúde física do Brasil, de todo mundo vai muito bem, os transplantes, a tecnologia, a mortalidade infantil caiu, 9 aqui. Estava no meu tempo de recém-formado estava em 100, 120, caiu muito. E a saúde mental? Está abaixo. Porque nenhum Médico entende nada, ou praticamente nada de saúde mental. Se um perguntar a um Pediatra, "Meu filho vive agarrado na minha saia o dia inteiro", nasceu o irmãozinho, o Pediatra não sabe orientar. Ele fica só perguntando, "Ele está com diarréia? Está

com febre?" Ele não sabe orientar, mesmo. Um filho birrento, ele não sabe, nesse nível. "Meu filho está me mordendo o que eu faço?". "Ah, não sei a Senhora vá um psicólogo". Pôxa, tenha paciência, porque quem está na linha de frente é o Pediatra, não é o Psicólogo. Ele tem que saber isso, lá na linha de frente por causa da saúde mental da família.

Família e escolas: Limites, disciplina, valores e auto-estima. Isso é essencial para nós termos uma personalidade sadia. Outro ponto é lazer, brincar. Hoje a criança rica, ainda mais a rica, ela vai para a aula de inglês... Tem uma pessoa que virou para mim num almoço, até foi uma pessoa que foi uma alta figura, importante aqui em Brasília, estava no Rio, e falou assim: "O Senhor é Pediatra?". "Sou" "Eu tenho uma netinha que está numa experiência pedagógica muito boa". "Ah, sim, qual?". "Ela está aprendendo inglês com oito meses". E falou assim: "O que o Senhor acha?". Eu falei: "General, eu tenho muita pena dela". Uma criança de oito meses aprendendo inglês, General, tenha paciência.

DR. SALVADOR CÉLIA – Se o Senhor me permitir, eu queria dizer o seguinte, surgiu aí nos Estados Unidos por essas redes de televisão, TV para bebês, que se descobriu que 68% das crianças até os quatro cinco anos fica em casa vendo TV. Pois surgiu TV para bebês, não para pais, para os bebês passar o tempo, muito bom tu colocar. Brincar não se fala mais, não se brinca. TV para bebês olha onde nós chegamos, Senador.

(risos)

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Mas a brincadeira acabou. Então, o menino sai de casa vai para o inglês, vai para a natação, vai para o jiu-jitsu e vamos para o consultório pedir fortificante, porque o menino está ficando muito cansado. Eu falei assim: "Mas vem cá, a Senhora está dizendo que tem esse problema, mas ele trabalha o dia inteiro". "Não, Senhor". "Ele pediu pelo judô?". "Não, eu achei bom para ele. Ele pediu para ir à natação? Não ele pediu para estudar inglês com três anos?". "Não". "Então, minha Senhora, deixe ele brincar, esse cara não precisa de fortificante coisa nenhuma, ele tem que brincar, ouviu?" E a brincadeira, os brinquedos que são as coisas mais importantes na vida de uma criança estão sendo jogados para o lixo. E isso também fabrica delinquentes.

Cumprimento pelo Governo que preceitua o art. 207, isso é o mais importante. Aquilo lá tem uma coisinha escrita assim, com prioridade. Vocês me desculpem, mas os Bancos nesse País tem muito mais prioridade do que a criança, lamentavelmente. E aí nós vamos, o que vocês quiserem, mas a nossa criança... E outra coisa muito interessante nessa minha vida de

55 anos, com todo o tipo de pessoa desde Ministro, o problema é que na apresentação pública...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu tenho 80, quase 80. [risos] Mas aí, em público a criança é prioridade. Se nós fizermos uma reunião aqui agora de Deputado, Senador, Político, Médico e Advogado e falar assim: "Vou fazer esse trabalho para a criança, a semana da criança e vou dedicar dez milhões de reais". Todo mundo bate palma, "Isso mesmo, isso mesmo". Sai daqui entra na casa do lado. Eu vim buscar os dez milhões. "O que, Lisboa, dez milhões? Você está pensando que a gente...". "Mas o Senhor não disse...?". "Não, aquilo eu tive que dizer, você sabe como eu ia falar na frente de todo mundo, aquele montão, mil pessoa, o Senhor acha que não dava dez milhões". "Mas então não vai ter nada?". "Não, nós vamos ver aqui uns cinqüenta mil a gente consegue". [risos]

Então, esse é muito importante para que a criança tenha com prioridade, tudo aquilo que a Constituição Federal diz. Eu acho que foi o último. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu acho que todos nós estamos pensando que estamos vivendo um momento precioso de uma Audiência Pública no Senado Federal. E que está sendo passado para o Brasil todo. Eu registro mais a presença da Profª. Ledja Austrilino Diretora do Escritório ULBRA em Brasília.

Bom, vamos passar as considerações dos Srs. Senadores e Senadoras. Primeiramente seria autora do Requerimento, mas parece que trocou com o autor do Projeto. Cedeu para que o autor do Projeto, o Senador Pedro Simon, fizesse suas considerações, perguntas... Eu acho que nós devíamos, o autor e a requerente fazem as colocações e se tiver alguma pergunta respondem. Depois de três em três a gente faz o trabalho de resposta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Primeiro lugar, muito obrigado. Eu quero dizer que vou sair entusiasmado daqui, não a ponto de dar cinqüenta milhões ou cinqüenta mil, porque eu não teria condições [risos]. Eu quero trazer, eu acho que é obrigação minha, dois exemplos que eu vivi com o Dr. Salvador Célia. O Dr. Salvador Célia é uma pessoa fantástica, vale a pena fazer uma visita a Canela, uma cidade turística do Rio Grande do Sul é ver o que ele fez. O que ele fez num bairro que era considerado o bairro mais violentos, o mais radical, o pior bairro de Canela, e ele educou aquelas crianças, criou um grupo de teatro e hoje eles tem um grupo de teatro de primeira grandeza. O índice de violência do bairro é zero. Ele criou em

Porto Alegre, ele foi o homem da idéia de tudo. Tinha uma fábrica enorme, um monstro de uma fábrica que tinha falido, e ele chegou lá e fez uma proposta que no início que eu achei maluca, mas depois era sensacional. A idéia dele, imagine se os Senhores, se a gente fizesse isso nos grandes bairros, nas grandes cidades de Porto Alegre. Ali na zona norte, que era a zona mais abandonada, a mais esquecida, ele fundou uma escola de vida. É uma enorme área onde tem o pré-natal, tem as crianças estudando, tem as Senhoras discutindo, o Clube de Senhoras, o clube dos Idosos, tem um local da delegacia, onde ali eles tiram a carteira de identidade, a certidão de nascimento, todos os negócios necessários. Tem ali todos os atendimentos que ali ele aprende a ser cidadão, ele aprende da conviver, tem escola de música, tem escola de teatro, tem escola de dança, tem CTG. Tudo que se possa imaginar, ali é uma cidade em miniatura preparando o cidadão para viver na sociedade.

Olha, é uma coisa tão espetacular que eu fico doente quando eu não vejo as pessoas, o Governo não entenderem a importância de levar uma coisa dessas a visto. A importância de ver, eu falo com essas pessoas que convivem ali, que vivem ali é outra gente. Eles discutem o destino dele, eles são donos deles. Eles debatem se querem a escola, se querem isso, se querem aquilo, as modificações, porque eles sabem o que querem. Eles discutem as relações entre pai e filho, o que é que é, o que é que não é, porque eles aprendem. É uma coisa interessante, eu volto a repetir, é um local onde se reproduz ali toda a vida do bairro, só que ali eles aprendem a fazer as coisas como devem ser feitas. Olha, é sensacional.

E eu quero lembrar uma experiência do Dr. Salvador que eu nunca vou esquecer na minha vida, que eu nunca imaginei que era possível. A minha mulher estava grávida e de repente na nossa amizade, ele chegou e começou a conversar com a minha mulher. "Você tem que conversar com o teu filho". "Mas como conversar com o meu filho?". "Conversa com o teu filho, põe amor na tua barriga, gesticula e diz: Oi Pedrinho, como é que tu vai? Tu está bem? A mamãe está aqui contigo". Aí a Ivete diz; "Parece meio bobo...". E falou. Falou todos os dias e foi falando. Eu tenho o filme que nós fizemos, nasceu o Pedrinho, quantas horas depois?

DR. SALVADOR CÉLIA – Duas horas só depois (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. Lá no Fêmina.

DR. SALVADOR CÉLIA – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É porque eu não tinha dinheiro também para ir ao outro.

(risos) Chegamos lá, vem o Pedrinho... Eu peguei no colo, não é? Eu estou com ele no colo, estou conversando com ele assim, ele está prestando atenção, daí a pouco vira para mim e a Ivete deitada no quarto. Começa a falar: Oi Pedrinho, é a mamãe, eu estou aqui querido, como é que tu vai? O filho da mãe se vira os olhos e olha para a Ivete assim. Olha, parece impossível, mas eu vi. Mas vira os olhos assim e vira para a mãe, porque a mãe estava repetindo o que dizia para ele quando ele estava no ventre. Prova que é uma grande verdade isso que ele está falando.

Mas eu quero felicitar os Senhores. Eu acho que se a gente realmente levasse adiante essa questão. Eu acho que é uma questão que hoje, recém, hoje está sendo levada a sério é a questão da criança exatamente do zero a seis anos. Repare que se tem uma pessoa que tratou melhor da educação no Brasil, apaixonada pela educação, vamos fazer justiça, foi o Dr. Brizola. O Dr. Brizola quando foi Governador no Rio Grande fez 5.500 escolas. Quando foi Governador duas vezes no Rio de Janeiro criou inclusive o CIEPs é um espetáculo em termos de educação, mas se esqueceu da criança. A escola começava quando a criança chegava no primeiro ano. E eu falei uma vez com Darcy Ribeiro e o Darcy Ribeiro parou para pensar e disse "Mas, como é que nós nunca...?". "Olha, eu tenho um amigo meu, o Salvador Célia que diz assim: Que o Projeto é espetacular, mas tem um erro mortal. Que não aborda a criança no início da idade'. E ele parou e disse: "Mas como é que eu não pensei nisso? Que coisa absurda". Que eu aprendi a ver e a minha vida eu tenho acompanhado isso ao longo de tempo que, realmente, como os Senhores disseram, é o cérebro, é toda a criança que se faz até seis anos. E hoje o cara começa a receber a merenda escolar com seis anos. Até os seis anos, se come, se não come, o e que é, o que não é, não se toma conhecimento. Recém agora está se começando a entender a importância e o significado dessa idade pré-escolar.

Eu acho meu Presidente, que se essa semana que se está propondo fosse feita, mas que fosse aprofundada, não fosse... Teórica, que isso é feito tantas vezes, tantas vezes, mas se a gente, nós com Executivo fizéssemos com consequências objetiva, "Nós vamos querer isso, mais isso, mais isso", e tirássemos essas consequências da reunião seria uma grande coisa.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos Senhores.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS): Com a palavra... Ah sim, pois não o Dr. Salvador quer fazer.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu só queria agradecer essas comovidas e sinceras palavras do Simon, com um certo exagero dele. Realmente, foi um grande tempo junto, muito feliz, e me lembro quando o Darcy nos visitou lá no Vida, contigo, e disse: “E a reencarnação da preocupação humanística”. Foi uma coisa muito bonita que ele te disse. “A reencarnação da preocupação humanística”. E queria te dizer que lá em Canela, o grande fenômeno que talvez eu tenha ajudado por ter Estado em Cuba, por ter Estado na China, ter passado em alguns países, foi ver que aquela comunidade se movimentava e tem um grande líder lá que o Prof. Constantino Orsolin que fez aquele bairro e o que eu pude fazer foi mostrar a eles, quer dizer, trazer o que tinha em Canela para mostrar que em Canela as coisas aconteciam, quando então o Guarneri se emocionou e viu tudo aquilo. Quer dizer, mérito deles. E o meu mérito foi pôr esse pessoal na visibilidade que eles mereciam. Muito obrigado Simon pelas tuas palavras carinhosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – O Requerimento dessa audiência é de autoria da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da Senadora Fátima Cleide. Eu recebi telefonema da Senadora Patrícia, é impossível ela estar aqui presente nesse momento. Compromissos fortes que ela tem fora, mas nós temos a co-autora do Requerimento que é a ilustre Senadora Fátima Cleide que tem a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – E até porque a Senadora Fátima Cleide sabe que a Senadora Patrícia adotou uma menininha uma fofa a Beatriz, que está doentinha, e ela está lá como mãe-zinha da Beatriz. (risos)

DR. SALVADOR CÉLIA: Senadora até me adianta o que os autores dizem de preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Com certeza. Essencial.

DR. SALVADOR CÉLIA: Ela tem que está totalmente envolvida, enlouquecida como toda a mãe quando tem isso, o Márcio Lisboa falou, que até quando um bebê tem algum problema, se nasce mal ou se morre, ela pode até ficar psicótica. Então realmente ela está tendo aquela coisa maravilhosa que é preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Com certeza, desculpe Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): O Presidente Senador Juvêncio, Senadora Heloísa que se anteciparam a justificativa que eu iria colocar em função da ausência da Senadora Patrícia Saboya que comigo é co-autora do Requerimento. Eu quero agradecer a

presença de todos em nome também da Senadora Patrícia. Como disse a Senadora Heloísa está cuidando da Maria Beatriz nesse momento também que anda adoentadinha, e mais do que isso ela também tem o direito, que nós devemos reconhecer, de estar com a filha nesse momento como um direito de licenciamento, que infelizmente nós ainda não temos os documentos que regem a nossa vida aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional. Inclusive, fiquei sabendo há pouco tempo que não temos sequer o direito de licença maternidade, mulheres Parlamentares. Precisamos ainda, isso mostra já tem a partida da situação da Jandira Feghali. Mas nós temos várias situações para resolver aqui no Congresso Nacional. Inclusive, com relação à vida das mulheres Parlamentares.

Mas quero parabenizar os nossos expositores, Como disse o Senador Juvêncio, é uma aula que graças a Deus está sendo transmitida para o Brasil, e que eu espero que a TV Senado repita várias vezes, porque de fato contribui muito enquanto nós não temos ainda as políticas públicas comprometidas de fato. A aula que vocês deram aqui contribuirá e muito para que as pessoas possam ter a compreensão da necessidade de termos, não apenas as políticas públicas, mas também o envolvimento da família nesse período de vida que é a primeira infância, para que a gente continue forjando hoje, os nossos marginais de amanhã.

Quero parabenizar também o Senador Pedro Simon. Eu acho que é discutível a necessidade de aprovarmos com urgência o relatório da Senadora Patrícia Saboya na Comissão de Educação que é favorável a este Projeto, uma vez que a importância dele é que ele trata, não apenas de instituir uma semana, mas que nesta semana se possa desenvolver ações de conscientização de toda a população com relação aos necessários cuidados na primeira infância.

Eu, junto com a Senadora Patrícia, pude participar ativamente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a questão da violência sexual entre crianças e adolescentes, e esse trabalho que foi um trabalho muito difícil até do ponto de vista emocional porque nós, a maioria mulheres, mães, avós tivemos e pudemos constatar o que já conhecíamos em tese que é a naturalização da violência praticada contra a criança nesse País. E essa naturalização ela acaba ceifando vidas de crianças e quando não, no mínimo, ceifa, leva a expectativa de uma vida plena e feliz. E isso, nos colocou também a responsabilidade de aprontarmos projetos de leis que visam punir essa violência. Mas é muito importante que a gente não trate apenas a punição, como disse o Dr. Antônio Márcio Lisboa, mas que a gente também previna, e prevenir no meu entendimento é, e tenho certeza que no enten-

dimento da Senadora Patrícia Saboya também, investir com recursos financeiros fortemente em educação. E investir principalmente e tenham como sou uma pessoa que vem do Movimento Sindical desta base, da educação básica, eu sempre comprei algumas polêmicas, porque eu entendo que deveríamos valorizar e capacitar muito melhor as pessoas que atendem na primeira infância. Tanto valorizado o ponto de vista da capacitação, quanto do ponto de vista da valorização profissional, mesmo em termos de salário.

Nós invertermos a lógica que o professor da universidade que fez pós-graduação, que fez mestrado, pós-doutorado e etc., seja mais bem pago. Mas nós precisamos pagar melhor e trabalhar, capacitar, habilitar melhor cada vez mais os profissionais. Porque hoje o que nós temos na grande maioria do País com nomes de creches, não passam de depósito de crianças. Eu sempre que posso, dou o meu testemunho de poder ter a felicidade de ter esse atendimento de uma creche pública, de qualidade, mas que infelizmente hoje não existe mais no meu Estado. Era uma creche que foi construída no momento em que o Estado passou de território para a condição de Estado, tinha recursos financeiros e naquela creche você tinha todo um quadro de profissionais Pediatras, Assistente Social, Enfermeiras qualificadas, todas as atendentes extremamente qualificadas e cada uma entendendo no máximo quatro crianças. (soa a campainha)

Então, isto mostra para a gente que não é impossível, basta ter vontade política. Por isso eu acredito que nós precisamos urgentemente, não só aprovar o Projeto do Senador Pedro Simon, como também o Projeto, o PLS 281 de 2005 da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, valorizando assim as empresas que incentivem a amamentação e a licença maternidade por 60 dias, aliás, por mais 60 dias.

Então, eu queria aqui dizer que é importante também que nós nos debrucemos para nesse momento, destravar a nossa pauta. Eu sei que tem cinco medidas provisórias atrapalhando as votações, mas que a gente possa fazer um esforço conjunto. E eu acho que isso é o que o Dr. Salvador Célia coloca para a gente é que essa responsabilidade é política. E a esperança que o povo tem em nós, nos clama também para que a gente possa o mais rápido possível, desobstruir essa pauta das medidas provisórias e votar um Projeto que eu considero de fundamental importância, que pode não ser a salvação da lavoura, mas que vai dar um passo significativo no sentido do compromisso das políticas públicas que é o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica que prevê recursos ainda que parcos. Mas a nossa esperança é que eles

vão aumentando a cada ano. Melhor ter do que não ter nada, que é a FUNDEB.

Então, eu acredito que com o FUNDEB, com a ampliação da licença maternidade, com esse Projeto, nós com certeza teremos daqui a algumas décadas, né? Nós não podemos... Se houvesse isso acontecido há décadas atrás, nós não teríamos a realidade que temos de violência e de necessidade de construção de presídio como temos hoje. Eu concordo plenamente com o Senhor. Eu acredito que é o investimento na educação básica, na primeira infância, na educação da primeira infância concomitante, com também investimento na área da saúde, no pré-natal, nós poderemos transformar essa realidade social de violência, numa realidade social de paz.

Muito obrigada pela presença dos Senhores. Eu quero parabenizar também a Deputada Iraê Lucena por ter sido uma pessoa que teve a coragem e a ousadia de apresentar um Projeto dessa natureza na Assembléia Legislativa da Paraíba e que já conseguiu transformá-lo em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SERGIO ZAMBIAZI (PTB-RS): Presidente Juvêncio da Fonseca, o nosso querido Dr. Salvador Célia, grande alegria em tê-lo aqui conosco e ouvindo seus relatos e suas experiências. O Rio Grande do Sul conhece intensamente o trabalho que o Dr. Célia faz. E a visibilidade que essa experiência de Canela está tendo é uma coisa absolutamente fantástica.

Eu não pude ouvir o Dr. Laurista, mas acompanhei final do depoimento do Dr. Salvador Célia e acompanhei com muita alegria, com muito entusiasmo, com muita emoção a palestra do Dr. Lisboa. E conhecido e com inúmeros conceitos que a gente vem recolhendo no decorrer do tempo.

Nós estamos num tempo de quebras de conceitos, na realidade. Esses novos Projetos aqui apresentados, o Projeto da Senadora Heloísa Helena que chegou a criar até algumas preocupações, porque afinal começa a responsabilizar mais o Estado como instituição na proteção a criança, ele inicialmente provocou reações de alguns Executivos, como é natural. Porque o primeiro olhar, Dr. Lisboa, é aquela história, o orçamento, é sempre assim. A primeira reação do Executivo, ela é voltada para o orçamento. Como é que eu vou fazer para pagar? Ainda bem como o Simon foi Governador, Dr. Célia, ele não assustou com o orçamento da Vida Centro Humanístico que o Projeto do Dr. Célia nessa fábrica é enorme, que tem na zona norte de Porto Alegre, não sei quantos hectares.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu acho que são 16 hectares, 32 mil metros quadrados reconstruídos.

SENAJOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS): Bom dá para imaginar o que é um investimento destes bancado pelo Estado.

DR. SALVADOR CÉLIA – E aquilo iria ser uma prisão.

SENAJOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Deveria ser... Poderia ter sido uma prisão.

DR. SALVADOR CELIA – Poderia ter sido uma prisão.

SENAJOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Então, vejam só. E ainda bem que o Simon, então Governador, não assustou-se com as consequências orçamentárias. Porque se ele tivesse sido tímido, medroso ou coisa assim, a vida que mudou completamente o conceito de relacionamento humano com uma das áreas mais... Com maior densidade demográfica de Porto Alegre, que é a zona norte, não teria aquele centro de referência que hoje o nome do Projeto que nasceu da cabeça privilegiada do Dr. Célia é Vida Centro Humanístico, para ter exatamente a dimensão.

Aliás, eu estou tentando interpretar um pouco aqui algumas coisas do Dr. Osmar Terra, Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, idealizador do Projeto, Primeira Infância Melhor, que infelizmente desprotegido do nosso Regimento não pode manifestar-se. O que nós lamentamos profundamente. Ele poderia estar aqui na condição de convidado e utilizar do espaço como convidado para relatar essa experiência gaúcha, um programa em que a adesão é espontânea das Prefeituras. Um Projeto de parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com as Prefeituras, e tem 220 Prefeituras parceiras, incluindo já 50 mil bebês que recebem, Dr. Lisboa, em casa, a visita semanal dos Assistentes Sociais, então, daqueles parceiros que vão acompanhar, exatamente como o Senhor sugeriu aqui, a evolução do bebê, a evolução da criança.

Eu acho que é um Projeto realmente desafiador, não é uma coisa muito simples, porque é uma atenção especial que o Estado passa a dar e a expectativa é atingir [soa a campainha] 100 mil crianças lá no Estado.

Quer dizer, é um Projeto realmente grande que de repente pode atender a um conceito que a ONU estabelece e que está anotado, não foi por mim, da Unesco, perdão, da Unesco, que diz que se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz. E outro ponto abordado aqui que eu concordo plenamente, refere-se a uma questão que eu venho defendendo intensamente aqui nessa Casa que é a paternidade responsável. E acho que até então há muito concei-

tos e muitos preconceitos com relação a participação do homem na paternidade responsável. E discute-se muito a questão da mulher, mas o homem tem que ser incluído nessa discussão urgentemente. E dar meios e dar acesso, que tipo de meio, Dr. Célia? Informação. A informação é a maior ferramenta para a gente superar esses tipos de preconceitos.

DR. SALVADOR CÉLIA – E tu que é da rádio sabe muito bem, né?

SENAJOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Eu sei o que é isso. A informação ela é fundamental. Nós vamos exatamente trabalhando esses conceitos através da informação nos veículos de comunicação que são parceiros, são os primeiros parceiros nesses programas. Nas escolas como tema, deveria constar como matéria quase que obrigatória esse tipo de informação para que a criança pudesse até levar para casa esse debate com seus pais.

Eu acho que a questão da paternidade responsável, ela é fundamental. Nós temos levantamento que impressionam de ter um milhão de jovens que anualmente geralmente um milhão de crianças, meninas de 12, 13 anos de idade, mães precoces que trocam a sua infância pela maternidade. Isso é extremamente sério. Quando uma criança de 12, às vezes, 11, 10 anos de idade ela troca a sua infância pela maternidade. Isso é uma questão de alta relevância, é onde a ação do Estado, ela é extremamente importante e ela nem sempre está presente. Por isso a importância de uma Audiência Pública, Senador Juvêncio da Fonseca, com essas características que traz a público e permite que a gente possa debater e buscar, enfim, soluções práticas para essas questões.

Mas eu fico nesse aspecto. O aspecto da paternidade responsável, que ainda é vítima de muitos preconceitos especialmente com relação ao homem. Porque a mulher tem dentro de si a natureza da maternidade. Desde a mais tenra idade, ela já com a boneca, ela é mãe. O homem não.

Então, nós temos que ir...

DR. SALVADOR CÉLIA – Senador, nós estamos estudando hoje que existe depressão paterna. Os novos estudos estão mostrando que se a mulheres vai de 20 a 23 em cada 100, os pais fazem 10% mais ou menos dos pais.

Então, nós temos que nos preocupar muito com isso que está chamando a atenção, do papel do pai e atender o pai.

SENAJOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Atender o pai. Eu acho que é muito importante oferecer um tipo de orientação para que o homem que ainda tem um aspecto muito machista na discussão, para que ele se incorpore nessa discussão como par-

ceiro, e não como adversário, não como sujeito que não pode ouvir, ou não pode discutir, ou não tem sensibilidade para discutir essa questão. Eu acho muito relevante, quero parabenizar aos nossos palestrantes aqui que vieram nos trazer lições que vamos levar para as nossas vidas. E eu tenho certeza que a imprensa, TV Senado, vai saber reproduzir este momento com a intensidade necessária para que esse debate se estenda e levar até lá, onde muitas vezes essa discussão fica sufocada. Eu estou realmente muito contente com isso, não estou fazendo algumas, estou apenas estendendo um comentário sobre as experiências do nosso cotidiano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senador. Eu passo a palavra a Senadora Heloísa Helena a última inscrita até o presente momento.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL – AL) – Desculpe, Presidente.

Bom, primeiro, claro é até redundância eu tentar elogiar o Senador Pedro Simon, porque sabem todos o carinho e o afeto, respeito que por ele tenho, e saldar, de uma forma muito especial, tanto a Senadora Patrícia como a Senadora Fátima Cleide que propuseram essa Audiência Pública. Porque, às vezes, o Parlamento estabelece requerimentos para audiências públicas para obstaculizar a votação de determinadas matérias. No caso das Senadoras e da Comissão quando assim decidiu, é muito mais para dar visibilidade ao debate, para trazer profissionais, representantes de entidades sociais, militantes dessa causa para dar visibilidade ao tema, de fato fazer a aprovação do Projeto do Senador Pedro Simon não por um artificialismo, não pela legalidade qualquer. Mas dando visibilidade, sensibilizando a sociedade, trazendo as pessoas para a reflexão de um tema que é usado politicamente. Nunca ninguém verá uma personalidade política, da direita ou da esquerda, honesto ou desonesto, dizendo que não tem compromisso com criança. Nunca ninguém verá. É por isso, nunca, porque o pior dos bandidos, o mais delinquente o mais vigarista, quando ele tiver fazendo um comício ou fazendo um programa, ele vai se comprometer com a criança. E isso até torna o debate, dá ao debate um tom de vulgaridade que ele não merece ter pela importância que tem.

Então, a questão da criança que a gente fala de zero a seis anos, mas já nós estamos tratando aqui dessa partezinha tão especial da vida de uma pessoa, tão especial, que eu digo sempre que algumas pessoas vivenciam a dor, a miséria, a pobreza na infância e de alguma forma consegue superar na vida adulta. Mas são poucas e como eu digo sempre, essas poucas não são abençoadas por Deus, até porque Deus

jamais escolheria uma ou outra isoladamente para abençoar pelo amor e plenitude que tem por todas. Mas uma ou outra, por uma circunstância da vida, acaba se salvando, acaba se destacando, acaba ocupando instâncias importantes com visibilidade pública, mas as cicatrizes que lá ficam na alma, no coração de uma dessas crianças, dificilmente eles conseguem ao longo da vida superar.

E o que eu acho mais grave é porque, nós estamos num momento da realidade brasileira que, ao mesmo tempo que a gente diz, o Estado Brasileiro tem que adotar as suas crianças e seus jovens antes que o narcotráfico a prostituição os arraste para a marginalidade como último refúgio, porque arrasta mesmo. Eu não tive a oportunidade de aqui estar presente, porque eu estava fazendo um outro trabalho, mas ouvindo as outras duas outras exposições e só peguei a de Dr. Antônio aqui presente, mas ao mesmo tempo em que nós temos que ter as políticas públicas para adotar as nossas crianças antes que o narcotráfico os adote. Porque não são todas as crianças pobres, a gente sabe disso. Até porque existem crianças pobres, mães pobres que disputam com a marginalidade que é uma coisa das mais belas que se pode ver. Elas seguram lá os seus menininhos e é o narcotráfico puxando, é o crime organizado puxando, ela vai brigar na rua e está lá segurando o seu menininho, porque se todas as nossas crianças pobres, Ivete, já tivessem sido arrastadas, nós estávamos numa situação impressionante. E sabemos todos nós que é quem faz a desova dos grandes estoques de pasta base de cocaína, aqui não tem intestino de pobre favelado, de estômago de pobre favelado com o saquinho de cocaína que pudesse dar conta das desova dos grandes estoques como faz no Brasil. Porque quem tem iate, avião para transportar pasta base de cocaína, quem tem laboratório para manipular a matéria-prima e que fabrica droga sintética, é gente grande poderosa. E que usam os pobres e que usam as meninhas e menininhos exatamente como o Zambiasi disse. [soa a campainha]

Só para concluir Senador Juvêncio. O menininho e a menininha antes de ser a Maria, o José, o Pedro, a Heloísa, quem quer que seja, o menininho e a menininha, ele vira avião, estica, olheiro, falcão. E o pior é que é tanta coisa. Uma atrás da outra, como o Dr. Antônio dizia dos jornais, que uma semana ficamos todos nós emocionados vendo lá o vídeo "Falcão". Aí todo mundo se preocupa com as crianças, aí diz: "Ah, quando eu vi aquele menininho dizendo que quando queria crescer queria ser bandido". Claro. Porque o bandido é o que dá a segurança para ele. Se o Estado brasileiro não dá segurança para a menininha e para o menininho quem dá a segurança é o poderoso de lá. Aí, numa semana

ficam todos nós emocionados, querendo que o menininho e a menininha tenha arte, cultura, esporte, brinquedos, lazer, a possibilidade de ser criança antes de ser adulto, porque não são crianças, não são. Porque a iniciação sexual, a iniciação as drogas, a iniciação a violência aprende não é com um revolverzinho de brinquedo, aprende com um revólver de fato, porque ter o revólver de fato, saber manipular um revólver é o que dá o respeito, até para as menininhas que começam a olhar os menininhos que são olheiros, e falcões e estica, muito mais com mais ternura para eles, porque é a vida que está lá estabilizada.

Então, na mesma, nós mesmos, a mesma sociedade que se emociona uma semana diante do vídeo “Falcão”, quando é um mês depois, quando está um maldito “mar de sangue” em São Paulo, pela mais absoluta ineficácia, ineficiência, insensibilidade em relação à questão da segurança pública e da violência, aí vai dizer: “Tem que ter pena de morte, tem que botar o menino, mesmo que seja pequenininho, tem que baixar a faixa etária, e entra com tudo para dizer que tem que matar, tem que ter pena de morte, tem que encarcerar.

Então, como nós da área da segurança pública, eu não acredito mais que o debate da área da segurança pública, ele pode ser só o tratamento das causas isoladamente. Eu acho que hoje a matriz conceitual para qualquer projeto sério de segurança pública, não demagógico, que tenham ações concretas a curto, a médio e a longo prazo, mas com metas definidas porque senão... Nada me irrita mais quando diz: “São 500 anos de opressão”. Eu digo, “Eu sei meu filho, mas se a gente não fizer nada, daqui a 100 os outros vão estar dizendo... ‘são 600 anos de opressão, são 700 anos de opressão’”.

Então, eu acho que hoje tem que ter ao mesmo tempo o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. E até a recuperação dos adultos, que quando a gente fala de acolher, da família acolher a menininha e o menininho, hoje existem tantas mulheres e homens que as relações, já tiram tudo dele, tiraram da afetividade dele, tiraram do coração dele, tiraram muita coisa dele, também. Muitas vezes a gente pega... Quem é voluntário e trabalha com criança de rua, pega um menino na rua que está lá se esfaqueando, leva no pronto-socorro para dar os pontos, depois pega uma briga com o menino e leva ele para casa. Quando ele chega em casa, Simon, aí está lá: Que não tem o colchão porque é dentro da lama, os ratos disputando espaço com ele, o pai ou o padrasto ou o quinto pai da casa alcoolizado, a mãe alcoolizada também.

Então, nós temos que, ao mesmo tempo também, [soa a campainha] mesmo quem está lá no presídio,

imagina se o Estado brasileiro não trata, não acolhe também o homem e a mulher que está no presídio, num país onde se tem a ousadia de um chefe do crime organizado chamar o que é de fato, chamar o presídio da faculdade, porque quem comete o crime é encarcerado, não conforme o crime que cometeu ou o grau de periculosidade, é encarcerado conforme a facção que pertence. Aí o pobre que chega lá, roubou besteira, está lá com os filhos em casa morrendo de fome, não pertence a facção nenhuma, quando ele chega lá... Bom, se ele não pertence a facção nenhuma fica em qualquer lado. Como o Estado não o protege dele ser estuprado todo o dia, violentado todo o dia, ele vai pedir a proteção da facção criminosa e aí a facção criminosa cobra dele dessas coisas, também.

Então, é só um problema a mais, eu estou falando isso, mas do mesmo jeito de-

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Seria interessante que a Senhora abreviasse a conclusão.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Concluísse. Tá. Apesar de todo esse quadro gravíssimo que se encontra, e certamente muitas pessoas que acreditam no fatalismo do fim da história, certamente ao ouvir as propostas que aqui foram colocadas, ou que qualquer um de nós aqui coloque, certamente alguém vai dizer: “Mas, isso é impossível. Ora, como é que vai fazer pré-natal? Como é que vai cuidar da criança...”.

Então, cada vez que a gente decreta que a vida, a dignidade, o amor em plenitude é impossível, mas ela se torna impossível. Então, é por isso que eu acho muito importante que nós que estamos aqui, acreditamos que é possível, acreditamos. Alguns de nós acredita muito mais, porque quem consegue acreditar até em algo que não pode ser tocado e localizado geograficamente com certeza tem muito mais fé.

Então, eu só queria parabenizar a todos os expositores, a minha querida companheira, amiga, a Senadora Patrícia Saboya, a nossa querida Senadora Fátima Cleide de uma forma muito especial, o Senador Pedro Simon. Quero saldar também o Deputado lá do Rio Grande do Sul, que é outro preocupado com isso, eu já peguei muito material, o Senador Zambiasi já deu material dele, é outro preocupado com essa história. Essa questão tão importante da infância. E todos nós que somos mães. Eu tive uma dupla sorte, que eu fui mãe e ainda fui mãe de leite, coisa de gente mesmo do interior que ainda amamentei [soa a campainha] uma menininha também e outras crianças, também.

Então, eu acho que é muito importante isso e é importante também deixar claro, Simon, meu querido Senador Pedro Simon, que todas as alternativas que

aqui foram propostas, mesmo aquelas que aparentemente lidam com uma complexa subjetividade humana, ou com ações concretas e eficazes, elas podem ser feitas. Isso que é importante. Aqui todos nós sonhamos, pensamos no futuro, temos concepções ideológicas diferentes, mas todas as ações que aqui foram propostas, elas são possíveis de serem feitas. Elas já foram experimentadas. Tenho que dizer isso, porque senão o povo não acredita mais em nada. Elas já foram experimentadas, elas são propostas concretas, ágeis, eficazes. Tem um impacto financeiro insignificante diante do impacto social que se pode fazer. Porque se o Estado brasileiro se reduzisse 0,0002% a taxa de juros, nós poderíamos garantir escola integral de qualidade para todas as crianças até 17 anos. Crianças e adolescentes, imagine quando nós estamos tratando de zero a seis anos.

Então, eu quero parabenizar. Me desculpe ter me estendido, Senador Juvêncio, mas eu quero parabenizar a todas as exposições que foram feitas e de uma forma muito especial ao meu querido Senador Pedro Simon por uma proposição tão importante como essa.

Então, eu tenho certeza que nós estamos aqui todas cheias de muitas coisas para fazer, mas tanto a Senadora Lucia Vânia como a Senadora Maria do Carmo, estávamos aqui... A Deputada, estamos aqui todas comentando e tratamos desse tema 500 vezes. A Senadora Lucia Vânia deve estar rouca de tanto falar sobre essa questão também no Plenário.

Então, é só realmente saldar e parabenizar com entusiasmo essas exposições que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senadora. Nós vamos... Porque não houve nenhuma pergunta, nós vamos dar uma rodada final de cinco minutos para as considerações finais. E invertendo um pouco a ordem. Nós começamos com o Prof. Laurista, vamos começar agora com o Dr. Antônio.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Primeiro lugar, geralmente quem assiste as reuniões é quem não precisa. Quer dizer, só vem quem tem interesse. Agora, infelizmente quem deveria estar presente, porque são aqueles que tem o poder, o mandam, esses não vão. Mas isso eu tenho a impressão que é na área médica, é em qualquer área que existe, não é na área parlamentar. E eu acho que a gente tem que lutar. Eu estou com quase 80 anos e estou aqui com vocês. Estou lançando... Já lancei 10 livros e vou lançar esse que sobre “A primeira infância e as raízes da violência” que são coisas que a Senhora falou, que o Senador falou, que o Senhor falou, várias pessoas falaram, porque esse tema tem adoção que é um capítulo, tem o apego que

é outro capítulo, tem coisas que serviria para a gente ficar aqui 15 dias discutindo cada item desse.

Agora, uma outra coisa que a Senhora falou. Eu lembro que teve um governante de Brasília, eu era pediatra dos filhos, e eu falei isso tudo, tem uns 15, 20 anos, tem muito tempo. E eu falei sobre... “Quem sabe a gente não começaria um programa...”, e apresentei essa paternidade, isso igualzinho aí o da adoção. Ele virou para mim e disse assim: “Lisboa, esse programa seu vai levar uns dez anos”. Eu falei, “Não fulano, você está muito enganado”. “Você acha que menos?”. “Não, eu estou fazendo uma proposta de 30 anos para a gente começar no seu Governo. Mas vai melhorar daqui a 30 anos, é isso que eu acho”. E outra, que a gente tem que ver, vai na polícia. “Vamos punir e corrigir a banda podre”. Muito difícil, quase impossível. O bandido fardado, o médico bandido, o bandido togado, o parlamentar bandido, esses todos têm... O bandido, bandido, vocês têm que imaginar que todos são da mesma fonte. Todos eles são indivíduos, uma personalidade mal formada com distúrbio de comportamento que é feito até os seis anos. E independe de quem é.

“Então, vamos corrigir os policiais”. Não, tem que corrigir aquela criança que vai ser policial, porque se não ela vai aumentar a banda podre. Outro ponto aqui que também foi muito falado, três aviões a jato desses modernos pagam a imunização das crianças do mundo inteiro. Custo de três aviões a jato.

Então, tem três países que fazem mil aviões a jato e tem países pobres que não tem dinheiro para fazer vacina. E aqui no Brasil o que é que houve? Houve um governo que resolveu fazer as vacinas e há 10 anos nós estamos sem paralisia. Houve uma decisão política. Agora, vão tirar dinheiro dos hospitais e vão comprar vacina. E o que é que acontece na área social? Mesma coisa da saúde. Não tem dinheiro para a prevenção, tem dinheiro para curar. E tem dinheiro para quem? Para esse que está preso aí criminoso, que gasta mil e setecentos, dois mil reais por mês. Eu soube até que tem um Caje aqui em Brasília que estão pagando cinco mil reais por cada menino preso, para cuidar desse menino. E, meus amigos, resolver o problema do adolescente infrator chama-se UTI social. Ela custa dez vezes mais caro do que qualquer UTI para cuidar de gente com infarto, qualquer coisas que vocês pensam, recém-nascido, doente, nem nada. Porque UTI social é pegar a cabeça de um menino de 13, 15 anos que já matou alguém, já roubou 20 vezes e fazer esse indivíduo passar a ser um cara honesto. Isso é um negócio muito difícil. Não é nessas jaulas que tem aí de criança e que vão recuperar. (soa a campanha)

E por último é um projeto que vem falado, isso eu já escrevi nos jornais, já escrevi vários capítulos, baixar a idade das crianças de 18 para 16, isso é a maior loucura que pode ser pensada. Porque os reformatórios não cabem mais gente, nem nada. Quer dizer, eles vão pegar e botar lá dentro para as faculdades, para eles se transformarem de pequenos bandidos em grandes bandidos. Então nunca. Baixar a idade [inaudível] é a última coisa que a gente deve estar pensando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com a palavra o Prof. Laurista Corrêa filho,

DR. LAURISTA CORREA FILHO – Obrigado. Bem, eu acho que durante toda a nossa vida como pediatras, e agora que a gente está participando, já participamos muito graças também ao entusiasmo do Dr. Lisboa nos imbuíu de ir salvar fisicamente as crianças e depois de taticamente 91, 92 nós passamos a tentar salvar, não só fisicamente, mas tentar salvar a saúde mental dessas crianças.

Nós queremos crer que na maioria das vezes o que nós temos visto, como condição de tratamento, de cuidados, os maus cuidados são feito por pessoas que não têm conhecimento. Nós temos que ter toda a certeza que, às vezes, as pessoas que são mal cuidadas não têm o conhecimento. Felizmente, nesse nosso século que nós estamos tendo a oportunidade de ter todos esses conhecimentos que foram aqui mostrados, não dá mais para nós escondermos as coisas. E enquanto o Estado, enquanto nós que somos os cuidadores, que deveríamos ser os facilitadores deste meio, nós não podemos mais falhar. Esse conhecimento está disponível, infelizmente, nem todos vão a procura desses conhecimentos, e uma das coisas que a gente vê e com muita dor no coração são as oportunidades perdidas que nós vimos aqui. As oportunidades perdidas e as experiências bem sucedidas que o Prof. Salvador Célia nos falou aqui. Essa é uma experiência simplesmente num dia de vacinação observar como aquela mãe vem, esse trabalho que é feito por lá em Canela, isso é uma experiência bem sucedida e que tem que ser imitada por muitos. Por que não há essa divulgação?

Então, é um conhecimento que não foi passado, essa etapa, a etapa mais importante da vida, que começa na concepção que nós vimos aqui hoje. Essa etapa da vida intra-uterina que nós descobrimos há pouco tempo graças a tecnologia, graças ao estudo das pessoas que nós vimos que tem um tempo. Nós sabemos que a violência, ela não é decretada por um gene, o nosso irmão, o nosso próximo, ele não vem carimbado que vai ser violento. Essa construção é feita dentro do útero e nesses primeiros seis anos.

Então, nós sabemos hoje as causas, as raízes da violência. E já foi dito aqui, estamos querendo construir cada vez mais presídios. Vocês têm mais acesso saber quanto custa, se é quinze, se é vinte milhões quanto custa um presídio. E quanto custa uma creche bem feita? Com tudo que se sabe hoje e que o Deputado Osmar Terra teve a oportunidade de trazer quando trabalhou com a comunidade solidária, o Prof. Huber Montanhê(F), uma das pessoas que mais entende de desenvolvimento infantil da França. E hoje quando ele vem ao Brasil, ele pergunta: "E a comunidade solidária o que é que virou?". Eu digo, "Acabou". "Eu não acredito. Eu não acredito", ele passou horas, deu o dele, mas diz que nós temos que tentar sempre. Então esses nossos irmãos que nós vemos na nossa frente e que não tiveram a oportunidade, que eles não morreram no primeiro ano de vida, não morreram no segundo, porque gravidez não desejada, talvez o quinto, sexto ou o sétimo filho, que o marido estuprou a própria mulher, ele passou uma vida intra-uterina difícil e continuou sem ter uma gestação extra-uterina, ele é um sobrevivente. Ele tem nome, Fernandinho Beira-mar, Elias Maluco, eles não vieram carimbados, eles não vieram com o carimbo do seu gene o que eles iam ser. Mas quantos não virão? É muito difícil. Já foi falado aqui em números. A Senadora Heloisa Helena falou quanto custa, todos vocês sabem quanto custa. [soa a campainha] E a prevenção e a intervenção quanto mais precoce hoje nós sabemos que é esta interação que às vezes, não custa nada em dinheiro, custa em quê? Passar o conhecimento, a formação das pessoas.

Então, isso é muito importante. E esse bebê é tão importante que nós estamos aqui hoje a Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, a Dr. Regina Orth, e que nós temos trabalhado assiduamente com todas as dificuldades, porque não vendemos remédio, nós tratamos de saúde, uma saúde diferente, que é a prevenção. Só que com todas as dificuldades para fazer uma reunião, mas nós temos que continuar, porque nós não temos laboratórios, não temos patrocínio. E muito pouco o Estado tem feito, quando tem condições de fazer, com o mínimo que é possível. Sabemos da dificuldade da gravidez da adolescência. Porque é que estamos com uma média? E média é falácia. 23%, lugares tem 30% e a tendência é aumentar. E qual é a faixa etária? De 14 e 19, mas crianças. Essa é a gravidez desejada? Quantos milhões nascem, no Brasil, 3 a 3 milhões e meio de habitantes, um Uruguai por ano. Dessas gravidez se puser 20% são 700 mil crianças que nascem de gravidez na adolescência. O que vão ser essas crianças? Nós podemos imaginar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com a palavra o Dr. Salvador Célia.

DR. SALVADOR CÉLIA – Bom, eu estou muito emocionado, sensibilizado por ter tido essa escuta de vocês e sei que isso vai ao Brasil essa responsabilidade, como disse o Márcio, lamentavelmente quem está aqui já acredita nisso. Mas pelo menos talvez a gente tenha colaborado, porque vocês não podem estudar essas coisas que a gente estuda, vocês não têm tempo. E é falha nossa não saber divulgar.

Então, muitos políticos não fizeram coisas, porque nós não nos abrimos. Nós não saímos da universidade, nós não saímos para trazer essas coisas para vocês, para vocês levarem adiante. Eu diria assim de tudo isso: Todos os bebês têm direito a uma cultura. E a criação dessa cultura antiviolência passa pela estruturação do apego, aquilo que eu falei do vínculo do bebê poder ter bons cuidadores, olha a nossa responsabilidade. Porém, isso precisa tempo, precisa de uma conscientização e o Deputado Osmar Terra com o seu belo Projeto, nos trouxe recentemente um Prêmio Nobel de Economia, que veio falar sobre educação infantil, sobre bebês. E ele disse que cada dólar gasto com um bebê, salva oito depois na vida adulta. E quando eu disse para o Simon que me convidou, eu disse: "Nos custa quarenta dólares – era um dólar, um real uma criança em vida – quanto paga a FEBEM?". "Quatrocentos". E eu perguntei para ele: "E tu recupera? Nós temos que acabar com a FEBEM". "Tu é louco?". Eu disse, "Vou botar fogo na FEBEM", um dia disse para ele. "Ah, tu é louco, tu é psiquiatra". Quer dizer, tem que acreditar nisso aí, tem que acreditar.

Então, isso precisa de uma conscientização, como a gente vem trabalhando. São sete anos em Canela, eu acho que aos poucos a comunidade começa... Cada Governo Municipal, cada vez mais tem colaborado, a Vice-Prefeita, o Prefeito tem sido extraordinário, e eu diria, então, assim que é dessa mobilização pela informação, vocês precisam ter informação, também. O povo precisa ter informação. E eu disse, com 10 centavos no dia da vacina, muitas mães que tinham bebês com uma certa dificuldade, não cantavam, não tocavam, não massageavam o bebê, com um xerox, cumprimentando ela no dia da vida, que é levar o filho a vacina, os bebês vêm todo arrumadinho. Cuidem isso no Brasil. Também em Canela, as pessoas levam, foi muito bacana isso, porque ai não vai pela doença, vai pela saúde e a gente pode descobrir alguns problemas que estariam ocorrendo.

Eu diria então que para isso tudo me vem o direito a maternagem. Sim. Lá em Canela a gente na Semana do Bebê, uma proposta do Dr. Odon, nós levamos, viu

Simon? Nas escolas de Canela, nós vimos cada vez na Semana do Bebê, 2.800 adolescentes, nós tiramos o professor, porque o professor é muito careta, eles não gostam de sair da sala de aula. E nós colocamos estudantes de medicina, porque são adolescentes que nem eles, para não dar aula, viu Senador Zambiasi? Para conversar com eles. Oficina de sexualidade. Andava em 26% lá, o problema da adolescência, 26%. Está em 22. Não por causa da Semana do Bebê, porque a comunidade de Canela, a Secretaria de Saúde de Canela, a Secretaria de Educação trabalham muito, e nós somos só sensibilizadores disso tudo.

Então, o direito a maternagem, a mulher, nesse momento, principalmente o primeiro filho, já não me refiro mais nem só a mãe, viu Senadora Heloisa? A mãe adolescente tem uma nova posição, muda a identidade, a pessoa deixa de ser filha para ser mãe. Isso não acontece assim no mais, deixa a gente muito transparente, por isso que a transparência deixa muito vulnerável, isso que o Simon disse que a mulher dele fazia isso, conversava, tocava, ele também conversou com o filho, porque ele não contou isso, o filho por ele falar, quando olhou quando veio a voz masculina, porque os bebês primeiro reconhecem mais a voz feminina porque é mais aguda, olhou para ele, aí foi sensacional, Era uma voz... E também tem tudo isso.

Então, lá, vamos dizer assim, a gente está vendo que o adolescente podendo falar com os estudantes, ficou muito melhor. O estudante de medicina com os outros estudantes.

Então, esse pré-natal todo, que não só da mãe adolescente, que pode ser seis, oito vezes, se a mãe não mostrar... Porque, na verdade, nesse momento do pré-natal, a mãe vai falar não só do futuro bebê, vai falar do bebê que ela foi. Ela está muito vulnerável e vai depender da relação que ela teve com a mãe dela.

Então, ela vai falar, ela está transparente, ela vai falar do bebê diz a Monique Bydlowski uma francesa que o Laurista trouxe aqui, vai falar do bebê que ela foi, da criança que ela foi.

Então, o pré-natal é fundamental até para descobrir lá a depressão pós-parto. Nós temos que chegar na depressão pós-parto lá no pré-natal.

Então, nós temos que mostrar para aos pré-natalistas, às enfermeiras que trabalham com o pré-natal que isso tem que mudar. E nós temos que agradecer a Lady Di, porque a Lady Di foi para a televisão e disse: "Eu não queria tocar nos meus filhos, eu queria sumir, não sei o que fazer com os meus filhos". Aí o pessoal do Reino Unido foi estudar escalas de depressão pós-parto que nós conhecemos bem.

Então, esse direito a maternagem nesse momento, o direito a paternagem, o direito a paternidade que nós temos cada vez que descobrir, o direito a ter um parto sem cesária. Lá em Porto Alegre não é diferente de outros lugares. As camadas que têm mais apoio social e econômico é 78% o parto lá, Senadora Heloisa. É uma combinação dos Ginecologistas com as mães. Isso não pode ser assim. Nós temos que redescobrir essa coisa do nascimento, do parto e o direito a infância. Não querer que os bebês, por a gente saber que são inteligentes, estudem inglês, francês essa hora. Tem tempo para isso. Não fazer também com que os bebês sejam negligenciados, eles têm o direito de brincar, de ter a infância, e aí a violência provavelmente vai diminuir só que isso precisa criar uma cultura. E essa cultura que o Mandela nos disse, precisa ser uma comunidade, tem que passar para a comunidade. E isso é a própria comunidade se tornando agente terapêutico, isso é que eu espero.

Quando eu passei qual *slide* da estátua... Eu vou lembrar uma outra coisa que nós fizemos numa outra Semana do Bebê, nós passamos "Tiros em Columbine", aquele famoso filme do Mike Moore, aqueles meninos que sofreram todos os problemas, mataram outros meninos, Senador, todos tinham tido uma infância muito terrível. Pois existe uma cidade nos Estados Unidos o Little Rock que tem um avião bombardeio que todos os caras, alguns vão lá tirar foto para mostrar... Esse foi um avião que na noite de 23 de dezembro de 1972 mais matou vietnamitas e as pessoas tiram fotos. Nos veio a idéia de passar o filme "Tiros em Columbine" para mostrar o antídoto, que é investir nos bebês, na paz, e aí nós fizemos a estátua da mãe e do bebê. Um bebê bem recebido, um bebê bem acolhido, um bebê que tem essa maternagem, que tem essa mãe sensível, um cuidador quando não tem essa mãe, que tem o avô, tem avó. Eu pude visitar a China. Se não fossem os avôs, Senadora, a China não estaria sobrevivendo. Os avós salvaram e nós temos nônio, a nônia, ôma, opa... Nós temos japoneses. A depressão pós-parto no Japão tem menos prevalência porque a mãe está ao lado da mãe, a avó está ao lado da mãe... Já em Tóquio está ficando muito ocidentalizado. Já os índices já cresceram.

Então, eu queria dizer o seguinte: Que nós temos que fazer a cultura da paz e a paz é o antídoto da violência, e isso eu me lembro do Sr. Francisco Camargo quando ele cheira o bebê e tira foto do bebê. Quando ele conta assim e mostra que ser pobre, como vocês falaram aqui, como o Márcio Lisboa falou, não está na pobreza, a pobreza é só um fator que pode piorar, é a desestruturação da família, mas existem muitos vínculos. E ele mostrou que precisa ter fé e esperança,

e no Brasil nós perdemos a fé e a esperança e vocês que estão aqui têm que fazer nós recuperarmos, conhecendo essas coisas que nós dissemos para vocês, o que vocês sabiam e mais um pouco, vocês têm que lazer com que a gente acredite em vocês, os políticos. Porque é um povo sem fé, um povo sem esperança, como diz o nosso Sr. Francisco Camargo, ele sempre acreditou e deu esperança, e ele é o pai da resiliência, o Sr. Francisco Camargo que foi apoiado pela D. Helena Camargo. Porque quem viu o filme sabe, quando aquele empresário levou os filhos, ela dizia: "Eu quero os meus filhos de volta, porque aí teve família", e "Família com amor, onde tudo começa", foi o tema da Semana do Bebê.

Então, é como diz o Sr. Francisco Camargo: "É o apego?" E diria o Bowlby, eu diria, "É o amor. É o amor. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Senador Pedro Simon, veja que o seu Projeto trouxe para nós aqui no Senado Federal, um momento muito rico. E que traz para nós a certeza de que não vamos perder a esperança. Que tem pessoas como aqueles aqui desfilaram com seus temas. Temas preciosos de orientação para a família brasileira, e eu tiro alguma coisa, rapidamente, mas tiro alguma coisa. Por exemplo, é triste ver a afirmativa que foi feita aqui de que o celular é um símbolo hoje da violência invertidamente os valores realmente das razões dessa violência. Foi assim uma figura muito importante colocada. E que faz a gente pensar na criança.

Eu colocaria também a questão que foi colocada aqui, do paternalismo do Estado através de assistencialismo, sem desenvolvimento e que o povo precisa e tem responsabilidade. Foi também uma afirmativa muito importante, mas o que nos preocupa muito, professores, é o contingenciamento de recursos para a saúde e para a educação, principalmente, nesse País. É triste ver que os recursos que são colocados nesta área são tratados igualzinho às outras áreas. Contingenciamento.

Mas, palestra como essa que faz com que a gente encha o coração de referências éticas. Referência ética da família e da sociedade que é a que nós precisamos tanto. E isso nós assimilamos com o Projeto como esse do nosso querido Senador Pedro Simon, pelas palavras dos Senhores que nós agradecemos muito. Acho que a família brasileira ganhou muito hoje com essa Audiência Pública.

E eu declaro essa audiência encerrada. (palmas)

(Sessão encerrada às 13h07.)

PARECER Nº 767, DE 2006

Na Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao art 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.

Relator: Senador Juvêncio da Fonseca

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o PLS nº 3 de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança que complete quatro anos de idade.

Na justificação, argumenta-se que, a despeito de a Constituição assegurar creche e pré-escola para todas as crianças, a oferta de vagas está longe de beneficiar metade da população da idade correspondente. Ademais, está provado que o desempenho no ensino fundamental se toma muito melhor quando a criança teve oportunidade de cursar a chamada pré-escola. Quer-se, portanto, dar, às famílias, a segurança e, às crianças, o direito de atendimento escolar a partir dos quatro anos completos, sem, entretanto, tomar obrigatória a matrícula.

Não foi oferecida emenda ao projeto.

II – Análise

O Plano Nacional de Educação, fixado pela Lei nº 10.172, de 2001, estabeleceu entre suas metas o atendimento, em 2005, a 60% da demanda para as crianças em idade da pré-escola –atualmente, crianças de quatro e cinco anos, já que o início do ensino fundamental obrigatório foi antecipado para os seis anos. No fim da Década da Educação (2010), a cobertura, entendida como matrículas totais, em redes públicas e privadas, deve atingir a 80% da clientela. Os dados dos últimos Censos Escolares mostram um relativo avanço na taxa de escolarização líquida, embora o Brasil ainda esteja aquém dos percentuais pretendidos.

Registre-se que, ao contrário do ensino fundamental e médio, onde mais de 80% dos alunos estão matriculados em redes públicas – federal, estaduais e municipais – preponderam na educa-

ção infantil as instituições particulares, com ou sem fins lucrativos.

Quanto aos efeitos pedagógicos, não resta a menor dúvida da procedência da medida, comprovada pela diferenciação dos níveis de aprendizagem entre as crianças que tiveram oportunidade de ser escolarizadas precocemente e as que entram na escola somente no momento da alfabetização.

Verificada a constitucionalidade, com o exame conjunto dos arts. 7º e 208 da Constituição, que tratam dos direitos dos trabalhadores e de seus dependentes e do dever do Estado com a educação, e confirmada a juridicidade, na coerência com os demais dispositivos da LDB, resta examinar a operacionalidade da medida.

O projeto diz textualmente “vaga na escola pública mais próxima de sua residência” e “a partir do dia em que a criança completar quatro anos de idade”. Quanto à segunda expressão, não cabe reparo, pois os sistemas públicos estarão atentos a prever a vaga e matricular a criança desde o primeiro dia letivo do ano em que a criança completar os quatro anos. O dispositivo induzirá, inclusive, medidas mais racionais de planejamento educacional. Quanto à primeira, julgamos conveniente ponderar que a redação pode se prestar a equívoco, como que forçando uma escola de ensino fundamental, médio ou até superior – por ser “a pública mais próxima”, a receber de forma esdrúxula e inadequada a criança para uma etapa da educação básica que ela não oferece.

III – Voto

Pelo exposto, nosso voto é favorável ao PLS nº 3, de 2006, com a seguintes emendas:

EMENDA 1 – CE

Substitua-se na ementa do PLS nº 3, de 2006, a expressão “escola pública” por “escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental”.

EMENDA 2 – CE

Substitua-se no inciso X do art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, nos termos do PLS nº 3, de 2006, a expressão “escola pública” por “escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental”.

Sala da Comissão, 16-5-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 003 / 06 NA REUNIÃO DE 16 / 05 / 06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Botelho)



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM Buarque
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
RELATOR:	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 003 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA	X			
VAGO						EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÉNCIO DA FONSECA	X					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X					LÚCIA VÁNIA				
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						AMIR LANDO				
GILVAM BORGES						GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAJUPP	X					VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL						MÁO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA						ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO						VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS						VAGO				
PAULO PAIM						ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE						FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS						ANTONIO JOÃO				
IDEI SALVATTI	X					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO						MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAISI	X					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO				

TOTAL: 1 SIM: 1 NÃO: — ABS: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006



SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 003 /06
EMENDAS
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM Buarque	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÉNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAYAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBOLDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PFL E PPS)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PTB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELE SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAISI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice - Presidente no exercício da Presidência

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2006**

“Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o seguinte inciso X:

“Art. 4º
.....

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Relator

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo meros, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 28, de 25-5-2000)

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de delidência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII XVIII XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

.....

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

.....

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, açãoar o Poder Público para exigir-lo

.....

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências

Of. Nº CE/059/2006

Brasília, 16 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

PARECER Nº 768, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá(UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, visa autorizar o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em quatro municípios daquele estado: Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá.

A proposição dispõe que os *campi* a serem criados terão por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária na área da saúde. Nesse sentido, deverão oferecer cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem, dentre outros cursos de graduação.

O projeto estabelece, ainda, que as instalações dos *campi* previstos subordinam-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Na justificação, o autor destaca a premência da expansão do ensino superior público e gratuito em regiões de menor nível de desenvolvimento, mas de grande potencial, como o Estado do Amapá.

Sublinha, também, o impacto direto que os cursos propostos teriam sobre o bem-estar da população

daquela unidade federada. Finalmente, esclarece que a indicação dos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá deve-se a suas características promissoras para o desenvolvimento econômico.

Encaminhado a esta Comissão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, crescimento acelerado da demanda por educação superior, nível de ensino essencial para o desenvolvimento do País e para a inserção profissional dos jovens. Mas ainda estamos longe de alcançar uma cobertura na educação superior que condiga com nosso patamar socioeconômico e nossas aspirações nacionais. O Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172, de 2001) aponta que a porcentagem de jovens brasileiros de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, em 2001, era de menos de 12%, em contraste com 40%, na Argentina, e 20,6%, no Chile, para mencionar apenas nossos vizinhos latino-americanos. A meta do PNE é chegar a 30% de cobertura dessa faixa etária, até o final de sua vigência, em 2011.

Para essa expansão, é inegável a necessidade de crescimento da rede pública federal de ensino superior, especialmente nas regiões mais remotas e menos desenvolvidas do País. A instalação de *campi* avançados da Unifap, como propõe o PLS, parece-nos, portanto, uma medida de mérito indiscutível.

A prioridade para a criação de cursos na área da saúde, conforme estabelece o projeto, também se reveste da maior relevância. Essa medida, ao possibilitar a formação de profissionais para atuar junto à população do Estado do Amapá, propiciará o desenvolvimento de atividades de extensão e parcerias com os órgãos locais de saúde, contribuindo para a melhoria das condições de vida naquela região.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998. Cabe lembrar que se trata de projeto autorizativo, que, em sua juridicidade, tem livre trânsito no Senado, conforme a interpretação do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 023/06 NA REUNIÃO DE 09/05/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÉNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- (VAGO)
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES RELATOR
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 023 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES						CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO						MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA						ROMEUTUMA				
VAGO						EDUARDO AZEREDO				
JUVÉNCIO DA FONSECA						SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X					LÚCIA VÂNIA				
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO					
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES	X				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X				
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA	X				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO					
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA	X				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
AELTON FREITAS					VAGO					
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE					
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS	X				VAGO					
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIAI	X				JOÃO RIBEIRO					
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
AUGUSTO BOTELHO					VAGO					

TOTAL: 45 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: Q 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/05/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

**Aprova o Plano Nacional de Educação
e dá outras providências**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Of. Nº. CE/054/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Papaléo Paes que, “Autoriza o Poder Executivo a criar **Campi Avançados** da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá”.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho** – Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

PARECER Nº 769, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, determina que os cadernos escolares e os livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União tenham impressos, em sua contracapa, a letra do Hino Nacional.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

O inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que à Comissão de Educação compete opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Nesse sentido, é pertinente e oportuno o exame, pela Comissão de Educação, do PLS no 31, de 2006.

As mudanças verificadas nos códigos de comportamento social, a partir das últimas décadas do século XX, são indiscutíveis. O processo de globalização é um dos principais responsáveis pela rápida incorporação de novos hábitos.

Um dos lapsos constatados no acelerado e amplo processo de aprendizado das crianças do nosso tempo é o da convivência com os símbolos pátrios, fundamental na formação de qualquer cidadão.

O projeto em exame resgata essa convivência dos alunos com o Hino Nacional Brasileiro, uma vez que determina a sua impressão na contracapa dos cadernos escolares e dos livros didáticos produzidos e adquiridos às expensas de recursos públicos. Entendemos que o respeito e a reverência aos símbolos pátrios constituem valores a serem aprendidos e exercitados desde a mais tenra idade. Por essa razão, a proposição em comento ostenta o mérito de propiciar aos alunos que manusearem esses livros didáticos e cadernos escolares a convivência com a letra do Hino Nacional Brasileiro, fator preponderante para a incorporação dos valores referidos.

Ao estabelecer que a regra incida tão-somente sobre os produtos didáticos financiados pela União, o projeto se resguarda em relação à eventual argüição de afronta ao princípio constitucional da livre iniciativa. A propósito, o edital de convocação para a inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série do Programa Nacional do Livro Didático para o Ano de 2007 (PNLD/2007), determina as condições e as especificações do chamado Livro do Aluno. No item 2.1.1.3., onde se caracteriza a quarta capa, o primeiro tópico relaciona a transcrição da letra do Hino Nacional como uma das condições referidas, o que referenda a pertinência e a oportunidade deste projeto de lei.

III – Voto

Pelo exposto, analisado o mérito, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006. – **João Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS N° 31/06 NA REUNIÃO DE 25/06/2006
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Gerson Camata

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUÉ
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÉNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDEI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAIS	8- JOÃO RIBEIRO

RELATOR: *Sen. José*

PDT

AUGUSTO BOTELHO 1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 34 / 2006

Junho de 2006

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 27 21577

TITULARES BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM Buarque				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÉNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍDIO AMARAL				
IDELE SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006


SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/048/2006

Brasília, 25 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de minha autoria que, “Dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 770, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Chega para exame da Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Na justificação, o autor destaca a importância da biografia do jornalista Roberto Marinho para o setor de comunicações e para o Brasil. Assim, a escolha do aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, como forma de homenagem, não é aleatória, pois é naquele bairro da capital fluminense que está localizado o “megacomplexo de estúdios de gravação e demais instalações integrantes da Central Globo de Produções para a televisão, o chamado Projac”, criado graças ao esforço deste ilustre brasileiro.

Não foram oferecidas emendas ao projeto na CE.

II – Análise

Do ponto de vista constitucional, não há nada a obstar ao projeto, pois a Carta Magna (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. O Congresso Nacional tem atribuição legislativa sobre a matéria contida no projeto em análise, conforme disposto no art. 48 da CF. Ademais, não há reserva de iniciativa sobre a matéria, conforme o art. 61, podendo ela ser exercida por qualquer dos Parlamentares de ambas as Casas.

Além disso, o projeto encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação”. Nos termos do art. 2º desse diploma, “uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”, se a designação for instituída por lei especial e observar o nome da localidade onde se encontra.

Ademais, o Ministério da Defesa informou, por meio do Ofício nº 2.798-GM/Aspar-MD, que não vislumbra óbices à aprovação do projeto em análise. Apenas recomenda que a denominação do aeroporto incorpore a sigla do Estado onde se encontra (RJ), alteração que procederemos na forma de emenda.

Em relação à técnica legislativa, o projeto está redigido de acordo com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001, não havendo reparos a fazer quanto a esse aspecto.

Quanto ao mérito, cabe destacar a estatura e a importância do jornalista Roberto Marinho para o País. De fato, as organizações Globo, por ele criadas, geram uma programação cuja qualidade certamente supera a da maioria das televisões abertas mundiais. Como comprovação, suas novelas encontram mercado nos cinco continentes, o que, além disso, promove a imagem do Brasil nos países onde são exibidas. Assim, a homenagem proposta é certamente meritória, pelo que recomendamos a aprovação do projeto em análise.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 49, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1–CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, a seguinte redação:

“Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).”

EMENDA Nº 2–CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, a seguinte redação:

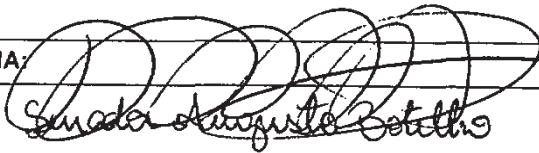
“Art. 1º O Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’.”

Sala da Comissão, 9-5-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 049/06 NA REUNIÃO DE 09/05/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE RELATOR
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- (VAGO)
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

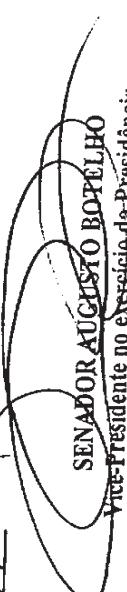
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 049/2006

TITULARES BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
DEMÓSTENES TORRES																	
JORGE BORNHAUSEN																	
JOSÉ JORGE																	
MARIA DO CARMO ALVES																	
EDISON LOBÃO																	
MARCELO CRIVELLA																	
VAGO																	
JUVÉNCIO DA FONSECA																	
LEONEL PAVAN	X																
VAGO																	
TITULARES - PMDB																	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA																	
VAGO																	
VALDIR RAUPP	X																
VAGO																	
SÉRGIO CABRAL																	
JOSÉ MARANHÃO																	
NEY SUASSUNA																	
GILBERTO MESTRINHO																	
TITULAR RESE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/EPB)																	
AELTON FREITAS																	
PAULO PAIM	X																
FÁTIMA CLEIDE	X																
FLÁVIO ARNS	X																
IDEI SALVATTI	X																
ROBERTO SATURNINO																	
MOZARILDO CAVALCANTI																	
SÉRGIO ZAMBIAZI	X																
TITULAR PDT																	
AUGUSTO BOTELHO																	

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/05/2006



SENADOR AUGUSTO BOTELHO

Vice-Presidente no exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS AO PLS 44/2006

(EM GLOBO)

EMENDAS N.º 01 a 02 - LÉ

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES						CRISTOVAM Buarque	X				
EDISON LOBÃO						MARCO MACIEL	X				
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA					
VAGO						EDUARDO AZEREDO					
JUVÉNCIO DA FONSECA						SÉRGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN	X					LÚCIA VÂNIA					
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						AMIR LANDO					
VAGO						GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP	X					GILYAM BORGES	X				
VAGO						GERALDO MESQUITA	X				
SÉRGIO CABRAL						MÁO SANTA	X				
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
NEY SUASSUNA						ROMERO JUCA					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
AELTON FREITAS						VAGO					
PAULO PAIM	X					ALOIZIO MERCADANTE					
FATIMA CLEIDE	X					FERNANDO BEZERRA					
FLAVIO ARNS	X					VAGO					
IDEI SALVATTI	X					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				
ROBERTO SATURNINO						MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIAI	X					JOÃO RIBEIRO					
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
AUGUSTO BOTELHO						VAGO					

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/05/2006


SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2006

“Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2006. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência. – Senador **Cristovam Buarque**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI – trânsito e transporte;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-03)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitora-

do nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

LEI 6.682/1979 (LEI ORDINÁRIA) 27/08/1979 00:00:00	
Situação:	NAO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Chefe de Governo:	JOÃO FIGUEIREDO
Origem:	
Fonte:	DOFC 28 08 1979 012265 1
Link:	Texto integral não disponível
Ementa:	DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIAS E ESTACOES TERMINAIS DO PLANO NACIONAL DE VIACAO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. PNV - LEI 5917, DE 10/09/1973.
Referencia:	MINISTERIO DOS TRANSPORTES.

Of. nº CE/53/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão que, “Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ)”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

PARECER Nº 771, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que denomina “Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega à Comissão de Educação (CE), para decisão cem caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “denomina Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”.

O projeto dispõe-se em dois artigos, sendo que o primeiro dá nome ao trecho da rodovia expressa na ementa e o segundo é sua cláusula de vigência.

Na justificação, o autor apresenta um resumo da trajetória do ilustre pintor pernambucano, que nasceu em 1997, e veio a falecer em 2003. Entre outros fatos citados, Cícero Dias é apresentado como autor das ilustrações do célebre “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire, em sua edição de 1933. Foi adido cultural da Embaixada brasileira em Portugal entre 1943 e 1945 e, em 1998, foi agraciado com a Ordem Nacional do Mérito da França. Dessa forma, conclui o

autor, essa “será uma justa homenagem a um homem que tanto honrou o Brasil”.

Não foram oferecidas ao projeto.

II – Análise

Em se tratando de matéria sujeita a decisão terminativa, será analisado não só o mérito, mas também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto em tela.

A Constituição Federal (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

O projeto em análise encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e que, em seu art. 2º, estabelece que, “mediante lei especial” e observado o fato de que a estação terminal tenha o nome da localidade onde se encontre, “uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”. Destaque-se que a rodovia objeto da homenagem não apresenta, no momento, nenhuma outra denominação além de sua nomenclatura oficial (BR-101).

Em relação à técnica legislativa, o PLS nº 96, de 2006, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Por último, quanto ao mérito, desejamos apenas louvar a iniciativa do nobre Senador Sérgio Guerra, que homenageia a ilustre figura de Cícero Dias, um dos mais destacados pintores modernistas brasileiros, que tanto honrou sua pátria e seu Estado em terras estrangeiras e nacionais.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PLS nº 96, de 2006, e por sua aprovação no tocante ao mérito.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS N° 096/06 NA REUNIÃO DE 06/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE *Monteiro*:

Tele G. Helle
(Senador Roberto Saturnino)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL RELATOR
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDEI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAKI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 096/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PTB, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DA MINORIA (PTB E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					ROSEANA SARNEY	JONAS PINHEIRO				
DEMÓSTENES TORRES					CÉSAR BORGES					
JORGE BORNHAUSEN		X			CRISTOVAM Buarque					
JOSE TORGE	X				MARCO MACIEL					
MARIA DO CARMO ALVES					ROMÉU TUMA					
EDISON LOBÃO	X				EDUARDO AZEREDO					
MARCELO CRIVELLA	X				SÉRGIO GUERRA					
MARCOS GUERRA	X				LÚCIA VÂNIA					
JUVÉNCIO DA FONSECA		X			JOÃO BATISTA MOTTA		X			
LEONEL PAVAN	X				AMIR LANDO					
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO					
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	VAGO					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERALDO MESQUITA		X			
GILYAM BORGES					MÁO SANTA					
VALDIR RAUPP	X				LUIZ OTAVIO					
IRIS DE ARAÚJO	X				ROMERO JUCA					
SÉRGIO CABRAL					VAGO					
JOSÉ MARANHÃO					SUPLENTE: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA	X				ALTON FREITAS		VAGO			
GILBERTO MESTRINHO					PAULO PAIM					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	FÁTIMA CLEIDE	X				
					FLÁVIO ARNS	X				
					IDEI SALVATTI					
					ROBERTO SATURNINO					
					MOZARULDO CAVALCANTI					
					SÉRGIO ZAMBIAISI					
					TITULAR - PDT					
					AUGUSTO BOTELHO					

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 06 / 2006


 SENADOR ROBERTO SATURNINO
Presidente Eventual da CE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-03)

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

.....
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

**Altera a Lei Complementar nº 95. de
26 de fevereiro de 1998.**

Of. nº CE/77/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Sérgio Guerra que, “denomina ‘Rodovia Pintor Cícero Dias’ o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

PARECER Nº 772, DE 2006

**Da Comissão de Educação, em sobre
o Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de
2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos
Deputados), que aprova o ato que autoriza
a Associação de Radiodifusão Comunitária
“Pérola do Triângulo” a executar serviço
de radiodifusão comunitária na cidade de
Iturama, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 224, de 2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi

instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 224, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 224, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 224/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

(Senador que cumpre de fôrma)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÉNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOAO
IDEI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYÀ GOMES
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 224 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					ROSEANA SARNEY	JONAS PINHEIRO				
DEMÓSTENES TORRES					CÉSAR BORGES					
JORGE KORNHAUSEN					CRISTOVAM Buarque					
JOSÉ JORGE	X				MARCO MACIEL					
MARIA DO CARMO ALVES	X				ROMÉU TUMA					
EDISON LÓBÃO	X				EDUARDO AZEREDO					
MARCELO CRIVELLA	X				SÉRGIO GUERRA					
MARCOS GUERRA	X				LÚCIA VÂNIA					
JUVENTÍCIO DA FONSECA					JOÃO BATISTA MORTA					
LEONEL PAVAN	X				AMIR LINDO					
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO					
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	VAGO					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERALDO MESQUITA					
GILVAM BORGES					MÁO SANTA					
VALDIR RAUPP	X				LUÍZ OTÁVIO					
IRIS DE ARAÚJO	X				ROMERO JUÇÁ					
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO					
JOSÉ MARANHÃO					SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)					
NEY SUASSUNA	X				SIBÁ MACHADO					
GILBERTO MESTRINHO					ALOIZIO MÉRCADANTE					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	FERNANDO BEZERRA					
AELTON FREITAS	X				ANTÔNIO JOÃO					
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
FATIMA CLEIDE	X				MAGNO MALTA					
FLÁVIO ARNS					PATRÍCIA SABOYA GOMES					
IDEI SALVATTI					JOÃO RIBEIRO					
ROBERTO SATURNINO	X				SUPLENTE - PDT					
MOZARILDO CAVALCANTI					VAGO					
SÉRGIO ZAMBIAISI	X									
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO						
AUGUSTO BOTELHO										

TOTAL: 21 SIM: 21 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/06/2006



SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 773, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2006 (nº 2.047/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Aelton Freitas

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 225, de 2006 (nº 2.047, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se

também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 225/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

(Assinatura: Presidente da Comissão)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE
MARIA DO CARMO ALVES
EDISON LOBÃO
MARCELO CRIVELLA
MARCOS GUERRA
JUVÉNCIO DA FONSECA
LEONEL PAVAN
(VAGO)

1- ROSEANA SARNEY
2- JONAS PINHEIRO
3- CÉSAR BORGES
4- CRISTOVAM BUARQUE
5- MARCO MACIEL
6- ROMEU TUMA
7- EDUARDO AZEREDO
8- SÉRGIO GUERRA
9- LÚCIA VÂNIA
10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP
ÍRIS DE ARAÚJO
SÉRGIO CABRAL
JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA
GILBERTO MESTRINHO

1- AMIR LANDO
2- GARIBALDI ALVES FILHO
3- (VAGO)
4- GERALDO MESQUITA
5- MÂO SANTA
6- LUIZ OTÁVIO
7- ROMERO JUCÁ
8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS
RELATOR
PAULO PAIM
FÁTIMA CLEIDE
FLÁVIO ARNS
IDELI SALVATTI
ROBERTO SATURNINO
MOZARILDO CAVALCANTI
SÉRGIO ZAMBIAZI

1- SIBÁ MACHADO
2- ALOÍZIO MERCADANTE
3- FERNANDO BEZERRA
4- ANTONIO JOAO
5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
6- MAGNO MALTA
7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 2/25/06

Junho de 2006

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 27 21593

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSD)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X					ROSEANA SARNEY				
GEORGE BORNHAUSEN	X					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X					CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X					CRISTOVAM Buarque				
EDISON LOBÃO	X					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X					ROMÉU TUMA				
MARCOS GUERRA	X					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÉNCIO DA FONSECA	X					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL FAYAN	X					LÚCIA VÁNIA				
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMOB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X					AMIR LANDO				
GILVANI BORGES	X					GARIBOLDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X					VAGO				
IRIS DE ARAUJO	X					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL	X					MÁO SANTA				
JOSE MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X					ROMERO RICA				
GILBERTO MESTRINHO						VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLÁUDIA	X					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X					ANTONIO JOAO				
IDEI SALVATTI						ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X					MAGNO MALTA	X			
MOZARLU DO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAISI	X					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO				

TOTAL: 21 SIM: 21 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: — PRESIDENTE: CJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/06/2006



SENADOR JUVENAL DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER N° 774, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006 (nº 1.880/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 279, de 2006 (nº 1.880, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que

o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Saies a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 20-6-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 279/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÉNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOAO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAIS	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 27/06/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSD)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSD)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES	X					CRISTOVAM BUARQUE					
EDISON LOBÃO	X					MARCO MACIEL					
MARCELO CRIVELLA	X					ROMEU TUMA					
MARCOS GUERRA	X					EDUARDO AZEREDO	X				
JUVENTÍCIO DA FONSECA	X					SÉRGIO GUERRA	X				
LEONEL PAVAN	X					LÚCIA VÂNIA					
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA					
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE	PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X					AMIR LANDO					
GILVAM BORGES						GARIBALDI ALVES FILHO	X				
VALDIR RAUPP	X					VAGO					
IRIS DE ARAUJO	X					GERALDO MESQUITA	X				
SÉRGIO CABRAL	X					MÁO SANTA					
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
NEY SUASSUNA	X					ROMERO JUÇÁ					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PFL)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PFL)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEILTON FREITAS	X					SIBÁ MACHADO					
PAULO PAIM	X					ALOIZIO MERCADANTE					
FATIMA CLÉIDE	X					FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS						ANTÔNIO JOÃO					
IDEI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO	X					MAGNO MALTA	X				
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES	X				
SÉRGIO ZAMBIAI	X					JOÃO RIBEIRO					
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE	PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO					

› TOTAL: 21 SIM: 9 NÃO: 7 ABS: 3 AUTOR: — PRESIDENTE: CJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/06 AUTOR: — PRESIDENTE: CJ

SENADOR JUVENIL DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os

procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais *vigentes*. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 775, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006 (nº 2.054/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em Caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 324, de 2006 (nº 2.054, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de con-

cessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 324, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovado do ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 324/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÉNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO RELATOR
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 5241 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRÉS		X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN		X				IONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE		X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES		X				CRISTOVAM Buarque				
EDISON LOBÃO		X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA		X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA		X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVENTINHO DA FONSECA		X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN		X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X				AMIR LANDO				
GILVAN BORGES						GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUAPP		X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO		X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL						MÁO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO		X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA						ROMERO JUÇA				
GUILHERMO MESTRINHO						VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFILION FREITAS		X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM		X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE		X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS						ANTONIO JOÃO				
IDEI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO		X				MAGNO MALTA	X			
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAI						JOÃO RIBEIRO				
TIULIAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO				

TOTAL: 21 SIM: 10 NÃO: 10 ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2006



SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI N° 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO-LEI N° 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. N° CE/48/2006

Brasília, 25 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2006, de minha autoria que, “Dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. N° CE/53/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão que, “Denomina Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ)”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, na Comissão de Educação.

OF. Nº CE/54/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Papaléo Paes que, “Autoriza o Poder Executivo a criar Campi Avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá”.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

OF. Nº CE/59/2006

Brasília, 16 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Agusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

OF. Nº CE/77/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Sérgio Guerra que, “Denomina ‘Rodovia Pintor Cícero Dias’ o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/78/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Pedro Simon que, “Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

OF. Nº CE/83/2006

Brasília, 20 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 224, 225, 279 e 324 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2005, 3, 23, 31, 49 e 96, de 2006**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 83, de 2006**, da Comissão de Educação, lido anteriormente, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 224, 225, 279 e 324, de 2006**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2006

Acrescenta alínea I ao art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para possibilitar o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 36.

.....
I) nos contratos de seguro de pessoas, individuais ou coletivos, fixar limites para o aumento do prêmio e estabelecer condições para sua rescisão ou não-renovação(NR).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A imprensa brasileira vem noticiando abundantemente que as seguradoras estão promovendo reajuste de até mil por cento nos prêmios de seguro de vida contratados no Brasil, com maior impacto para pessoas com idade superior a cinqüenta e cinco anos.

Os aumentos, supostamente baseado nas Circulares Susep 302, 316 e 317, têm sido considerados abusivos, e já foram concedidas liminares para restringi-los, especialmente considerando a situação dos segurados que pagam o prêmio regularmente há vários anos e, agora, em razão de sua avançada faixa etária, podem ficar sem a cobertura no momento em que é mais necessária.

Os provimentos judiciais, esparsos e de caráter provisório, não têm conseguido refrear os abusos dos responsáveis por aumentos tão desproporcionais nos prêmios de seguro. Tal situação viola os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa, da proteção do consumidor e da segurança jurídica. Além disso, vai na contramão dos preceitos estabelecidos pelo Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Propomos, portanto, que seja dada competência específica à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para que exerça controle sobre esses aumentos. Como as seguradoras podem simplesmente se recusar a renovar o seguro de vida após o término do contrato, prejudicando quem contribuiu por muitos anos, também é necessário que a Susep firme regras para a rescisão ou não-renovação dos contratos.

Contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste Projeto de lei, que visa a proteger

as pessoas submetidas aos abusos dos que detêm o poder econômico e impõem sua vontade em prejuízo da já frágil situação dos brasileiros de maior idade.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006, – Senador **Waldir Raupp**

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI Nº 73,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras provisões.

.....
Art. 36. Compete à Susep, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras:

- a)** processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos Estatutos das Sociedades Seguradoras, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao CNSP;
- b)** baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP;
- c)** fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;
- d)** aprovar os limites de operações das Sociedades Seguradoras, de conformidade com o critério fixado pelo CNSP;
- e)** examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis; (*Redação dada pelo Decreto-Lei nº 296, de 1967*)
- f)** autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;
- g)** fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras;
- h)** fiscalizar as operações das Sociedades Seguradoras, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-lei, de outras leis pertinentes, disposições regulamentares em geral, resoluções do CNSP e aplicar as penalidades cabíveis;
- i)** proceder à liquidação das Sociedades Seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;
- j)** organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento.

CIRCULAR SUSEP Nº 302,
DE 19 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em plano de seguro de pessoas, e dá outras providências.

CIRCULAR SUSEP Nº 316,
DE 12 DE JANEIRO DE 2006

Altera o art. 108 da Circular Susep nº 302, de 19 de setembro de 2005.

CIRCULAR SUSEP Nº 317,
DE 12 DE JANEIRO DE 2006

Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em planos de seguros coletivos de pessoas, e dá outras providências.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2006

Acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 1º

IX – de fraude em contratos de seguro (inciso V, do parágrafo 2º, do art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto em tela procura atualizar a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), introduzindo o delito de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes previstos no art. 1º dessa Lei.

O termo “fraude” no segmento securitário pode ser entendido como qualquer conjunto de artifícios ou artes utilizados com o fim de permitir a contratação de um seguro, o recebimento de uma indenização ou a obtenção de uma vantagem a que de outro modo não se teria direito, independentemente da maneira como tal efetivamente se apresente.

O Código Penal disciplina o delito de fraude em contratos de seguros no inciso V, do § 2º, do artigo 171. Todavia, apenas tal dispositivo não é suficiente para tipificar todos os delitos que podem estar englobados numa fraude securitária, tais como o crime de lavagem de dinheiro, razão pela qual imperioso o aumento da abrangência da atual Lei de Lavagem para igualmente coibir a prática de lavagem de dinheiro por meio de fraudes em contratos de seguro.

Por tal razão, o combate à lavagem de dinheiro praticada por meio de contrato de seguro vem ao encontro dos princípios que informam a Lei nº 9.613/98 quais sejam: crime de natureza grave, que tem em seu substrato uma origem ilícita, apresentando agregação ao patrimônio do agente e, ainda, com característica transnacional. A inserção do dispositivo em comento visa a coibir mais esse delito, cuja gravidade merece um controle estatal preciso e rigoroso.

Além disso, segundo informações estatísticas divulgadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão criado para disciplinar e identificar as ocorrências suspeitas de lavagem de dinheiro, dentre outras finalidades, o número de comunicações de operações suspeitas com relação ao mercado securitário aumentou de zero em 2000, para 876 em 2003 (fonte: www.coaf.gov.br). Tais números mostram ser necessária a modernização e ampliação da regulamentação do crime lavagem de dinheiro, com vistas a igualdade abranger como crime antecedente a fraude praticada no âmbito do mercado securitário.

Há uma clara tendência internacional em configurar o maior número possível de delitos graves como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, tendência essa que vem se reafirmando desde a promulgação da Convenção de Viena, a qual o Brasil não pode deixar de considerar.

Com a alteração proposta, inserindo-se no rol da Lei de lavagem de Dinheiro a fraude em contratos de seguro, o ordenamento jurídico pátrio estará utilizando o rigor das sanções da lei para, adicionalmente, combater a própria prática desse tipo de fraude.

E, como efeito imediato dessa inserção, teremos redução na taxa de sinistralidade, que é a relação entre os gastos por parte da seguradora com pagamentos de indenizações e as receitas com vendas de

seguros. Tal fato, por sua vez, implicará diminuição, também imediata, no preço do seguro praticado no Brasil, sabidamente um dos mais altos do mundo, de modo a beneficiar os segurados, individualmente, e a economia, considerada em sua totalidade.

Por essas breves razões, portanto, pedimos o valioso apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto, certos que estamos defendendo os interesses da sociedade brasileira, punindo aquele que busca utilizar-se indevidamente do Sistema Nacional de Seguros Privados para realizar operação de lavagem de dinheiro e obter vantagem ilícita em prejuízo alheio.

Sala das sessões, 26 de junho de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – de terrorismo;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do **caput** deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substitui-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou participe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimento que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI Do Estelionato e Outras Fraudes

Estelionato

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I – vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II – vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus

ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III – defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV – defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V – destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI – emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Há oradores inscritos para esta sessão não deliberativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Excelentíssimo Senhor Senador Marco Maciel, que foi Vice-Presidente da República e também Presidente em algumas oportunidades, é uma alegria falar no plenário do Senado, neste momento, sob a orientação de V. Ex^a; Senador Valdir Raupp, que foi também Governador; Senadora Heloísa Helena, – e nesse fim de semana eu assisti, naturalmente pela TV, ao lançamento da sua candidatura a Presidente da República – os nossos cumprimentos e que faça uma belíssima campanha. Pode ter certeza de que todos nós estamos torcendo por isso.

Sr. Presidente, eu tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna para denunciar a perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

O fator previdenciário foi instituído pela Lei nº 9.876, de 1999, depois de o Governo anterior não conseguir aprovar no Congresso a aposentadoria por idade. O objetivo do fator previdenciário, diziam eles na época, era equilibrar as contas da Previdência. Confor-

me estudiosos do tema, isso já foi feito. Com certeza, com o fator, diminuíram os gastos da Previdência para com os aposentados.

Portanto, a criação do fator previdenciário teve a finalidade também de desestimular a aposentadoria considerada precoce, diminuindo o valor das aposentadorias no momento da concessão para todos e não apenas a aposentadoria precoce.

É preciso ressaltar também que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Destacamos ainda que não há um país que aplique o tal fator previdenciário, de tão perverso que ele é; nem os fundos de pensão privada fazem isso.

Sr. Presidente, a Lei nº 9.876 estabeleceu que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria. Como se alguém pudesse prever efetivamente quando vamos morrer.

A sobrevida é o tempo de vida que os brasileiros ainda terão de acordo com estimativa do IBGE, depois de uma determinada idade. Sempre que o resultado da fórmula do fator for menor do que um, haverá redução no valor da aposentadoria.

Sua aplicação faz com que as pessoas que contribuíram pelo mesmo período e sobre salário igual ao salário de contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento da aposentadoria, acabem tendo uma renda mensal totalmente diferente. Na prática, a pessoa com maior idade recebe um tipo de aposentadoria e o outro, com até 60 anos, recebe outro tipo de aposentadoria com o redutor.

O objetivo que motivou a criação do fator previdenciário foi maquiavélico. Com ele, os trabalhadores permanecem mais tempo contribuindo e recebendo benefícios menores.

Portanto, o fato previdenciário reduz o valor das aposentadorias para todos os trabalhadores que se aposentam pelo INSS.

Sr. Presidente, quero ressaltar a nossa satisfação com a publicação, hoje, do artigo do jornalista Ribamar Oliveira, no jornal **O Estado de S. Paulo**. No artigo, ele relata:

O fator previdenciário não é uma questão pacífica nos tribunais. Na semana passada, por exemplo, a Juíza Federal Fabíola Queiroz condenou o INSS a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A Juíza determinou que o INSS exclua a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria. Com isso, o benefício de Matilde Petri terá um reajuste de 81,08%.

Pela decisão da juíza, o INSS terá também de pagar todos os valores atrasados. O INSS disse que vai recorrer desta decisão, que é de primeira instância.

Vejam quanto essa senhora perderia se o fator previdenciário fosse definitivamente aplicado em sua aposentadoria.

O INSS pode recorrer, mas penso que, a partir dessa decisão, com certeza – se dependesse de mim –, eu orientaria todos os trabalhadores que se aposentaram a partir de 1999 a entrarem com ação na Justiça, como fizemos no caso do 147%, que ganhamos, em última instância, no Supremo Tribunal Federal.

É um direito do trabalhador que pagou e teria direito ao princípio da integralidade. Veio o fator previdenciário e reduziu seus benefícios.

Sr. Presidente, enfim, o fator previdenciário terá de ser liquidado.

Embora não conste aqui, peço seja incluída, nos Anais da Casa, a matéria “O Fim do Fator Previdenciário”, que diz mais: já há um movimento, dentro do próprio Governo, reconhecendo que tem de acabar com o fator previdenciário. O nosso projeto vai nessa linha.

Todos sabem que defendemos a revogação desse perverso fator e, por isso, apresentamos o PLS nº 296, de 2003, que foi aprovado, de forma terminativa, na CAS. Infelizmente, houve recurso, e o projeto veio ao Plenário. Daqui, por requerimento, foi encaminhado à CAE.

Sr. Presidente, já que está na CAE – e para que não haja medidas protelatórias – entrei com um pedido de audiência pública conjunta à CAE e à CAS, ou seja, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais. Não tenho medo desse debate. Assim que os Senadores todos tomarem conhecimento do quanto é perverso, o fator previdenciário será revogado por unanimidade. O atual Governo já reconhece que é insustentável a existência do fator previdenciário.

Esta audiência pública, pelo número de pessoas interessadas, não se realizará na Comissão; conseguimos reservar o auditório Petrônio Portella, que tem capacidade para seiscentas pessoas e vamos fazer lá o debate. Convidamos, naturalmente, Senadores, Deputados, bem como o Ministro da Previdência para participarem conosco do debate. Será no auditório Petrônio Portella, no dia 6, às 14hs.

É necessário, é urgente, que cada trabalhador deste País, que cada trabalhadora, tome conhecimento a respeito dos prejuízos impostos. O Congresso há de revogar, tenho certeza, pela pressão natural das ruas, uma pressão pacífica, tranquila, mas com muita força. Uma pressão que diga que o fator previdenciário tem que morrer, deve ser enterrado. No meu entendimento, alguns quilômetros para baixo da terra, por ser tão inimigo do conjunto da humanidade, não só daqueles que estão na expectativa de se aposentar, por tudo que ele representa. Veja bem, quero repetir este dado: uma senhora ganhou na Justiça; o juiz mandou excluir o prejuízo do fator previdenciário, Senador Ramez Tebet. Sabe em quanto vai ser reajustada a aposentadoria dela? Em 81,05%. O fator previdenciário retirava dela

um direito adquirido pelo que ela contribuiu ao longo da sua vida.

Sr. Presidente, tenho certeza de que esta Casa vai aprovar o PL nº 296. Nesse sentido, quero aqui de público, da tribuna, convocar e fazer um apelo ao Senador Romero Jucá, porque ele foi indicado Relator na CAE, para que ele participe da audiência pública e, em seguida, libere seu parecer a fim de que a matéria possa ser votada no plenário. Tenho certeza que o Senador Romero Jucá vai participar da audiência pública em que estarão representantes da Previdência, também, naturalmente, dos trabalhadores e até dos empregadores. Sinto que essa matéria já tem consenso, e por isso não há mais motivo para não se votar no plenário.

Reiteramos a importância da mobilização e da participação dos diversos segmentos da sociedade. Todas as centrais e confederações de trabalhadores e também de aposentados, como a Cobap, estão apoian- do esse movimento. Vamos participar desta grande audiência pública no próximo dia 6.

Eu gostaria muito, Senadora Heloísa Helena, de convidar publicamente os candidatos à Presidência da República para esse debate. Auditório lotado, cada candidato a Presidência da República vai colocar sua posição. Por isso, é com satisfação que eu já gostaria de receber um aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu nem vou falar sobre a história da candidatura à Presidência da República, até porque, certamente, nenhum trabalhador do setor público ou do setor privado teria dúvida do que penso sobre o fator previdenciário ou sobre a Previdência Social. Eu encarei até uma expulsão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço questão de que V. Ex^a esteja lá.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Vou estar. No entanto, quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a, compartilhar com a sua preocupação e lhe dar os parabéns pelo projeto. V. Ex^a trouxe muito bem dados que mostram problemas gravíssimos no fator previdenciário. Sabe V. Ex^a que trabalhei, na universidade, durante muito tempo, com planejamento de serviço público e com estatísticas, especialmente. É impossível que qualquer – não vou dizer um cidadão simples – Senador ou que o próprio Ministro da Previdência consiga, de pronto, viabilizar aquela fórmula para dizer em quanto tempo vai se aposentar. A farsa já começa aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, ninguém consegue entender como fazer o cálculo.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exata- mente. Em relação ao limite de idade. Quem analisa a tábua de mortalidade do IBGE sabe exatamente que a situação real dos segurados do INSS não é compatível com essa tábua da mortalidade, ou seja, a expectativa de vida é menor que a estabelecida na tábua da mortalidade. Segundo, o fator previdenciário prejudica

especialmente os mais pobres, os que entraram mais cedo no mercado de trabalho e as mulheres. Quem entrou mais cedo no mercado de trabalho, em função de trabalho precário ou informal, ou em função de desemprego, não se aposentará nunca. Quanto ao caso da segurada a que V. Ex^a se referiu, a única chance de alguém se aposentar por velhice e não ter redução de 74% da sua aposentadoria seria ter registrado mais de 40 anos de contribuição, porque senão ele teria 74%. Quem entra mais cedo no mercado de trabalho é o mais sacrificado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – (...) porque quem ingressa mais cedo no mercado de trabalho ou trabalha desde a infância, no maldito trabalho infantil ou desde a adolescência, é o mais penalizado de todos. Quem tem a oportunidade de freqüentar a universidade vai começar a trabalhar depois que concluir o mestrado, o doutorado. A situação é completamente diferente. Então o mais penalizado é o mais pobre, o que ingressa mais cedo no mercado de trabalho, o que está no mercado de trabalho informal ou o desempregado e a mulher de forma geral – tanto aquela sujeita à aposentadoria especial como a trabalhadora do magistério foram penalizadas. Nós, mulheres, de modo geral, fomos muito mais penalizadas porque até aquilo que estabelecia a aposentadoria especial o fator previdenciário aniquila, liquida com ela. Portanto, parabenizo V. Ex^a pelo projeto, na certeza de que este debate aqui será feito. Espero que ninguém venha com aquela conversa enfadonha. Sabemos nós ou qualquer outro que analise os dados da seguridade social que inexiste déficit na seguridade social. O próprio Tribunal de Contas da União, ao analisar as contas do Presidente da República, mais uma vez, mostrou o superávit da seguridade social. Então esse debate nem virá, tenho certeza. Só espero que possamos fazer o debate qualificado, dando conta da injustiça que é o fator previdenciário, que significa redução de gastos com benefícios sem uma justificativa lógica, contábil, formal, no âmbito da seguridade social, impondo que se trabalhe quase até a morte e, portanto, não se goze daquilo que é a razão de existir da aposentadoria. Nem vou falar do quanto se gasta mais com a idade avançada. Com relação a tudo. Tudo é mais caro. O seguro saúde para uma pessoa com mais idade, depois de cinqüenta anos, não custa menos de 450 reais. É um crime o que se está fazendo com relação ao fator previdenciário. Quero parabenizar V. Ex^a. Espero que o mais rápido possível ele esteja aqui para que possamos fazer o debate bem transparente aqui no plenário do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Cumprimento a Senadora Heloísa Helena, que mostra ser conhecedora do tema com muita tranqüilidade.

Assino embaixo de todos os argumentos que V. Ex^a levantou aqui. Quero só reforçar a idéia de que, quanto mais vamos envelhecendo, todos nós vamos

gastando mais, especialmente com remédios, queremos ou não, devido aos problemas de saúde que vamos acumulando. Vejo por mim. Eu dizia outro dia que não houve saída, eu gastei 550 reais em remédios para mim. Claro que eu posso pagar, eu sou Senador da República! Mas imagine o cidadão ter que gastar isso! E sobre três desses remédios, o médico me disse: "Paim, isso é para o resto da vida". Pense em um cidadão que ganha um, dois, três salários. Como ele vai viver com esse custo de vida?

Não adianta que os remédios não são baratos. Esses remédios são caros e eu não tinha como não comprá-los.

Sr. Presidente, quero terminar tratando de um outro assunto, mas pode saber que não é nem meia página e vai ficar dentro dos dois minutos.

A **Gazeta Mercantil** de hoje publica: "Oferta da Volo é chance de salvar Varig". Eu, que tenho falado tanto da Varig, Senador Ramez Tebet, o grande formulador aqui da lei de recuperação das empresas, continuo ainda torcendo muito para que a Varig dê certo. Quero cumprimentar aqui o Milton Zuanazzi. Diziam que ele não daria o sinal verde para essa negociação, e, com isso, o juiz – peço que a matéria conste inteira nos Anais da Casa – teria decretado a falência.

Quero mais uma vez cumprimentar um Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8^a Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que deu mais um prazo agora para que efetivamente a oferta da Volo, junto com outros investidores – e aí entendo eu que há uma participação do consórcio dos trabalhadores –, seja viabilizada.

Então, cumprimento o Milton Zuanazzi, Presidente da Anac, lá no Rio Grande do Sul, que deu sinal verde para essa negociação.

Com essa atitude, fica uma demonstração clara de que todos nós estaremos trabalhando e colaborando para que a Varig seja viabilizada. O próprio Presidente da Varig, Sr. Presidente, disse que está entusiasmado com essa nova proposta.

Diz aqui:

A aprovação da venda da VarigLog pela Anac atendeu as expectativas do Presidente da Varig Marcelo Bottini. Na última sexta-feira, o Executivo manifestou otimismo com relação à nova proposta da Volo, a qual interpretou como a solução de mercado tão aventada pelo Governo Lula. Segundo Bottini, diante do atual cenário, o futuro da Varig estaria nas mãos do Governo. "A bola está agora com o Governo brasileiro, que exigiu da Varig uma solução de mercado", desafiou o Executivo. "A Varig cumpriu o seu dever, cabe agora ao Governo mostrar se quer ou não ajudar a empresa".

Com a posição do Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, dando sinal verde para essa negociação, esperamos então que o objetivo tenha sido atingido, que haja esse grande acordo entre o consórcio dos

trabalhadores, a oferta da Volo com a Varig. Não só vamos torcer; vamos rezar, vamos trabalhar, vamos dar apoio político para que a Varig seja viabilizada.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna para denunciar a perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

O fator previdenciário foi instituído pela Lei nº 9.876/99, depois que o governo anterior não conseguiu que o Congresso aprovasse a idade mínima para o trabalhador requerer a aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O objetivo era equilibrar as contas da Previdência, com a redução dos gastos com as aposentadorias por tempo de contribuição.

Portanto, a criação do fator previdenciário teve a finalidade de desestimular a aposentadoria considerada precoce, diminuindo o valor das aposentadorias no momento de sua concessão.

É preciso ressaltar também que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por idade, a aplicação do fator é opcional.

Ressaltamos ainda que nenhum fundo de pensão privado o utiliza.

A Lei nº 9.876 estabeleceu que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria. A sobrevida é o tempo de vida que os brasileiros ainda terão, de acordo com estimativa do IBGE, depois de uma determinada idade. Sempre que o resultado da fórmula do fator for menor do que um, haverá redução no valor da aposentadoria.

Sua aplicação faz com que pessoas que contribuíram pelo mesmo período e sobre igual salário de contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento de aposentadoria, consigam uma renda mensal diferente. Na prática, a pessoa com maior idade receberá uma renda maior.

O objetivo do fator previdenciário foi maquiavélico quando criado: Com ele, os trabalhadores permanecem mais tempo como contribuintes e menos como beneficiários.

Portanto, o fator previdenciário reduz o valor das aposentadorias e é excessivamente cruel com os trabalhadores que se aposentam pelo INSS.

Queremos falar da nossa alegria com a publicação do artigo do jornalista Ribamar Oliveira, do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia de hoje. No artigo, ele relata que o fator previdenciário não é uma questão pacífica nos tribunais. Na semana passada, por exemplo, a juíza federal Fabíola Queiroz condenou o INSS a revisar a

renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A juíza determinou que o INSS exclua a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria. Com isso, o benefício de Matilde Petri terá um reajuste de 81,08%. Pela decisão da juíza, o INSS terá também que pagar os valores atrasados. O INSS deve recorrer desta decisão, que é de primeira instância.”

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, enfim, o fim do fator previdenciário.

Todos sabem que sempre defendemos a revogação desse perverso fator. Por isso, apresentamos o PLS 296/03. Ele foi aprovado na CAS – Comissão de Assuntos Sociais e houve recurso, impedindo assim, que fosse direto para a Câmara.

Queremos o debate. O referido projeto está na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos e haverá audiência pública conjunta com a CAS para discussão do projeto.

Sr. Presidente, pelo número de pessoas interessadas neste debate faremos audiência no Auditório Petrônio Portela, com capacidade para cerca de 500 pessoas, no próximo dia 06, às 14h.

É necessário, é urgente que cada trabalhador, cada trabalhadora, tome conhecimento sobre os prejuízos que estão sendo impostos a eles e que o Congresso tenha sensibilidade social e ouça o clamor social que vem das ruas e faça as mudanças que a sociedade exige.

Como podemos fazer isto? Aprovando o PLS 296/03. Nesse sentido, quero de público fazer um apelo ao Senador Romero Jucá, relator da matéria na CAE, para que participe da Audiência Pública e em seguida libere o seu parecer para a votação da matéria.

Por isso, reiteramos a importância da mobilização e da participação de todos os segmentos da sociedade: Trabalhadores, entidades de classe, parlamentares, etc na audiência pública do próximo dia 06.

Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa o excelente artigo do jornalista Ribamar Oliveira, onde o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o próprio governo já reconhecem a crueldade do fator previdenciário.

“Quem sabe faz a hora,
Não espera acontecer.”

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de registrar ainda, matéria da **Gazeta Mercantil** com o título “Oferta da Volo é chance de salvar a Varig”. Cumprimento também a Casa Civil e o Presidente da ANAC, Milton Zuanazzi, que deu sinal verde para a negociação. Com essa atitude o governo mostra a sua disposição de colaborar para que a Varig seja viabilizada.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

RIBAMAR OLIVEIRA

email: ribarnaroliveira@estadao.com.br

O fim do fator previdenciário

Ganha força a idéia, defendida por alguns setores do governo Lula, de que é preciso substituir o fator previdenciário pelo limite de idade para requerer a aposentadoria. Essa medida seria encaminhada para votação do Congresso em um eventual segundo mandato de Lula, quando forem discutidas as grandes reformas a serem realizadas nos próximos quatro anos. Outros setores do governo e do PT defendem simplesmente o fim do fator previdenciário. Essa posição, que é apoiada pela CUT e pelas demais centrais sindicais, está expressa no projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que tramita no Congresso.

O fator previdenciário não é uma questão pacífica nos tribunais. Na semana passada, por exemplo, a juíza federal Fabiola Queiroz condenou o INSS a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A juíza determinou que o INSS exclua a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria. Com isso, o benefício de Matilde Petri terá um reajuste de 81,08%. Pela decisão da juíza, o INSS terá também que pagar os valores arrestandos. O INSS deve recorrer desta decisão, que é de primeira instância.

O fator previdenciário foi instituído pela lei 9.876 de 1999, depois que o governo Fernando Henrique Cardoso não conseguiu que o Congresso aprovasse o limite de idade para o trabalhador requerer a aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O objetivo do governo FHC era equilibrar as contas da Previdência, com a redução dos gastos com as aposentadorias por tempo de contribuição.

Por isso, a lei 9.876 estabeleceu que o valor da aposentadoria depende da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida. A sobrevida é o tempo de vida que os brasileiros ainda terão, de acordo com estimativa do IBGE, depois de uma determinada idade. Essas três variáveis (tempo de contribuição, idade e sobrevida) foram ponderadas por meio de uma fórmula matemática e resultaram no chamado "fator previdenciário". Sempre que o fator for menor do que um, haverá desconto no valor da aposentadoria.

O resultado do fator, na prática, foi o mesmo do limite de idade. Ou seja, nenhum trabalhador consegue mais se aposentar, com o valor integral do benefício, antes dos 60 anos de idade. No caso das mulheres, por ironia da história, o limite de idade para requerer aposentadoria com o valor integral está em 59 anos, acima, portanto, do limite de 55 anos de idade, que o governo FHC tentou instituir por meio da emenda constitucional número 20, de 1993.

A idéia que está sendo discutida é adotar um limite de idade para requerer a aposentadoria

O marco das discussões dentro do governo sobre o fator previdenciário é o estudo dos pesquisadores Guilherme Delgado, Ana Carolina Querino, Leonardo Rangel e Matheus Stivali, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborado em fevereiro deste ano. O trabalho foi feito a pedido do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), por sugestão do representante da CUT naquele órgão. O objetivo do estudo foi avaliar os resultados da aplicação do fator previdenciário, desde a sua implantação até o final de 2004.

Os pesquisadores do Ipea concluíram que o fator previdenciário alcançou os objetivos definidos pelo governo FHC. Ou seja, ajudou a equilibrar as finanças da Previdência. A análise feita pelos técnicos do Ipea revelou que, no período de 1999 a 2004, houve uma forte reversão do fluxo anual de concessões das aposentadorias por tempo de contribuição, que caíram da média anual de 339,8 mil para 136,2 mil.

Houve também, no período analisado, uma elevação significativa na média de idade dos aposentados. A média de idade para os homens subiu de 54,3 anos, registrada no período de 1995 a 1998, para 56,9 anos. No caso das mulheres, a média subiu de 49,7 anos para 52,2 anos.

O estoque de benefícios por tempo de contribuição, por sua vez, registrou forte desaceleração. A taxa de expansão desses benefícios foi de 11,2% ao ano entre 1991 e 1998 e passou para apenas 2,2% no período de 1999 a 2004. Em resumo: o fator previdenciário retardou aposentadorias e reduziu as despesas previdenciárias, concluíram os pesquisadores.

Outra conclusão importante: se a regra do fator previdenciário for mantida, dentro de algum tempo os trabalhadores, tanto homens como mulheres, somente conseguirão obter o valor integral da aposentadoria após os 65 anos de idade. Ou seja, o fator levará, em breve, a um limite de idade bastante superior ao inicialmente proposto pelo governo FHC e também superior aos limites definidos para o funcionalismo público, pelo governo Lula em 2003, que é de 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres. Em conversa com este columnista, Guilherme Delgado estimou que o limite de 65 anos será obtido em cerca de 10 anos.

O estudo levanta outra questão que até agora não tinha sido devidamente considerada nessas discussões. Com o fator previdenciário, o segurado do RGPS passou a viver com um elevado grau de incerteza em relação ao momento de requerer sua aposentadoria. A fórmula matemática do fator não permite ao segurado conhecer com antecipação sua situação porque ela vai depender da expectativa de sobrevida anualmente calculada pelo IBGE e decenalmente revisada por reestimativa com base no censo demográfico.

Os autores do estudo lembram que essa estimativa pode ser objeto de reestimativa por mudança metodológica, melhoria de estimadores ou outros quaisquer avanços na tecnologia estatístico-demográfica do IBGE. A maior variação na expectativa de sobrevida ocorreu entre as tábulas do IBGE de 2001 e 2002, divulgadas em dezembro de 2002 e de 2003, respectivamente. As expectativas de sobrevida variaram entre 2,4 e 2,7 anos de um ano para o outro, o que acarretou diminuição elevada do fator previdenciário em curto período. "Novas mudanças bruscas nas tábulas de mortalidade não devem ser descartadas", advertem os pesquisadores.

Se o presidente Lula, num eventual segundo mandato, decidir trocar o fator previdenciário pelo limite de idade para requerer aposentadoria, Guilherme Delgado observa que não será necessário passar pelo desgaste político de ter que aprovar uma proposta de emenda constitucional. Bastará, segundo explica, mudar a fórmula do cálculo do fator previdenciário, que é definida por uma simples lei ordinária. O fator poderá ser ajustado para que os trabalhadores recebam o valor integral dos benefícios aos 60 anos de idade.

Oferta da Volo é chance de salvar Varig

Após a aprovação da compra da VarigLog pela Anac, empresa faz nova proposta

Lorena Rodrigues e
Ricardo Rego Monteiro
Brasília e Rio

A Volo, controlada pelo fundo norte-americano Martin Patterson e investidores brasileiros, está praticamente com o caminho aberto para adquirir o controle da Varig. Além do insucesso dos funcionários da companhia aérea em levantar os US\$ 75 milhões para sacramentar o resultado do leilão do último dia 8, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, na noite de sexta-feira, a aquisição da VarigLog pela Volo. A aprovação era exigida pela Volo para validar a nova proposta de compra da Varig, apresentada na última quinta-feira, por US\$ 485 milhões.

A compra da antiga subsidiária da Varig não havia sido aprovada pela reguladora porque a Volo não conseguia provar que os investidores estrangeiros detinham o máximo de 20% de participação da empresa, como manda a lei. Na véspera do leilão em que a única oferta foi feita pela NV Participações, que representa os funcionários da Varig, a Volo apresentou proposta de compra da companhia aérea.

Técnicos da Anac passaram toda a noite de quinta e a sexta-feira debruçados sobre nova papelada entregue pela Volo. Corriam para aprovar a operação e permitir que, hoje, o juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Ayoub, dê parecer sobre a oferta de compra da Varig pela empresa, que pode ser a

última chance de salvar a Varig da falência.

Segundo a assessoria de imprensa da Anac, a aprovação só saiu no fim da noite de sexta-feira. O órgão chegou a dar vista do processo ao Sindicato Nacional das Empresas Aerooviárias, mas explicou ontem que não precisa esperar a parte se manifestar para tomar uma decisão. "Eles estão querendo aproveitar um momento de comoção para arrombar a porta da lei", afirmou o diretor institucional do sindicato, Anchieta Hélcias, na sexta-feira.

A aprovação da venda da VarigLog pela Anac atendeu às expectativas do presidente da Varig, Marcelo Bottini. Na última sexta-feira, o executivo manifestou o mesmo com relação à nova proposta da Volo, a qual interpretou como a solução de mercado tão aventada pelo governo Lula. Segundo Bottini, diante do atual cenário, o futuro da Varig estaria nas mãos do governo. "A bola agora está com o governo brasileiro, que exigiu da Varig uma solução de mercado", desafiou o executivo. "A Varig cumpriu o seu dever, cabe agora ao governo mostrar se quer ou não ajudar a empresa".

Plano de emergência

Além de aprovar a compra da VarigLog pela Volo, a Anac também anunciou o fim do plano de emergência, adotado desde terça-feira para passageiros em vôos cancelados pela Varig, mas não explicitou como os passageiros estão sendo transportados. O ministro da Defesa, Waldir Pires, chegou a anunciar que os aviões colocados em prontidão pela FAB foram utilizados na sexta-feira para transportar passageiros da empresa. "Os aviões da FAB já trouxeram mais de 2 mil passageiros", disse o ministro, durante o lançamento da candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

As assessorias da Anac e do Comando da Aeronáutica, porém, negaram a utilização dos aviões e informaram que eles continuam de prontidão no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Pelas contas do ministro, seria necessário que cada um dos dois Boeing 707 colocados à disposição pela FAB voasse mais de seis vezes em um só dia para transportar todos os passageiros. Além dos Boeing, que podem transportar 160 passa-

geiros, a FAB reservou três C-99, com capacidade para 45 pessoas.

Na última sexta-feira, Bottini também anunciou o acordo com a Petrobras Distribuidora (BR) que garantiu as operações da Varig durante o fim de semana. A companhia aérea fez a transferência para a conta corrente da BR, na mesma sexta-feira, dos recursos necessários para compra do combustível para as aeronaves operarem no último sábado e domingo.

No mesmo dia, a empresa conseguiu um acordo com a Infraero para prorrogação do pagamento das taxas aeroportuárias. O acordo prevê a prorrogação até 1º de julho da decisão da autoridade aeroportuária de cobrar antecipadamente pelas tarifas. Só nos últimos 30 dias, a Varig acumula uma dívida de R\$ 32 milhões com a Infraero. O acordo, segundo Bottini, ajudará a dar sobrevida à companhia aérea até que saia um acordo com algum possível novo investidor.

Prazo é até quarta-feira

A análise da nova proposta da VarigLog pela Varig pode ser estendida até a próxima quarta-feira, apesar do prazo dado até hoje pelo juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Na última sexta-feira, o juiz comunicou a intenção de analisar a proposta de US\$ 485 milhões pela companhia, de modo a encaminhá-la para aprovação de nova assembleia de credores. Fontes ligadas ao processo, no entanto, admitem que a complexidade da proposta — que seria diferente da primeira — pode demandar maior prazo para análise.

Na última sexta-feira, Ayoub informou que, mesmo se aprovada a proposta, os administradores terão que convocar um novo leilão para que outros eventuais investidores possam participar, além da VarigLog.

O juiz confirmou, porém, que poderá antecipar o prazo de convocação do leilão, de modo a promovê-lo em no máximo um mês. Além disso, informou que a legislação permite a convocação do leilão sem que necessariamente haja necessidade de nova assembleia de credores. Essa hipótese só seria admissível, no entanto, no caso de a proposta ser parecida com a primeira.

Entre as 10 horas e às 11h30 de ontem a Varig havia cancelado 69 vôos em todo o território nacional. Bottini informou que três aeronaves 707, que estavam em manutenção, entraram em operação ao longo da semana passada e um modelo 737 voltou a operar neste final de semana.

O Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Ramez Tebet, Srª Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, em lúcido comentário sobre o livro de Raymundo Faoro, intitulado “Os Donos do Poder”, leitura a meu ver essencial para compreender o Brasil, o filósofo Gilberto de Mello Kujawski lembra que a tese central da obra “é a de que nunca houve um Estado digno desse nome, uma entidade de caráter público personificando a Nação como um todo e encarregada de administrá-la, visando ao interesse geral”.

Digamos assim – e cito mais um vez Kujawski: “*O Brasil não tem Estado, tem estamento. No Brasil, o poder tem donos*”, como assim se intitulou a obra de Raymundo Faoro

Relembro Faoro, a quem tanto admirava, Sr. Presidente, para fazer algumas considerações sobre as nossas instituições e as suas carências.

Sr. Presidente, a distância que vai da antiga “polis” dos gregos, com alguns poucos milhares de habitantes, ao estado contemporâneo, em especial, nas sociedades de massa de nossos dias, é a mesma que separa a maioria dos cidadãos da democracia. Esta é, seguramente, a razão pela qual, quase em toda parte – e o Brasil não constitui exceção – as instituições políticas e os poderes do Estado não são os mais bem avaliados pela opinião pública.

A percepção do cidadão, que é obrigado a enfrentar filas, na maioria das vezes sem lograr o que lhe é devido ou que cumpre ritos quase sempre desnecessários, superando procedimentos que satisfazem tão-somente a baixa racionalidade da burocracia sem qualquer utilidade justificável, é a de que conceitos como política, poder e autoridade não são mais que entraves atropelando os seus direitos. E mais, atrapalhando a sua vida e atormentando a sua existência.

Nunca como atualmente, Sr. Presidente, o que é público esteve tão longe do privado. As leis, as normas, as regras, os usos, os precedentes e os hábitos, que fizeram germinar a burocracia, alimentando-a em seu próprio proveito e para sua própria comunidade, terminaram por provocar a aversão dos cidadãos à maioria das manifestações do Estado, que, na sua impessoalidade, exige, opriime, impõe e dificulta a vida de todos, indistintamente. Enquanto não restaurarmos o velho e esquecido princípio jurídico de que, na vida

privada, tudo que não é proibido é permitido e de que, na vida pública, é proibido tudo o que não é expressamente permitido, não vamos conseguir consolidar a confiança nas instituições, que, diferentemente da transitoriedade dos governos, são permanentes. Aliás, esta é, a meu ver, uma distinção essencial: separar os governos que, numa sociedade democrática, são transitórios, das instituições que, por essência, devem ser permanentes, devem aspirar, quem sabe, até a perenidade. Assim como nós desejamos que sejam, sobretudo, as Cartas Constitucionais.

De que vale, Sr. Presidente, o Parlamento aprovar centenas de leis que nada têm a ver com a utilidade pública, restritas que são, na sua maioria, aos interesses do próprio Estado? (Recorde-se, a propósito, a observação de Prudente de Moraes Neto de que o Congresso Nacional não é fábrica que se deva avaliar pela produção, antes sua virtude está naquilo que, pela discussão, depura ou aperfeiçoa). Que proveito a população pode esperar de milhares de decisões judiciais, prolatadas todos os dias pelos magistrados e tomadas pelos tribunais, se a Justiça, que está ao alcance dos cidadãos, em que pesem os avanços da Emenda Constitucional nº 45, da qual V. Exª teve a oportunidade de participar ativamente, é a apenas a dos juizados especiais, é a que resulta das ações dos Procons?

Sr. Presidente, a maioria dos conflitos que separam os cidadãos provêm das dificuldades enfrentadas por todos na vida cotidiana em seu relacionamento com o próximo e advém da mesma fonte: a deficiente cultura cívica, que não se aprende nas escolas, que somente ensinam, mas não educam. Onde claudica a pedagogia cívica, a meu ver, aquela que torna amena a vida em comunidade, não pode haver cultura política, de cujas deficiências padecem as democracias, instituições como lei e justiça, ordem e responsabilidade coletiva, sobre as quais foram erigidos os padrões da civilização, correm risco, pela perda de confiança das pessoas na eficiência das demais instituições da sociedade.

Espetáculos que emulam a paixão coletiva das torcidas de futebol, aqui como em alguns outros países, terminaram se transformando em cenários para a exibição de gladiadores capazes de cenas dantescas de agressão e dos piores instintos de agressividade insana.

O resultado é a repetição, no plano individual, das carências que podem ser observadas nas ações coletivas das multidões: as chacinas, o abuso do poder, da força, o império da violência pela certeza da impunidade e de sinais, cada vez mais visíveis, de desvios

de conduta dos que agem inspirados não por padrões civilizados, mas pelos das multidões desregadas.

O homem contemporâneo, enfim, deixou de ser mero espectador da “multidão solitária” – a que se referiu David Riesman, em seu livro assim intitulado. Para reverter um quadro que se dissemina em várias nações, como o que este ano abalou os subúrbios de Paris, berço, aliás, de tantas tradições culturais, temos que começar pelos péssimos hábitos da vida pública que se refletem e se repetem na vida privada. Entre eles, o de não observar deveres elementares, inclusive o de cumprir horários; o da incontinência verbal; o uso abusivo de jargões, que lamentavelmente degradam cada vez mais o sentido da autoridade, que deve presidir tanto a conduta coletiva quanto a que se espera prevaleça na intimidade da vida familiar.

A utilização desmesurada dos infinitos recursos judiciais com que os contendores privados procuram se livrar do cumprimento de suas obrigações, postergando-as com o auxílio de leis processuais e decisões que mais têm visto os meios que os fins, é a mesma que o Poder Público emprega de forma imemorial para não cumprir as suas obrigações para com a cidadania, abarrotando varas e tribunais como se a chicana tivesse o dom de superar os direitos dos que são lesados pelo uso incorreto do poder. O expressivo número, dezessete milhões de ações impetradas em cada ano, é indicativo do estado cartorial em que estamos mergulhados.

Sr. Presidente, a meu ver só a educação, mais que o ensino, e o ensino pelo exemplo podem reverter essa situação que ameaça se espalhar por toda parte, pondo em risco os padrões sem os quais as sociedades, ordeiras e organizadas, não sobrevivem. Afinal, é preciso não esquecer que as condutas desregadas na vida pública costumam se reproduzir na vida privada. Da mesma forma que os desregramentos da vida privada terminam contaminando a vida pública.

Portanto, Sr. Presidente, sem reformar as instituições sociais, o país corre o risco de se tornar cada vez mais violento e a sociedade perder suas valiosas referências de que depende uma vida digna de ser vivida.

Por conseguinte, concludo citando Norberto Bobbio, seu livro “Entre Duas Repúblicas”, escrito sessenta anos atrás, ou seja, em 1946: “É um absurdo esperar que uma Constituição dure no tempo, não estando sustentada pela convicção de sua conformidade com as exigências de liberdade e de justiça, que, em determinado momento de sua história, um povo amadureceu e expressou aquela espécie de convicção da qual nasce um costume. Mas, é igualmente absurdo imaginar que o costume democrático seja concebido fora das

instituições da democracia. Instituições democráticas e costume democrático sustentam-se reciprocamente: o costume precisa da instituição para nascer; a instituição do costume para durar.

Daí decorre como corolário a necessidade de revermos, em profundidade, o conceito em que se assenta e se alicerça a legitimidade, a utilidade, a finalidade e os limites da atuação do Estado para que ele esteja, efetivamente, a serviço dos interesses da sociedade e do cidadão.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Defiro o pedido do Senador Paulo Paim, que pede a transcrição nos Anais do artigo citado pelo mesmo em seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, pelo tempo que S. Ex^a entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma candidata à Presidência da República presidindo os nossos trabalhos, que coisa boa!

Senador Marco Maciel, V. Ex^a me inspirou, com seu pronunciamento lúcido, atual, didático e importante, a ocupar esta tribuna, não com as luzes de V. Ex^a, mas com o que eu tenho dentro de mim: uma análise que tenho feito dos acontecimentos. Senador Marco Maciel, eu vou ser mais incisivo do que V. Ex^a um pouco. Eu não quero acreditar que aqueles valores que presidem uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade que nós desejamos cada vez mais igualitária e justa, eu não quero acreditar que esses valores estejam tão em decadência.

Eu não posso admitir, por exemplo, que as absolvições escandalosas ocorridas no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara Federal, onde políticos confessos foram absolvidos, eu não posso admitir que isso desestimule tanto a sociedade brasileira – que parece estar inebriada – colocando em risco as instituições democráticas a que V. Ex^a tão bem se referiu.

Em verdade, os governos ficam, mas as instituições têm de ser preservadas, elas são permanentes. Não existe democracia sem as instituições básicas previstas na Constituição Federal: O Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Todos nós desejamos e as Constituições republicanas brasileiras proclamaram a independência e a harmonia desses Poderes. Mas, em

verdade, eu preciso confessar que acho que só tem um jeito de mudar isso: é se aquilo que eu estou chamando de inebriamento da sociedade seja passageiro.

Tomara que, após 9 de julho, após a Copa do Mundo, a vibração cívica retorne aos corações dos brasileiros. E eles, por intermédio do instrumento mais valioso da democracia, possam preservar as instituições a que V. Ex^a se referiu, escolhendo pelo voto homens de bem, homens dignos, homens honrados, homens que têm interesse pela coletividade, homens que procuram levar esperança, mas não ilusão; homens que costumam cumprir aquilo que prometem ou fazem força para cumpri-lo.

Creio que assim poderemos restabelecer esses valores que – não dá para afirmar categoricamente – me parece estão sendo relegados a um plano secundário. Tanto que V. Ex^a ocupou esta tribuna, com a categoria de sempre, para reafirmar os princípios básicos de uma sociedade livre e justa, que só pode estar baseada no livre funcionamento das instituições, instituições que realmente representem a sociedade. E cabe à sociedade escolher, pelo voto direto e secreto, os seus representantes. Portanto, vamos ter a oportunidade e a sociedade brasileira não pode perdê-la.

Ainda há homens de bem como a querida Senadora que preside os nossos trabalhos; como V. Ex^a, que me ouve atentamente; como o Senador Paulo Paim, sempre em defesa dos injustiçados, dos trabalhadores, daqueles que vêm os seus recursos desperdiçados, jogados fora; daqueles que, ao longo de sua vida, perdem salário, o poder aquisitivo de toda uma vida consagrada ao trabalho, quando mais necessitam desses recursos. Não, não pode ser. Positivamente, não pode ser!

Está acontecendo algo no seio da sociedade. Não sou nenhum analista. Longe de mim querer passar-me por um cientista político, analisando o comportamento da sociedade. Posso, sim, como representante do povo sul-mato-grossense e como Senador da República, pedir à sociedade que não desanime. Se algo de errado existe atualmente nesse reino; se muitos cometem crimes contra o erário, prevaricaram; se muitos praticaram atos de corrupção, de malversação de recursos públicos, está em mãos da sociedade, que os conhece por meio da mídia e dos debates que foram travados nesta Casa e na Câmara Federal, repudiá-los pelo voto e promover um processo de renovação, elegendo representantes dignos e honrados.

É preciso, verdadeiramente – isso V. Ex^a disse no seu pronunciamento, Senador Marco Maciel –, estamos preparados para uma mudança de hábitos, para uma mudança de costumes políticos. E essa transformação só pode ocorrer por meio de reformas que,

efetivamente, fizemos. E só vamos realizar essas reformas se elegermos para o Senado e para a Câmara pessoas comprometidas com isso, que entendem esses valores, que acham que a cláusula de barreira é muito pouco. É preciso mais, muito mais; é preciso fortalecer os partidos políticos; é preciso fortalecer essas entidades. Não há outra forma democrática.

O que seria da democracia sem a existência de partidos políticos? Infelizmente, no Brasil, a sociedade não está acreditando em partidos políticos. Será que a sociedade está acreditando em partidos políticos? Perdoem-me todos os existentes no Brasil, mas a sociedade não está acreditando. Os partidos políticos não estão cumprindo o seu ideário, não estão cumprindo com a sua missão. E é a esses partidos que cabe a grande tarefa de selecionar e de escolher os candidatos para os diversos pleitos.

Em outras palavras, V. Ex^a quis dizer, e disse muito bem, que é preciso uma reforma política imediata. Dirão que é um sonhador o Senador de Mato Grosso do Sul: perto das eleições, falar em reforma política! Estamos todos envolvidos com a Copa do Mundo, é verdade, mas, daqui a uns dias, talvez não possa ocupar esta tribuna, e teremos que medir cada palavra que proferirmos aqui, em razão da legislação eleitoral.

No entanto, é preciso votar em homens e mulheres capazes, que querem fazer efetivamente essa reforma política, fazer essa reforma eleitoral.

Senador Paulo Paim, a quem já concederei um aparte, isso não pode continuar assim. Há verdadeiras aberrações na nossa legislação partidária e eleitoral. As incoerências são gritantes e atentam contra nossa inteligência. Já exemplifiquei várias vezes com o fato de que Presidente da República, Governador e Prefeito podem ser candidatos à reeleição e permanecem no cargo até o último dia, mas, se eles quiserem ser candidatos a Senador ou a Vereador, têm que sair do cargo seis meses antes, e os seus parentes estão impedidos de se candidatarem. Veja a gravidade e a incoerência dessa situação! Que legislação é essa?

É um sul-mato-grossense, um homem do Centro-Oeste que faz esta pergunta ao País e ao Congresso ao qual todos nós pertencemos. Será que isso não é uma agressão à nossa própria inteligência? Será que vamos viver de casuísmo em casuísmo, como aconteceu recentemente com a legislação eleitoral que fizemos?

Senadora Heloísa Helena, estamos num período de convenções partidárias, e não há vibração nenhuma. É verdade que estamos no período da Copa do Mundo, mas, afinal de contas, são convenções para escolher Deputados, Governadores, Senadores; candidatos à Presidência da República de diversos partidos ou das

mais diversas coligações. Vamos falar a verdade: se não se colocar condução à disposição, se não se garantir o mínimo de conforto – e vamos falar a realidade –, se não houver distribuição de alimentação, o que é proibido, parece que não está acontecendo nada.

Faço um chamamento a todos nós do Congresso: aproveitemos para recuperar o tempo perdido e mostrar que estamos realmente interessados em acabar com a impunidade e fazer não só leis boas, que façamos poucas leis, mas que sejam cumpridas.

A oportunidade da sociedade de participar ativamente é pelo exercício do voto. Esse voto é imperioso, necessário, a arma mais importante da cidadania e não pode ser desprezado.

Sinceramente, espero que haja uma reversão nisso que estou pensando e que muitos estão pensando... Muitos têm escrito sobre essa nostalgia – não é saudade, o termo “nostalgia” está errado –, sobre essa paralisia social, sobre os acontecimentos políticos. Espera-se que isso seja passageiro na vida pública brasileira, na vida republicana brasileira. Quem conhece, pelo menos relativamente, a história da República brasileira, sabe que nunca vivemos período de tamanha incerteza, como o que estamos vivendo hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, fiz questão de fazer este aparte a V. Ex^a que, como sempre, fez uma homenagem, de forma muito elegante, à Senadora Heloísa Helena, ao Senador Marco Maciel e a mim. Tenho certeza de que também faria ao Senador Tião Viana se S. Ex^a estivesse no plenário naquele momento. Também rendemos nossas homenagens a V. Ex^a. Toda vez que V. Ex^a sobe à tribuna faço questão de aparteá-lo. Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com todos os argumentos externados por V. Ex^a. Creio, inclusive, que o Senador Marco Maciel, quando fez o seu pronunciamento, mostrou suas preocupações. S. Ex^a quis demonstrar que devemos entrar em um estado de alerta. Tenho recebido, no meu gabinete, por correspondência, documentos de campanhas para o voto em branco. Isso é abrir mão da cidadania e não querer fazer as mudanças adequadas, aquelas que cada cidadão entende cabíveis. O cidadão sabe quem deve permanecer e quem deve sair. Votar nulo, votar em branco, não é inteligente. Ao contrário do que alguns pensam, aquele que anular o voto, que não votar, que se abstiver, que fizer campanha para o voto em branco, na verdade, estará dizendo que concorda com tudo, que não quer fazer mudança alguma. Se concorda, vote a favor; se discorda, vote

contra. Por isso, entendo que o discurso do Senador Marco Maciel e o de V. Ex^a seguem a linha da defesa do processo democrático, da cidadania. Eu diria que vai além: aponta novos caminhos. Temos que ter esperança. Não podemos desanimar porque houve um outro Parlamentar que feriu a ética, os bons costumes e, naturalmente, depôs contra a democracia, contra o próprio Parlamento. Cumprimento V. Ex^a e confesso-lhe, com a tolerância que está tendo a Senadora Heloísa Helena na Presidência, que sou daqueles... O processo está dado, vai ser conforme as regras do jogo que estão aí, e não vai ter nenhuma alteração. Lamento que, com tantas CPIs, não fizemos uma reforma política e eleitoral, como está propondo V. Ex^a e como também apontou o Senador Marco Maciel. Vou mais além, e aí termino: não consigo entender como se faz uma política de aliança com um partido num Estado, num Município com outro e, em âmbito nacional, com outro. Temos que pensar muito nisso. Quem tem um projeto efetivamente de nação não pode ter alianças, eu diria, conforme a área eleitoral do Município, do Estado ou de uma região. Um projeto de país com um partido que assim pensa deveria ter uma sincronia lá no Estado, lá no Município, com a proposta em âmbito nacional. Não posso, digamos, no debate político, bater forte no meu adversário por discordar do seu projeto em âmbito nacional, mas lá no Estado minha militância e meu candidato a Governador dizem que eu estou errado e que o adversário é que está correto. Então, esse desencontro me preocupa muito num projeto de país. Mas sei que este não é um debate para o momento, porque somente uma reforma política e eleitoral poderá apontar o caminho definitivo. Confesso-lhe mais: sou parlamentarista – isso não é de agora, sempre fui parlamentarista. Por isso, esse debate todo terá que acontecer aqui na Casa, e o faremos num nível, tenho certeza, de muita qualidade, como V. Ex^a está propondo. Concluo, dando parabéns a V. Ex^a. Como é bom, como é bom para este País ter homens públicos como o Senador Ramez Tebet. Meus cumprimentos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe bem da admiração que lhe tenho e do quanto sigo seu exemplo. V. Ex^a tem uma bandeira no Congresso Nacional que ninguém lhe tira, que é a defesa intransigente da classe trabalhadora do País. V. Ex^a tem essa bandeira e a desfralda com tenacidade e com força de vontade verdadeiramente invejáveis. V. Ex^a usou a palavra “esperança”. Isso é importante. Quantas lutas não foram vencidas porque alguns homens públicos como V. Ex^a não perderam a esperança! Eu me pergunto o que seria da Reforma

Previdenciária que foi feita, se não houvesse pessoas com a vontade e a persistência de V. Ex^a.

Eu me permito aproveitar a oportunidade para fazer uma saudação a um Senador a quem tanto admiro e quero bem, do fundo do meu coração, que é o Senador Tião Viana, que também me honra, ouvindo essas breves considerações. Pode acreditar que essas considerações partem de um observador que tem espírito cívico, que tem vontade de ajudar e que não partidariza as grandes questões nacionais. A pergunta que devemos fazer são estas: "Isso é bom para o Brasil? O que é melhor para o povo brasileiro?" Ái, sim, deveríamos responder. Se fosse para perder a esperança, não estaríamos aqui.

A Varig tem poucos aviões nos ares, mas ainda tem algumas aeronaves voando por aí, com certeza procurando chegar, como todos nós que temos crença, que temos fé, que acreditamos num ser superior, para que venha a iluminar os homens públicos do nosso País, a fim de que não deixem a Varig com tanta agonia, que já está demais. Vamos salvá-la imediatamente! O Governo deve fazer uma proposta concreta para salvar a empresa. Não deve deixar as coisas correrem por conta só do mercado, não. Apresente uma proposta: "Deste jeito, eu ajudo". Diga isso pelo menos claramente ao País, àqueles que procuram investir, que têm algum interesse, quer os funcionários da Varig constituídos na sua sociedade, quer as outras empresas ligadas a ela, quem quer que seja. Não permita que uma empresa dessa envergadura vá à falência, sem que haja disposição demonstrada e forte do Governo, para justificar inclusive. Digo isso não porque tive participação ativa, como V. Ex^a mencionou, na Lei de Recuperação das Empresas, mas porque é duro fechar uma empresa, é duro ver duas empresas voando num país de cerca de 180 milhões de habitantes, dos quais apenas 10% viajam de avião, mas que ajudam este País, que precisam peregrinar para exercer sua atividade, visitar parentes ou seja o que for.

Citei esse exemplo porque a esperança não pode morrer, em nenhum momento, nos nossos corações. Por termos esperança é que continuamos na vida pública. Quem não tem esperança de dias melhores e pensa que está tudo bem, tudo certo não tem vocação pública; está na política ou por lazer, ou por distração, mas não por vocação. Vocação demonstra aquele que, nos momentos mais difíceis, está atento, mostrando seu ponto de vista.

Ouço o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Ramez Tebet, desejo cumprimentá-lo pelas palavras que profere neste instante e dizer que concordo com suas observações – a meu ver, muito consistentes – sobre o momento político brasileiro. Fazendo minhas as suas palavras, entendo que o povo brasileiro está sendo chamado no dia 1º de outubro a uma decisão muito importante para os destinos da democracia e, de modo especial, para a consolidação de suas instituições. Faço meu o apelo de V. Ex^a para que o eleitor brasileiro compareça às urnas, não se omita. Padre Vieira disse em sermão que "a omissão é um pecado que

se comete não se cometendo". O povo brasileiro não se deve abster nem muito menos anular o seu voto. Anular o voto é uma atitude negativa e não ajuda em nada a consolidar as nossas práticas democráticas. Como o brasileiro é otimista, capaz de enfrentar adversidades, como tem demonstrado, acredito que esse povo, no dia 1º de outubro, vai comparecer e votar escolhendo os melhores candidatos e sabendo separar o joio do trigo, como na linguagem bíblica. Somente assim vamos superar as dificuldades que estamos atravessando. Vou mais além, na linha de raciocínio de V. Ex^a. Uma vez eleitos o novo Congresso, o novo Presidente da República e os novos governadores e as assembléias legislativas devemos nos concentrar na realização das chamadas reformas políticas – até preferiria denominá-las reformas institucionais, porque as reformas que a sociedade reclama e o País precisa são mais do que reformas do sistema eleitoral e partidário. Elas avançam no sentido de aperfeiçoar o sistema de governo, reduzindo os atritos que existem entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A medida provisória é um exemplo. Sentimos que ela, de alguma forma, limita o funcionamento da instituição congressual. Precisamos avançar também na prática federativa. A Federação está agonizando. A Federação, como diria Carlos Drummond de Andrade se referindo a Itabira, está virando uma fotografia na parede. É uma Federação legal, mas não é uma Federação real. Precisamos, por fim revigorar as instituições republicanas, fazer aquilo que Joaquim Murtinho certa feita afirmou: republicanizar a República. Então, acredito que as palavras de V. Ex^a caindo em solo fértil. Considero compreensível que o eleitor esteja indiferente, um pouco revoltado com a chamada classe política brasileira, mas é necessário que a sociedade, numa reflexão conjunta, medite mais ainda sobre a significação do voto e sobre a conduta a adotar no primeiro domingo de outubro. Espero que isso aconteça. Dessa forma, acredito que vamos, por uma cidadania ativa, melhorar o País e suas instituições. Esses são os meus desejos. Avançamos muito nos procedimentos eleitorais, sobretudo na apuração dos votos, de forma que horas após o término da votação já são anunciados até resultados finais, sem contestação e sem fraude. Apura-se a verdade eleitoral, como dizem os especialistas; sabe-se exatamente em quem o povo votou em muito pouco tempo. É importante lembrar que o voto, que damos em cerca de trinta segundos, tem reflexo sobre quatro ou oito anos. Daí por que precisamos refletir sobre isso; o eleitor precisa fazer uma boa análise na hora de votar. O processo de votação é muito rápido e ágil no Brasil. Com a votação computadorizada, é proferido com a velocidade dos tempos virtuais. Façamos essa reflexão, com os amigos e com a família, para que possamos inserir o País em um novo quadro e ter, consequentemente, uma prática democrática compatível com o País que estamos construindo e que certamente terá uma presença maior na sociedade internacional do Século XXI. É o que espero. Cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Marco Maciel, do substancial aparte de V. Ex^a quero ressaltar um aspecto: o da Federação brasileira, que V. Ex^a já havia mencionado e agora o faz muito bem no seu aparte. Não é possível que essa situação continue ocorrendo. Estamos em descrença, e por quê? Porque o Legislativo tem que legislar e não legisla; quem o faz é o Poder Executivo por meio das medidas provisórias. E o povo fica descrente.

Existe o instituto da medida provisória e hoje tem que haver um instrumento ágil, neste mundo moderno, globalizado em que vivemos, para ocasiões excepcionais, tal como manda a Constituição. No entanto, ou o Executivo acredita demais no Poder Legislativo ou nós estamos muito subservientes ao Poder Executivo, porque este edita uma medida provisória, mas quem tem que analisar os requisitos de urgência e relevância e o próprio mérito da medida provisória somos nós, que, por outro lado, ficamos de mãos atadas, Senador Tião Viana, porque a medida provisória produz efeitos imediatos.

Então, às vezes, é muito grave não aprovarmos uma medida provisória porque ela produz efeitos imediatos; anulá-la significa promover quase uma desordem na matéria a que ela se refere, e nenhuma matéria deixa de estar ligada a outras. Portanto, as consequências são difíceis.

Repensar a Federação, como diz V. Ex^a, significa olhar o Brasil como um todo. E considero isso imperioso, porque as desigualdades regionais são muito grandes em nosso País. Não se pode comparar o que acontece em um Estado com o que acontece em outro Estado da Federação brasileira. É preciso realmente que repensem a Federação e que o Legislativo assuma verdadeiramente o seu papel, bem como o Executivo.

Temos leis muito boas, mas nada acontece com essas leis. Aprovamos aqui, por exemplo, uma lei muito importante, criando o instituto da Parceria Público Privada. E não conheço projeto algum de parceria público privada, ou seja, em que a iniciativa privada esteja acoplada ao poder público para resolver determinado problema, para construir determinada obra. No setor dos transportes, por exemplo, isso seria muito importante; no transporte portuário, no transporte intermodal ou no transporte ferroviário. Nada disso está existindo porque uma insegurança jurídica paira no ar, já que uma lei se modifica rapidamente por meio de uma medida provisória e por tantos outros fatores.

Então, se não partirmos da esperança de que podemos realizar uma verdadeira reforma política, como a preconizada por V. Ex^a, não construiremos o Brasil que queremos e seremos ultrapassados pelos países que concorrem conosco. Essa é a verdade.

O Brasil está crescendo? Está. Contudo, superou apenas o Haiti! É grave a análise feita por esse aspecto. Significa que os outros países todos cresceram mais do que o Brasil. Então, só perdemos para o Haiti? É o que dizem os institutos de pesquisa; é o que diz o Banco Mundial.

Então, penso que V. Ex^a tem toda a razão e fico muito satisfeito por V. Ex^a ter-me inspirado a ocupar esta Tribuna, porque eu precisava dizer algumas palavras. Não que o seu discurso precisasse ser complementado – longe de mim essa pretensão –, mas o fiz em apoio ao pronunciamento de V. Ex^a, um apoio ostensivo que não podia ser dado em um aparte, mas sim aqui da Tribuna. É o que estou fazendo, Senador Marco Maciel.

Ouço o aparte do Senador Tião Viana e já encerro, Sr^a Presidente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, acompanho atentamente esse exercício admirável de lealdade ao Brasil, sobretudo, feito por V. Ex^a, que hoje suscita um debate sobre a realidade nacional e os desafios que temos pela frente, seguindo um debate muito elevado de nosso Senador Marco Maciel sobre uma reforma estruturante do Estado brasileiro. De fato, carecemos mais do que nunca do amadurecimento de um projeto nacional, um projeto de nação, à altura do tempo que estamos vivendo, deste Século XXI tão desafiante. Quando observamos temas como a biotecnologia, a nanotecnologia e a educação como matriz revolucionária efetiva, constatamos que ainda estamos muito longe de um ponto ideal. E V. Ex^a enfoca o que é o nosso campo de atuação, que é o da reforma política. De fato, essa é uma dívida herdada de muitos anos neste País, fruto da instabilidade, do pragmatismo partidário e da incoerência da caminhada de muitos partidos políticos no cenário da luta política como um todo. Entendo, assim como V. Ex^a, que a resposta de frustração social dada pelo voto nulo está muito aquém do que o Brasil e o povo brasileiro merecem. Sempre me incomodo muito, de maneira até admirável, porque vou para o campo da reflexão, da filosofia, quando leo Carlos Heitor Cony, da **Folha de S.Paulo** – um mago da palavra, que escreve tão bem, com tanta lucidez, e, num espaço tão pequeno, consegue fazer com que raciocinemos muito e reflitamos sobre o que está sendo dito –, dizendo que, sob influência anarquista, prega o voto nulo. Aquilo me incomoda, porque, em um país desse tamanho, com a causa que tem para levar adiante, ainda há quem pregue o voto nulo. Mas é respeitável, é um entendimento filosófico. Penso que devemos insistir sempre, tanto com os convictos, do ponto de vista da fundamentação, que são contrários ao voto dado a quem possa fazer mais pelo País, como com aqueles que, por uma mágoa momentânea, por uma decepção político-partidária momentânea, querem abster-se da votação. Creio que este País precisa de muito mais. Precisamos de um projeto de nação efetivo que corresponda ao que merecem aqueles que fazem a política das boas causas em si. V. Ex^a deve ter muitos momentos de tristeza na trajetória tão bonita e democrática que tem o seu Partido; eu, em alguns momentos, no meu Partido; e assim outros tantos. E temos um belo debate pela frente, um debate nacional sobre a eleição. Penso que o que deve marcar este momento político é a ruptura

com a incoerência, pregada por quem quer que seja, vista a fundo, e a responsabilidade de conduzir este País pelo melhor caminho. Temos muito a mostrar – o que o Brasil pode fazer, aonde ele pode chegar – e um belo debate pela frente. Então, fico muito convicto de que temos que ter a coragem que V. Ex^a está tendo, de olhar no olho de cada eleitor brasileiro e dizer que política da boa causa tem que estar viva e atuante. Não é um sentimento preconceituoso e negativo do Parlamento brasileiro que vai colocar a boa política à frente. Acredito que temos uma subtração permanente do Parlamento. Esse é um conceito na sociedade que deve acabar. Quando olhamos o encargo orçamentário do Legislativo, verificamos que é muito pequeno, embora pareça ser o causador de todos os males da Nação por ser um Poder menos protegido em termos de estrutura de poder efetivo, de intervenção na sociedade. Está lá o Judiciário blindado; está lá o Executivo blindado, e a pancadaria cai muito sobre o Legislativo. V. Ex^a suscita um debate muito elevado, que merece, sim, que cada cidadão brasileiro diga que, se há político ruim, nós o colocamos lá. O político não é ruim por ter nascido, crescido e se tornado ruim, mas porque conseguiu enganar alguns ou porque alguns se enganaram ao votar, pensando estar dando um bom voto. Vamos cobrar mais do eleitor e cobrar mais de nós mesmos, para que a equação tenha um bom resultado. Parabenizo V. Ex^a pelo belíssimo pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vamos fazer mais do que estamos fazendo, Senador Tião Viana. Quero dizer a V. Ex^a, deixando a amizade de lado, que o aparte de V. Ex^a fez o meu pronunciamento crescer, porque gosto muito de política, com toda a sinceridade. Enquanto muitos ridicularizam a política, acho a política a mais nobre de todas as atividades humanas. Ela pode ser a pior delas em determinados momentos, quando exercida por quem não tem dignidade, por quem não honra os compromissos assumidos com o povo. Mas, quando alguém a exerce em benefício do próximo, da sua pátria, do seu país, sem dúvida alguma, é a mais nobre das atividades. Por isso, não podemos perder a esperança. Vale a conclamação para que o povo não perca a esperança e exerçite, no dia 1º de outubro, o direito de voto, escolhendo aqueles que entender sejam os melhores para o destino deste País tão grande como o nosso, tão rico como o nosso, mas ainda tão injusto, tão injusto! Esperamos que venham dias melhores. Não vamos – volto a repetir – perder a esperança.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que tanto nos inspira com a sua perseverança e persistência, num misto de serenidade e combatividade permanentes nesta Casa.

Consulto o Senador Marco Maciel se vai solicitar a palavra pela ordem, para encaminhar o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, nobre Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores Tião Viana, Paulo Paim e Valdir Raupp, pedi a palavra pela ordem para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante.

O súbito falecimento do ex-Ministro Mauro Motta Durante, de quem era amigo, que foi meu assessor em algumas funções que desempenhei no Executivo federal, consternou a todos que tiveram a graça de com ele conviver.

Natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, foi secretário do então Prefeito Itamar Franco e seu Chefe de Gabinete na Vice-Presidência da República, função que passou também a exercer após o afastamento do Presidente Fernando Collor.

É bom lembrar que o Dr. Mauro Durante foi posteriormente nomeado Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, atividade que desempenhou até 31 de dezembro de 1994.

Além das funções já referidas, Mauro Durante chefiou o Departamento Jurídico da Embrapa; foi Diretor-Geral do TST, Tribunal Superior do Trabalho; Presidente do Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; era membro do gabinete, um dos assessores do ex-Presidente Itamar Franco. Nessa atividade ele se encontrava quando faleceu.

Mauro Durante caracterizava-se por sua densa cultura humanística e, conquanto discreto, possuía muitos amigos e admiradores. Ao final da Missa da Esperança por sua alma, celebrada na cripta da Catedral de Brasília pelo padre José Carlos Brandi Aleixo, professor da UnB e filho do ex-Vice-Presidente da República e ex-Deputado Pedro Aleixo, falou em nome de seus amigos o Dr. Marco Antônio Dias Pontes.

Esse seu grande amigo, conforme anunciou, disse – não vou ler todas as palavras, apenas dois parágrafos: “*Mauro será insubstituível para os amigos que nos habituamos a encontrar em bom humor. Sua incansável verve, senão solução, ao menos serenidade ante nossas perplexidades; senão a cura, ao menos lenitivo a nossas dores*”.

Acrescentou Marco Antônio Dias Pontes, que fala em nome dos amigos de Mauro Durante: “*Quem será capaz de aglutinar forças, mobilizar alianças, viabilizar apoios, neutralizar adversários (adversários, disse; que inimigos não os teve) e a todos reunir em incansável busca de um futuro melhor*”?

Ninguém melhor para esse fim que o exemplo de Mauro Durante.

Sr^a Presidente, antes de encerrar, gostaria de lembrar que Mauro Durante foi um excelente homem público, um excelente cidadão. Sabemos, como cristãos, que a vida, como disse Jó, é um sopro. Sabemos também, como ensinou São Paulo, que, enquanto moramos no corpo, somos peregrinos neste mundo.

Sabemos, por conseguinte, que Mauro Durante, ao deixar a vida terrena, vai receber o prêmio de recompensa por uma existência voltada para servir de forma proba ao País e exercitar exemplarmente o conviver e o amar.

Eram as palavras que tinha a dizer, nobre Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, pelo passamento do estimado amigo e ex-ministro Mauro Motta Durante.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

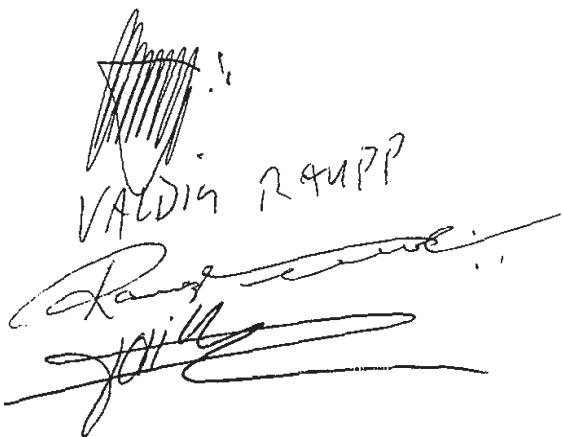
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 706, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à viúva, Srª Iris Durante, à filha, Ana Carolina e ao ex-Presidente da República Itamar Franco, de quem era Assessor.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006.



A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Senado compartilha o voto de pesar proposto por V. Exª, que já está inserido em Ata, e encaminhará a apresentação de condolências à Srª Iris Durante, viúva, à sua filha Ana Carolina e ao ex-Presidente da República Itamar Franco.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado, pelo tempo que entender necessário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, associo-me ao Senador Marco Maciel

nas justas homenagens à família Durante e trago ao plenário do Senado Federal o reconhecimento de um programa do Governo Federal sobre o que chamo de revolução silenciosa que está em curso. Trata-se do Sistema Único de Assistência Social.

Não é uma descoberta do atual Governo – deixo muito claro. Estamos diante da consequência do que a nossa Constituição Cidadã, de 1988, estabeleceu, defendendo a criação do Sistema Único de Assistência Social.

Em 1993, houve o marco legal, que demonstrou a decisão da sociedade brasileira organizada institucionalmente em elevar a política de assistência social para o patamar de cidadania, de política de Estado e não de um mero assistencialismo corrosivo de uma ação de governo, que foi exatamente a Loas, Lei Orgânica da Assistência Social.

A Constituição de 1988 inseriu a assistência social num conceito mais amplo de seguridade social, estabelecendo que não era somente a assistência à saúde ou previdenciária, mas a assistência social também um componente imprescindível no conceito de seguridade social.

Houve avanços que podemos chamar de desorganizados, a partir de 1993, no Governo Itamar Franco. O Governo Fernando Henrique apresentou a chamada rede de proteção social, tentando dar passos nesse sentido, com a área técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. E agora, na gestão do Ministro Patrus Ananias, houve um avanço marcante em relação a criar um aparelho de Estado no campo da assistência social.

É verdade que houve uma sensibilidade distinta do atual Governo no que diz respeito a essa área, com um avanço provado em números: em 2002, R\$6 bilhões foram investidos na área de desenvolvimento social no Brasil; em 2003, R\$8,5 bilhões; em 2004, os recursos saltaram para R\$15 bilhões; em 2005, R\$18 bilhões; e, este ano, poderão chegar a R\$22 bilhões.

Isso demonstra uma decisão política de cobertura na área social do País e responsabilidade de redução da nossa dívida. Há dados comprobatórios de diminuição da pobreza no País, o que marca também o poder de acumulação das riquezas, pois o índice de Gini está sofrendo modificações. A base da pirâmide social está se alargando, embora ainda exista uma distância muito grande do que seria a cidadania plena, do que seria uma política social à altura de um País com a grandeza e com a dimensão sociopolítica e econômica que tem o Brasil. Mas vale a pena a consideração porque, quando falamos apenas no Bolsa Família, que foi a reunião de todos os programas sociais que existiam anteriormente, no Governo Itamar Franco, no Governo Fernando Henrique Cardoso e um pouco até no Governo do Presidente José Sarney, o programa age como um guarda-chuva, em uma política que já acolhe mais de 8 milhões de famílias brasileiras, com a possibilidade de inclusão social mínima dentro do que é um critério de cidadania, construindo o Brasil para o futuro.

Este ano, o montante de R\$22 bilhões permitirá a ampliação da cobertura social no País. O mais importante é que não se trata de um dado comparativo,

mas a evolução histórica do processo de assistência social que estamos vivendo no Brasil.

A criação do Sistema Único de Assistência Social do Governo do Presidente Lula foi decidida a partir de dezembro de 2003, quando se estabeleceu que haveria uma conferência nacional, em janeiro de 2004, que assumiria a implantação do Sistema. A partir daí, a regulamentação estaria pronta, porque a política era aleatória. Os Municípios assumiriam determinados desafios, os Estados assumiriam outros, bem como algumas organizações sociais. Mas não havia uma política de Estado, não havia uma ação de serviço social prestado à sociedade brasileira.

Dessa forma, não se sabia quanto do Peti seria vinculado a determinado Município, não se sabia qual seria o programa para o atendimento à saúde ou à assistência social do idoso, nem que programa atenderia os portadores de deficiência física. Havia um emaranhado de programas dispersos, aleatórios e desarticulados.

O Ministro Patrus Ananias está de parabéns. Seu Ministério precisa ser submetido a uma justa avaliação política e técnica. Seguramente, haverá unanimidade – ou quase – no reconhecimento dos avanços nesse trabalho. Técnicos de alta qualidade procuram trabalhar articuladamente com a Fundação Getúlio Vargas, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e com o Ipea, demonstrando maturidade e que a política social do Governo é, sim, uma política de Estado, e não uma política de assistencialismo.

Vimos o resultado disso. Foi um conceito de aprendizado. Sei que chama muita atenção – a Senadora Heloísa Helena também tem o mesmo tipo de simpatia que eu – ter o Sistema Único de Saúde como um arcabouço, um referencial.

Há poucas semanas, V. Ex^a falava no Sistema Único de Segurança Pública, concebendo também um paralelo do que é o SUS. Aqui, foi feito esse processo de aprendizado e acolhida do Sistema Único de Assistência Social com o SUS. Ou seja, usamos a norma operacional básica do SUS no SUAS.

O Saúde da Família está no Programa de Atenção Integral à Família, o Paif, entendendo que a proteção social básica passa pela família, estabelecendo 2.500 pessoas, ou 500 famílias, para uma unidade municipal que dê cobertura social à família brasileira.

Foram criados os Centros de Referência em Assistência Social, os CRAS, que reuniram 2.300 equipes em Brasília a fim de avaliar o impacto e o alcance que esse programa de articulação social tem dentro da política de Governo para atender à sociedade brasileira na área da assistência social.

Mais de 5.200 Municípios já se cadastraram e se identificaram no Sistema Único de Assistência Social para implantar um programa mais avançado na sua localidade. Aquele processo desarticulado e confuso foi rompido. Agora, há um processo verticalizado e horizontalizado, quando tem de ser horizontalizado. O Município já tem direito a receber fundo a fundo.

Existem centros mais avançados ainda. Quando a problemática social é maior, alguns Municípios, os bolsões, como no Vale do Jequitinhonha, por exemplo, seguramente têm de ter um centro de referência especializada em assistência social, pelo que representam; no semi-árido nordestino também há bolsões que têm de ter uma ação mais especializada, por sua complexidade. Tudo isso já está estabelecido no Programa de Desenvolvimento Social do Governo.

É a consequência da Loas, de 1993, da nossa Constituição Cidadã de 1988, e da rede de proteção social do Governo Fernando Henrique Cardoso, que foi um amadurecimento para o Sistema Único de Assistência Social.

Falo com o maior orgulho desse programa, que oferece proteção para mais de 40 milhões de brasileiros. Quando observado a fundo, demonstra que o Programa Bolsa Família é uma parte, e não pode ser hipertrofiado como único e grande programa. O Bolsa Família é uma parte fundamental, estratégica e belíssima para a reunião de programas que eram aleatórios, e tenta proteger os desassistidos do Brasil. É a consequência. No entanto, deve ser visto como um todo. Quando falo no PAS, no Cras e no Creas falo de todos os braços de organização que o Ministério de Desenvolvimento Social alcançou. Estamos dando passos definitivos rumo a um novo horizonte para o conceito de segurança social. V. Ex^a concentra sua vida, também, no campo da Previdência Social e entende quando falo no valor e na dimensão que tem a segurança social em seu sentido pleno.

Se tivéssemos uma Previdência Social madura, justa, um Sistema Único de Saúde maduro, justo e ético, e uma assistência social com um conceito de política de Estado, o Brasil seria outro. A matriz revolucionária da educação passaria a ser vista apenas como o maior investimento estratégico do País: inteligência.

Fico muito feliz por trazer estes dados ao Plenário do Senado Federal, e gostaria de mencionar o belíssimo artigo da jornalista Rosângela Bittar, publicado no dia 21 de junho, no Jornal **Valor Econômico**, que reconhece a dimensão do programa e sua evolução histórica. Reconhece, também, o trabalho de Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério da Ação Social.

E eu incluiria o nome de Rômulo Paz, técnico brilhante, contemporâneo meu de faculdade, que depois foi para a Inglaterra estudar Políticas Sociais na área da saúde, as intervenções da saúde na área social, o viés que tem a saúde e a assistência social. E hoje, o Ministro Patrus Ananias, pela experiência de ter sido prefeito, por seu compromisso cristão com a política, estabelece um Ministério que podemos olhar com otimismo e com respeito no meio de tanta dívida social do atual Governo e, seguramente, da política brasileira.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O sistema único de assistência social – Valor Econômico

Rosângela Bittar

21/06/2006

De maneira discreta, até porque ofuscado pela popular vitrine da marca Bolsa Família, o **Ministério do Desenvolvimento Social implantou**, já quase integralmente, ao longo dos últimos dois anos e meio, o **Sistema Único de Assistência Social (Suas), um modelo de gestão criado à imagem e semelhança do Sistema Único de Saúde (SUS)**.

Uma iniciativa autêntica deste governo, o sistema tem um breve histórico a se contar: na Constituição de 88, a assistência social se incluiu no critério de seguridade social, junto com a Saúde e a Previdência. Dessa disposição surgiu, em 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), e com ela as características básicas de como deveria ser o novo sistema de assistência social: descentralizado, participativo, financiado por União, Estados e municípios. Um modelo que incluía a responsabilidade dos órgãos gestores da assistência social, a implantação de conselhos municipais, estaduais e o nacional, a criação de fundos públicos para financiar as ações nesta área.

Em um período de 10 anos, o sistema avançou, mas não chegou a ser implantado efetivamente. Márcia Lopes, atualmente secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, que chegou ao governo Lula a convite do ministro Patrus Ananias, como secretária de Assistência Social do ministério, é do ramo há alguns anos e, como poucos no governo, reconhece que o mundo existia antes de 2003.

Até porque ela era secretária de Assistência Social de Londrina, no Paraná, e já lutava pela criação de uma gestão descentralizada da assistência social, que respeitasse as características regionais e municipais.

"De 93, quando foi editada a Loas, a 2003, avançamos muito", reconhece, lembrando porém que foram passos aleatórios, não sistematizados. **"Houve avanços, por exemplo, com relação à implantação de conselhos municipais, à realização das conferências nacionais, à criação dos fundos públicos, mas nós não tínhamos uma regulação nacional, o Suas não estava regulamentado",** afirma.

Na conferência nacional de assistência social de dezembro de 2003, com a presença de Estados e municípios, é que se decidiu finalmente implantar o sistema único. A política de assistência social, comenta Márcio Lopes, a partir desse momento deixou de ser periférica para transformar-se em política pública sustentada por uma idéia de gestão organizada.

Legítima iniciativa deste governo

"Em janeiro de 2004, conta, com os resultados da conferência nacional, definimos que iríamos assumir esta responsabilidade; era um grande desafio". A assistência social, no Brasil, vinha de anos de desarticulação, falta de critérios para distribuição de recursos, ausência de dados da realidade, de indicadores. Citando alguns dos cerca de 20 programas abrigados no Suas, Márcia Lopes assinala que "eram invisíveis" os critérios para distribuição de recursos para Estados e municípios para o PET, para o combate ao abuso sexual,

para o idoso, para pessoas com deficiência, para o programa Sentinela, para o benefício de proteção continuada da Loas, para o Atenção Integral à Família, o Agente Jovem, entre outros.

Foi tomada, à época, a decisão de unificar os programas de distribuição de renda pré-existentes sob o guarda-chuva do Bolsa Família, com atendimento ampliado e meta de chegar a 11 milhões de famílias no fim deste ano. Restavam os demais programas do ministério que, somados, consomem mais recursos do que o Bolsa Família. Em 2002, o Desenvolvimento Social recebeu R\$ 6 bilhões; em 2003, foram R\$ 8,5 bilhões; em 2004, os recursos saltaram para R\$ 15 bilhões; em 2005, foram R\$ 18 bilhões, e este ano serão de R\$ 22 bilhões para todas as ações. Deste total, R\$ 8,3 bilhões são do Bolsa Família, ficando o restante, a maior parte, no Fundo Nacional de Assistência Social que apóia o sistema único.

Tal qual o SUS, o Sistema Único de Assistência Social classifica as ações em categorias de proteção. **O Suas regula e organiza, em todo o país, em todos os Estados e 5.564 municípios, a rede de serviços de assistência social, tanto a realizada pelo poder público, como por entidades filantrópicas comunitárias.** Assim, a assistência foi dividida em proteção social básica (equivalentes aos procedimentos feitos nas unidades básicas de saúde) e a proteção social especial (equivalente aos procedimentos de hospitais de referência, especializados).

A proteção básica, assim como na saúde, trata dos processos de prevenção, de acolhimento, de orientação das famílias; a proteção especial se responsabiliza por todo o atendimento a situações de risco

e vulnerabilidade. "São os direitos já violados: o trabalho infantil, o abuso sexual, a população de rua", exemplifica Márcia.

Como os postos de saúde do SUS, na assistência social foram criados os Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Já foram implantados 2.300 desses centros para a proteção básica. Indicando como se dá o funcionamento do sistema, Márcia afirma que o governo transfere recursos para os municípios, do fundo nacional de assistência para o fundo municipal, e dali são aplicados, por exemplo, em contratação de assistentes sociais, psicólogos, educadores, para a proteção básica.

Para a proteção especial, considerada mais complexa por causa do atendimento à população em situação de maior risco, foram criados os Centros de Referência de Especialidade de Assistência Social (Creas).

Por três dias, nesta semana, os coordenadores dos Cras de todo o país foram reunidos pelo Ministério do Desenvolvimento, em Brasília, para uma rodada de treinamento. Do início de implantação do Suas até agora, já foi aprovada a política nacional de assistência, 94% dos municípios (5.205) já se habilitaram a ingressar no sistema, está aprovada também a norma operacional básica, os recursos vêm sendo distribuídos de acordo com os planos de ação municipais e os critérios do sistema. "Há planejamento, metas, metodologias", cita Márcia Lopes, que por isto se incomoda com a confusão entre assistência social e assistencialismo. **"Assistencialismo é um conceito pejorativo, de não reconhecimento do direito. Quando reconhecemos o direito e começamos a ampliar os serviços para todos terem acesso, não é favor, não é benemerência; é política de Estado, e é isso que nós vamos deixar aí para quem vier".**

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tião Viana, e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente, Senadora Heloísa Helena. Creio que meu tempo será o mais breve possível.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, gostaria apenas de fazer o relato do que ocorreu na semana passada.

Segundo a Assessoria do Governador do Estado – e colocaram manchete em toda a imprensa do Estado –, houve, na sexta-feira da semana passada, uma sabotagem contra o helicóptero do Governador, na cidade de Rolim de Moura.

Causa-me estranheza o fato de, no aeroporto da mesma cidade, ter havido também boato de sabotagem contra o avião do candidato a Governador, à época, Ivo Cassol. Agora, Ivo Cassol, atual Governador, está em pré-campanha novamente para o Governo de Rondônia e surgem esses boatos de que houve sabotagem contra o helicóptero do Governador, no quartel da Polícia Militar de Rolim de Moura, a mesma cidade. Coincidência, essa é a minha cidade, da qual fui Prefeito por dois mandatos, a cidade da Deputada Federal Marinha Raupp e de outros correligionários do PMDB.

Então, fico preocupado, porque, neste momento de campanha política, muitas coisas são inventadas, mas não estou desqualificando a informação sobre a sabotagem. Foi dito que colocaram em torno de trinta litros de água no tanque do helicóptero, que estava no pátio da Polícia Militar de Rolim de Moura, em Rondônia. O helicóptero tem chave no tanque. Segundo informações, o comandante do helicóptero disse que somente ele teria a chave do tanque do helicóptero; que ele estava no hotel durante a noite, que, no outro dia cedo, ele foi ligar o helicóptero e verificou que tinha água no combustível. Eu já usei helicóptero por quatro anos, quando fui Governador, e sei que a máquina que puxa o combustível tem filtro para que não entre água no tanque do helicóptero. Então, essa é uma história, no mínimo, intrigante.

O pior é que o próprio Governador, no final de semana, percorrendo vários Municípios do meu Estado, dizia que isso seria um atentado contra a vida do Governador e que teria sido executado por adversários políticos.

Ora, estou, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, trazendo este assunto a público porque sou da cidade Rolim de Moura. Fui Governador do Estado e nunca tive problema dessa natureza. A nossa Polícia Militar

é honrada, briosa e responsável. Não quero levantar suspeita contra nenhum membro da Polícia Militar de Rondônia, porque, segundo consta, o helicóptero, Senadora Fátima Cleide, estava no pátio da PM, guarnecido por policiais militares, chegou de Porto Velho, se não me falhe a memória, na quinta-feira, à tarde, e, na sexta-feira, pela manhã, o piloto estava dando partida no helicóptero, quando verificou que havia esse problema. Portanto, não chegou a decolar. Agora as manchetes dão conta de que, se o helicóptero tivesse voado, teria havido pane e causado um grave acidente.

Essas coincidências estão me deixando intrigado. Já disse, no início do discurso, quando a Senadora Fátima Cleide não estava aqui presente, que, na campanha passada, na mesma cidade, no aeroporto de Rolim de Moura, houve também o comentário, a boataria publicada em manchetes de jornais de que teria havido um atentado contra o avião do Governador. Quero que isso seja apurado.

Outra coisa que também me causou surpresa: o episódio ocorreu na sexta-feira, mas não foi publicado nos jornais de sábado. Lendo as manchetes de domingo, dia em que os jornais são mais lidos, e de segunda-feira, conclui que todas as manchetes dos principais jornais davam conta desse episódio. Por que tais manchetes não foram veiculadas no sábado, mas apenas no domingo? Então, parece-me algo um tanto fantasiosa.

Era o que queria esclarecer à população do meu Estado, porque sou adversário do Governador, sou da cidade Rolim de Moura, onde, ano passado, disseram que ocorreu um atentado contra o avião do Governador. Agora, há boatos de atentado contra o helicóptero do Governador. Então, realmente é muita coincidência. As coincidências não acontecem assim com tanta freqüência.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, que é pré-candidata ao Governo também. Como ele não citou nomes, mencionou apenas “ações dos adversários políticos do Governador”, quem sabe V. Ex^a é suspeita também nesse episódio.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Valdir Raupp, congratulo-me com V. Ex^a pela exposição deste fato no plenário do Senado Federal, justamente por parecer até que todos adversários do atual Governador – e não são pouco adversários, somos em quatro – estão, neste momento, sob suspeita de encomendar algo que não faz o menor sentido nas nossas existências. Quero também me juntar a V. Ex^a para exigir rigorosas apurações desse fato. O Estado

de Rondônia é visto nacionalmente de uma maneira tão ruim, e, todo dia, mais notícias aparecem. E o próprio Governador fomentando esse tipo de coisa... Por isso, também quero apuração rigorosa. Não acredito que os policiais militares do Estado de Rondônia possam ser suspeitos dessa atitude, porque, da forma como V. Ex^a relatou e como a imprensa está relatando, inclusive no jornal que chamamos de "Diário Oficial do Governo do Estado", que traz com detalhes essa história, dá a entender que a sabotagem foi feita por parte de quem estava cuidando do helicóptero. Então quero também me somar a esse pedido de apuração rigorosa. E tenho certeza de que a Cel. Angelina, grande mulher à frente da Polícia Militar de Rondônia, conduzirá esse processo de forma a esclarecer toda a população de que isso não passou de um equívoco, de um grande equívoco e, creio, de uma grande farsa também. Parabéns a V. Ex^a por trazer esse assunto aqui ao plenário da Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Minha preocupação, nobre Senadora, é que o Secretário de Defesa do Estado de Rondônia, nomeado recentemente pelo Governo, foi durante três anos ajudante de ordens do Governador, e, pelo que sei, ele é que está conduzindo as apurações desse episódio. Parece-me que só o Estado pode pedir a colaboração da Polícia Federal. Então, sugiro que a Polícia Federal ajude a elucidar esse episódio, para que não fique o Governador, seus assessores, seus asseclas, circulando pelo Estado e dizendo que esse ato foi praticado pela Oposição, por adversários políticos do Governo.

Era esse fato, Sr^a Presidente, que queria aqui relatar. Mais uma vez, ressalto a minha confiança total na Polícia Militar do meu Estado, polícia que conheço, zelosa do seu trabalho, responsável, em relação à qual não quero aqui deixar nenhuma dúvida quanto ao seu trabalho, uma vez que esse helicóptero, essa aeronave estava sob a guarda da Polícia Militar, no quartel da cidade de Rolim de Moura.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pelo tempo que julgar necessário ao seu pronunciamento.

A Mesa ainda não tem a relação dos próximos oradores inscritos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as}s e Srs. Senadores, apesar de o Senador Valdir Raupp já ter esclarecido, com tanta propriedade, a situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quero reforçar

o seu apelo para que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal participem das investigações sobre o suposto atentado ocorrido contra o Governador do nosso Estado neste final de semana. Até porque se há uma coisa que não faz parte da minha cultura política é a palavra atentado. Eu me sinto, como disse também o Senador Valdir Raupp, como pré-candidata ao Governo do Estado de Rondônia, colocada no rol de generalização feito pelo Governador como uma das pessoas que poderiam ter tentado sabotar o seu helicóptero. Aliás, helicóptero que a população do Estado de Rondônia paga caríssimo a hora de vôo, para que o nosso Chefe do Poder Executivo esteja presente em oito, dez Municípios todos os finais de semana, jogando bola ou patrocinando rodadas festivas com amigos para fazer o seu populismo barato.

Sr^a Presidenta, o que me traz à tribuna nesta tarde é o PLC nº 37, de 2006, que se encontra na Casa para inclusão na pauta de votações. É um projeto de iniciativa do Governo Lula que trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, propondo a instalação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o País. O projeto propõe também a alteração de artigos do Código de Processo Penal, Código Penal e Lei de Execução Penal.

Todos aqui conhecem a realidade brutal da qual é vítima a mulher brasileira, seja ela pobre, rica, trabalhadora, de classe média, desempregada, dona-de-casa. A triste realidade da violência física, psicológica, moral e sexual que emudece mulheres e famílias cicatriza na alma para sempre as dores de um persistente sofrimento. Um exemplo desta realidade é a revolta dos filhos contra os pais violentos que marca para toda a vida e dificulta a inserção social desses jovens. Segundo pesquisas feitas pela Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. Esta é uma realidade que este Governo quer mudar ao criar a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Trabalhando para superar.

Esse projeto, enviado em dezembro de 2004 à Câmara dos Deputados, abraça a determinação histórica do movimento de mulheres de retirar da lista de crimes menores o crime de violência doméstica e familiar praticado contra a mulher.

Esse projeto conta com o apoio de feministas, juízes, organizações de defesa dos direitos humanos e de parlamentares. Mulheres e mães de todas as idades e classes sociais. Foi acolhido de forma muito positiva na Câmara dos Deputados por legisladores e legisladoras de responsabilidade e sensibilidade, defensores dos direitos humanos que ofereceram valiosa

contribuição para seu aperfeiçoamento em todas as Comissões por onde tramitou.

Todos nós somos convededores de relatos e mais relatos de crueldade contra as nossas mulheres. E ficamos sabendo de mais, a cada dia que promovemos uma atividade contra a violência praticada contra a mulher. A cada ano esta Casa sedia eventos destinados a fazer essa discussão e a combater a violência doméstica e familiar, contribuindo assim para elevar, em nossa sociedade, a consciência do problema e buscar soluções.

Mas isso não é o bastante, sabemos que não é o bastante, como também não é o bastante aprovarmos novas leis, atualizá-las ou modificá-las.

Todos: Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade precisam estar permanentemente alertas e, de fato, fazer as mudanças necessárias, mudanças procedimentais no atendimento às vítimas, por exemplo; no amparo à família; no trato e julgamento dos algoritmos; mudanças de comportamentos, de paradigmas e referências. É preciso responder com rigor à cultura de se achar natural os maus-tratos, a desumanidade praticada contra as mulheres.

É preciso estabelecer a cultura da paz e não da violência.

Mas, o que tem o projeto tema de minha fala já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa e que aguarda deliberação? Para começar, sua construção, como todo projeto de forte interesse social no Governo Lula, obedeceu a amplo debate, articulações com os movimentos de mulheres, de direitos humanos, a troca de experiências e dificuldades no enfrentamento do problema por parte de todos que com ele lidam.

Dividido em títulos, o projeto transforma a legislação existente, aumentando a proteção para a mulher agredida e para os seus filhos, encaminhando casos não mais para os juizados especiais, mas para a Justiça comum, onde as punições costumam ser mais rígidas.

É sua intenção disseminar em todas as unidades federativas a instalação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Eles serão compostos por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, configurando-se um atendimento multidisciplinar para subsidiar o juiz, o membro do Ministério Público e o defensor com laudos e trabalhos de orientação, encaminhamento e prevenção voltados para vítima, o agressor e familiares.

Segundo dados da Associação Nacional de Juízes, 70% dos casos que passam pelos juizados especiais são de violência contra a mulher. Só isso já expressa a necessidade de se criarem estruturas ade-

quadas para atender à sistemática violação dos direitos humanos das mulheres, violação que se estende a toda a família, atingindo em cheio os filhos e as filhas, vítimas inocentes dos lares onde a agressão é muitas vezes cotidiana.

Com essa proposta, cai por terra – aliás, outras que já tramitaram nesta Casa ou aqui tramitam têm igual objetivo – essa história de o agressor pagar pelo crime com meras cestas básicas, contribuindo para a impunidade.

Oferecer segurança à mulher agredida é também seu propósito, e uma das medidas possíveis de serem adotadas é o afastamento imediato do agressor do convívio familiar.

Esta Casa, Srs e Srs. Senadores, não pode se omitir diante de tão grave situação em que se encontram nossas mulheres. A convivência com agressores de violência extremada afeta toda a cadeia de convivência familiar e reduz nossas mulheres, em muitos e muitos casos, a meras estatísticas de homicídio.

Este ano mesmo, somente em Pernambuco, já contabilizamos 154 mulheres assassinadas, a maioria pelo companheiro ou ex-companheiro. Pernambuco chamou a atenção da comunidade internacional de direitos humanos e se consagra como o Estado com o maior índice de violência contra a mulher.

Eu gostaria muito de poder dizer aqui algo diferente sobre o meu Estado, que, se não é o primeiro, está entre os cinco primeiros do País.

Por isso, faço um apelo, já feito por inúmeras integrantes de nossa bancada feminina, e pelas organizações não-governamentais, para a apreciação urgente do PLC 37/2006. Urgência já solicitada, aliás, pela nossa companheira, Senadora Serys Slhessarenko, mediante requerimento aprovado por esta Casa.

Precisamos dar uma demonstração à sociedade brasileira de que esta Casa partilha do anseio de oferecer combate permanente à impunidade, entendendo que os crimes contra os direitos humanos das mulheres são crimes contra toda a sociedade e por isso merecem o rigor da lei.

Por oportuno, parabenizo o trabalho da Senadora Jandira Feghali, que apresentou substitutivo na Comissão de Seguridade Social da Câmara, da Deputada Yeda Crusius, Relatora deste projeto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e da Deputada Iriny Lopes, Relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal, que ofereceu novo substitutivo incorporando as contribuições anteriormente feitas pelos demais Parlamentares nas outras comissões.

É importante também citar o Deputado Carlos Nader, que ao apresentar em 2005 dois projetos de

lei na direção do projeto enviado pelo Governo Lula, incorporados pela Deputada Iriny Lopes, quando da redação final do PLC 37, grande contribuição ofereceu aos debates sobre o projeto na Câmara. Aqui no Senado cumprimento especialmente a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório apresentado na Comissão de Constituição Justiça.

Por fim, não poderia deixar de cumprimentar o Ministério da Saúde que, em conjunto com a secretaria especial de política para as mulheres, publicou a agenda da mulher. Essa agenda apresenta informações fundamentais para as mulheres na área da saú-

de, inclusive orientando sobre a situação de violência sexual e doméstica.

Por oportuno, solicito, Srª Presidenta, se possível, que essa publicação seja anexada ao meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer e agradeço ao Senador Sibá Machado por ter feito uma inscrição prévia para mim na semana passada.

**DOCUMENTO QUE SE REFERE A SRA.
SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e parágrafo 2º do Regimento Interno.)

DIREITOS DA MULHER

- direito à vida;
- direito à liberdade e à segurança pessoal;
- direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
- direito à liberdade de pensamento;
- direito à informação e à educação;
- direito à privacidade;
- direito à saúde e à proteção desta;
- direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família;
- direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los;
- direito aos benefícios do progresso científico;
- direito à liberdade de reunião e participação política; e
- direito a não ser submetida a torturas e maltrato.

- Se você não sabe a quem recorrer para exercer seus direitos. Na dúvida procure:
- o Ministério Público (MP);
 - a Defensoria Pública (DP);
 - a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) ou outra Delegacia;
 - a Delegacia Regional do Trabalho; e
 - seu sindicato.

TELEFONES ÚTEIS:

- Disque-Saúde – 0800 61 1997
 - Central de Atendimento à Mulher – 180
 - Disque-Denúncia Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 0800 990500
 - Disque Pare de Fumar – 0800 703 7033
 - Policia Militar – 190
 - Samu – 192
 - Corpo de Bombeiros – 193
- SITES ÚTEIS:**
- www.saude.gov.br/mulher
 - www.presidencia.gov.br/spmulheres
 - www.saude.gov.br/ouvidoria
 - www.saude.gov.br/bvs

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

**AGENDA
DA
MULHER**



OUTROS PROCEDIMENTOS / CIRURGIAS (INCLUI TRATAMENTO QUIMIOTERÁTICO, RADIOTERÁTICO, ETC.)

MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS UTILIZADOS

Revisão

EXAMES PREVENTIVOS DO CÂNCER

PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO UTERINO / CITOLOGIA ONCÓTICA:

ESSES EXAMES DEVEM SER FEITOS A PARTIR DOS 25 ANOS DE IDADE, COM INTERVALO DE UM ANO.



MINISTÉRIO DA SAÚDE: DICAS PARA UMA VIDA SAUDÁVEL

10 DÍAS DE PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

DIAS 1-3: Aumente o consumo de frutas, verduras e legumes. Consuma em 5 vezes ao dia.

DIAS 4-6: Come frutas mais doces 1 vez por dia, no mínimo 4 vezes por semana.

DIAS 7-9: Evite alimentos ricos em gorduras, como carne com gordura e queijo com muito feijão, frutas e salgadinhos, para no máximo uma vez ao dia.

DIAS 10-12: Evite a quantidade de sal na comida. Tire o salero da mesa.

DIAS 13-15: Evite de comer a refeição principal à noite. Não come 2 refeições.

DIAS 16-18: Reduza o consumo de doces, bolos, biscoitos e outros alimentos com muito açúcar para no máximo 2 vezes por semana.

DIAS 19-21: Evite a refeição principal no dia seguinte. Faça o jantar no dia de.

DIAS 22-24: Evite a refeição principal. Come devagar.

DIAS 25-27: Evite a refeição principal de lanche, saladas e etc. no serviço de saúde. Aproveite a oportunidade de usar o seu "Cartão de Missa Corporeal" está entre os dias 25-27.

DIAS 28-30: Se, a partir de 150 minutos de atividade física todos os dias. Caminhe pelo seu bairro, sua escala. Não passe muitas horas assistindo à TV.

Meninas que precisam de dietas especiais, por exemplo, para diabetes, hipertensão e colesterol alto, devem receber orientações específicas e individualizadas de um/a nutricionista.

CUIDADOS PARA PROMOVER E MANTER A SAÚDE BUCAL



levar à maior fragilidade óssea. Quando associada à higienização inadequada, pode induzir à doença periodontal e a perda de dentes.

COMO LIMPAR BEM OS DENTES?

- A escovação dos dentes deve ser feita com escova de tamanho adequado e cerdas macias diariamente.

- Passe o fio ou fita dental entre todos os dentes, com delicadeza para não machucar a gengiva. Depois que o fio passar pelo ponto mais apertado entre os dentes, leve-o até o espaço existente entre a gengiva e o dente e pressione-o sobre o dente, puxando a sujeira até a ponta do dente. Primeiro de um lado, depois do outro.

- Escovar a língua é muito importante, pois ela acumula restos alimentares e bactérias que provocam mau hálito. Faça movimentos cuidadosos com a escova, "varrendo" a língua da parte interna até a ponta.

- Se a pessoa usa prótese total (dentadura), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente, fazer uma limpeza da boca, principalmente da língua, e em seguida colocar a prótese na boca.

- Se a pessoa utiliza prótese parcial removível (rocha), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente e escova de dente e após fazer a escovação dos dentes e da língua ela irá recolocar a prótese (utilizar uma escova para escovar os dentes e outra para limpeza da prótese).

- Quando a pessoa não tem dentes e não faz uso de prótese, ela deve fazer a limpeza da boca com fralda molhada em água e não esquecer de limpar bem a língua com escova de dentes macia ou limpador de língua, fazendo movimentos no sentido de dentro para fora, nunca com a escova voltada para o final da língua: isso é para evitar que machuque a garganta e para não causar ânsia de vômito.

- A fluoroterapia é recomendada para manter os níveis de flúor na boca e isso pode ser feito por meio do uso de pastas de dentes com flúor, que ajudam na redução da cárie.

ATIVIDADE FÍSICA

Os Ministérios da Saúde e do Esporte advertem: caminhar, sorrir, dançar, brincar, nadar, jogar no time da rua, pedalar, tudo faz bem à saúde, se for praticado com regularidade. Você não precisa ser uma atleta olímpica, nem frequentar uma academia de ginástica, basta escolher uma atividade que lhe de prazer e ficar firme no propósito de se fazer bem. Afinal, a prática de um esporte, de uma atividade de lazer ou uma simples caminhada lhe traz muitas vantagens, sem falar nos novos amigos que você pode fazer. Participe e estimule as brincadeiras aírias. É bom para o corpo e para a sua relação com eles!

- fortalece os músculos e ossos;
- melhora a qualidade do sono;
- melhora a frequência dos batimentos do coração e a circulação do sangue.

- riscos de doenças cardivascular (hipertensão, infarto);
- ansiedade e depressão;
- obesidade e diabetes (açúcar no sangue);
- osteoporose; e
- alguns tipos de câncer.

- nunca caminhe ou pratique esportes em jejum e procure manter-se bem hidratada;
- a companhia de alguém de que você gosta torna seus exercícios mais agradáveis;
- de preferência a lugares apropriados como parques, praças, e centros de esporte e lazer, com boa iluminação e segurança;
- na prática de exercícios, procure orientação profissional e respeite seus limites;
- busque as horas mais frescas do dia e evite a exposição exagerada ao sol.

- evite usar elevadores, se possível, use escadas ou rampas;
- junte a turma do prédio, da rua, do bairro ou da escola para jogar vôlei, peteca, ou qualquer esporte;
- leve o cachorro para passear, saia para dançar; e
- procure estacionar o carro um pouco mais longe do destino, ou desça da condução um ou dois pontos antes.

ANTES DE PRATICAR EXERCÍCIOS, CONSULTE UM MÉDICO.

VACINAS

Vacinas são importantes meios de proteção contra doenças que podem causar muitos problemas.

É importante conhecer as vacinas disponíveis para mulheres adolescentes e adultas (acima de 10 anos) e estar com o calendário de vacinação em dia. Caso esteja com as vacinas em atraso, procure o serviço público de saúde. Mantenha seu Cartão de Vacinação atualizado.



VACINA DOENÇA DOZES OBSERVAÇÕES

VACINA	DOENÇAS	DOSES	OBSERVAÇÕES
dT:	Difteria	3 doses, com intervalo de 2 meses entre elas. O reforço é após cada 10 anos.	Grávidas, que receberam sua última dose há mais de 5 (cinco) anos, precisam receber uma dose de reforço. Em caso de ferimentos graves, a dose de reforço deve ser antecipada para cinco anos após a última dose.
Dupla bacteriana tipo adulto	Tétano		

Tríplice viral - SCR	Sarampo	3 doses: a 2ª após um mês, e a 3ª após 6 meses da primeira dose.	Se você já recebeu a vacina Triplice Viral (SCR), não é necessário revacinar. É importante tomar a vacina antes de engravidar, para prevenir rubéola congênita, ou no período do pós-parto imediato. Se tomou a vacina e não sabia que estava grávida, você deve procurar o serviço de saúde.
Caxumba	Caxumba	Dose única.	
Rubéola	Rubéola		

Hepatite B	Hepatite B	3 doses: a 2ª após um mês, e a 3ª após 6 meses da primeira dose.	Caso tenha recebido a vacina contra Hepatite B, as três doses devidamente comprovadas no cartão de vacinação, não precisa mais receber esta vacina.
------------	------------	--	---

Febre amarela	Febre Amarela	Dose única, com reforço a cada 10 anos.	Indicada para residentes ou pessoas que viajarão para: <ul style="list-style-type: none"> • áreas endêmicas: Região Norte e MA, MT, MS, GO e DF. • áreas de transição: alguns municípios do PI, BA, MG, SP, PR, SC e RS. • áreas de risco potencial: alguns municípios da BA, ES e MG.
---------------	---------------	---	--

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, na verdade, eu gostaria de um esclarecimento. Matéria do **Correio Braziliense** de hoje trata de uma questão que já vem surgindo de vem em quando, no dia-a-dia, e que traz aqui, em detalhes, informações de todos os tipos de repasse que a Tesouraria da Casa faz aos seus Parlamentares.

Há uma riqueza de detalhes tão grande que eu fico aqui a me perguntar se esses detalhes são públicos e, sendo públicos, eu não sabia. Se não são públicos, como podem ter adquirido tais informações, se foi por terceiro? Pergunto se alguém poderia nos esclarecer se a Mesa concede informação dessa natureza para a imprensa ou para qualquer pessoa. Eu estou incomodado com isso aqui. Na qualidade inclusive de amigo da pessoa citada, de companheiro de Bancada, eu solicito essas informações.

Nós tivemos aqui o episódio da história de sigilo, como foi o calor do debate nesta Casa, e se não vale para um não vale para ninguém. Estou aqui solicitando uma informação para saber se tiveram acesso a essa matéria. A matéria está assinada pelos jornalistas Ana D'Angelo e Lúcio Vaz, do **Correio Braziliense** de hoje, que informa em detalhes a tramitação financeira de membros do Senado Federal. Neste caso, quero saber de V. Ex^a se esse procedimento é de público ou se devo procurar outras informações à Presidência ou a outras pessoas, membros da Mesa Diretora do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Bom, conforme o art. 215, Inciso II, letra “b”, do Regimento Interno, que trata de esclarecimentos sobre atos de administração interna do Senado, eu encaminharei o requerimento de V. Ex^a para que o Presidente ou a Mesa possa despachá-lo, por meio de uma consulta à Diretoria-Geral.

Entretanto, eu, como Senadora também, gostaria de fazer um breve relato. Eu não conheço a matéria. Portanto, nem sei quem V. Ex^a está citando.

Mas tenho absoluta certeza e convicção de que, por respeito às normas jurídicas vigentes, não cabe sigilo daquilo que é a utilização de dinheiro público disponibilizado aos gabinetes. Então, só nesse sentido. Não sei do que V. Ex^a está tratando, não faço juízo de valor sobre o fato, até porque V. Ex^a não falou quem é o Senador que está sendo citado na matéria. Entretanto, aquilo que é recurso público disponibilizado aos gabinetes, eu entendo que deve ser tratado de forma

pública; portanto, não-sigiloso. O que é completamente distinto, diferente daquilo que é sigilo bancário, fiscal ou telefônico para quem quer preservar – o que não é o meu caso, pois não tenho sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha preocupação, Sr^a Presidente, é a riqueza de informações, ou seja, trata de quaisquer tipos de repasses formais, é claro, do Senado Federal aos Parlamentares: salários...

A matéria está aqui, não quero citar, porque eu queria tirar a dúvida. Em seguida, se necessário for, nós fazemos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está ótimo. Conforme o art. 215, eu estou encaminhando para esclarecimentos pela Diretoria do Senado, embora eu não tenha dúvida de que não cabe sigilo e que, portanto, todo cidadão, seja o mais simples ou a imprensa, tem direito a ter acesso a esses dados, por mais que seja constrangedor a qualquer Parlamentar, para mim ou para V. Ex^a. Mas, sendo dinheiro público, disponibilizado formalmente, respaldado por Portaria Interna ou por decisão da Casa, não cabe sigilo. Mesmo assim, eu encaminho o requerimento de V. Ex^a, cumprindo a obrigação por estar, provisoriamente, na Mesa, o requerimento de V. Ex^a, para que o Sr. Presidente solicite da Diretoria-Geral as informações solicitadas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr^a Presidente.

*A Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pau-
lo Paim.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à Senadora Heloísa Helena, nos moldes como S. Ex^a orienta toda vez que usamos a tribuna, pelo tempo que assim entender necessário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim. Sei do esforço que fez para estar na Presidência da Casa, adiando uma reunião para que eu pudesse fazer uso da palavra. Tenho certeza de que se trata de um tema que V. Ex^a compartilhará comigo.

Hoje, como sabem todos, é o Dia Mundial de Combate à Tortura. Claro que há muito tempo na história de humanidade, buscam-se mecanismos para combater a tortura. Essa condição condenável, não apenas porque é desumana, degradante, promove atos cruéis contra a dignidade da pessoa humana, como também, já demonstrado, é ineficiente e estúpi-

da, inclusive quando utilizada como “metodologia” das investigações policiais.

Não é à toa que já há muito tempo, há dois séculos, muitos juristas romanos apresentavam suas dúvidas sobre a credibilidade de informações decorrentes de práticas de tortura ou adquiridas por elas. Até porque existem muitas pessoas cuja relação com o sofrimento físico é modificada.

Existem pessoas que, mesmo culpadas, agüentam o sofrimento físico de tal forma que nem sob tortura são capazes de confessar o crime que cometem. E existem outras que, não por serem mais fracas, mas mais frágeis para agüentar o sofrimento humano, são capazes de assumir a culpa do que elas nunca fizeram.

Existem vários depoimentos. Trouxe apenas um, para aqui lembrar, de uma simples cabeleireira piauiense que foi torturada em uma delegacia do País. Ela dizia que os choques eram tão violentos que o corpo parecia decolar do chão: “Amordaçada, eu não conseguia gritar. Fiquei pendurada por horas. Desmaiei várias vezes. Quando acordei, minhas roupas estavam sujas de sangue, eu cheirava a urina e tinha tanta febre que não conseguia conter o vômito. Nua, eu assumi a culpa. Eles me deram uma Novalgina e foram embora”.

Existe, ao longo da história da humanidade, a promoção de torturas diversas, desde a Idade Média, com os chamados tribunais eclesiásticos, os tribunais do Santo Ofício, que de santo nada tinham; muito pelo contrário, absolutamente condenáveis pela lógica da espiritualidade de Deus, de qualquer espírito cristão ou de qualquer outra forma de expressão da espiritualidade ou da religiosidade; os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, onde judeus, comunistas, ciganos, homossexuais eram submetidos a torturas infames; outras formas de perseguição implacável, seja pela cor da pele, pela religiosidade, pela orientação sexual; torturas em regimes ditatoriais, capitalistas ou – supostamente, porque nunca foram, mas que se reivindicavam – socialistas. Enfim, muitas dessas coisas que são realmente gravíssimas.

Neste dia, vou falar sobre um outro tipo de tortura, Senador Paulo Paim. Vou falar do sistema prisional e de suas torturas. Sei que, todas as vezes que falamos sobre isto, imediatamente muitas pessoas mandam *e-mails*, dizendo que não estamos pensando na dor das vítimas, das pessoas que foram assassinadas pelos que lá estão privados de liberdade.

Sempre respondo e digo: por favor, não queiram me solicitar uma dor, porque essa dor implacável eu já sofri com o meu irmão mais velho querido, assassinado covardemente – como filho de pobre, nunca acharam o assassino –, achado no meio do matagal

com balaços de doze pelo seu corpo, que tirou o brilho dos seus olhos claros e a sua alegria.

Portanto, não queiram cobrar dores porque essas dores nós já sofremos.

Acho muito importante, porque infelizmente – infelizmente mesmo – o debate da violência só vem a público diante do mar de sangue em que policiais foram assassinados, em que pessoas ligadas ao Comando Vermelho (ou não) foram assassinadas também, ou em que, como no vídeo “Falcão”, uma criança disse que quando crescer queria ser bandido. Depois as pessoas esquecem completamente.

Não é à toa que, mesmo depois de o vídeo ser apresentado à sociedade, exibindo experiências traumatizantes de meninas pequenas que eram obrigadas a fazer sexo oral com traficantes de drogas em troca de maconha e de *crack*, e mesmo depois do mar de sangue em função dos assassinatos ocorridos dos dois lados, absolutamente nada foi feito pelo Governo Federal.

Eu falava que o Congresso Nacional poderia exigir novo pacto federativo em relação ao aparato de segurança pública. Nem vou falar do tratamento das causas, porque muitas vezes V. Ex^a, assim como a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Iris de Araújo, falam daquilo que significa possibilidade de prevenção, para que nossas crianças e jovens não permaneçam na marginalidade, na criminalidade, no narcotráfico e na violência como último refúgio.

Há uma questão grave no sistema prisional brasileiro.

Não é uma coisa qualquer. Todos os dias há rebelião. Está ocorrendo rebelião no Espírito Santo agora, como já houve nas Febems da minha Alagoas e no sistema prisional, como há no Rio Grande do Sul e em todos os Estados da Federação. Alguns casos são mais escondidos, mas vivenciados em alguma matéria de jornal, como aquele em que uma criança corta a cabeça da outra criança, ou aquele em que pobre mata pobre, ou aquele em que matam o carcereiro, ou aquele em que se torna vítima o familiar que vai visitar o preso. Não é uma coisa qualquer, mas um problema de alta complexidade a ser resolvido.

Tem de ser iniciado imediatamente um projeto claro para o sistema prisional brasileiro, dando conta da ressocialização e do combate implacável à corrupção, seja do aparato de segurança pública no sistema prisional ou no crime organizado.

Não é uma coisa qualquer. Quem assiste às cenas veiculadas pelos meios de comunicação está vendo claramente o que acontece no sistema prisional brasileiro, Senador Paulo Paim. Trata-se de um mecanismo de tortura, de tratamento desumano e degradante. Se

as pessoas que lá estão, privadas de liberdade, promovem tratamento desumano, violência desumana e degradante às suas vítimas, não há o que justifique o fato de a pessoa, ao ser aprisionada, privada de liberdade, ser mutilada todos os dias e explorada sexualmente.

Nos presídios brasileiros, para se protegerem, acontece violência sexual todos os dias. Se o Estado brasileiro não protege os seus presos, quem protege é a facção criminosa e deles cobra a ausência de estupro todos os dias e de violências, as mais diversas, até que estejam integrados à rede maldita do crime organizado dos PCCs da vida.

É essencial que o sistema prisional brasileiro tenha, ao mesmo tempo, condições dignas de salário, formação para os agentes penitenciários, combate implacável a todas as formas de corrupção do sistema, atendimento médico e psicoterápico da população carcerária. Cada vez é maior a incidência de Aids, de doenças sexualmente transmissíveis, de tuberculose e de outras coisas igualmente graves. Evitar a dependência e a utilização de drogas psicotrópicas dentro do sistema prisional é essencial. Precisamos promover o acesso ao ensino fundamental, a profissionalização, os projetos agrícolas, a capacitação, tendo em vista a ressocialização da pessoa pela inserção no mercado de trabalho.

É necessário o monitoramento de cada um dos presos. Sei que o Senador Magno Malta, várias vezes, já falou sobre o assunto. É inaceitável que não existam mecanismos de controle para o sistema prisional brasileiro. É inaceitável que 60% da população de uma cidade fique sem usar celular para minimizar a possibilidade de utilização de celulares dentro do sistema prisional. É inaceitável – e o Senador Romeu Tuma já falou várias vezes sobre a questão – que não tenhamos nem o mecanismo mais simples existente em vários países do mundo. É barato. Causa um impacto financeiro mixuruca. O impacto social e na área de segurança pública, no entanto, são gigantescos.

Falo da pequena pulseira, ou tornozeleira, com um chip que monitora cada um dos passos de cada um dos presos, esteja ele em liberdade provisória, utilizando o indulto ou encarcerado. É inaceitável dizer que eles não podem ser monitorados, fiscalizados, controlados.

Quanto à questão da relação de presos por metro quadrado, à separação dos presos por delito, por periculosidade, por antecedente criminal, entre presos condenados e provisórios, eu já falei 500 vezes, e 500 vezes mais direi, enquanto cordas vocais eu tiver – embora já muito combalidas –, que é inaceitável um preso, em vez de ser encarcerado pelo crime cometido, pelo

antecedente criminal, pelo grau de periculosidade, seja encarcerado conforme a facção criminosa em que ele “milita”. E quem “milita” numa facção criminosa imediatamente declara, para não ser assassinado numa ala vizinha. Quem não é de nenhuma facção criminosa passa a ser quando lá está.

Então, faço mais uma vez, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, um apelo no sentido de que o Governo Federal, diante de todos os dados concretos, objetivos, tenha um diagnóstico completo da área de segurança pública, incluindo o sistema prisional brasileiro. Todos os Secretários de Segurança Pública, de Justiça Social, ou qualquer nomenclatura que tenha nos Estados, fizeram um diagnóstico com um nível de detalhamento inimaginável. Então, é essencial que o Governo Federal chame todos esses Secretários, representantes do sistema prisional brasileiro para uma reunião – não é para fazer mais uma reunião de fotografia, porque não adianta reunião de fotografia nem no Senado, nem no Palácio do Planalto nem em nenhum Estado brasileiro. Com todo esse diagnóstico estabelecido pelas Secretarias de Segurança dos Estados brasileiros, com todas as propostas concretas a serem implementadas a curto prazo, a partir de agora, o Governo Federal tem que assumir a coordenação desse processo e estabelecer um pacto federativo, relacionado diretamente à área de segurança pública e ao sistema prisional brasileiro, para que não tenhamos que amargar mais novos, malditos e inimagináveis dias de violência neste País.

Este é o apelo que faço: que todas as proposições concretas apresentadas sejam assumidas pelo Governo Federal, estabelecendo quais os mecanismos que serão disponibilizados, quer seja de recursos financeiros, quer seja de prerrogativas assumidas pelos Municípios, pelos Estados e pelo Governo Federal, para que possamos, ao menos, minimizar o risco de ver ações de tanta violência.

Então, que, neste dia, Dia Mundial contra a Tortura, além da convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes, possamos incluir questões em relação a essa situação gravíssima por que passa o sistema prisional brasileiro.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pelo tempo que entender necessário para fazer a sua exposição.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, vimos à tribuna fazer um breve comentário sobre a Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores,

que homologa a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e a candidatura de seu Vice, o atual Vice-Presidente, José Alencar.

Foi uma convenção, como era de se esperar, muito representativa e que contou com a presença de cerca de dois mil militantes. Cremos que todos os Estados estavam lá representados. Quase todos os candidatos e pré-candidatos aos Governos Estaduais, não só do PT, mas dos diversos Partidos que comporão tanto a aliança nacional formal quanto as alianças nos Estados, estiveram presentes ao evento.

Estamos muito felizes porque saímos dali convencidos de que o debate nacional tem ocorrer, acima de tudo, sobre a construção do Brasil dos sonhos de todos nós.

No nosso Estado, haverá convenção na próxima sexta-feira, dia 30. Registraremos a nossa alegria pela formatação da aliança feita no Estado do Acre. Nosso pré-candidato atual ao Governo do Estado será o nosso Vice-Governador, Binho Marques; para o Senado, na campanha de reeleição, o Senador Tião Viana. Formamos aliança com onze Partidos. Estamos construindo coletivamente a proposta de um novo plano de Governo, visando definir o que fazer para o futuro daquele Estado no novo período. Vamos insistir num debate de construção local. Vamos nos recusar a fazer um debate que venha a falar de qualidades individuais de pessoas. No nosso entendimento, ao se colocarem no ambiente da disputa política, as pessoas têm que estar preparadas para todo tipo de diversidade.

Senadora Heloísa Helena, ouvi hoje a entrevista de V. Ex^a na CBN, com o Heródoto; ouvi também o pré-candidato do P-SOL ao Governo do Estado de São Paulo, nosso companheiro Plínio de Arruda Sampaio. Confesso que esse é o tipo de debate que inspira as respostas imediatas que V. Ex^a apresentou naquele momento e, com certeza, vão engrandecer qualquer rodada que fizermos: pública, coletiva ou individual, como deverão ser as rodadas de debate para essas eleições. Isto é o que o Brasil está querendo: uma conversa franca, direta, objetiva sobre o que e como fazer. Vi que o Heródoto está muito bem afiado para as perguntas, não tergiversa, vai direto ao ponto; e V. Ex^a se revelou conforme já conhecemos nesta Casa: firme na hora de dar as respostas. Claro que temos divergências em alguns pontos, mas estou falando da qualidade do que foi a entrevista.

Ele disse que vai ouvir todos os pré-candidatos, o que é muito importante porque enriquece o Brasil a demonstração de como pensamos nosso País para o futuro.

Nessa experiência que tivemos – pegando trechos do discurso do Presidente Lula –, assumimos um

Governo que muitas pessoas imaginavam que seria muito bom na área social e um fracasso no equilíbrio fiscal. Imaginavam que o Governo iria fazer o caos na reforma agrária, iria criar o maior embaraço no setor financeiro, que jamais honraria seus compromissos internos e externos e assim por diante.

Admitimos que temos também as nossas falhas, que não somos perfeitos, que também somos também passíveis de erros, porque essa é a natureza humana. Mas é claro que o Presidente Lula, para muitas pessoas, agora se revela a pessoa que elas não imaginavam: com muita capacidade de liderança, com uma visão muito grande, que conhece muito bem os problemas deste nosso País, que conhece muito o contexto em que o Brasil vive com seus vizinhos na América do Sul e com o resto do mundo; que conhece muito bem as nossas necessidades sociais, os anseios de nossa sociedade; e que conhece muito bem os deveres e responsabilidades de um administrador público. Sua Excelência se revela uma pessoa acima das temperaturas. Olhem que não foram poucos os momentos conjunturais, pontuais, e muitas pessoas imaginavam que esse seria o tom do futuro do Brasil e, consequentemente, o tom do futuro do Governo.

Vejamos o caso do Mercosul: bastaram algumas palavras do Governo do Uruguai e muitas pessoas cantaram que o Mercosul estava acabado; vide o caso da Bolívia quando se viu a decisão do Governo boliviano sobre o gás, que muitos diziam que estava encerrada a possibilidade de o Brasil ser o líder da América do Sul; vide o caso da Venezuela, quando, naquele momento de turbulências internas, imaginava-se que era uma nova onda da presença imperialista na América do Sul; e assim por diante. E em todas elas, as decisões do nosso Presidente foram muito bem calculadas, analisadas e responsáveis. Vide os resultados muito positivos para o Brasil e para o Mercosul, como para os Estados circunvizinhos.

Vide o papel do nosso Presidente em relação às negociações, seja na questão da ONU, da OMC, seja nos debates feitos sobre os programas sociais, como é o caso do combate à fome. Em todas elas, o Presidente lidera como ninguém uma nova forma de relações internacionais.

De vez em quando, o debate nos traz, no Brasil, uma visão catastrofista. Também já fomos um pouco isso. Não posso dizer que nunca o fizemos. Fizemos. Durante muitos anos, pregávamos situações que nos levavam a pensar que torcíamos pelo catastrofismo.

Temos a responsabilidade e o entendimento de que, ao administrar o País, não somos mais apenas o Partido dos Trabalhadores. Administrar o Brasil é ad-

ministrar a vontade, o interesse e os direitos de 180 milhões de pessoas.

Portanto, o nosso Presidente, o Presidente Lula, preparamos para a função que exerce, está, no nosso entendimento, mais amadurecido ainda para uma segunda gestão.

O instituto da reeleição, Sr^a Presidente, não foi inventado por nós. Nós não criamos isso. Não é uma decisão de V. Ex^a, do PT, nem de nenhum de nós que fazímos oposição naquele momento. Foi uma decisão do partido que governava o Brasil naquele ano de 1997.

Continuo acreditando que reeleição não é bom nem para o País, nem para a democracia. Foi um teste que se fez. Vamos concordar que foi bom para se fazer uma experiência, mas se revela impossível de continuar.

Temos a consciência de que, no Brasil, ainda estamos longe de encontrar um ideal de organização político-partidária, uma nova acomodação política que responda por esta liderança por que o País tem que trilhar no seu futuro imediato.

Quando olhamos a estabilidade interna do Brasil, perguntamos o que foi o equilíbrio das contas. Tínhamos um país endividado em 63% de todas as suas rendas. De cada R\$100,00 produzidos no Brasil, devíamos R\$63,00.

O modelo de governo instalado na época – e aqui não vou julgar o mérito, não quero julgar particularidades – trilhou o caminho da venda de estatais: vender as estatais para fazer o equilíbrio de contas. Não conseguiu muito o equilíbrio das contas, o endividamento cresceu e ficamos sem empresas estratégicas.

Pensou-se também na venda de empresas como o Banco do Brasil. Pensou-se na quebra do monopólio total da Petrobras com consecutiva venda para o capital privado da participação pública. Pensou-se na extinção ou quase extinção da Caixa Econômica Federal. Foi quase declarada a extinção do Banco do Nordeste do Brasil. Foi quase declarada a extinção do Banco da Amazônia. Queriam reduzir o que é o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte a uma representação na cidade de Fortaleza. Era esse o Brasil que estava em curso. Foi extinta a figura dos bancos estaduais. O grande Banespa, uma potência como era aquele Banco, foi vendido! Foram vendidas muitas empresas, o que, na nossa concepção, não havia nenhuma necessidade. Estamos provando que é possível governar com o desendividamento do Brasil, sem precisar vender nenhuma empresa pública.

Então, de 63% do endividamento do Brasil, hoje estamos na faixa de 51,5%. E, se vencermos essa

meta de estarmos com a taxa Selic abaixo dos 15% até dezembro próximo, na faixa de 12%, inevitavelmente o endividamento brasileiro, a relação dívida/PIB cairá para menos de 50%. Este, no nosso entendimento, é o receituário. Embora saibamos perfeitamente que ainda não é aquilo que se deseja, pensamos que estamos no caminho certo.

Ouvi de V. Ex^a uma afirmação que me chama a atenção e com a qual concordo plenamente, quando lhe foi perguntado sobre a autonomia do Banco Central. Penso que V. Ex^a responde de uma maneira que é do agrado de muitas pessoas. O Banco Central é de responsabilidade da autoridade pública que foi eleita. Ao elegermos o Presidente da República, esta pessoa responde por todas as instituições a ela subordinadas.

Não podemos tratar o Banco Central como se o estivéssemos considerando uma figura completamente fora das decisões de Governo. Neste ponto, temos concordância.

No que diz respeito aos investimentos, no desendividamento, o Brasil caminha para contratos cada vez melhores no campo internacional, nas suas relações internacionais. Então, no nosso entendimento, esse é mais um ponto de acerto. Com a diminuição da taxa Selic, teremos uma migração de dinheiro do capital estrangeiro para o capital industrial, o setor produtivo. Ao se fazer isso, estaremos gerando um potencial de consumo no Brasil. E devemos ter o maior cuidado possível para que esta procura não possa gerar uma nova inflação.

Com o controle total da inflação, mantendo-se uma média abaixo dos 5% para o novo período, atingindo-se, em cinco anos consecutivos, um crescimento de quatro pontos percentuais na média nacional, teremos um Brasil inevitavelmente muito melhor do que qualquer outra economia que cresce a ritmos bem mais altos do que ouvimos falar hoje.

Tenho falado aqui várias vezes – este é o caso que sempre uso para comparação – do crescimento da China e da Índia. Estes dois países crescem nos níveis mais elevados da atualidade, por um período mais extenso e prolongado, mas com um grande diferencial: isso não se está revertendo imediatamente em distribuição de renda.

Esse problema também assola os Estados Unidos e quase todas as economias da Europa. Vivem, de um lado, as benesses do que se chama um crescimento prolongado e acima da média de 5%, mas com dificuldades na distribuição de renda. No caso do Brasil, por conquista do atual Governo, do Presidente Lula, temos o desendividamento, temos exportações crescentes, temos distribuição de renda – é isso o que faz com que o Brasil aponte para o crescimento sustentável – e temos a

reinserção de investimento na chamada matriz da infraestrutura, tanto no caso da energia, dos combustíveis em geral, como na forma de transporte.

O Governo retoma as ferrovias, que estavam praticamente abandonadas. A produção primária do Brasil, seja na área da mineração, seja na área da agricultura, deve chegar a cerca de 150 milhões de toneladas em 2010. Com essa produção, se o nosso Brasil insistir em transporte sobre rodas e pneus, sobre caminhões, é claro que vamos perder competitividade, porque vamos ter um transporte muito mais caro, com seus custos de manutenção muito mais altos. Então, é inevitável que o Brasil faça o intercâmbio das suas vias de transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário, marítimo e também, em alguns casos, aerooviário.

O Governo retoma o debate sobre ferrovias. Isso é importante, porque vamos ter uma maior capacidade de carga e poderemos dar maior competitividade na nossa produção primária, tanto agrícola quanto mineral. As nossas empresas que trabalham nesse setor inevitavelmente terão melhor faturamento. E o Governo insiste que nessas matrizes haja a participação de pequenos, principalmente da área da reforma agrária.

Então, acredito que o que vamos apresentar, ouvindo muito bem o Presidente Lula no debate desta campanha eleitoral, é o Brasil que temos e o Brasil que queremos. Claro que não nos furtaremos a responder a tudo o que possa envolver o nosso Partido ou pessoas de nosso Partido. Não nos furtaremos a dar as explicações que achamos convenientes e necessárias. Mas, é claro, o debate pelo Brasil é o que vai nos nortear.

Faremos uma aliança já no primeiro turno. Infelizmente, a verticalização, com a concordância de todos, foi feita em um tempo que não permitiu aos Partidos se ajustarem e se organizarem para tal – mas continuo defendendo a verticalização –, por isso não podemos ter as alianças formalizadas no âmbito nacional já em primeiro turno. Mas é claro que um partido político do porte do PT sabe que é impossível se governar sozinho.

Muitos não gostam de tratar se o Brasil ainda pensa ideologicamente sobre o que é Esquerda, Direita, centro, Centro-direita, Centro-esquerda, extrema direita, extrema esquerda. É claro que há algum tempo o Brasil já não discute mais sobre esse patamar, mas o perfil das alianças está colocado. Quando se discutia a participação do PMDB numa aliança conosco, sabíamos que os que trabalhavam em sentido contrário o faziam porque queriam o PMDB consigo. Entendemos perfeitamente e sabemos que isso não passa de um debate pré-eleitoral. Então, nós do PT trabalharemos firmemente esta aliança, ainda que informal, com o PMDB.

O nosso Partido ainda vai insistir na aliança formal com o PSB e com o PC do B. Esta aliança, Sr^a

Presidente, já existe desde 1990, quando criamos a Frente Brasil Popular, que foi responsável por eleger o Presidente Lula, em segundo turno, com a expressiva votação de mais de trinta milhões de votos. Essa aliança se reproduz em muitos Estados brasileiros, inclusive lá no meu Acre. Desde 1990, ela é praticamente a mesma. Em um momento somou doze partidos e agora possui onze, todos cientes das obrigações que têm com o País e com o nosso Estado.

Então, essas alianças, no meu entendimento, vêm para reafirmar que nenhum partido hoje tem as condições de governar sozinho. É preciso haver um programa discutido coletivamente; é preciso ter um plano de governo discutido coletivamente; é preciso ter uma gestão coletiva, com a participação de todos, sabendo que temos uma pessoa do porte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós sabemos que não há uma varinha de condão. Aqui não há mágica. Aqui o que há são decisões sobre prioridades dos investimentos, de cortes, do equilíbrio de contas, de tudo o mais. Assim sendo, rogo que todos os militantes do PT em todo o Brasil, em todos os Estados, dêem-se as mãos, juntem-se nessa missão de um grito de guerra, para que possamos dar oportunidade de uma segunda gestão do Governo do Presidente Lula.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Sibá, permite-me um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Logo ouvirei V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Estou dizendo isso, Sr^a Presidente, porque, no momento da crise, muitos diziam que o PT acabaria; houve, inclusive, frases que considero muito infelizes para o debate político – não é mais o caso citá-las neste momento –, mas a resposta foi dada. Quando houve a eleição interna do PT para decidirmos nossas instâncias, das presidências de nossos diretórios, mais de 80 mil de novos filiados e filiadas participaram, mostrando que nosso Partido está vivo, que nosso Partido é atuante. Portanto, é nesse calor, é nesse clima, é nesse ambiente que participaremos de mais um embate, como manda a nossa Constituição e como mandam os desejos de nossa sociedade.

Ouço, com atenção, o aparte do Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, eu vinha acompanhando o seu pronunciamento e quero fazer uma pergunta a V. Ex^a. No passado, o PT tinha como bandeira a ética; no passado, o PT tinha como tema: “Brasil Decente” – e eu me recordo da campanha do PT: “Brasil Decente” –, e hoje não estamos mais ouvindo falarem desses temas: decência, ética, honestidade, seriedade. Não estou condenando, não! Estou elaborando uma pergunta. Outro fato que estranhei foi que inúmeras pessoas que foram acusadas – muitas não foram punidas;

algumas, sim – estavam presentes na Convenção, como se nada tivesse acontecido. Será que é por causa do envolvimento de alguns integrantes do PT no mensalão que não se fala mais em Brasil decente, não se fala mais em ética, não se fala mais em moralidade? Será que é por causa do envolvimento dessas pessoas do PT? José Dirceu foi cassado; o Ministro Palocci foi demitido; houve o caso de Santo André, em que falaram de envolvimento no assassinato do Prefeito; e uma série de acontecimentos deixaram realmente a política um pouco para baixo, promovidos até por pessoas que integram o PT. E lá estavam agora na convenção. A pergunta, para tirar a dúvida, é: o PT não fala mais em Brasil decente, não fala mais em ética, só porque tem essas pessoas todas envolvidas em corrupção? Ou não; eles mesmos são sem ética, são repudiados pelo PT e estão lá porque foram intrusos nesse evento? Cadê a frase: “Brasil Decente”? Ela sumiu?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Pavan, esse é o tipo de debate que não faremos. A Justiça que cuide desse trabalho, que investigue as pessoas que crê deva investigar e esteja livre para tal, como nunca esteve.

Quero dizer, com toda a segurança e tranqüilidade, que, quando Geraldo Brindeiro era Procurador-Geral da República, a imprensa nacional dizia diariamente que ele era o “engavetador-mor” do Governo de V. Ex^a, e nós não vamos tratar desse assunto. Não vamos topar trabalhar dessa maneira.

O que ainda estiver para ser julgado, rastreado, divulgado e publicado, que seja. Se qualquer pessoa que estiver no comando de campanha do Presidente Lula ou no dos nossos governos estaduais e do nosso Partido tiver algo a responder, responderá.

Então, vamos tratar do Governo. O que ele pôde realizar e o que poderá vir a realizar, sem nos furtarmos a dar as respostas que julgarmos necessárias.

A questão da ética é premente, é óbvio. Se tivermos que ainda tratar, quanto à ética, de questões localizadas, também o faremos. Agora, ela não faz mais parte do *slogan* da campanha porque temos um outro assunto muito mais premente para tratar, ou seja, o que o nosso Governo fará.

Dante desse debate, fica muito claro que se, porventura, a Oposição quiser usar como, digamos assim, seu carro-chefe esse tipo de atenção, esteja à vontade. Se julgarmos que devemos responder, nós o faremos. No que competir à Justiça, ela o fará. Mas daqui para frente o assunto é governabilidade. Vamos tratar do Brasil, pois é sobre isso, com certeza, que a população está um pouco mais interessada em ouvir.

Sr^a Presidente, para avançar um pouco mais no debate, quero manifestar algumas opiniões sobre a CPI. Confesso que estou cada vez mais preocupado com a

questão do tempo: temos sessenta dias para apresentar um relatório robusto, contundente e preciso, evitando a injustiça de envolver pessoas que, eventualmente, não tenham nada a ver com o problema.

Estou muito preocupado. Podemos ter um Brasil hexacampeão, e isso, inevitavelmente, interfere – basta observarmos que, cada vez que a nossa Seleção joga, o País pára para assisti-la; restaurantes param, hotéis param, tudo pára para assistir ao jogo da nossa Seleção. Então, até o dia 9, com certeza, será assim. Em seguida, começam as campanhas eleitorais, e haverá recesso na Casa a partir do dia 17, podendo ir até o dia 31. A LDO, segundo o nosso Relator, é provável que seja votada em tempo hábil; assim, o recesso é possível de ocorrer.

Neste caso, acredito que só há uma saída, de acordo com o nosso Presidente: vamos nos debruçar ao máximo sobre documentações, vamos fechar entendimento sobre que tipo de pessoa deve prestar depoimentos, para que não nos percamos em muitos depoimentos que não contribuam, e devemos deixar muito claro para a sociedade que não é papel da CPI condenar absolutamente ninguém. O papel da CPI é apenas apresentar sugestões para que as instâncias da Justiça possam cumprir o seu papel e, é claro, que os Parlamentares envolvidos sejam submetidos aos Conselhos de Ética das duas Casas.

Assim, registro aqui a opinião de uma pessoa que está de espírito aberto para o debate. Com certeza, teremos nesta Casa excelentes momentos para que possamos apresentar pontos de vista.

Volto a dizer: parabenizo V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pela entrevista de hoje. Gostei demais e acredito que essas são as palavras que o Brasil gostaria de ouvir de todos nós.

Muito obrigado pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, pelo tempo que entender necessário, e, depois, ao Senador Leonel Pavan, também pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, venho à tribuna fazer um registro que considero importante e também um apelo para que votemos, na próxima quarta-feira, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que propõe as regras para o Orçamento do próximo ano.

Sou Relator da LDO na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Na última semana, construindo um amplo entendimento, conseguimos aprovar, com o voto de todas as Lideranças, a proposta da nova LDO. Registro que foram apresentadas a essa proposta 2.321 emendas, das quais conseguimos atender, integral ou parcialmente, 609 emendas ao anexo e 552 emendas ao corpo da lei. Portanto, foram mais de 1.100 emendas atendidas, buscando compatibilizar a LDO com a visão do Congresso, com a visão dos Partidos políticos, com a visão das Lideranças e dos Parlamentares que atuam naquela Comissão.

Sra Presidenta, quero registrar que fizemos algumas modificações importantes nessa proposta da LDO. Primeiro, sinalizamos a redução dos gastos com custeio da máquina pública.

No próximo ano, o setor público só poderá gastar com diárias, passagens e publicidade 90% do que gastou este ano. Portanto, terá de haver, necessariamente, uma redução de pelo menos 10% nessas despesas, além da redução de 0,1% do PIB nas dotações e nos gastos autorizados para o custeio e as transferências.

Além disso, estamos tomando uma decisão dura: reduzir em 30% o volume de restos a pagar. Anualmente, a inscrição de restos a pagar vinha subindo, o que, de certa forma, mostrava que havia empenhos no Orçamento sem que houvesse execução orçamentária. Agora, terá de haver 30% menos que o ano anterior na inscrição “restos a pagar”.

Além disso, priorizamos algumas ações importantes para o País, inclusive a pesquisa e o transporte de gás, exatamente para evitar dependência do Brasil com relação à Bolívia, como ocorreu nos últimos meses.

Também criamos um mecanismo muito importante: o da transparência na fiscalização, principalmente no que diz respeito às transferências voluntárias a entidades privadas ou ONGs e Oscips, ou seja, entidades sem fins lucrativos. Estamos criando uma nova regra que fará com que se possa fiscalizar melhor a liberação de recursos para essas entidades, inclusive, com proibições e com a necessidade de apresentação dos membros da diretoria dessas entidades, para que, em parecer prévio na Comissão de Orçamento, a matéria seja aprovada.

Conseguimos também diminuir a exigência de contrapartida para os Municípios mais pobres do País. No caso da contrapartida, tratar igualmente os Municípios mais pobres e os Municípios médios é injusto. Esse era um mecanismo que terminava concentrando renda. Um Município razoável, economicamente bem, tem condições de dar 5% ou 10% de contrapartida. No entanto, um Município pobre não tem condições de dar uma contrapartida nessa proporção. Portanto, criamos um mecanismo para reduzir a necessidade de contrapartida, com comparação

dos IDHs, exatamente para que os Municípios de IDHs mais baixos tenham as menores contrapartidas.

Sra Presidente, criamos também mecanismos para ressalvar do contingenciamento algumas despesas. Já foram ressalvadas em outras LDOs a área de ciência e tecnologia. Estabelecemos como ressalva de contingenciamento a prevenção e o combate à violência contra a mulher; a aquisição e a distribuição de alimentos destinados ao combate à fome, pelo Ministério do Desenvolvimento Social; os gastos com defesa animal, vegetal na questão sanitária. Fizemos essa ressalva exatamente para ter os recursos necessários para combater uma possível ocorrência da gripe do frango e para combater a febre aftosa. Enfim, são áreas que não podem prescindir de uma atuação emergencial.

Elaboramos vários mecanismos que vão forçar o Poder Executivo a comparar e a aplicar recursos para a redução das desigualdades de gênero, de raça, de etnia, de idade, de pessoas portadoras de necessidades especiais e das desigualdades regionais. Mais de 30 emendas foram provadas exatamente em entendimento a vários setores que atuam nessa área.

Neste rápido registro sobre a LDO, eu gostaria de definir o papel, a contribuição de todas as lideranças partidárias, independentemente do posicionamento político-eleitoral, independentemente de ser ou não da base do Governo. Para confecção dessa LDO, houve contribuição de todos os Parlamentares, de todos os partidos, de todas as Lideranças.

Espero que, na próxima quarta-feira, possamos, numa sessão do Congresso Nacional, manter esse entendimento, votar essa matéria que é tão importante para o País, avançar em todos esses mecanismos que registramos e aprovar uma obrigação do Congresso. De acordo com a Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso depois da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como Relator, cumpri meu papel. Desde o dia 1º de junho, o relatório está pronto. Debatemos muito esse relatório e o aprovamos na semana passada. Agora cabe ao Congresso Nacional referendar essa LDO que avança, como eu disse, nos mecanismos de transparência, de fiscalização e de controle dos gastos públicos.

Peço a transcrição desses itens que mencionei, Sra Presidente, e agradeço a oportunidade de fazer esta comunicação a todo o País.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 - Principais Alterações Constantes do Substitutivo apresentado pelo Senador Romero Jucá

Ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 foram apresentadas 2.321 emendas, das quais 872 referem-se ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.449 ao texto da lei e demais anexos. Dessas, foram aprovadas, integral ou parcialmente, 609 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 552 emendas ao corpo da lei e demais anexos, o que totaliza 1.161 emendas aprovadas.

Dentre as principais alterações introduzidas pelo Substitutivo destacam-se:

- a) Controle do aumento das despesas primárias correntes da União.

Com vistas a garantir a obtenção da meta de superávit fixada, foi aperfeiçoada a regra, introduzida no PLDO, que prevê a obrigatoriedade de redução da dotação autorizada em 2007 de 0,1 ponto percentual do PIB em relação ao autorizado em 2006.

No substitutivo apresentado prevê-se que essa redução deva ocorrer também nos valores empenhados no exercício. Nesse sentido, não só as dotações autorizadas deverão ser reduzidas em 0,1 ponto percentual do PIB, mas o controle deve se estender à execução do orçamento e limitar também o empenho das dotações em 2007 em relação ao empenhado no exercício de 2006.

Ficam ressalvadas do cálculo dessa redução, além das previsões já constantes do PLDO, os subsídios e subvenções ao setor agrícola, a aquisição e formação de estoques públicos, as medidas que assegurem o financiamento da produção e a estabilidade dos preços agrícolas e o Fundo Constitucional do Distrito Federal, nos termos da Lei no 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Essas ressalvas fazem-se necessárias, devido ao caráter obrigatório das despesas e à possibilidade de eventual elevação demasiada de gastos inviabilizar a execução das demais despesas primárias correntes.

Incluiu-se limite às despesas com publicidade, passagens e diárias que não poderão exceder, em 2007, a 90% (noventa por cento) do valor empenhado em 2006.

- b) Redução de 30% da inscrição de despesas em restos a pagar, liquidados ou não, com base no montante inscrito em 2006, medida que representa apoio à manutenção do equilíbrio fiscal e redução da pressão sobre o orçamento do ano seguinte;
- c) Anexo de Metas e Prioridades:

Priorizou-se o acolhimento de emendas que definem programas e ações de caráter nacional, com destaque para as destinadas à área social e àquelas que visam a redução das desigualdades regionais. As ações que objetivam a redução das desigualdades de raça, gênero, etnia e pessoas com deficiência também tiveram prioridade.

Foram rejeitadas as emendas que priorizavam obras específicas, localidades, ou regiões, em razão de que compete à LDO definir prioridades que orientem a elaboração e a execução orçamentária, sem antecipar o direcionamento da programação.

A partir dos critérios estabelecidos, foram acolhidas, parcial ou integralmente, 609 emendas, das 872 apresentadas ao Anexo I.

- d) Transferências Voluntárias a Entidades Públicas e ao Setor Privado:

Com o objetivo de propiciar melhor controle e equidade das diversas formas de transferências a entidades públicas e privadas, na busca por critérios que privilegiam a transparência, publicidade, economicidade e eficiência das ações públicas, foram incluídas as seguintes medidas:

- 1) obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos convênios em páginas específicas na internet mantidas pelos órgãos concedentes;
- 2) ampliação da obrigatoriedade de informações dessas entidades no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG;
- 3) obrigatoriedade da informatização da prestação de contas dos convênios;

- 4) exigência de contrapartida a ser oferecida pelas entidades beneficiárias, definindo-se para esse fim os percentuais exigidos dos municípios onde as instituições estiverem legalmente registrados;
 - 5) redução do percentual máximo de contrapartida a ser exigida dos municípios com até 25.000 para as transferências voluntárias da União, de 8% para 5%.
 - 6) redução da exigência de contrapartida dos Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM abaixo de 0,600 ou localizados na faixa de fronteira, com limite mínimo fixado em 1% e máximo em 3%.
 - 7) extensão, aos municípios beneficiários de transferências voluntárias da obrigatoriedade da adoção dos procedimentos definidos para União relativos à licitação, contratação, execução e controle, dentre eles os relativos ao pregão eletrônico.
 - 8) obrigatoriedade de inclusão no SIAFI das informações relativas à descrição do bem ou serviços adquiridos e o número do contrato, convênio ou instrumentos congêneres.
- e) No intuito de preservar as decisões tomadas no âmbito do Congresso Nacional, vedou-se o cancelamento de dotações oriundas de emendas parlamentares para atender a créditos adicionais, salvo se demonstrada a inviabilidade técnica ou legal da execução da programação objeto da emenda. Vedou-se, também, o acréscimo de recursos relativos à modalidade de aplicação 50 (transferências a entidades privadas) à conta de redução de dotações que tenham sido incluídas pelo Congresso Nacional nas demais modalidades.
- f) Execução Provisória do Orçamento.

Foram aprovadas diversas emendas para retirar, do PLDO, os dispositivos que possibilitavam a execução da totalidade do projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, caso este não fosse sancionado até 31 de dezembro de 2006. Entendeu-se que a manutenção dessa autorização usurparia as prerrogativas do Congresso Nacional quanto à definição dos gastos públicos. No entanto, possibilitou-se a execução, na forma de duodécimo, das despesas correntes de caráter inadiável e relevante constantes do projeto de lei orçamentária e das dotações referentes a obras e projetos de investimento em andamento ou cujos contratos já tenham sido firmados.

- g) Inclusão de novas despesas no Anexo V - Despesas Ressalvadas do Contingenciamento:
- 1) Normatização e Fiscalização, Defesa Sanitária Vegetal, Defesa Sanitária Animal e Normatização e Qualidade, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
 - 2) Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher;
 - 3) Promoção do Desenvolvimento do Estado do Tocantins - Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda (CF, ADCT, art. 13, § 6º);
 - 4) Aquisição e distribuição de alimentos destinados ao combate à fome, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- h) Objetivando o aperfeiçoamento do Projeto no que se refere à diretriz constitucional de redução das desigualdades, foram acolhidas emendas que:
- 1) determinam que o Projeto de Lei orçamentária Anual venha acompanhado de relatório anual de avaliação da execução dos programas voltados ao combate das desigualdades nas dimensões de gênero, raça, etnia, idade, regional e de pessoas com deficiência;
 - 2) impõem que se obedeça à diretriz de redução das desigualdades de gênero, raça e etnia, quando da elaboração e execução do orçamento fiscal e da seguridade social;
 - 3) vedam a concessão ou renovação de empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento a empresas ou grupos empresariais cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral, racismo ou trabalho escravo;
 - 4) determinam às agências oficiais de fomento que observem a diretriz de redução das desigualdades de gênero, raça, etnia, idade, regional e de pessoas com deficiência, na definição da política de aplicação de seus recursos e que publiquem relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate a tais desigualdades.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, que no momento preside a Mesa do Senado, Sr^{as} e Srs. Senadores, inscrevi-me para falar porque estou um pouco preocupado com a liberação das nossas emendas.

Recebi algumas manifestações de Prefeitos que estão ansiosos com a liberação dos recursos. Hoje é dia 26, e somente podem ser assinados convênios até o final do mês. Todos os direitos constitucionais que tenho em relação às emendas parlamentares foram seguidos rigorosamente, como prevê a lei.

Os recursos destinados pela Bancada de Santa Catarina – a minha parte, a parte do PSDB – foram-me dados para que eu pudesse fatiá-los entre Prefeituras do meu Estado. Outros recursos são aqueles a que temos direito – penso que são R\$ 5 milhões – para também dividir entre Prefeituras de nossos Estados.

Designei recursos para cidades com mil, dois mil, cinco mil habitantes e até para cidades grandes, como Joinville, para a qual designei R\$ 400 mil. Para a capital de Santa Catarina, Florianópolis, também liberei uma emenda; para São José, outra grande cidade, para Tubarão e para inúmeras outras cidades de Santa Catarina.

Mas tenho ficado um pouco preocupado porque, das cerca de 100 cidades para as quais designei recursos, entre as emendas de Bancada e a emenda individual, dividi R\$ 100 mil, R\$ 120 mil, R\$ 150 mil e R\$ 80 mil para Municípios pequenos. São recursos que vão ajudar – e muito – as localidades menores. Embora sejam poucos, os recursos são de grande importância. Alguns se destinam a infra-estrutura, na parte de saneamento; outros, a construção de postos de saúde, de creche, de casa de idosos, de portal turístico, de casa de cultura; a compra de equipamentos agrícolas.

Todo o trabalho que tivemos creio não valeu a pena ou não vai valer a pena. Não é possível que haja uma certa má vontade por parte do atual Governo Federal em relação às nossas emendas. No ano passado, fui prejudicado, e muito, porque não repassaram os recursos que deveriam ser repassados. Fomos avisados de que não deu, faltou dinheiro, passou o prazo. Meras justificativas. Viemos à tribuna e deixamos o nosso protesto. A partir dos últimos meses, passamos a manter um diálogo mais constante com os Ministros, com seus Assessores, e dissemos que estávamos criando expectativa para os Municípios. E

Municípios que não são apenas do meu Partido, mas do PMDB, do PP, do PFL, até do PT, do PL, do PPS, do PTB. Municípios de todas as cores partidárias, que nos procuraram em nossos gabinetes. E nós entendemos que a solicitação era necessária e justa para aquela comunidade, para aqueles municípios. De repente, nós nos encontramos em um caminho que poderá ser muito ruim para os pequenos Municípios do interior do Estado de Santa Catarina.

Se os recursos não forem liberados, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a tem um compromisso muito grande com as cidades mais sofridas, desassistidas e desrespeitadas –, será apenas pelo fato de serem Municípios pequenos, com poucos eleitores, poucos votos, e, por essa razão, o Governo não dá bola para eles.

Estou preocupado porque eles vieram de suas cidades, deslocaram-se até Brasília, gastaram com passagens de ônibus ou combustível e, às vezes, até com passagens aéreas, porque alguns vão de carro até certa localidade onde há aeroporto e pegam um avião para cá. Aqui, gastaram com hotéis e com refeições. Entregaram os projetos e voltaram para suas cidades, felizes por terem conseguido apresentar uma emenda e vê-la aprovada para o seu Município.

Esses Municípios pequenos não têm cor partidária. Os municípios não são de uma cor apenas. Existem pessoas de todos os Partidos políticos: os que contestam o Governo Federal e os que não contestam. Existe uma minoria, claro. Mas há uma diferença muito grande entre o passado e o presente. E existem petistas que também seriam beneficiados com a liberação desses recursos.

O Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, pessoa simples que aprendi a respeitar, justificou o porquê da não liberação da vez passada. Esteve em meu gabinete, educadamente, e justificou.

Temos algumas emendas no Ministério das Cidades. Tenho ocupado esta tribuna e feito inúmeros elogios ao meu amigo Walfrido Mares Guia, ao seu Ministério, chegando a dizer, em algumas palestras, que é a Pasta que se destaca. Tenho elogiado S. Ex^a e tenho me dedicado, todas as vezes que discutimos o Orçamento, a apresentar emendas a fim de que o Ministério disponha de mais recursos para investimentos no Brasil e até no exterior.

Recentemente, apresentei uma emenda à LDO para a infra-estrutura turística nacional. Sou da Oposição e acredito que isso teria que vir do Governo, porque será ele o beneficiado. Sou da Oposição e fui lá, pois fiquei preocupado. Encaminhei emendas há três anos, há dois anos, no ano passado e neste ano, e continuo apresentando, não apenas para o meu Mu-

nicípio, mas para o Ministério, que chegam a R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, a fim de que o Ministério depois distribua aos Parlamentares, pois entendo ser o turismo uma das principais indústrias do mundo, e não poderia ser diferente no Brasil. Todo Governo responsável tem que investir nessa área; todo homem público tem que assumir a Pasta do Turismo com seriedade.

Quanto a mim, Senador da República, autor da proposta de criação da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, hoje uma Comissão Permanente, junto com a de Desenvolvimento Regional, independente de cores partidárias, estou incluindo emendas ao Orçamento para essa Pasta, a fim de que possa, posteriormente, investir em infra-estrutura e liberar recursos para os Municípios que possuem potencial turístico muito forte, pois às vezes não conseguem receber turistas porque não têm dinheiro para investir em saneamento, em sinalização, não possuem uma casa de cultura, uma casa para o turista ou mesmo um pórtico turístico. Enfim, não há infra-estrutura.

No que tange à emenda individual de Senador, cem por cento dela eu coloquei para o Turismo, pois acredito em Walfredo Mares Guia, acredito no Ministério. Mas fiquei preocupado, porque hoje já é dia 26. Na segunda-feira passada, ocupei esta tribuna na tentativa de sensibilizar esses dois ministérios. Que atendam não ao Senador Leonel Pavan, não a mim, mas aos Municípios; do contrário, dirão que só não liberaram porque somos do PSDB.

Aliás, ouvi dizer que, no Gabinete da Casa Civil, comentam: "Isso é da Oposição, que critica muito o Governo. Não libere". Ora, oposição faz parte da democracia. Oposição é um processo natural.

Já pensaram, 81 Senadores aqui dizendo amém ao Governo e não apontarem as falhas, não fiscalizarem as falcatruas, o mensalão, os sanguessugas, o desvio de dinheiro público?

Somos representantes do povo, dos Municípios. Esta é a nossa missão. Claro, devemos apoiar os bons projetos, aplaudir o Governo quando atua corretamente, mas também vir à tribuna falar do que não está correto.

Não liberar as emendas porque somos da Oposição, penso que isso poderá trazer sérios prejuízos à sociedade brasileira, até porque a Oposição é maioria nesta Casa, aparentemente. Então, só vai liberar para uma minoria. Pelo menos, no final do mandato, mais da metade é da Oposição. No começo, mais da metade era do Governo, agora diminuiu. Há mais Oposição nesta Casa.

É o apelo que deixo aos Assessores Parlamentares dos Ministérios que têm emendas nossas, pois

a partir de hoje, dia 26, temos cinco dias para assinar os convênios. Que eles nos atendam!

Na quarta-feira, não estarei aqui, pois será realizada a Convenção do PSDB, em Santa Catarina.

Com relação a esse fato, gostaria de deixar um recado. Anteontem, participamos da Convenção do PMDB, em meu Estado, ocasião em que foi reconduzido, como candidato, o atual Governador Luiz Henrique da Silveira.

Na eleição passada, participamos de uma coligação com o PMDB, e o Luiz Henrique da Silveira foi eleito Governador de Santa Catarina. Agora, nós tínhamos, dentro do PSDB, uma corrente muito forte que queria candidatura própria. Depois de muito diálogo e conversa, nós conduzimos mais uma vez o PSDB para uma coligação com o PMDB em Santa Catarina. Desta vez, o PSDB deverá indicar o Vice-Governador. O PFL, que também pretendia concorrer com o seu candidato a Governador, Raimundo Colombo, ex-Prefeito de Lages, também vai participar dessa coligação, indicando como candidato a Senador o Sr. Raimundo Colombo.

Na quarta-feira, estarei em Santa Catarina. Por isso, peço para que os Ministros entendam e atendam ao nosso pedido antes de quarta-feira, até porque amanhã o Brasil vai jogar e a sessão aqui, parece-me, terminará às 11 horas e 30 minutos. Com a vitória do Brasil, os Ministérios ficarão esvaziados certamente. Assim, precisamos correr atrás da máquina governamental, para que os responsáveis por ela liberem os recursos urgentemente.

Na quarta-feira, ocorrerá a Convenção do PSDB. Hoje à noite, dar-se-á a Convenção do PFL, em Santa Catarina, ocasião em que será homologado o nome de Raimundo Colombo como candidato ao Senado.

Quero apenas registrar aqui essa minha preocupação referente à liberação dos recursos para as emendas do Estado de Santa Catarina.

Se a Oposição não tem o mesmo direito, fico imaginando quais os direitos da Senadora Heloísa Helena, que pertence a um partido novo. Fico imaginando as dificuldades por que passa o Partido de V. Exª. Eu, que aqui faço Oposição, tenho usado muitas vezes a tribuna para enaltecer alguns setores.

Mas, se a Oposição não tem direito, que democracia é essa? E o PT não pode agir diferente, porque foi um dos Partidos mais valentes do passado, que brigava por igualdade, pelo processo democrático. Não podemos entender como, de repente, o próprio PT agora queira deixar de atender às emendas dos Parlamentares justamente porque somos da Oposição.

Fiquem atentos os Municípios do meu Estado, Santa Catarina, pois, se os recursos não chegarem

até o dia 31, não foi por não termos encaminhado as emendas, mas sim, talvez, pela insensibilidade do atual Governo Federal.

Há pouco, estava aqui o Senador Sibá Machado. Eu perguntei a ele por que o PT mudou do Brasil decente. E ele me respondeu que não queria debater, que não queria entrar nesse assunto. Dizia-me ele: "Não queremos discutir isso. Vamos discutir outras coisas". Por quê? Decência tem que ser discutida. Unicidade, seriedade e transparência têm que ser discutidas.

E Brasil decente também é respeitar a todos, atender a todos, sem perseguição. Brasil decente é também atender aos Municípios, mesmo que não sejam os do PT.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Compartilhamos de todas as preocupações de V. Ex^a, entendendo que é inaceitável o Orçamento ser mecanismo para pôr uma etiqueta na testa de Deputados e Senadores e que seja mecanismo de promiscuidade política.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio pelo tempo que entender necessário.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, a quem antecipadamente cumprimento pela Convenção do P-SOL, Senador Leonel Pavan, a quem cumprimento pelo pronunciamento.

Brasília, a capital da República, completou 46 anos no último 21 de abril. Mas só ganhou autonomia depois da Constituinte de 1988. Política é aqui arte recente, porque tudo é novidade nesta curíssima história que ainda não completou duas décadas de exercício da escolha de governantes e representantes no Distrito Federal.

Tancredo Neves disse certa vez: "conheci pessoas cassadas, instituições cassadas, mas cidade cassada só Brasília".

Em termos de política, Brasília está construindo história, partidos e preferências. Experimentamos a radicalização dos anos 80.

O Partido dos Trabalhadores ficou de um lado e, de outro, os correligionários do Governador Joaquim Roriz, que teve, ao longo desse período, enorme êxito. Governou o Distrito Federal por quatro vezes.

Os demais Partidos sobreviveram à sombra das duas principais referências. O Senador Cristovam Buarque governou o Distrito Federal eleito pelo PT. A divisão de forças, refletida no eleitorado, opunha os dois fortes blocos e obrigava outras legendas à existência tímida.

Essa é a fotografia da política do Distrito Federal, desde que o eleitor daqui passou a ter o direito de

escolher seus representantes. Ocorre que as cidades que integram o quadrilátero onde se situa a capital da República cresceram muito. Hoje somam uma população que chega perto de dois milhões e trezentos mil habitantes.

A utopia de Juscelino ganhou pernas e vida própria. Passou a caminhar. Buscou abrir perspectivas e começou a demandar do Governante, como ocorre em qualquer outra cidade brasileira. Brasília deixou de ser apenas a referência política nacional. Passou a se constituir em importante pólo de ação partidária local. É nessa moldura que outras legendas começaram a buscar o caminho que também as conduzisse ao poder. O Partido da Frente Liberal foi uma delas.

Assumi a Presidência do PFL no DF e procurei promover a sua revitalização. Fiz comícios, reuniões, visitas e convidei correligionários a preencher fichas de filiação.

Hoje, o PFL do Distrito Federal possui algo em torno de 35 mil filiados. É um grande partido! Possui três Deputados Federais, cinco Distritais, um Senador da República, a Líder do Governo e o Presidente da Câmara Legislativa. Ou seja, o PFL do DF ganhou musculatura política.

E, segundo as pesquisas de opinião, dois nomes ganharam destaque dentro do Partido: o meu e o do Deputado José Roberto Arruda. A soma dos índices obtidos por um e outro, revelada por diversos mecanismos de apuração, é igual à metade dos eleitores do Distrito Federal. Experimentamos uma situação singular: a principal disputa ocorreria antes da eleição. A escolha do candidato poderia antecipar, ao menos, aquele que estaria no segundo turno da eleição. Minha responsabilidade de Presidente do PFL-DF é grande. Não poderia comprometer a unidade da legenda.

Brasília resulta de uma manobra política notável. O Presidente Juscelino foi exímio artesão das soluções engenhosas. Ele, que era do PSD, criou a Novacap, entregou uma de suas diretorias à UDN. O primeiro representante udenista foi o Deputado Íris Meinberg. Virgílio Távora, o grande político cearense, também foi Diretor da Novacap, embora pertencesse à União Democrática Nacional, Partido que fazia oposição ao plano de metas de JK. Negociação, transigência e conciliação permitiram que Juscelino fizesse aprovar no Congresso as leis que permitiram a mudança da nossa Capital.

Esse é um belo exemplo. Lembro-me de outros do quilate de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Sarney ou Marco Maciel, gigantes na política e habilíssimos na arte de conversar. Brasília, portanto, assistiu, ou é consequência, de exemplos notáveis, de negocia-

ções complexas que se transformaram em luminosos exemplos da arte de conduzir o bem público.

Não me comparo a nenhum desses monumentos da política nacional, mas fui buscar neles a inspiração para agir da melhor maneira possível, frente a um ambiente político-partidário que corria o risco de radicalização. Conversei muito. Ouvi conselhos de políticos experientes, de todos os partidos, e aceitei, de bom grado, a mediação do presidente Jorge Bornhausen. Diante de um possível impasse, decidi, solitariamente, aceitar a composição com o Deputado José Roberto Arruda. Ele será o candidato do PFL ao Governo de Brasília. Vou compor a chapa na qualidade de candidato a vice-Governador.

Quero oferecer este esclarecimento aos meus eleitores. Gostaria de dizer a todos eles que entendimento, negociação e busca da conciliação é a marca registrada da política nacional. O confronto levou à ditadura. A negociação reimplantou a democracia. No regime das liberdades plenas não há espaço para voluntarismo. Vamos sim, Arruda e eu, caminhar juntos, porque essa é a vontade majoritária dos eleitores do PFL aqui em Brasília.

Quem apostou na divisão do PFL perdeu. Demos o exemplo contrário. Fizemos o acordo que se dizia impossível. Criamos as condições para uma administração tranquila e estável nos próximos tempos, como fizeram os cearenses, com Tasso Jereissati e Ciro Gomes; e os paulistas, com Mário Covas e Geraldo Alckmin.

Política é a arte da convivência de diferenças dentro do mesmo espaço. Acordos feitos às claras servem ao bem coletivo e sinalizam o futuro. Eles revelam confiança na parceria e fé no amanhã do nosso País.

Portanto, Srª Presidente, era esse o esclarecimento que julguei hoje ser oportuno dar a esta Casa, o Senado Federal, e aos meus pares aqui para que todos possam entender o meu sentido de união, parceria e entendimento dentro de um partido pelo qual trabalhei muito e que presidi há bastante tempo: o PFL de Brasília, que, com muito orgulho, hoje representa 35 mil brasilienses e não tenho dúvidas de que vai mudar a história política da nossa cidade.

Muito obrigado e vamos em frente!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Octávio.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 170, de 2006** (nº 475/2006, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja au-

torizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência recebeu o Ofício nº 133, de 19 do corrente, do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, encaminhando as deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.

O expediente, autuado como Ofício nº S/8, de 2006, vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, João Batista Motta, João Tenório, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Conselho recomenda cassação de Janene”, publicada pelo **Jornal do Brasil** em sua edição de 14 de junho do corrente.

Segundo a matéria, o relator diz que ficou comprovado repasse de dinheiro de caixa 2 do PT ao PP.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho recomenda cassação de Janene

■ BRASÍLIA. O Conselho de Ética aprovou ontem por 12 votos a favor e uma abstenção o parecer do relator, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), que recomenda a cassação do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no mensalão. O plenário agora vai decidir sobre o mandato de Janene. Em seu parecer, Jairo Carneiro diz que a CPI dos Correios comprovou que o deputado José Janene (PP-PR) recebeu R\$ 4,1 milhões por intermédio do valerioduto.

O próprio Janene, segundo o relator, admitiu ter recebido R\$ 700 mil por intermédio do assessor João Cláudio Genu. Carneiro argumenta que, independentemente do valor recebido, ficou comprovada a participação de Janene em ato ilícito.

Jairo Carneiro também assinala que foi garantido amplo

direito de defesa ao parlamentar e argumenta que os advogados do deputado tentaram evitar o comparecimento de Janene ao conselho, o que representou, na verdade, uma estratégia de defesa, e não cerceamento de direitos. Jairo Carneiro usou em seu parecer provas e depoimentos colhidos nas investigações da CPI dos Correios e pela Procuradoria-Geral da República.

O relator informou que ficou comprovado o repasse pelo PT ao PP de dinheiro não contabilizado em 2003 e 2004. O deputado José Janene e o ex-deputado Pedro Corrêa, presidente do partido à época, autorizaram João Cláudio Genu, funcionário da liderança do PP na Câmara, a recolher o dinheiro.

O relator explica que a ex-diretora financeira da Agência de Publicidade SMPB Simone

Vasconcelos repassava o dinheiro a Genu em malas ou sacolas, dentro da própria agência do Banco Rural, em Brasília, no hotel Grand Bittar, onde se hospedava e na sede da empresa de Marcos Valério. Os valores recebidos por Genu seriam entregues no PP, no 17º andar do Anexo 1 do Senado.

O ex-deputado Pedro Corrêa confirmou que o partido recebeu R\$ 700 mil por meio

do chamado valerioduto. Genu também confessou o recebimento do dinheiro, mas alegou desconhecer a quantia, já que não conferia o dinheiro recebido. Janene e Pedro Corrêa alegaram que os recursos foram usados para pagar honorários do advogado Paulo Goyaz na defesa de candidatos do PP no Acre, processados pelo PT no estado.

No relatório, Carneiro con-

clui que depoimentos e provas do processo comprovam a participação de Janene no esquema do mensalão. Os repasses do valerioduto – acrescentou o relator – eram feitos por empresas de Valério e instituições financeiras como o Banco Rural e as corretoras Bônus-Banal e Natimar. (Com agências)

■ [Lela e opine no JB Online.](http://www.jb.com.br)
www.jb.com.br

Sessão plenária evita arquivamento do processo

■ BRASÍLIA. A votação do processo do deputado José Janene (PP-PR) no Conselho de Ética começou em clima de Copa. Inspirados pelo verde-amarelo das bandeiras que enfeitavam a mesa da cúpula do colegiado, os parlamentares iniciaram a sessão que seria um dos poucos trabalhos do Congresso que ontem ficou vazio graças ao jogo da Seleção Brasileira.

No final da manhã, a votação foi interrompida por causa do início da ordem do dia no plenário da Câmara. Como o processo de Janene já foi

adiado por pedido de vistas da defesa do deputado e porque o parlamentar faltou à sessão, os integrantes do conselho temiam que o interrupção prejudicasse novamente o trabalho do colegiado.

O deputado Antonio Carlos Biscaya (PT-RJ) criticou o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), por não ter esperado o final da votação no conselho para iniciar as discussões no plenário.

– Seriam apenas mais 10 minutos – contestou Biscaya. – Não é possível que o presidente da Casa tenha iniciado

a sessão. Janene tem muita força mesmo.

O primeiro item votado no plenário foi justamente o adiamento do processo de Janene por mais 90 dias. A medida foi tomada para se evitar o risco de um arquivamento do processo que se encerraria no dia 15 de julho. Agora os deputados terão até 15 de outubro para analisar o caso.

O presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), disse que a medida é uma cautela e que o processo deve ser votado no plenário já no próximo mês. Janene avisou, por meio dos advogados, que recorrerá Comissão de Constituição e Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Terrorismo biológico”, publicada na revista **Veja** de 21 de junho do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Policarpo Júnior, destaca que, 17 anos após a espantosa e veloz destruição das lavouras de cacau na Bahia pela infecção conhecida como “vassoura-de-bruxa”, um técnico em administração contou que se juntou a outros cinco militantes do PT para conceber e executar a sabotagem, transportando ramos infectados trazidos do norte do País, onde a praga era endêmica.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERRORISMO BIOLÓGICO

Petistas são acusados de disseminar a praga que destruiu a lavoura de cacau no sul da Bahia

Policarpo Junior

No dia 22 de maio de 1989, durante uma inspeção de rotina, um grupo de técnicos descobriu o primeiro foco de uma infecção devastadora conhecida como vassoura-de-bruxa numa plantação de cacau no sul da Bahia. A praga é mortal para os cacaueiros. Os técnicos, porém, se tranquilizaram com a suposição de que se tratava apenas de um foco isolado. Engano. Em menos de três anos, de forma espantosamente veloz e estranhamente linear, a vassoura-de-bruxa destruiu as lavouras de cacau na região — e fez surgir um punhado de explicações para o fenômeno, inclusive a de que o Brasil poderia ter sido vítima de uma sabotagem agrícola por parte de países produtores de cacau da África, como Costa do Marfim e Gana. Reforçando, então, as suspeitas de sabotagem, técnicos encontraram ramos infectados com vassoura-de-bruxa amarrados em pés de cacau — algo que só poderia acontecer pela mão do homem, e nunca por ação da própria natureza. A Polícia Federal investigou a hipótese de sabotagem, mas, pouco depois, encerrou o trabalho sem chegar a uma conclusão. Agora, dezesseis anos depois, surge a primeira testemunha ocular do caso. Ele conta que houve, sim, sabotagem, só que realizada por brasileiros.

Em quatro entrevistas a VEJA, o técnico em administração Luiz Henrique Franco Timóteo, baiano, 54 anos, contou detalhes de como ele próprio, então ardoroso militante esquerdista do PDT, se juntou a outros cinco militantes do PT para conceber e executar a sabotagem. O grupo, que já atuava em greves e protestos organizados na década de 80 em Itabuna, a principal cidade da região cacaueira da Bahia, pretendia aplicar um golpe mortal nos barões do cacau, cujo vasto poder

econômico se desdobravava numa inconfundível influência política na região. O grupo entendeu que a melhor forma de minar o domínio político da elite local seria por meio de um ataque à base de seu poder econômico — as fazendas de cacau. “O imperialismo dos coronéis era muito grande. Só se candidatava a vereador e prefeito quem eles queriam”, diz Franco Timóteo. A idéia, diz ele, partiu

ra-de-bruxa. Nessa primeira viagem, peguei uns quarenta, cinqüenta ramos. Coloquei num saco plástico e botei no bagageiro do ônibus. Se alguém pegasse, eu abandonava tudo.” Nos quatro anos seguintes, repetiria a viagem sete ou oito vezes, com intervalos de quatro a seis meses entre uma e outra. “Mas nas outras viagens trouxe os ramos infectados num saco de arroz umerdecido. Era melhor. Nunca me pegaram.”

Franco Timóteo conta que, quando voltava para Itabuna, entregava o material ao pessoal encarregado de distribuir a praga pelas plantações. A primeira fazenda escolhida para a operação criminosa chamava-se Conjunto Santana, ficava em Uruçuca e pertencia a Francisco Lima Filho, então presidente local da União Democrática Ruralista (UDR) e partidário da candidatura presidencial de Ronaldo Caiado. Membro de uma tradicional família cacaueira, Chico Lima, como é conhecido, tinha o perfil ideal para os sabotadores: era grande produtor e adversário político. “Chico Lima era questão de honra para nós”, diz Franco Timóteo. Foi justamente na fazenda de Chico Lima que foi encontrado o primeiro foco de vassoura-de-bruxa, em 22 de maio de 1989 — e a imagem dos técnicos, no exato momento em que detectaram a praga, ficou registrada numa fita de vídeo à qual VEJA teve acesso. Como medida profilática os técnicos decidiram incinerar todos os pés de cacau da fazenda. Chico Lima ficou arruinado. Hoje, arrenda as terras que lhe restam e vive dos lucros de uma distri-

Rota da destruição

A vassoura-de-bruxa, praga que devasta as plantações de cacau, apareceu, pela primeira vez, no município de Uruçuca, em 1989 — e, nos anos seguintes, espalhou-se pelo sul da Bahia

de Geraldo Simões, figura de proa no PT em Itabuna que trabalhava como técnico da Ceplac, órgão do Ministério da Agricultura que cuida do cacau. Os outros quatro membros do grupo — Everaldo Anunciação, Wellington Duaré, Eliezer Correia e Jonas Nascimento — tinham perfil idêntico: eram todos membros do PT e todos trabalhavam na Ceplac.

Franco Timóteo conta que, bem ao estilo festivo da esquerda, a primeira reunião em que o assunto foi discutido aconteceu num bar em Itabuna — o Caçú, que não existe mais. Jonas Nascimento explicou que a idéia era atingir o poder econômico dos barões do cacau. Geraldo Simões sugeriu que a vassoura-de-bruxa fosse trazida do Norte do país, onde a praga era — e ainda é — endêmica. Franco Timóteo, que já morara no Pará em 1976, foi escolhido para transportar os ramos infectados. “Então eu disse: ‘Olha, eu conheço, sei como pegar a praga, mas tem um controle grande nas divisas dos estados’.” Era fim de 1987, início de 1988. Apesar do risco de ser descoberto no caminho, Franco Timóteo foi escalado para fazer uma primeira viagem até Porto Velho, em Rondônia. Foi de ônibus, a partir de Ilhéus. “Em Rondônia, qualquer fazenda tem vassou-

buidora de bebidas. Informado por VEJA da confissão de Franco Timóteo, ele lembrou que sempre se falou de sabotagem — mas de estrangeiros — e mostrou-se chocado. "Isso é um crime muito grande, rapaz. Os responsáveis têm de pagar", disse.

Os ataques às fazendas, todas situadas ao longo da BR-101, aconteciam sempre nos fins de semana, quando diminui o número de funcionários. O grupo tinha o cuidado de usar um carro com logotipo da Cepiac para criar um alibi: se eles fossem descobertos por alguém, diriam que estavam fazendo um trabalho de campo. "A gente chegava, entrava, amarrava o ramo infectado no pé de cacau e ia embora. O vento se encarregava do resto", conta Franco Timóteo. Para dar mais verossimilhança a uma suposta disseminação natural da vassoura-de-bruxa, o grupo tentou infestar pés de cacau numa lavoura mantida pela própria Cepiac. Não deu certo, devido à presença de um vigia, e o grupo acabou esquecendo, no atropelo da fuga, um saco com ramos infectados sobre a mesa do escritório da Cepiac. A operação criminosa, por eles apelidada de "Cruzeiro do Sul", desenrolou-se por menos de quatro anos — de 1989 a 1992, parou. Geraldo Simões disse que a praga estava se propagando de forma assustadora. Não precisava mais."

Os sabotadores nunca foram pegos, mas deixaram muitas pistas. "Encontramos provas de que houve sabotagem em várias fazendas", conta Carlos Viana, que trabalhava como diretor da Cepiac quando a praga começou a se disseminar. Ele se lembra do saco plástico esquecido sobre a mesa do escritório da Cepiac numa das lavouras — e isso o levou, inclusive, a acionar a Polícia Federal para investigar a hipótese de sabotagem. "Uma coisa eu posso garantir: os focos não foram acidentais", diz Viana, que deixou o órgão e tem hoje uma indústria de óleo vegetal. Um relatório técnico e oficial, elaborado pela Cepiac logo no início das investigações, chegou a considerar a hipótese de que produtores do Norte do país teriam levado a vassoura-de-bruxa para as plantações da Bahia — mas movidos por "curiosidade ou ignorância". O relatório afirma que a chegada à Bahia da *Crinipellis perniciosa*, nome científico do fungo causador da vassoura-de-bruxa, "não pode ser atribuída a agentes naturais de disseminação". VEJA consultou Lucília Marcelino, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em

Brasília, para saber se a história contada por Franco Timóteo seria viável. "Sob o ponto de vista técnico, sim", diz ela.

A sabotagem produziu um desastre econômico. Derrubou a produção nacional para menos da metade, desempregou cerca de 200 000 trabalhadores e fez com que o Brasil, então o segundo maior produtor mundial de cacau, virasse importador da fruta. Um estudo da Universidade Estadual de Campinas, elaborado em 2002, estima que a devastação do cacau na Bahia provocou, nos últimos quinze anos, um prejuízo que pode chegar à astronômica cifra de 10 bilhões de dólares. Mas, na mesquinharia política dos sabotadores, o plano foi um sucesso. Em 1992, no primeiro pleito depois da devastação, Geraldo Simões eleger-se prefeito de Itabuna pelo PT — e apresentou os quatro companheiros de sabotagem com cargos em sua gestão. Everaldo Anunciação foi nomeado secretário da Agricultura — cargo que deixaria dois anos depois, sendo substituído por Jonas Nascimento, o outro petista sabotador. Wellington Duarte, também membro do grupo da sabotagem, ficou como chefe-de-gabinete do prefeito. E Eliezer Correia ganhou o cargo de secretário de Administração e Finanças. Como não pertencia ao PT, Franco Timóteo não ganhou cargo algum na prefeitura. Em 1994, com o recrudescimento de suspeitas de que a vassoura-de-bruxa fora uma sabotagem, ele resolveu deixar Itabuna e mudar-se para Rondônia. O prefeito lhe deu um cheque de 250 000 cruzeiros reais (o equivalente a 800 reais hoje) para ajudar nas despesas da viagem — paga, para variar, com dinheiro público. A operação consta da contabilidade da prefeitura, em que está registrada sob o número 2 467, e informa que o beneficiário era mesmo Franco Timóteo, mas, providencialmente, não há processo descrevendo o motivo do pagamento. "É estranho. Se havia algum processo, sumiu", diz o atual prefeito, Fernando Gomes, do PFL.

Nos últimos anos, Franco Timóteo tem sido assaltado pelo remorso do crime que cometeu. Um dos atingidos era seu parente. Silvano Franco Pinheiro, seu primo, tinha uma empresa de exportação de semente de cacau que chegou a faturar 30 milhões de dólares por ano. "Perdi tudo", conta Pinheiro, que, há seis anos, ouviu a confissão de Franco Timóteo. "Falei para ele sumir da cidade porque seria morto", conta o primo. Para expiar sua culpa, Franco Timóteo também fez sua confis-

são para outro fazendeiro, Ozéas Gomes, que chegou a produzir 80 000 arrobas de cacau e empregar 1 400 funcionários — e hoje mantém ainda um padrão confortável de vida, mas emprega apenas 100 funcionários. A produção caiu para 15 000 arrobas. "Quando ouvi a história, fiquei com muita raiva. Mas, depois, ele explicou que não tinha ideia da dimensão do que fazia..." No fim do ano passado, Franco Timóteo confessou-se ao senador César Borges, do PFL baiano e plantador de cacau. "A história dele tem muitos pontos de veracidade diante do que a gente sempre suspeitou ter acontecido", diz o senador. O governador Paulo Souto, cujos familiares perderam tudo devido à vassoura-de-bruxa, também ouviu uma confissão de Franco Timóteo. O senador e o governador, porém, decidiram ficar em silêncio, segundo eles para evitar a acusação de exploração política.

Os acusados desmentem categoricamente qualquer envolvimento na sabotagem e dizem até que nem sequer conhecem Franco Timóteo. "Nunca vi esse louco", diz Geraldo Simões, que, no governo Lula, ganhou a presidência da Companhia das Docas da Bahia, da qual se afastou agora para concorrer a deputado federal pelo PT. "Essa história toda é fantasiosa", diz Eliezer Correia, que continua cuidando de cacau e hoje é chefe de planejamento da Cepiac, em Itabuna. "É um absurdo", diz Wellington Duarte, que, no atual governo, foi promovido a um dos chefões da Cepiac em Brasília. Everaldo Anunciação, que foi nomeado para o cargo de vice-diretor da Cepiac, diz que não liga o nome à pessoa. Jonas Nascimento — demitido a bem do serviço público na década de 90, voltou numa função comissionada, em 2003, no Centro de Extensão da Cepiac em Itabuna — é o único que admite conhecer Franco Timóteo, mas nega a história. Talvez seja o único a contar um pedaço da verdade. Ouvido por VEJA, o publicitário Ithamar Reis Duarte, ex-secretário de Meio Ambiente na gestão do petista Geraldo Simões, conta que essa turma toda — Franco Timóteo e os petistas — é de velhos conhecidos. "Era um grupo que se reunia sempre para planejar ações", diz ele, que participou de alguns encontros. "Fazíamos reuniões até no meu escritório. Se alguém negar isso, estará mentindo." ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial do jornal **Folha de S.Paulo** de 6 de junho do corrente, intitulado “Um ano depois”.

O editorial destaca que, passado um ano das primeiras denúncias sobre o mensalão, ainda não se vislumbra uma resposta compatível com a gravidade das acusações.

Um ano depois

Da Justiça se deve esperar uma resposta à altura do escândalo do mensalão; a punição política ficou aquém do esperado

PASSADO um ano das primeiras denúncias sobre o mensalão, ainda não se vislumbra uma resposta compatível com a gravidade das acusações. Mesmo que parte dos processos ainda aguarde julgamento, as evidências disponíveis, graves e bastante para exigir punições severas e um profundo reexame do sistema político nacional, suscitarão desdobramentos tibios, quando não meramente formais.

Os mais de R\$ 10 milhões desviados da Visanet para irrigar o “valerioduto” —quantia semelhante à que o publicitário Duda Mendonça confessou ter recebido ilegalmente do PT—, os R\$ 21 milhões sacados das contas de Marcos Valério de Souza entre julho de 2003 e maio de 2005, os “empréstimos” contraídos pelo mesmo publicitário mineiro no BMG e no Banco Rural, todos esses fatos estão devidamente documentados e provados.

A denúncia apresentada pelo Ministério Público, a síntese mais consistente e objetiva sobre o caso, obteve justificada repercussão, mas a seqüência da ação penal agora depende do Supremo Tribunal Federal. O documento, assinado pelo procurador-geral, Antonio Fernando de Souza, descreve em detalhes a orquestração do crime e é categórico ao afirmar que todas as denúncias reveladas em entrevista à **Folha** pelo então deputado federal Roberto Jefferson foram comprovadas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É preciso respeitar os prazos da Justiça; a importância e a visibilidade do caso não devem levar ao açoitamento. É do Judiciário, porém, que se deve esperar uma resposta à altura dos desmandos cometidos nas mais altas esferas do poder, no entorno imediato da Presidência da República —embora o ocupante do posto tenha dito, reiteradas vezes, que de nada soube, que foi traído.

As condenações políticas ficaram muito aquém do razoável: dos 19 deputados acusados de envolvimento, três tiveram seus mandatos cassados. A flagrante maioria —11 parlamentares— acabou absolvida, mesmo os que confessaram o saque de recursos ilegais, em rituais de leniência e compadrio que ajudaram a derubar a confiança da população no Congresso Nacional.

A ruína ética e o desmoronamento das cúpulas do PT e do governo Lula são itens de destaque no balanço da crise. A despeito disso, o lulismo agora patrocina uma campanha cujo objetivo é apagar, nos eleitores, a memória do que foi o escândalo de corrupção. A estratégia oportunista se vale dos altos índices de popularidade presidencial —ancorados em dinheiro transferido a famílias pobres e melhorias discretas no emprego— e aposta no desgaste que o tempo decorrido desde as primeiras denúncias prestou ao tema.

Impedir que o mensalão se torne apenas um episódio no rol de escândalos esquecidos da política nacional depende, mais do que nunca, da capacidade de resposta das instituições democráticas; instituições que abrangem o processo eleitoral —no qual a população será estimulada a relembrar os desmandos e a refletir sobre seu significado—, mas que a ele não se limitam.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Já ganhou’ toma conta de Lula”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 14 de junho do corrente.

Segundo o autor, o Presidente Lula está “rindo à toa”, por acreditar que pode vencer as eleições ainda no primeiro turno. Mas a matéria mostra que essa felicidade está sob ameaça, pois a OAB entregou uma notícia-crime ao Procurador-Geral da República com um pedido para o aprofundamento das investigações em relação ao Presidente.

A matéria destaca que “a notícia-crime que a OAB entregou ao Procurador-Geral aponta três momentos

em que a digital do Presidente Lula pode surgir misturada a escândalos”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Já ganhou” toma conta de LULA

Embalado por pesquisas favoráveis, presidente terá vida dura como candidato: na Justiça e até dentro do chamuscado PT

Por RUDOLFO LAGO

Deficiado com pesquisas eleitorais que anunciam sua vitória em primeiro turno, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está rindo à toa. Age, na prática, como se já tivesse o campeonato ganho antes mesmo do inicio da primeira partida. Reduziu seu expediente para despachos administrativos, leva sua pré-campanha desafiando a legislação e, a todo momento, confronta seus adversários. Foi assim na quarta-feira 7, em pleno Palácio do Planalto, quando reuniu os líderes dos partidos da sua base eleitoral. “Meus adversários ficam me cobrando, dizendo que eu não posso fazer reunião política aqui. O que é que eles querem que eu faça? Que eu saia do meu local de trabalho para trabalhar?”, provocou abrindo os braços e, para variar, um largo sorriso. Toda a felicidade de Lula, porém, está sob ameaça. Na segunda-feira 5, dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregaram uma notícia-crime ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, com um pedido para o aprofundamento das investigações em relação ao presidente. Noutra frente, o PSDB e o PFL escalaram um time de advogados para vigiar de perto os passos de Lula.

Eles estão convencidos de que o presidente vem abusando do uso da máquina pública na sua campanha. "O presidente debocha das leis e da capacidade de indignação do povo brasileiro", afirma o senador Jorge Borhausen (PFL-SC). "Ele pensa que o jogo está ganho, mas a verdade é que mal começou."

E não começou mesmo. Até aqui, Lula tem sido visto pela população como o presidente das frases de efeito e do programa assistencialista Bolsa Família. Ele nem sequer admitiu que é candidato. Quando fizer isso, terá de dizer mais: **que é candidato pelo PT dos chefes que foram flagrados em práticas de corrupção e caixa 2; pelo PT que alimentou o valeriduto e, por sua vez, forneceu recursos para o mensalão; pelo PT que sustentou uma política de juros altos e impostos pesados, contrariando seu próprio programa.** Neste momento, Lula terá como base um partido esfacelado, com candidatos tibios nas eleições para os governos estaduais, sem condições políticas de fazer alianças ao centro. Um partido que terá de se contentar em ficar ao lado do extemporâneo PCdoB, do infímo PSB e de mais quem? O mesmo PMDB que não pretende ter candidato a presidente é também o que hesita em fechar uma coligação com o PT. Além disso, em termos de exposição no horário político, pela configuração atual o PT de Lula terá cerca de 25% do tempo disponível, a metade do candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, caso feche mesmo a coligação com o PFL. Lula, verá, então, que seu candidato é muito diferente de ser presidente.

No presente, a notícia-crime que a OAB entregou ao procurador-geral aponta três momentos em que a digital do presidente Lula pode surgir misturada a escândalos. O primeiro está no contrato de R\$ 20 milhões da Gamscorp – empresa do filho do presidente, Fábio Luiz da Silva, o "Lulinha" – com a Telemar. O segundo, no decreto presidencial que teria beneficiado o banco BMG no negócio do crédito consignado para os aposentados da Previdência. O terceiro, na "Indesculpável e inexplicável" omissão de Lula nos casos do mensalão e da formação do caixa 2 para as campanhas do PT – em particular, a presidencial de 2002. Ao receber a peça produzida pela OAB, o procurador-geral prometeu olhar com lupa os indícios de omissão de Lula sobre os crimes de seus companheiros de parti-

do. Noutra frente, prossegue com força no Ministério Público a apuração do suposto beneficiamento ao BMG no crédito consignado. Ali, os procuradores já começaram a tomar os primeiros depoimentos. Ouviram, por exemplo, o ex-ministro da Previdência Amir Lando, que afirmou que o esquema foi traçado dentro do Palácio do Planalto. Do Congresso, a partir da CPI dos Bingos, avança outro incômodo para o presidente. O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, sai da investigação indicado por lavagem de dinheiro (*leia quadro ao lado*).

Pela lei, Lula é passível de punição por ter se reunido com o ex-governador Orestes Querínia no Palácio do Planalto e feito a ele um convite para que o PMDB ingressasse em sua chapa presidencial. A legislação eleitoral estabelece que encontros desse tipo não podem aconte-

cer em "bens imóveis da União". Os advogados do tucano Alckmin já entraram com seis representações contra Lula e o PT no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Questionam, entre outros movimentos, as viagens de Lula pelo País para inauguração de obras públicas e os discursos eleitorais proferidos nesses momentos. Os advogados já sabem que Lula fez este ano 133 discursos em inaugurações, e neles falou em "eleições" 33 vezes. A palavra "candidato", usou três vezes. "Adversários", 12 vezes. A expressão "meu governo" saiu da boca dele em 34 ocasiões. Até a terça-feira 6, o presidente já tinha feito 40 viagens pelo País. No mesmo período, no ano passado, Lula viajara somente 26 vezes a Estados brasileiros. Se isso não é fazer campanha com a utilização da máquina pública, o que é?

Um comadre cada vez mais enrolado

Comadre do presidente Lula, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, é um homem cada vez mais enrolado na Justiça. Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que engloba o período em que Okamoto quitou uma dívida de R\$ 29 mil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi entregue à CPI dos Bingos sem as turvas pretas que o encobriam na primeira ver-

são (*leia abaixo*). ISTOÉ publicou, em primeira mão, o documento em seu site na terça-feira 6. Nele estão à vista as movimentações da empresa Red Star, especializada na venda de suvenires do PT. A movimentação de R\$ 645 mil da empresa é considerada "incompatível com o patrimônio" e com a "capacidade financeira presumida do cliente". Na quarta-feira à noite, a CPI dos Bingos decidiu indicar Okamoto por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária. Isso indica como próximo passo uma investigação pelo Ministério Público, o que deixará Okamoto e suas contas pouco claras por muitos meses pela frente na berlinda:

RELATÓRIO nº 5490 – FI(s) 1-2					
<i>Relatório dirigido à(s): CPI e "Bingos"</i>					
<i>PERÍODO(S) REFERENCIADO(S):</i>					
<i>Nome/Branco Seco</i>					
<i>RED STAR LTDA - EPP</i>					
<i>CPF/CNPJ</i>					
<i>04.926.084/0001-52</i>					
<i>Depois</i>					
<i>PAULO FÁTIMO</i>					
<i>OKAMOTO</i>					
<i>CPF</i>					
<i>767.248.248-34</i>					
<i>Total Geral</i>					
<i>"Bingos"</i>					
<i>Contra</i>					
<i>153869</i>					
<i>0,045</i>					
<i>Contra</i>					
<i>53441</i>					
<i>0,093</i>					
<i>Contra</i>					
<i>23 316 873</i>					
<i>Contra</i>					
<i>17.12.2001</i>					
<i>Contra que a empresa Red Star Ltda – EPP, com sede na cidade de São Bernardo do Campo/SP, abriu conta no nome de "BINGOS" e realizou movimentações em sua conta corrente através financeira, o valor de R\$645 mil, no período de maio/2002-aug/2003, considerado incompatível com o patrimônio-economia do beneficiado financeiro, presumida de que o não demonstrar ser resultado da atividade ou negócios nominados da empresa, visto que utilizada para recebimento ou pagamento de quaisquer significativas somas de dinheiro clara finalidade Bingos.</i>					
<i>Contra que a empresa Red Star Ltda – EPP, com sede na cidade de São Bernardo do Campo/SP, abriu conta no nome de "BINGOS" e realizou movimentações em sua conta corrente através financeira, o valor de R\$645 mil, no período de maio/2002-aug/2003, considerado incompatível com o patrimônio-economia do beneficiado financeiro, presumida de que o não demonstrar ser resultado da atividade ou negócios nominados da empresa, visto que utilizada para recebimento ou pagamento de quaisquer significativas somas de dinheiro clara finalidade Bingos.</i>					
<i>Contra que, ainda, que, do valor movimentado pela empresa, R\$77.612,50 foram identificados como depósitos efetuados pelo Partido dos Trabalhadores, conforme registrados em 03/03/2003 - transferência entre agências, em dinheiro, no valor de R\$2.089,60 - em 23.04.2003 - Doc. código automático no extrato agência, em dinheiro, no valor de R\$2.089,60 - em 23.07.2003 - Doc. código automático no valor de R\$2.089,60 - em 01.03.2004 - transferência entre agências, em dinheiro, no valor de R\$22.412,50.</i>					

Em 40 viagens nacionais e 133 discursos em inaugurações de obras este ano, Lula usou a palavra "eleições" 33 vezes

Pra lá e pra cá
Desde a posse, em janeiro de 2002, o presidente fez 76 viagens internacionais e 240 nacionais

De Norte a Sul
Lula esteve pessoalmente em 23 Estados

Nas alturas

De janeiro a maio de 2005, o governo gastou R\$ 2,8 milhões com as viagens do Aerojul

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Vídeo mostra que invasão do MLST foi premeditada” publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 8 de junho deste ano.

A matéria destaca que um vídeo gravado em DVD mostra líderes tratando da ocupação da Câmara dos Deputados como “festa”, usando senhas de movimentos clandestinos.

DEMOCRACIA APEDREJADA

Vídeo mostra que invasão do MLST foi premeditada

Na gravação, líderes tratam ocupação da Câmara como “festa”, usando senhas de movimentos clandestinos

Eugenio Lopes
BRASÍLIA

Um vídeo gravado em DVD apreendido ontem pela Polícia Legislativa do Congresso não deixa dúvidas: a invasão da Câmara pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) na terça-feira foi **meticulosamente planejada e premeditada**. As imagens em poder dos investigadores sugerem táticas de guerrilha. No vídeo amador, feito pelo próprio MLST, líderes do movimento referem-se ao Salão Verde da Câmara como salão de “onça” e de “festa”. Os militantes tratam a ocupação da Câmara como “a festa”, usando senhas próprias dos movimentos clandestinos.

As três entradas principais da Câmara foram filmadas pelos ativistas e um líder do grupo passou 15 dias no Congresso, estudando acessos, detroles e salões. O plano apresentado em palestras aos sem-terra previa até como cortegaria a confusão: duas mulheres se aproximaram da porta do prédio conhecido como Anexo 2 e provocaram uma discussão com os cinco seguranças que costumam ficar por lá. Nesse momento, cerca de 20 militantes infiltrados no edifício iniciaram o

quebra-quebra. Foi exatamente o que aconteceu.

Em nenhum momento da uma hora e vinte minutos de gravação, os militantes do MLST se mostram preocupados com retaliações ou prisão pela invasão de prédio público. Ao contrário: chegam a dizer que, uma vez dentro da Câmara, só sairiam quando e como quisessem. Bruno Maranhão, coordenador do movimento e da invasão ao Congresso, não aparece no vídeo, que será usado como prova no inquérito contra os cerca de 500 manifestantes que invadiram e depredaram dependências da Câmara.

Nas duas reuniões preparatórias que antecederam a invasão, Antonio José Arruti Bagueiro, um dos líderes do MLST, da 6ª tora da ocupação. “Vamos dizer para o Brasil que tipo de reforma agrária queremos.” Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSD está fazendo nesse Congresso, quando deixou de votar o Orçamento da União achando que estava prejudicando o Lula. E o Lula continua afi tranquilo, com 63%”, diz Arruti para uma plateia de cerca de 50 militantes.

As gravações das reuniões de dirigentes do MLST com o

detalhamento dos planos de invasão foram feitas na segunda-feira. Os líderes do movimento evitam falar em “ocupação” ou “invasão” – usam códigos. Na primeira reunião, pela manhã, no auditório da Contag, em Brasília, os militantes ouvem de Arruti as instruções de como entrar na Câmara e passar pela segurança, sem chamar a atenção. O líder alerta que o grupo tem de ir bem vestido e de tirar. No vídeo, Arruti destaca que os militantes que vão participar da invasão da Câmara foram escolhidos a dedo nos Estados. “São companheiros que têm capacidade para fazer essa tarefa. O importante é que sintam que somos organizados e um movimento que sabe o que quer, que tem coragem de ir lá e dar o recado.”

No vídeo, os líderes detalham a ocupação. “Os ônibus vão sair do Parque da Cidade, dar uma volta de 1 hora para não chamar a atenção. Júlio [Arruti] vai entrar o Congresso e desceremos o pé como turistas. Um grupo de 20 pessoas vai ficar na porta em torno da guarda”, diz um dos líderes. “O alvo principal é o Salão Verde, ali onde tem aquele sofá bonito. All vamos fazer nossa atividade. Só o comando poderá mudar.”

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VIOLENCIA PLANEJADA	TRECHOS
A prova do crime dos sem-terra	A Polícia Legislativa apreendeu uma gravação que revela que a invasão foi premeditada
1 Os sem-terra do MLST se reuniram durante o último final de semana em uma sala da sede da Confag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em Brasília, onde receberam as instruções para a invasão da Câmara	• Paleto – “Quatro grupos de companheiros vão entrar na Câmara de paleto e gravata. Vocês vão visitar o salão de baile. Vão entrar normalmente e garantir que três portas não se fechem para que a gente entre no salão de baile”
2 O primeiro passo que foi estabelecido durante a reunião da Confag foi conhecer as instalações da Câmara dos Deputados. A visita ocorreu na segunda-feira, quando gravaram o vídeo no local	• Supermercado – “Fazem de conta que estão em um supermercado. Vocês têm de passar despeitados. Não podemos gerar suspeita na segurança. Não pense que é uma coisa de risco. A nossa ação vai colocar em xeque a segurança desse Congresso. Nossa dia D vai ser amanhã”
3 Os sem-terra foram divididos em quatro grupos, que andarão pelos corredores como visitantes. Depois, voltarão à Contag. Aproximadamente 60 pessoas participaram do encontro na Contag	• Espaco – “É importante reconhecer o espaço. Não vão entrar todos pelo mesmo local. No Salão Verde ou salão de festa vocês vão encontrar um monte de holofote e de imprensa. Façam de conta que é normal. A Câmara é um lugar em que transita muita gente. Não podemos cometer nenhum vacilo”
4 As instruções são passadas: um grupo chegará primeiro e vai aglomerar na porta de entrada da Câmara, como visitantes, querendo saber informações. Isso será feito pouco antes do horário marcado para a invasão	• Rompa – “Boné, camiseta, chinelo estás fora. Todo mundo tem de chegar lá bem bonitinho”
5 As instruções são passadas: um grupo chegará primeiro e vai aglomerar na porta de entrada da Câmara, como visitantes, querendo saber informações. Isso será feito pouco antes do horário marcado para a invasão	• Os escolhidos – “Cada um está dependendo do outro. Amanhã ninguém pode se perder. A organização é crucial. Os companheiros separam pouco antes do horário marcado para a invasão. São companheiros que têm capacidade para essa tarefa”
6 Os líderes seguir os enunciados e passam a fazer a preparação para a invasão, pelo grupo de pessoas que sintam que somos organizados, que somos um movimento que sabe o que quer, que tem coragem de ir lá e dar o recado”	• Racado – “O importante é que sintam que somos organizados, que somos um movimento que sabe o que quer, que tem coragem de ir lá e dar o recado”
7 O vídeo é mostrado na reunião da Contag, quando os líderes do grupo de 20 pessoas que irão invadir a Câmara se reúnem para a invasão. “Vamos dizer o que queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSD está fazendo no Congresso, achando que estava prejudicando o Lula. O Lula continua tranquilo, com 63%”, diz Arruti	• Luta – “Vamos dizer o tipo de reforma agrária que queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSD está fazendo no Congresso, quando deixou de votar o Orçamento da União, achando que estava prejudicando o Lula. O Lula continua tranquilo, com 63%”
8 A reunião sobre o Salão Verde, quando os líderes do grupo de 20 pessoas que irão invadir a Câmara se reúnem para a invasão. “Vamos dizer o que queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSD está fazendo no Congresso, quando deixou de votar o Orçamento da União, achando que estava prejudicando o Lula. O Lula continua tranquilo, com 63%”, diz Arruti	• Ocupação – “Hoje não tinha deputado na Casa. Amanhã vai ter. Depois que a gente entrar só vai quando e como quiser”

Melhora estado de saúde do diretor de segurança

Lígia Formenti

BRASÍLIA

O diretor da Coordenação de Apoio Logístico de Segurança da Câmara, Normando Fernandes, de 36 anos, que sofreu traumatismo craniano ao ser atingido por uma pedra anteontem durante a invasão do MLST, aguardava ontem à noite sua transferência da UTI para um

quarto do hospital. Durante todo o dia de ontem, ele permaneceu em observação na UTI. A expectativa era de que, até hoje pela manhã, ele já fosse dispensado da terapia intensiva. Ontem, foi submetido a uma terceira tomografia. Médicos constataram que seu organismo reagia bem ao traumatismo.

Lúcido, Fernandes recebeu várias visitas e conversou bas-

tante. Seu irmão, Nilton Fernandes, afirmou que ele lembrava o momento em que foi ferido. "Ele compartilha com toda a área de segurança a insatisfação com a dificuldade de proteger o patrimônio público", afirmou Nilton.

"Ficamos impressionados com a violência. Meu irmão tem 1,80m, é forte, mas caiu assim que foi atingido", relatou Nilton, depois de ter assistido a um vídeo que exibia o momento da agressão. Logo depois ele levantou e foi para o centro médico da Câmara, onde teve uma convulsão. Os demais feridos passam bem. •

Depredação deu prejuízo de R\$ 150 mil, diz Câmara

BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados divulgou ontem uma estimativa parcial dos prejuízos causados pela invasão e depredação promovida na terça-feira pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Pelos cálculos da Câmara, as perdas com o quebra-quebra chegaram a

R\$ 150 mil.

Os sem-terra, armados de paus, pedras e blocos de cimento, destruíram portas de vidro, luminárias, janelas, terminais eletrônicos de auto-atendimento, entre outros objetos. Um busto de bronze do governador Mário Covas foi arremessado pelos manifestantes e roto até a escadaria que leva ao Auditório Nereu Ramos.

Um carro Fiat Mille vermelho, que estava no saguão da Câmara e seria sorteado na festa junina dos funcionários da Casa, também foi destruído. O veículo foi usado pelos manifestantes como um ariete para romper o portão de vidro da entrada do anexo 2. Arrebatada a porta, atacaram com fúria o carro com pedaços de pau, barras de ferro e paralelepípedos apanhados na rua.

A Câmara vai esperar o término do inquérito policial que indicará os responsáveis pela destruição para acioná-los judicialmente e cobrar pelo prejuízo. •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Quem sabe disso é a CIA”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 7 de junho do corrente.

No seu artigo, o articulista Diogo Mainardi discute a informação sobre a existência de contas de Lula no exterior e sobre o envolvimento do empresário Daniel Dantas, da Kroll e da CIA. Segundo Diogo Mainardi, “o silêncio do presidente é para lá de suspeito”. “Se Lula não eleva o tom, é porque ele quer abafar o assunto”

O articulista conclui: “Minha única dúvida, a esta altura, é que o assunto Lula quer abafar: a acusação

de extorsão de Daniel Dantas, o envolvimento da CIA nas operações de espionagem ou os dados sobre uma conta bancária num paraíso fiscal. Se me pedirem um chute, eu chutaria que ele quer abafar os três”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Quem sabe disso é a CIA”

Perguntei a Delfim Netto se ele sabia algo sobre as contas de Lula no exterior. Isso foi em setembro do ano passado. Estávamos no saguão da Câmara dos Deputados. Delfim Netto não é propriamente um interlocutor simples. Ele parece adormecer durante a conversa. Mesmo estando em pé. Não excluo que sua sonolência possa ter sido provocada por mim. É uma hipótese. Causo esse efeito sobre muita gente. O fato é que, quando mencionei as contas de Lula no exterior, ou num paraíso fiscal, já não lembro direito, Delfim Netto abriu momentaneamente os olhos e declarou:

— Quem sabe disso é a CIA.

Imediatamente depois de pronunciar a frase, Delfim Netto retornou ao seu estado de letargia. A declaração sobre a CIA, a única que consegui arrancar dele em mais de meia hora de encontro, ficou na minha cabeça. Por muito tempo, tentei dar-lhe alguma utilidade, citando-a numa coluna, sob um pretexto qualquer. Não consegui. Só agora, com a revelação da *Folha de S. Paulo* de que a Kroll se serviu da CIA para investigar Lula e seus ministros, a declaração ganhou um certo significado.

Perguntado a respeito, Delfim Netto certamente negará. Já estou acostumado com isso. Sempre me acusam de inventar histórias. Embora eu não invente nada. Pelo menos não aqui, na coluna. Não sei de onde Delfim Netto tirou a informação sobre a CIA. Só sei que ele é muito chegado a Daniel Dantas, que contratou a Kroll para desencavar as contas de Lula no exterior. Daniel Dantas tem uma poderosa bancada no Congresso Nacio-

nal, com representantes de todos os partidos, de Jorge Bornhausen a Paulo Delgado, de José Agripino Maia a José Eduardo Cardozo. Nos últimos anos, graças sobretudo a Naji Nahas, Delfim Netto passou a ser considerado um deles. Não é desarrazoado supor que a informação sobre a CIA tenha sido assoprada ali, naquele meio.

Lula nos amolou por trinta anos com sua gritaria contra o imperialismo americano. Agora que ele teria todos os motivos para gritar, estranhamente prefere ficar calado.

Eu não gosto de Lula. Acho que ele é ruim para o país. Os leitores podem até me acusar de má-fé. Mas o silêncio do presidente é para lá de suspeito. A acusação de que a Kroll se apoiou na CIA para investigar as contas de autoridades brasileiras num paraíso fiscal é uma questão de segurança nacional. Exigiria uma reação imediata e dura. Se Lula não eleva o tom, é porque ele quer abafar o assunto. Quanto mais distante das

manchetes, melhor. Minha única dúvida, a esta altura, é que assunto Lula quer abafar: a acusação de extorsão de Daniel Dantas, o envolvimento da CIA nas operações de espionagem ou os dados sobre uma conta bancária num paraíso fiscal. Se me pedissem um chute, eu chutaria que ele quer abafar os três. Mas será muito difícil obter uma resposta. Como diria Delfim Netto, quem sabe disso é a CIA.

Agora pode voltar a dormir.

“Só agora, com a revelação da Folha de que a Kroll se serviu da CIA para investigar Lula e seus ministros, a declaração de Delfim Netto, feita a mim em setembro do ano passado, ganhou um certo significado”

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “A gangrena é maior do que parecia”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 6 de junho do corrente.

O artigo trata das denúncias envolvendo licitações fraudadas de ambulâncias em municípios de oito Estados, apuradas na chamada “Operação Sangue Suga” e mostra que “fica patente que o que já veio à tona é a ponta do iceberg, ou pouco mais do que isso, de uma armaria criminosa que se irradia pelo País inteiro”.

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de comentar a matéria intitulada “Família denuncia ameaças do MST e abandona fazenda”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 31 de maio do corrente.

A gangrena é maior do que parecia

No primeiro aniversário do mensalão, a contar da entrevista em que o então deputado Roberto Jefferson incorporou o termo degradante ao léxico político brasileiro, acumulam-se as evidências de um assalto aos cofres públicos em muitos sentidos até pior do que a compra de deputados para votar com o governo e a opulenta distribuição de recursos de origem inconfessável aos companheiros de viagem do sistema petista de poder.

A medida que a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) aprofundam o seu mergulho no lodaçal dos sanguessugas – a quadrilha de negociantes, congressistas, assessores parlamentares, funcionários do Ministério da Saúde e prefeitos, organizada para a compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro do orçamento –, fica patente que o que já veio à tona é a ponta do iceberg, ou pouco mais do que isso, de uma armaria criminosa que se irradia pelo País inteiro.

No primeiro arrastão, posto em marcha em 2002, a Polícia Federal identificou e o Ministério Público denunciou 81 participantes do esquema responsável pelo desvio de R\$ 110 milhões em recursos federais, envolvendo licitações fraudadas de ambulâncias em municípios de 8 Estados. A gangue incluía 15 parlamentares e 11 ex-parlamentares. O total de parlamentares suspeitos, segundo uma versão, chegaria a 170 – ou, grosso modo, 1 em cada 3 deputados federais. Quarenta dos 48 quadrilheiros acusados estão presos. Os demais sumiram assim que uma juíza mandou soltar todos. (A decisão foi revogada dias depois.)

Eis que a CGU, ao analisar 300 convênios entre prefeituras e o Ministério da Saúde, de 2000 a 2005, topou com uma segunda máfia, maior e mais disseminada do que a primeira. “Tudo indica que estamos chegando a uma outra quadrilha, além daquela coordenada pela Planam”, revela o titular da CGU, ministro Jorge Hage, numa alusão à firma da família Trevisan Vedoin, de Cuiabá. Ela persuadiu deputados a apresentar emendas ao orçamento destinadas à aquisição de ambulâncias para os municípios cujos prefeitos já tinham se entendido com o dono da firma, Darcí José Vedoin, para faturar as licitações que se seguiriam. O sobre-

preço afinal pago pela União era rateado entre os sanguessugas.

Nos 300 contratos – 90% com sinais de irregularidades –, os fiscais constataram a participação de várias firmas de Porto Alegre, com atuação similar, porém ainda mais espreiada do que a da Planam. “O esquema funciona em praticamente todos os Estados”, diz Hage, citado pelo jornal *O Globo*. “A tipologia das fraudes é a mesma.” Diante do caráter endêmico da roubalheira, a CGU decidiu ampliar a devassa para 3 mil convênios. Os técnicos estimam que o trabalho levará pelo menos 2 meses.

Como de hábito, os delitos são grosseiros – demonstrando que os seus autores se sentiam confortáveis ao cometê-los, pela certeza de que não seriam apanhados. O superfaturamento não raro chegava a 100%. Veículos usados eram vendidos como ambulâncias zero-quilômetro. Microônibus eram montados com peças juntadas ao deus-dará. Não satisfeitos em promover concorrências com cartas marcadas para beneficiar empresas de fachada, prefeitos fracionavam o valor da compra a fim de não precisarem fazer a licitação.

Não há motivo para imaginar que essa modalidade de crime continuado tenha surgido somente em 2000, primeiro ano do período sob investigação. Pelo menos o ministro Hage, com conhecimento de causa, não tem ilusões. “Tudo o que estamos descobrindo agora estava aí desde sempre”, assegura. Ele poderia ter acrescentado que a corrupção é mais ágil do que as instituições concebidas para combatê-la. A CGU, inicialmente chamada Corregedoria-Geral da União, foi criada em abril de 2001 como órgão ministerial vinculado à Presidência da República. Em março de 2002, incorporou a Secretaria Federal de Controle, responsável pela tomada de contas do Executivo. Mas a fiscalização do que as prefeituras fazem com o dinheiro da União só começou em 2003, e ainda assim por amostragem.

O repasse federal aos municípios soma algo como R\$ 100 bilhões por ano – soma vultosa em qualquer parte do mundo. A Controladoria já descobriu trambiques na aplicação de verbas repassadas pela União para todo tipo de finalidade. E encontrou irregularidades em 70% dos casos. A gangrena avançou mais do que se supunha.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

Família denuncia ameaças do MST e abandona fazenda

Casal de aposentados diz que sem-terra prometiam atear fogo à casa

Simone Menocchi

TAUBATÉ

A vida do aposentado Walter Truyts de Souza, 78 anos, três pontes de safena e um salário mínimo, virou de cabeça para baixo há 15 dias. Ameaçado por integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ele teve que abandonar a casa onde

morava há 31 anos, na Fazenda Macuco, em Taubaté, Vale do Paraíba.

A área, que pertence à massa falida da empresa metalmúrgica Pró-Metal e é considerada improdutiva pelo movimento, foi ocupada há 15 dias por 50 famílias integradas ao MST.

"Fomos acordados com eles tentando arrombar a porta. A

primeira coisa que fizeram foi cortar o fio do telefone para que ninguém chamassem a polícia. Tivemos que implorar para ficar mais cinco minutos", contou a mulher do aposentado, Maria de Lurdes de Souza, de 51 anos.

Naquela manhã de sábado o aposentado ainda se recuperava da cirurgia para a implanta-

ção das pontes de safena. "Pegamos algumas roupas e saímos correndo, pedindo para que não fizessem nada."

Segundo o aposentado, ainda bastante assustado com a situação, os manifestantes estavam com foices e ameaçavam colocar fogo na casa. No mesmo dia, o filho do casal, o caminhoneiro Valmir de Sou-

za, pediu ajuda à Polícia Militar para voltar à casa e buscar os remédios do pai. "Foi a única forma de entrar lá."

Uma semana depois, os móveis foram retirados, com o consentimento dos sem-terra, e, agora, o casal de aposentado está morando de favor na casa dos dois filhos. "Meu pai ganha um salário mínimo, não tem como alugar uma casa, não sabe o que fazer."

A família contou que apesar de estar na área há mais de 30 anos, não protocolou na Justiça o processo de usucapião por falta de dinheiro.

A coordenação regional do MST no Vale do Paraíba negou que seus integrantes tenham feito qualquer ameaça ao casal. O líder Valdeimir Nascimento informou que o aposentado foi convidado a participar

do Movimento dos Sem-Terra.

"Não podemos obrigar ninguém a ficar no movimento. Outras pessoas que moravam lá também aceitaram ficar. Nossa intenção não é excluir."

SOB INVESTIGAÇÃO

A área, de 725 hectares, estava sendo invadida por proprietários vizinhos e explorada por madeireiros, segundo o MST. "Se o casal quiser, também pode participar do MST, mas tem que cumprir as regras do movimento."

Segundo a assessoria de imprensa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), a área da Fazenda Macuco está sendo investigada e pertence à massa falida da Pró-Metal. O Inca não divulga a situação do processo de investigação. •

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, recebi, recentemente, o Relatório Anual da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) relativo ao ano de 2005, publicação com amplo conteúdo informativo e ótima apresentação gráfica que traz, na abertura, breve artigo da lavra do Presidente daquela instituição, Sr. Raymundo Magliano Filho.

A partir da leitura do documento, fica bem claro que o ano passado foi extremamente positivo para a BOVESPA. A confiança na instituição e no mercado de capitais ficou nitidamente demonstrada pela chegada à BOVESPA de novas empresas e novos investidores pessoas físicas. No total, ocorreram vinte distribuições públicas de ações, nove das quais ofertas públicas iniciais, as quais contaram com adesão de mais de 38 mil investidores pessoas físicas.

Vale lembrar que a cada nova companhia que abre seu capital corresponde um aumento no número de investidores, configurando-se, dessa forma, um avanço contínuo do mercado de capitais. São pessoas que não conheciam esse mercado e que decidem fazer uma nova opção de investimento. A maioria delas toma essa decisão a partir do momento em que passa a conhecer melhor o mercado de capitais, graças à campanha de popularização da Bolsa e ao trabalho das Sociedades Corretoras, parceiras indispensáveis da BOVESPA na luta pela expansão do mercado.

Uma razão não menos importante para a conquista desses novos investidores é a consolidação da imagem da Bolsa como instituição que zela pelo cumprimento das melhores práticas de governança corporativa. Mais ainda, a BOVESPA é vista, hoje, como uma entidade que, além de cumprir seu papel na economia, também promove os valores da democracia e da cidadania. É nítido o crescimento da percepção de que o investimento em Bolsa, por sua capacidade de capitalizar empresas e gerar empregos, tem uma função que transcende a economia – é, também, uma forma de inclusão social.

No ano passado, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Bolsa de Valores ficou ainda mais popular e os investidores mais maduros. Com base nesse binômio, fundamental para impulsionar a negociação de valores mobiliários, pode-se prever que o atual ciclo de crescimento do mercado é mais consistente e, portanto, sustentável.

Coerentemente com sua crença na sustentabilidade como objetivo a ser alcançado pelas empresas e nos negócios, a BOVESPA lançou o Índice de Sus-

tabilidade Empresarial (ISE), um parâmetro para investidores e companhias que buscam a transparência e a boa governança corporativa.

A leitura do Relatório Anual da BOVESPA evidencia, contudo, que os compromissos dessa instituição não se limitam ao mercado, abarcando, também, a sociedade civil. Em 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo inaugurou o Centro de Estudos Norberto Bobbio, órgão cuja missão é defender e difundir a democracia e a cidadania. A Bovespa tem o entendimento – do qual compartilha, aliás – que a democracia é uma conquista, mas que sua manutenção no longo prazo está ameaçada enquanto persistirem, em nosso País, as atuais desigualdades sociais e econômicas.

É por isso que, depois de lançar vários projetos no campo da responsabilidade social, a BOVESPA sentiu-se pronta, agora, para dar um novo passo, criando uma estrutura que terá a incumbência de coordenar e aprofundar suas atividades nessa área. Para isso foi fundado o Centro de Estudos Norberto Bobbio.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os últimos dois anos trouxeram indícios de que uma nova fase inicia-se para o mercado de capitais brasileiro. São muitos fatos relevantes acontecendo simultaneamente: novas empresas lançando ações, aumento do volume negociado, excelente rentabilidade. Trata-se, sem dúvida, de um período muito profícuo para esse mercado.

Gracias, entre outros fatores, à estabilidade econômica e ao aprimoramento regulatório, verificou-se, nesse período, um significativo aumento do grau de confiança de todos os participantes do mercado, processo que se materializou em uma nova onda de abertura de capital das empresas nacionais e no aumento dos volumes negociados de ações e de instrumentos de dívida corporativa.

O expressivo número de empresas que realizaram suas ofertas iniciais de ações na BOVESPA indica-nos que o mercado de capitais está, cada vez mais, confirmado sua importância como financiador da atividade econômica e do crescimento do País. Entretanto, as avaliações otimistas quanto ao desempenho desse mercado nos próximos anos não estão embasadas, apenas, no crescimento do número de companhias registradas. Influi, também, nesses prognósticos favoráveis, o fato de que, ao acessarem o mercado, essas companhias têm-se comprometido a adotar boas práticas de governança corporativa e, dessa forma, estabelecer um relacionamento mais estreito com seus acionistas.

De outra parte, o interesse dos investidores, comprovado pela forte demanda, tanto dos investidores institucionais – estrangeiros e nacionais – como dos individuais, também reforça a percepção de que o mercado de capitais brasileiro amadureceu e está apto a responder às necessidades de formação de patrimônios de longo prazo. Hoje, vislumbra-se um processo contínuo de ampliação da base de investidores e a continuidade de quebra de recordes de valorização do Ibovespa, tal como ocorreu em 2005. Afinal, não podemos esquecer que, pelo terceiro ano consecutivo, o mercado de ações representou a melhor alternativa de investimento no mercado financeiro nacional.

Além desses fatores, a gradual flexibilização da política monetária, que já começa a ser implementada, visando a promover o maior crescimento econômico, irá constituir-se num estímulo adicional à construção de um mercado de capitais sólido e eficaz na intermediação da poupança nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a BOVESPA vem adotando todas as medidas necessárias para que, ao longo dos próximos anos, possa confirmar sua importância na promoção do crescimento econômico da Nação e possa trilhar os caminhos para a plena consolidação da Bolsa Democrática, a qual tem como pilares a transparência, a visibilidade, a facilidade de acesso e a responsabilidade social, e a qual se orienta no sentido dos interesses dos cidadãos e do desenvolvimento do País.

Pelo ótimo trabalho que vem desenvolvendo, deixo registrados nos Anais da Casa meus efusivos cumprimentos à administração da Bolsa de Valores de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Ainda há muito a tratar, mas como não há mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar a sessão, lembrando às Sr^{as}s e os Srs. Senadores que amanhã haverá sessão não deliberativa às 9 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.)

(OS Nº 13875/06)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

**26-6-2006
segunda-feira**

18:30 – Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro Paulo Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana,

em virtude do Dia Mundial do Combate à Tortura e pela tramitação do PDC 1425-2004, que aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura.

Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados.

***PARECER**

Nº 31, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2006-CN (Mensagem nº 32, de 2006-CN), que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2007 e dá outras providências (LDO – 2007).

(*Publicado em suplemento ao presente Diário)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 143 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005 combinados ao art. 3º do Ato do Diretor-Geral nº 1610, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para condução do Inquérito Policial nº 005/2006, os Policiais do Senado Federal, Marcus Vinícius Reis, Matr. 52696, na qualidade de Autoridade Policial Presidente do referido Inquérito; José Wellington Monte Amado, Matr. 50511, Escrivão *ad hoc*; Gleuton Rocha Tavares, Matr. 52921; Danilo Rurik Periquito Sad, Matr. 50468; Roberto Campos Freire, Matr. 49715; Everaldo Bosco Rosa Filho Matr. 52398 e Newton de Souza Rodrigues, Matr. 44286; na qualidade de agentes cartorários.

Art. 2º Serão observados no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazos previstos no Código de Processo Penal para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 26 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1117 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009311/06-8,

RESOLVE dispensar a servidora ERIKA CRISTINA CALLAI, matrícula 43543, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Registro Taquigráfico em Comissões da Subsecretaria de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1118 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009624/06-6,

RESOLVE dispensar o servidor ARMANDO DENIS HACKBART, matrícula 19978, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Operacional da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1119 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009310/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor MARCELO MUNIZ DE MELO, matrícula 29224, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Registro Taquigráfico em Plenário da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor de Subsecretaria, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1120 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009316/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora NINA LUCIA DE LEMOS TORRES, matrícula 32399, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Diretor de Subsecretaria, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1121 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009320/06-7,

RESOLVE dispensar a servidora SANDRA CARVALHO DOS SANTOS GASPAR, matrícula 29250, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Revisão Taquigráfica da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Diretor de Subsecretaria, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário da Secretaria de Taquigrafia, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1122 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009625/06-2,

RESOLVE designar o servidor JOÃO AIRTON DREYER, matrícula 6303, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



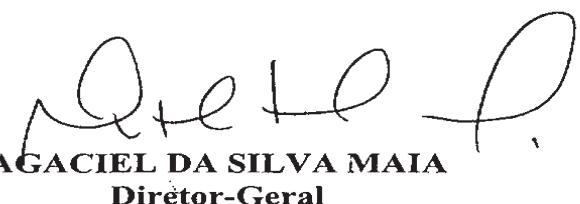
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1123 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009422/06-4,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ DE OLIVEIRA CARDOSO, matrícula 10859, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1124 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009622/06-3,

RESOLVE designar a servidora CRISTINA MARIA FREITAS, matrícula 14397, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Registro Taquigráfico da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1125 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009627/06-5,

RESOLVE designar a servidora ALMERINDA MUNIZ BEZERRA LARANJAL, matrícula 10446, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1126 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009427/06-6,

RESOLVE designar a servidora DIVA MENEZES DE OLIVEIRA, matrícula 18445, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1127 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009312/06-4,

RESOLVE designar o servidor CASSIO RUY CAPORAL, matrícula 44183, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1128 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009626/06-9,

RESOLVE designar a servidora VANILDE PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 14038, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1129 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009623/06-0,

RESOLVE designar a servidora EDNA MARIA DA COSTA VIEIRA, matrícula 54541, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1130 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009425/06-3,

RESOLVE designar o servidor VICENTE ROBERTO SGRECCIA, matrícula 29236, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1131 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009424/06-7,

RESOLVE designar o servidor LUIZ HUMBERTO DE FREITAS, matrícula 19346, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 26 de Junho de 2006



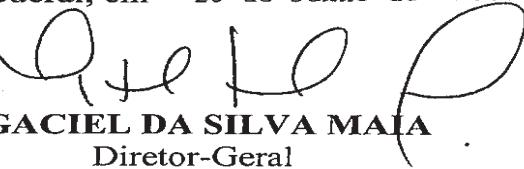
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1132 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009901/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EUDO LUIZ LEITE**, matrícula n.º 173682, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006

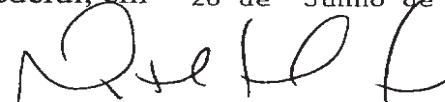

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1133 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009830/06-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **FERNANDA OLIVEIRA ANDRINO**, matrícula n.º 194004, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006

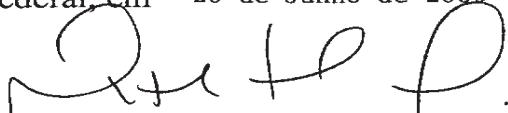

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1134 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009873/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FÁBIO ROGÉRIO FERREIRA SALES**, matrícula n.º 168418, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



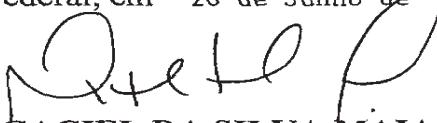
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1135 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.896/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA NOGUEIRA TIGRE COUTINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



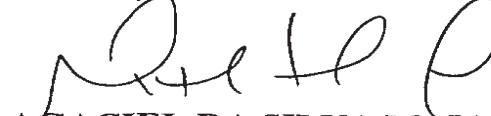
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1136 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009875/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VÂNIA APARECIDA COELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1137 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009872/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILLIAN SOUZA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



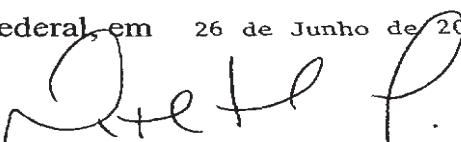
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1138 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009831/06-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1139 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009898/06-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIANA SALOMÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



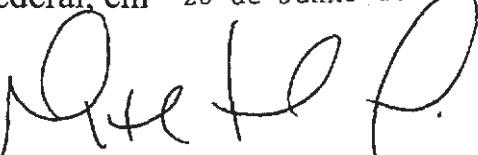
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1140 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009900/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WELLINGTON BENICIO LEITE** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 26 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leonar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	2051
-----------------------------	------

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 196 PÁGINAS